

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL**

Luis Artur Costa

**BRUTAS CIDADES SUTIS
Espaço-tempo da diferença na contemporaneidade**

**Porto Alegre
2007**

Luis Artur Costa

BRUTAS CIDADES SUTIS
Espaço-tempo da diferença na contemporaneidade

Dissertação apresentada como requisito
parcial para obtenção do grau de Mestre em
Psicologia Social e Institucional. Programa de
Pós Graduação em Psicologia Social e
Institucional. Instituto de Psicologia.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Tânia M. Galli Fonseca

Porto Alegre
2007

AGRADECIMENTO

Agradeço à minha amada Maíra, por me prover o antídoto ao solipsismo e à descrença no mundo. Por mais piegas que aparente, é maravilhosamente mundano.

Agradeço aos meus parentes, por me abrirem possíveis, com a ternura do seu silêncio compreensivo, e por me tornarem combativo com sua exigência de concretude.

Agradeço à minha orientadora, por me permitir compartilhar da sua rica atmosfera de intensa suavidade, a qual permeia seus gestos, afetos e pensamentos.

Agradeço aos meus companheiros de escritos e pensares, boêmios ou não, por terem muito me auxiliado a cerzir meu corpo nas mesas dos bares e cafés.

Agradeço aos meus amigos, por me suportarem, tornando-me suportável a mim.

Agradeço a todos e a ninguém, àqueles que de algum modo cá estão sem nem ao menos eu sabê-lo.

Acreditais no Palácio de cristal, indestrutível através dos séculos, isto é, um edifício tal que não se lhe poderá mostrar a língua às escondidas, nem fazer figa dentro do bolso. Bem, mas talvez eu tema este edifício exatamente por isso. Pensai no seguinte: se, em lugar do palácio, existir um galinheiro, e se começar a chover, talvez eu trepe no galinheiro, a fim de não me molhar; mas, assim mesmo, não tomarei o galinheiro por um palácio, por gratidão, pelo fato de me ter protegido da chuva. Estais rindo, dizeis até que, neste caso, galinheiro e palácio são a mesma coisa. Sim, respondo, se fosse preciso viver unicamente para não se molhar.

(Dostoievski, Memórias do Subsolo)

RESUMO.

Este trabalho é constituído por quatro ensaios que se encadeiam de forma lógica constituindo uma linha argumentativa a qual busca problematizar o conceito de contemporaneidade e suas relações para com a diferença. Ao pensar tal relação pretende-se apresentar uma cartografia de algumas rupturas estratégicas das práticas para com o desviante (principalmente “o louco”), a qual finda por visibilizar a rede de sutis microcapturas que constituem as operações da máquina capitalística contemporânea. Pretende-se assim, a partir da questão do espaço, da diferença e dos hábitos, apresentar uma minuciosa carta dos arranjos de forças que constroem isso que alguns denominam Sociedade de Controle, em oposição à Sociedade Disciplinar que deu origem aos espaços asilares. A linha de argumentação inicia por uma definição da estilística temporal do contemporâneo e da sua relação com a pesquisa em ciências humanas, conceituando e justificando a escolha do método genealógico, logo após se define o conceito de coro cartógrafo, diferenciando-o de outras perspectivas epistêmicas. O terceiro ensaio apresenta uma genealogia das relações entre a cidade de Porto Alegre e a loucura, desde a fundação do núcleo urbano até nossos dias, tal construção serve para complexificar as reflexões sobre o atual momento da reforma psiquiátrica. Por fim, no quarto ensaio, parte-se das questões apresentadas pela genealogia para uma problematização e definição da sociedade de controle e suas micro capturas domésticas, utilizando o acontecimento da reforma psiquiátrica para visibilizar certas práticas cotidianas.

Palavras-chave: Sociedade de Controle, loucura, cidade, cotidiano, reforma psiquiátrica.

ABSTRACT

This work is made by four essays linked forming on argumentative logical line that searches to problem contemporary concept and its relations whit difference. By thinking this relation it is tried to present one cartography of some strategical ruptures from the practices with the divergent, making the madman, that finishes by making visible subtle microcapture nets that constitute the contemporary capitalism machine operations. It is the intention them, from the space questions, the difference and the habits, present one detailed letter of the force arrangements that construct this, that some denominate Control Society, in in opposition to the Disciplinarization Society that gave origin to the asylum spaces.

Key words: Control Society, madness, city, urban, collective health.

SUMÁRIO

1. UM INICIAR.....	P.08
1.2. PENSAR AS CIDADES.....	p.08
1.3. UM ACONTECIMENTALIZADOR.....	p.09
1.4. DOS CAMINHOS DO TEXTO.....	p.11
2. DO CONTEMPORÂNEO: O TEMPO NA HISTÓRIA DO PRESENTE.....	p.15
2.1. TEMPORALIDADE E CIÊNCIAS HUMANAS.....	p.15
2.2. UMA ÉTICA PARA COM O PRESENTE.....	p.16
2.3. IMAGENS DO TEMPO.....	p.19
2.4. PRESENTE, ATUAL E CONTEMPORÂNEO.....	p.21
2.5. DOS MODOS DE SUBJETIVAR CONTEMPORÂNEOS.....	p.23
2.5.1. Vírus-vício.....	p.24
2.5.2. Tautologia.....	p.25
2.5.3. Pseudosimulado.....	p.28
2.5.4. Paradoxalidade.....	p.29
2.5.5. Crise.....	p.31
2.5.6 Estilística contemporânea.....	p.35
2.6. DO TEMPO CONTEMPORÂNEO.....	p.36
2.7. CIÊNCIAS HUMANAS E CONTEMPORANEIDADE.....	p.38
3. CORPOS EXPERIMENTOS.....	p.41
3.1. CONHECER/SER.....	P.41
3.2. CORPO-PRISÃO: TREVAS DA MATÉRIA.....	P.41
3.3. CORPO-CRIVO: DOMESTICANDO OS SENTIDOS.....	P.44
3.4. CORPO-PARADOXO: INVERTENDO ABISMOS.....	P.47
4. DEVIRES ENTRE A CIDADE E A LOUCURA: UMA GENEALOGIA ESPAÇO-TEMPORAL.....	P.53
4.1 ESQUADRINHANDO O ESPAÇO URBANO: O SURGIMENTO DO HOSPÍCIO E SUA CIDADE.....	p.53
4.1.1. Do campo à urbe: os primeiros riscos sobre o mar verde.....	p.53
4.1.2. Da urbe contingente à malha urbana disciplinada: a reclusão da diferença...p.54	p.54
4.1.3. Da reclusão da loucura: a construção do Hospício.....	p.60
4.1.4. A luta por esquadrihar o espaço institucional: a medicina em busca do seu espaço.....	p.65
4.1.5. Da modernidade e do progresso nas tramas da cidade e do velho hospício: radicais remodelações.....	p.69
<i>4.1.5.1. Rasga-se uma nova cidade.....</i>	<i>p.69</i>
<i>4.1.5.2. Rasga-se um novo espaço para a loucura.....</i>	<i>p.75</i>
<i>4.1.5.3. Os movimentos do esquadro.....</i>	<i>p.84</i>
4.2. TRANSBORDANDO O ESQUADRO: A INTENSIFICAÇÃO DOS FLUXOS.....	p.87
4.2.1. Centro túrgido e acelerado.....	p.87
4.2.2. O centro transborda.....	p.91
<i>4.2.2.1 Ordenações periféricas.....</i>	<i>p.95</i>
4.2.3. A implosão do buraco negro: o HPSP dobra-se sob seu peso.....	p.97
<i>4.2.3.1. As primeiras infiltrações.....</i>	<i>p.97</i>
<i>4.2.3.2. O princípio do esboroar da membrana nuclear.....</i>	<i>p.100</i>

4.2.3.3. <i>Psicofármacos</i>	p.106
4.2.4. O cansaço das centrais da civilidade	p.107
4.3. O ESQUADRO FRACTAL: CONTRAÇÃO MULTIPOLAR DISPERSIVA E MODULAÇÃO QUASI-ERRANTE.....	p.109
4.3.1. O HPSP se dilui na malha urbana: do muro visível ao pó imperceptível	p.109
4.3.1.1. <i>A Reforma Psiquiátrica à Italiana</i>	p.109
4.3.1.2. <i>Os equipamentos reformadores dispersivos</i>	p.110
4.3.1.3. <i>O HPSP Cidadão</i>	p.113
4.3.1.4. <i>Da expressividade espetacular</i>	p.116
4.3.1.5. <i>Um adendo das batalhas: polarizações sobre a brecha</i>	p.123
4.3.2. Porto Alegre se verte: o rizoma multipolar urbano	p.126
4.3.2.1. <i>A dispersão pelos bairros-centros</i>	p.126
4.3.2.2. <i>A revitalização dos vivos</i>	p.132
4.3.3. Brutus cidades sutis: a fluidez do HPSP e sua cidade	p.140
4.3.3.1. <i>A cidade espargida</i>	p.142
4.3.3.2. <i>Prisões domiciliares do privativo</i>	p.149
4.3.3.3. <i>Apartada vida-de-apartamento?</i>	p.152
5. A CASA, A RUA E O VIRTUAL: DOMESTICIDADE E DOMESTICAÇÃO ..	P.155
5.1. A CASA: DOMESTICIDADES.....	P.155
5.1.1. A sala de estar	p.163
5.2. A RUA: FUGAS.....	p.168
5.3. A CLÍNICA: (SU)GESTÃO SOCIAL DA LOUCURA.....	P.176
5.4. MAQUINAÇÕES DA SUBJETIVIDADE NO CONSUMO.....	P.180
5.5. MÁQUINAS COTIDIANAS.....	P.194
5.6. AS RESISTÊNCIAS.....	p.202
5.6.1. Propositionando	p.206
6. BIBLIOGRAFIA	P.209

1. UM INICIAR

Principiar com as páginas já escritas, não é um se defrontar com o precipício da sede por tinta do papel em branco, a mirar inquisidor os olhos inquietos que inventam mundos. Mas, em compensação, temos que de algum modo afrontar a massa de palavras que pesam por detrás destas primeiras páginas, na tentativa de produzir os primeiros rastros para um leitor que inicia seus passos. Há de se apontar os territórios ao longe, não para demarcar sentidos, rumos certos e picadas erráticas. Antes, somente de forma difusa discorrer vagamente sobre as paisagens que se desfaldarão com o sincopado movimento do virar das folhas. Ressaltar alguns elementos do seu relevo, sublinhar certas espécies raras e corriqueiras de sua fauna e flora, apontar seus pontos de comunicação com outras paisagens, enfim, um iniciar que serve para suavizar o peso das páginas seguintes, nem sempre claras e bem escritas.

1.2. PENSAR AS CIDADES

Este trabalho se principiou em 2003 com a proposta de elaborar uma genealogia das rupturas nas formas e usos de um dos “pentes” do Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP), no qual está se instalando o memorial deste. Esta genealogia serviria para pensar algumas das condições de possibilidade da reforma psiquiátrica, desde uma perspectiva espacial das configurações das forças, fazendo falar as paredes e suas marcas. Pensar um espaço que não se reduz ao abstrato conceito de uma dimensão formada por três vetores, e na qual as coisas se dispõem. Não se trata do espaço neutro que serve somente de lugar aos acontecimentos. Falamos aqui de um espaço ontológico, um espaço que é e acontece com os seres, destilando estéticas existenciais em conjunto com as subjetividades. Um espaço-dispositivo¹, subjetivador.

Com o decorrer do desafio de pensar as tessituras temporais do espaço enquanto dispositivo subjetivador, percebeu-se a necessidade de ampliar o recorte a ser pesquisado

¹ Um dispositivo é um agenciamento de linhas de poder-saber que neste encontro engendram a produção de: visibilidades-invisibilidades, enunciados, subjetividades. Visibilidades-invisibilidades e enunciação que traspassam as palavras e as coisas, inserindo-os em seu regime, constituindo-os a partir deste perante o ver e o ouvir das subjetividades, as quais formam-se pelas mesmas linhas que atravessam os dispositivos, mas em um agenciamento distinto, não de composição, mas sim de dobra: “*cuando la fuerza, en lugar de entrar en relación linear con otra fuerza, si vuelve sobre si misma o se afecta ella misma.*” (Deleuze. 1999, p.156).

para complexificar as tramas que erigem os locais da loucura: nosso pensar descobriu a cidade. Era impossível pensar o HPSP sem pensar a cidade onde este se encontra e seus mútuos atravessamentos, os quais redundam no arranjo de forças que possibilitou a implementação de um determinado estilo de reforma psiquiátrica em Porto Alegre. Mais do que pensar a reforma, a partir de então, o principal objetivo deste trabalho tornou-se elucidar os enunciados espaciais que erigimos como habitat para nosso existir.

As cidades se constituem enquanto nossos laboratórios existenciais. Suas construções vibram em conjunção com os nossos passos, afetos e perceptos, erigindo os mundos onde vivemos: nossos modos de habitar o contemporâneo. E é pensando este contemporâneo, suas cidades e as relações destes para com a diferença, que a presente dissertação pretende tecer sua trama.

1.3. UM ACONTECIMENTALIZADOR

Esta operação de adentrar nos tempos do contemporâneo para repensá-lo, necessita de um apoio por sobre um acontecimento presente (FOUCAULT, 1990). Não se trata de simplesmente debruçar-se sobre um evento qualquer, de qualquer magnitude ou natureza em busca de sua melhor elucidação em minúcias profundas. Tampouco simplesmente historicizar um fato pinçado do nosso tempo, ou outro, mas referir tal decalque desgarrado da rede que lhe surge existência: referir o decalque ao mapa, vislumbrando suas ligações rizomáticas, condições de constituição. Repuxar suas linhas de limites definidos, produzindo fugas de sua substantiva essência, de *algo* ocorrido para sua acontecimentalização em um ilimitado infinitivo verbal do ser. Trata-se de abrir a perspectiva para além de coisas, substâncias identitárias, vislumbrando-as enquanto turbilhões de forças atreladas em arranjos sem horizontes de eventos, constituindo e desconstituindo uma infindável miríade de guerrilhas singulares onde se forma do impessoal o pessoal, este campo transcendental do empirismo para além do atual, em uma nuvem de indeterminação, de possíveis, uma usina de intempestividade. Inserir certa caoticidade ao objeto, não meramente reduzindo-o a uma processualidade imaterial puramente temporal, mas antes descrevendo suas relações, avivando-as, seguindo suas dinâmicas, fazendo-as vibrar em fluxo: este modo da matéria em dispersão imaterial para além do tempo e do espaço.

Assim, o acontecimento que acontecimentaliza não se refere a um tempo cronológico ou a uma espacialidade meramente extensiva; mas antes se refere a um tempo intensivo e espaço *heterotopo* (FOUCAULT, 2001a). Tempo sem data, que toca de diversas formas tempos diversos, e um espaço em nada neutro, homogêneo e mensurável em medidas exatas; antes um que se relaciona de modo complexo com diversos modos espaciais, subvertendo, reinventando o estatuto destes com sua heterotopia de um espaço sempre inquietante ao território que habitamos. Partir de um acontecimento, aqui, portanto, é constituir um território em um agenciamento heterogêneo que possibilite um clinamen, um desvio, uma fuga, sobre nosso próprio território. Pois se, como nos demonstra o marxismo, em um nível molar o socius pode ser conhecido por suas contradições, em sua molecularidade se conhece o socius por suas linhas de fuga (DELEUZE & GUATTARI, 1996).

O acontecimento, a partir do qual faço esta cartografia na cidade contemporânea sobre novas formas sutis de normalização flexível para além dos grandes espaços de fechamento (de reforma ou anulação) do desviante, é exatamente algo que se coloca entre ambos: algumas pessoas que, em decorrência do movimento denominado Reforma Psiquiátrica, conseguiram sair (ou não entrar) dos espaços de fechamento para a rua, construindo, então, um habitar e um cotidiano na cidade distintos dos anteriores. Não proponho, aqui, sua leitura simplificada enquanto população marginal, já que o capitalismo contemporâneo prima por pulverizar a noção de normalidade centrada e excludente em prol de uma fragmentação plural de normalidades contingentes a cada mercado-gueto que é explorado-inventado. Um capitalismo que engloba mais população e a segmenta segundo marcas de diferença variadas em um sem número de tarjets publicitários (NEGRI & HARDT, 2004). Estilísticas-alvo objetualizadas enquanto um tarjet específico, seguindo, assim, uma outra lógica onde a diferenciação das estratégias capitalística permite uma expansão do mercado pela sua diversificação que captura populações antes estigmatizadas enquanto marginais (negros, gays, hispânicos, deficientes, etc.). Utilizando-nos de um slogan, bem ao modo dos nossos dias, podemos afirmar que quanto ao tratamento da diferença vivemos um deslocamento *da exclusão ao exclusivo*. Do criar espaços restritos para anular a diferença desviante para o criar espaços de acesso restrito, exclusivo, onde se possa afirmar uma diferença desejada enquanto fuga normal do ordinário, da massa.

No entanto, algo de marginal resta nas pessoas do acontecimento em questão neste trabalho. Mas, em outro sentido de margem. Não a margem posta de lado na extremidade do conjunto, margem fronteira do que é externo ou interno, mas sim a margem que marca um *intermezzo*, algo que se coloca entre lógicas duras sem pertencer a qualquer das duas ou mais. Uma margem fissura, a um só tempo absolutamente interior e exterior à máquina capitalística já sem fronteiras.

Assim, parto da situação destas pessoas como *acontecimentalizador* por considerá-las construtoras de um *fenômeno fronteiro* (DELEUZE & GUATTARI, 1997b): um território liso que se interpõe entre territórios estriados, ou seja, um *deserto a ser povoado*, um campo de flutuações-deslocamentos à deriva em uma imensidão-mar. Este território liso se interpõe entre territórios marcados por lógicas homogeneizantes, máquinas abstratas totalizantes que capturam todo e qualquer elemento integrando-o em seu arranjo. Pois, as estrias do território são suas lógicas exatas a demarcarem o plano com segmentos-simetrias de modo a torná-lo todo intercambiável entre si e todo inteligível. Deste modo, entre o sedentarismo desacelerador e reformante dos espaços de fechamento e o sedentarismo acelerado e civilizado do habitante da cidade, estas pessoas encontram-se em um momento de invenção radical de hábitos e cotidianos, trazendo consigo as marcas das estrias manicomialis e inserindo-se nas estrias da cidade.

Ainda que se fale das cidades contemporâneas enquanto decodificantes, abertas e, algumas vezes, lisas de estrias, fica evidente que existem muitas marcas, fechamentos outros que não os molares da lógica asilar, mas pertencentes a uma lógica doméstica do cercamento. Pois existem marcações de normalidade e desvio na malha urbana com fugas e capturas moleculares. As codificações, normalizações, simplesmente tornaram-se mais fugidias (sem necessariamente operarem linhas de fuga já que seguem uma rígida axiomática economicista). Flexíveis e complexas, erigindo deste modo sutilezas decorrentes da mudança no foco de suas escalas: do macro ao micro.

1.4. DOS CAMINHOS DO TEXTO

As linhas deste trabalho seguem uma tessitura onde os capítulos permanecem em contínuo diálogo ainda que possam ser lidos como ensaios solo. Seguem uma linha que surge na problematização do conceito de contemporâneo tomado como estilística temporal. Para falar do contemporâneo há de se intentar uma definição do mesmo. Não uma definição sintética, mas sim a definição de uma imagem conceitual complexa, que afirme uma

determinada estilística de compreensão deste conceito temporal, a ser elaborada conceitualmente em conjunto com a composição do conceito de genealogia.

Aponta, posteriormente, para a elaboração de um conceito de Corpo-cartógrafo, trabalhando as epistemologias do corpo, para visibilizar a epistemologia do corpo que se abre às experiências urbanas neste trabalho. Erigindo uma concepção de prática cartográfica que irá se agenciar com a genealógica antes exposta na problematização do espaço contemporâneo.

É quando se adentra, no capítulo seguinte, na genealogia propriamente dita, investigando de forma breve e lacunar, alguns dos arranjos que se formaram na cidade de Porto Alegre para com o trato com a diferença, especialmente no caso da loucura. Para tanto, foram utilizadas diversas obras historiográficas de variadas perspectivas e matizes, além de algumas fontes primárias sobre alguns períodos, como livros e documentos. Intentou-se não reproduzir os períodos em suas sucessões, mas sim produzir uma compreensão de um processo, visibilizando seus movimentos de rupturas e continuidades no decorrer das transformações desta cidade e do seu hospício.

A partir da abertura executada pela pequena genealogia, dos encontros entre urbe e loucura, se passa, no capítulo seguinte, a discorrer mais detidamente sobre alguns pontos dos habitares da contemporaneidade, em um diálogo com casos de ex-internos que foram deslocados para casas de passagem, residenciais ou mesmo residências. Divide-se este em três frentes: a casa, a rua e a clínica, as quais se abrem para uma problematização da subjetivação no contemporâneo em suas relações com a Reforma, e se finda por apontar riscos e potências destes modos.

No entanto, as histórias presentes neste capítulo não se referem, como sugere o uso de denominações, a acontecimentos biográficos de uma pessoa. Maria, Juvenal, Joça e outros, são forças impessoais da loucura, personagens que trazem consigo pedaços das vidas de muitos que viveram e vivem esta situação de travessia do espaço asilar para o doméstico.

Há de se somar que trabalho aqui com causos, não casos. Explico-me, trata-se de fragmentos potentes dos casos, que acontecimentalizam nossa concepção do urbano, da loucura e da Reforma; e não longas descrições que tentam dar conta de minúcias extensas. Antes, aqui com o caso, buscam-se efeitos de afecção, intensidade, o deslocamento da

situação para a rede de linhas de força que a sustenta. Blocos de perceptos e afectos provenientes de um espólio-poesia, colhido por um corpo cartógrafo em seus devaneios pela cidade, sempre acompanhado da loucura.

[imagem]

2. DO CONTEMPORÂNEO: O TEMPO NA HISTÓRIA DO PRESENTE.

2.1. TEMPORALIDADE E CIÊNCIAS HUMANAS.

Infundáveis trabalhos, hoje, perguntam que tempo é este no qual vivemos e suas características. O termo *Contemporâneo* se multiplica em rios de tinta tipográfica, ilustrando livrarias do mundo todo. *Aquilo* no contemporâneo, *isso* e contemporaneidade, são proposições íntimas do estudioso das chamadas ciências humanas. Tamanho é seu uso, por tantas vezes e de tantos modos o encontramos diante do nosso olhar, que se torna aparentemente óbvio o seu significado. No entanto, quanto mais corrente e auto-evidente um conceito, mais difícil torna-se a sua clara elucidação. Como falar daquilo que todos já sabem o que é e do que não há como falar, já que se esconde por sobre a proximidade, a capa do já sabido que cobre com obviedade a construção dos conceitos cotidianos? Afim de não incorrer em tal ingenuidade conceitual, proponho que nos atenhamos durante algumas páginas sobre os sentidos que parecem dar vida a esta palavra que transpassa este estudo: o contemporâneo. Pois, através da melhor elucidação deste, torna-se mais claro o tipo de relação que algumas correntes das ciências humanas buscam com o tempo ao *desnaturalizar* práticas dos nossos tempos em suas pesquisas.

Perguntar quem somos em nosso tempo, este é o ímpeto mais geral que move a criação deste trabalho. Qual é este tempo que nos constitui e quem somos nós que constituímos este tempo? Que complexidade de matizes furta-cor pintam os pixels da tela do hoje, de cores sempre em fuga de uma visão que as ordena em palheta? Nesta trama, cerzida pelo conectivo interrogativo “e?”, temos a composição de nossa questão: “o que/como é a atualidade?”. O “*agora*” e o “*nós*”: “*este presente ao qual pertencemos*” (FOUCAULT, 1989, p.104-5), essa pressão decorrente da coexistência consigo mesmo, são as forças que nos levam a inquirir o arranjo que compartilhamos com nossos contemporâneos, buscando o que é específico aí em uma “*história do presente*” (FOUCAULT, 1987, p.29). Implico-me, então, na questão, pois participo, invento e reinvento este presente no mesmo momento em que busco escrever sobre ele.

No entanto, para fazermos tal pergunta, devemos tomar certas precauções para não redundarmos em certos modos de pensar o homem em seu tempo que constituem imposturas éticas para com o presente, já que este trabalho pretende-se como uma

estratégia que possibilite uma cultura do cuidado-de-si (FOUCAULT, 2004), uma produção do saber catalisadora de uma ética do desassossego.

2.2. UMA ÉTICA PARA COM O PRESENTE.

Primeiramente, pode-se ressaltar que não se trata da reprodução de uma época qualquer. Não se pretende capturar o fotograma de um período passado, presente ou futuro, de criar uma cápsula do tempo que paralisa um momento congelado em suas minúcias com uma historiografia criogênica. Tampouco se pretende uma viagem ao centro da terra, a busca do elo perdido, o encontro da origem de um fenômeno ou modo qualquer. A definição de uma fonte sob toneladas de destroços do passado na enchente do presente, aqui, não passa de mais uma forma de querer-se essências, assim como a busca de englobar a diversidade de expressividades do passado ou presente (arte, economia, habitação, política, etc.) a partir de uma estilística única, como na história das idéias (FOUCAULT, 1997).

Outro cuidado para salvaguardar a inquietude deste trabalho perante o tempo, é o não imprimir um sentido unívoco e total sobre este. Evitar ficar doente de história (NIETZSCHE, 1999a), saudosista de um passado ou esperançoso da salvação futura. Prisioneiro do visto e do antevisto, impossibilitado de ver e de viver o presente que se encontra esvaziado em uma memória marcada a fogo por uma dívida voltada à realização teleológica do progresso, do apocalipse ou da salvação para além do tempo, adormecida na eternidade (NIETZSCHE, 1999b).

Nada de obter superestruturas, representações englobantes, totalizantes do tempo e da história em “um” sentido. Mas, investigar as interações entre práticas em seus atravessamentos múltiplos e parciais, ficcionando um percurso lacunar, sem origem ou fim, para erigir operadores estratégicos de intervenção sobre os arranjos das ações e vontades, em suas guerras e alianças, que constituem a todo instante o presente.

“O que é nossa atualidade? Qual é o campo atual das experiências possíveis?” (FOUCAULT, 1989). O que é (ontos) e qual o campo das experiências possíveis (epistême), duas perguntas que se encontram em uma unidade paradoxal onto-epistêmica. O perguntar-se sobre o tempo intensivo (BERGSON, 1964), este tempo todo colapsado em uma atualização específica e dinâmica sobre o plano do presente com o objetivo de intervir

nos fluxos deste, segundo uma perspectiva em busca das linhas de fuga, o como não ser governado de tal modo (FOUCAULT, 1990).

Questionar-se sobre as razões, ou melhor, as racionalidades que justificam e as estilísticas e estratégias do fazer justificado (pelo estado, ciência, cidadão, etc.), ou seja, não perguntar-se sobre as causas das práticas (razões), mas sim sobre as logicidades que se imbricam para dar consistência às mesmas (racionalidade). Isso visto que não existem causas suficientes e necessárias, funções de origem que perdurem no tempo e que sejam anteriores aos eventos. As práticas atrelam-se umas às outras formando jogos estratégicos na busca de sua afirmação, e em tais jogos, junto à afirmação das práticas, afirmam-se saberes, modos de pensar, estilos de racionalidades. Sabendo-se que, racionalidades nada mais são do que modos de compreender, formas de pensar, de justificar um dado saber enquanto verdadeiro, bom ou belo. Não se tratam de formulas lógicas, já que seguem o rigor anexato (DELEUZE, 1997b) dos processos construídos contingencialmente no tempo, diferentemente da razão em sua atemporalidade abstrata. Exatamente por construir-se deste modo não planejado, sendo sempre o fruto da constante criação do pensar humano no mundo, em suas diversas sucessões, que atrelamos aqui racionalidade e estilo. O estilo pode ser compreendido enquanto um determinado modo não pré-determinado de cortar o caos das possibilidades segundo uma trajetória singular determinada pela singular multiplicidade de influências e virtualidades do seu caminho. O estilo é uma espécie de coerência complexa, fundada de modo não unívoco, sem centralizações ou ordenações que tornem inteligível e previsível um processo; no estilo as variações são contínuas, e é no encadeamento desta contínua variação em arranjos, que se constroem a todo instante os estilos.

É, portanto, deste modo, quanto a pensares justificados, que aqui se pensa racionalidades. Inquerindo, então, sobre os modos de agenciamentos realizados por estas linhas de estilos onto-epistêmicas, seus arranjos e formas de interação, suas transformações, domínios e desaparecimentos. Sendo exatamente estas ações que sustentam, ou esfacelam, determinados arranjos de modos de ser o que aqui denominamos estratégias. São os modos pelos quais estilos e racionalidades se mantêm vivas no tecido social.

Tal questionar-se redundaria em uma forma de produção do saber que não se cola à filosofia da história ou história da filosofia, é antes uma prática histórico-filosófica

(FOUCAULT, 1990), que ficciona sua história colocando em questão sistemas de saber-poder, de captura-fuga, para podermos nos questionar quem somos afinal. Uma pergunta executada segundo as estratégias do que Foucault denomina *Acontecimentalização*, (FOUCAULT, 1990) um aproximar-se das conexões saber-poder que erigem sistemas de captura-fuga, achegando-se, de modo empírico e provisório, de um acontecimento presente, dando visibilidade, através deste, à heterogeneidade de dispositivos, mecanismos e estratégias que constituem a máquina social em questão. Perguntar da aceitabilidade e seus efeitos: a compreensão de um sistema de aceitabilidade em suas relações.

Correlativo à definição de um sistema de aceitabilidade, busca-se as condições de possibilidade que dão emergência a este mesmo sistema, seu ponto de ruptura onde é inventado, dando visibilidade à sua contingencialidade casual e à ausência de uma necessidade causal na sua formação : “...uma rede que dê conta dessa singularidade como efeito.” (FOUCAULT, 1990, p. 35). Não um pensamento que se move na direção de uma origem unitária, univocizante, mas sim, uma genealogia que busca as diversas condições de possibilidade dispersas e relacionadas que permitem a constituição do arranjo de saber-poder. Sendo este posto em questão não se perguntando da *natureza* estática e essencial do próprio, mas sim, perscrutando sua estilística própria e sempre cambiante, que é afirmada nas relações de interações entre ações individuais, grupais, coletivas e impessoais. Um procedimento denominado por Foucault como análise estratégica, que se correlaciona à Arqueologia e à Genealogia para pensar nesta o que permite a *fuga*, a *resistência* e o que reconduz à *captura*.

“Falando de arqueologia, de estratégia e de genealogia, eu não penso que se trata de pontuar aqui três níveis sucessivos que deveriam ser desenvolvidos uns a partir dos outros, mas antes de caracterizar três dimensões necessariamente simultâneas da mesma análise, três dimensões que deveriam permitir em sua simultaneidade mesma retomar o que há de positivo, isto é, quais são as condições que tornam aceitável uma singularidade cuja inteligibilidade se estabelece pelo reconhecimento das interações e das estratégias às quais ela se integra (...) Se produz como efeito, e enfim acontecimentalização no que tem a ver a alguma coisa cuja estabilidade, cujo enraizamento, cujo fundamento não é nunca tal que não se possa de uma maneira ou de outra, se não pensar em seu desaparecimento, ao menos identificar pelo quê e a partir de quê seu desaparecimento é possível.” (FOUCAULT, 1990, p. 37).

O fim de tal empreitada não se encontra, portanto, na descoberta de falhas, erros, enganos ou mentiras que permitam um sistema de dominação, mas sim, visibilizar o campo do jogo das transações que permitem e induzem certas singularidades a acoplarem-se a uma determinada máquina social que corta e ordena um território em estratégias que constroem um sistema de aceitabilidade, certa estilística existencial; e o campo de possibilidades de deslocamento, de linhas de fuga ao sistema, as quais são imanentes e inevitáveis ao mesmo. Sendo estas últimas não uma forma de retornar ao legítimo, mas antes um modo de subverter os efeitos em um campo estratégico que as induziu. Não são também reativas ao sistema homogenizante, são anteriores a ele, a resistência não se dá por oposição, mas por transbordamento, a vida sempre está a inventar despreziosamente algo que não cabe nos esquemas dados. Assim, falamos aqui, não de simples limites epistêmicos ao acesso a uma verdade justa e legítima, mas sim, de limites existenciais, ontológicos. Falamos de novas possibilidades de ser.

2.3. IMAGENS DO TEMPO

O tempo não é uma concepção homogênea e imutável. Na história da humanidade se pode afirmar que existiram diversos modos de construir uma relação com o movimento e o imóvel, com o eterno e o fugaz: distintas imagens do tempo. Dentre as diversas possibilidades de divisão das concepções de temporalidade em imagens definidas, podemos desenvolver a sua tripartição atrelada às transformações das tecnologias da informação (Levy, 1993): cíclico, linear e em rede.

O tempo cíclico assim seria compreendido em decorrência do modo dado pela tradição oral à continuação dos saberes. Coadunando-se com os ciclos da natureza, as gerações sucederiam umas às outras em um labor de repetir as antigas histórias. Ciclos de reafirmação de verdades tradicionais, que garantem sua persistência neste movimento circular de manutenção dos saberes. A eternidade, aqui, é o movimento da repetição, atributo temporal, e não externalidade do tempo. Ainda que, muitas vezes, dependa de entidades atemporais para que o movimento de sucessão dos ciclos sempre se repita.

Já com a escrita, cria-se um substrato permanente para os saberes. Não precisam mais ciclicamente serem reafirmados, pois se encontram fixados em superfícies razoavelmente estáticas: cera, pedra, papiro. Assim, os textos são escritos, lidos, e novos textos a partir destes são elaborados. Surgem locais para o acúmulo das superfícies

inscritas, e adquire-se a noção de uma continuidade dos saberes que está para além da mera repetição: o acúmulo. Institui-se o tempo linear, tempo da sucessão dos instantes em uma direção, em um sentido único. Tal finalidade do tempo pode ser finita ou infinita, laica ou religiosa, catastrófica degradante ou salvadora edificante; mas sempre é uma flecha afirmando uma teleologia, a qual relaciona-se com a eternidade enquanto algo externo a esta linha, mesmo que possa estar marcando suas extremidades.

Para além de uma divindade eterna que provê de ordem à sucessão de fugacidades, no texto de Kant, ao qual Foucault (1989) se refere, o que corta o caos da atualidade é um plano que se denomina modernidade, estilística multifacetada que sempre ultrapassa as tentativas de sua redução. Esta se constitui por diversos modos de se relacionar com o caos das casualidades sem Deus, de modo a imprimir nestas um sentido universal e verdadeiro. Uma busca mundana pela eternidade e generalidade das essências que estão para além das aparências mas, aquém do espírito. Trata-se da invenção de uma transcendência que independe do mundo divino, pois é o próprio princípio ordenador presente na natureza mesma. Para tal dualidade *ordem-caos*, foram tecidas diversas respostas modernas na tentativa de coordenar o último a partir do primeiro. A modernidade compreendia um sentido de progresso na história, uma teleologia que apontava uma flecha do tempo oposta à da entropia. Evidentemente, portanto, o que está mais à frente se encontra mais próximo da conclusão da história, ou, ainda, supondo-se que a subida, o acúmulo, são infinitos, o último instante será sempre o ápice do que há e deste modo auto-evidencia-se a valoração do novo, do original.

A modernidade, em sua objetivação do mundo, não se resume a esta estilística universalista eterna. Em seu amor pelo novo, pela ruptura, trouxe ao seu estilo a fragmentariedade instável das diversas vanguardas artísticas e a multiplicação crescente de especialismos. No entanto, a estilística moderna, quando pode ser atribuída, reside nestes por ainda existir um centro de orbitação para o fragmentário, um sentido único para onde olharem, como no conceito de interdisciplinaridade: onde uma multiplicidade de olhares distintos se voltam a um fenômeno unívoco. Vê-se a complexidade caótica das coisas, mas intenta-se dar conta da verdade nestas com a multiplicação das perspectivas sobre a mesma.

Um conceito de perspectiva muito distinto do contemporâneo onde cada olhar cria um mundo em embate com os demais (NIETZSCHE, 1999a). Um arranjo de forças onde as

perspectivas, onde os mundos, são forjados nos encontros, embates e rearranjos. Não se trata de obter o máximo conhecimento, a verdade sobre um objeto, pela multiplicação de olhares distintos e isolados sobre o mesmo. Trata-se agora de transpassarem-se as diversas perspectivas que objetivam diversos objetos, não na busca da verdade sobre o mesmo, mas sim da complexificação das suas imagens.

Falamos agora de uma terceira imagem temporal: o tempo concebido enquanto rede. Rede intensiva, como as infovias em suas múltiplas atualizações parciais da quase ilimitada rede virtual de conexões do saber. Não se depende da repetição, pois o saber permanece existente sempre, mutando-se virtualmente na rede em diversas novas atualizações. E mesmo que repetição houvesse, repetição não seria, já que na rede não há redundância: a reafirmação do já dito sempre trás uma nova informação, assim como a aliteração na linguagem poética. Tampouco se pode afirmar uma direção em uma linha, pois as possibilidades de sentido e percurso são infindáveis, e atualizam-se a todo instante. Uma rede virtual sem limites, origens ou fins. Uma trama de tempo intensivo, a qual se percorre de forma complexa e híbrida.

Assim, aqui e agora, ao perguntarmo-nos qual o sentido de nossa atualidade, onde somos atores-autores da mesma, nosso recorte estilístico do caos já não põe a modernidade e suas resoluções enquanto questão. Utilizamos-nos de outro termo muito em voga para substancializar a ontologia-epistemologia do nosso tempo: o contemporâneo. Perguntemo-nos agora sobre o agora de colocar o hoje em questão hoje. Que hoje, hoje, está em nós produzindo uma perspectiva sobre si? Como se fala deste presente neste presente que é falado? Qual o modo de inquirir o presente que vemos em nossa atualidade?

2.4. PRESENTE, ATUAL E CONTEMPORÂNEO

Passemos, então, a algumas diferenciações conceituais: por mais que contemporâneo seja utilizado muitas vezes como adjetivação para o que é atual, do mesmo modo que a qualificação moderno foi e é, seu sentido não se resume a *o que é hoje*, pois, quando se utiliza contemporâneo ao invés de hoje, atual ou presente, há uma diferença que marca esta ação de outra que se remete a algo simplesmente pertencente ao hoje. Logo, sendo uma adjetivação específica, pressupõe-se que deve estar contido neste conceito uma determinada estilística que se torna visível com sua operação conceitual sobre o mundo. Não podemos tratar contemporâneo somente enquanto um sinônimo de *presente* e *atual*.

O conceito de presente marca o instante, aquilo que está no salto entre passado e futuro. É o que está lá no momento e no local referidos, o tempo onde as ações acontecem em seu tempo. No presente, as coisas se presentificam no mundo, tornam-se presentes entre as demais coisas que tomam parte na sucessão entre passado e futuro. No entanto, o presente também é o tempo verbal que exprime atemporalidade de uma afirmação, a verdade eterna desta, como no caso de “dois vezes dois são quatro” ou “o quadrado é um quadrilátero”. Assim vemos que “presente” pode falar tanto de uma presença concreta e fugaz quanto de uma presença abstrata e para além do tempo.

O presente pode ser visto enquanto instante vazio, mera impossibilidade de ser vivida. Aquilo que está sempre a ser capturado no fluxo do tempo pelo passado e futuro, sem nunca ser por si. Sendo assim, uma temporalidade a qual não se habita, como no caso do *homem do ressentimento* de Nietzsche, quando encontramos doentes de memória em um passado ou futuro gloriosos ou apocalípticos. Mas, também pode ser visto como única temporalidade existente, o mundo das ações, aquilo que há. Assim, define-se enquanto platô temporal do existir ao qual tudo se refere, e no qual tudo existe, pois é aqui e agora que as forças se afirmam, sendo, o amanhã e o ontem, apenas variações deste presentificar.

O conceito de atual, por sua vez, aproxima-se desta última concepção de presente. O atual não se contrapõe ao passado e futuro, mas ao virtual, esta nuvem de possíveis sempre a circundar o que está a se realizar. O atual é assim, o instante gordo do mundo, pleno de virtualidades a lhe ultrapassarem, as quais seguem recriando suas configurações. Passado das contingências e futuro das possibilidades colapsado em um ponto denso de virtualidades a serem atualizadas em um tempo intensivo (BERGSON, 1964).

Independente disso, nos conceitos de *presente* e *atual* todo o mundo habita, ou deixa de habitar, indiferenciadamente no instante, servindo de forma aberta para dizer qualquer “hoje”. Não há uma distinção estilística dos modos de habitar esta temporalidade. Poder-se-ia falar presente em um texto de Santo Agostinho (contrapondo-o a eternidade divina fora do tempo), falando do instante segundo uma maneira própria à religiosidade medieval; como se poderia falar de presente em um texto de Nietzsche, como definidor da temporalidade onde as forças se efetuam em sua vontade de potência. Do mesmo modo, atual refere-se a qualquer configuração das virtualidades atualizadas, não fazendo distinção para os modos de atualização construídos no tempo. Enfim, poder-se-ia falar que, em

ambos, não se encontra inerente ao conceito as diferenças entre estes diversos presentes, atualidades e hojes. Ao compreendermos que contemporâneo não é mero sinônimo de atual, hoje, ou presente, mas que possui alguma relação com estes, passamos a perguntar que diferença afirma esta palavra?

Assim como moderno é utilizado para adjetivar o tempo enquanto uma estilística de substancializá-lo, um modo de habitar a temporalidade, e não pode ser reduzido a uma fase histórica, do mesmo modo que qualquer platô histórico não pode ser resumido a uma estilística existencial, creio que o conceito de contemporâneo cumpre a mesma operação: um modo de criar um mundo determinado, uma ontologia, inventando valorações e definições ético-estéticas-epistêmicas. Assim, a utilização destes conceitos, como demarcadores históricos de fases, é a operação de uma perspectiva que afirma a preponderância de certo modo de cortar o caos em um momento: uma determinada configuração de forças do presente em suas relações com passado e futuro, ou do atual em suas relações com o virtual. É, antes, portanto, um modo, uma estilística existencial: quando adjetivamos uma obra filosófica, artística ou arquitetônica como moderna ou contemporânea sabemos que não estamos simplesmente alocando-as em uma linha do tempo, e tampouco definindo um conjunto por critérios univocizantes do mesmo. Mas qual seria a especificidade afirmada no corte operado pelo conceito de contemporâneo?

2.5. DOS MODOS DE SUBJETIVAR CONTEMPORÂNEOS.

Muitos são os pensadores que se debruçam sobre a pergunta feita por Kant, e deslocada por Foucault: qual é o campo das experiências possíveis em nosso tempo, suas condições de possibilidade e as estratégias para lidar com estas. Uma trama conceitual se erige aí, cerzida por uma multiplicidade de conceitos que se acoplam ao hoje para afirmar um determinado jogo de visibilidades sobre este: Sociedade do espetáculo (DEBORD, 1997), Sociedade de controle (DELEUZE, 1992), Pós-modernidade (LYOTARD, 1989), Sociedade do Consumo (BAUDRILARD, 1995), Era do acelerador (VIRILIO, 1994), Império (NEGRI & HARDT, 2004), Modernidade líquida (BAUMAN, 2001), Hipermodernidade (LIPOVETSKY, 2004), Sociedade da Informação, Capitalismo pós-industrial, etc.

Alguns destes arranjos conceituais se baseiam focalmente em algumas mudanças nas configurações estratégicas do plano da atualidade contemporânea, para daí

desdobramentos suas ressonâncias. Este é o caso dos conceitos pós-industrial e sociedade da informação, que se atêm a transformações técnicas relacionadas a novos mecanismos de dispersão de signos eletromagnéticos e transformações econômicas como a predominância do terceiro setor na criação-circulação de capital. Em seus desdobramentos sobre outras tantas práticas acoplam-se a conceitos como o de sociedade mediada por imagens e relações de consumo com fins à felicidade e ao espetáculo (Debord e Baudrillard). Isso segundo uma velocidade e imaterialidade crescentes do mundo vivido, que passa a ser um esquema gráfico do mesmo (Virilio), permitindo fluidez de constante re-arranjo das forças para a mais eficaz e imediata captura do desejo (Bauman). Uma decodificação flexibilizante das formalizações das interações sociais segundo uma axiologia capitalística que intensifica microcapturas e potencializa a fuga (Deleuze), constituindo um sistema englobante e diversificado, sem fronteiras internas ou externas para lógica do capital (Negri & Hardt), mas todo fragmentado na multiplicidade de jogos de linguagem, de lógicas e estéticas imiscíveis e sem qualquer grande narrativa para borrar as diferenças irreduzíveis (Lyotard).

2.5.1. Vírus-vício.

Deleuze (1992) nos afirma ter deslocado o conceito de controle a partir da definição deste apresentada por Burroughs em seu livro “Almoço Nu” (2005). Este último, por sua vez, nos fala de um mundo adicto e interligado pelas relações interdependentes de vício, onde a “matéria prima da vontade” é vendida ou trocada em escambo por “mercadores de sonhos” em uma sociedade de viciados que mutualizam uns aos outros sorvendo a substância expressiva que publicamente secretam. Laços adictos firmados na motivação por mais e maiores sensações.

Mas tudo isso ocorre em um mundo tão estimulado por percepções e afetos, que já se imaterializou em uma pele cada vez mais tenra, a qual chega a ser perfurada e transpassada pelas partículas de pó levadas por uma brisa. Os olhos já são frios de tanto ver, que nada mais expressam em uma postura blasé típica de quem não tem aonde ir para obter mais.

Homens pálidos e entediados na busca da última novidade em sensação, disponível na delicatesses mais próxima. Mundo de uma estilística junky, perpassada em crises e destruições que abrem espaço a novas percepções, afetos e estados mentais. Uma profusão

de medicamentos para todos estados de espírito. Substâncias-códigos que viroticamente relacionam os seres em sua dispersão de “Vírus Humano” (BURROUGHS, 2005, p. 176).

Um mundo de personagens conceituais como os “liqüefascistóides” (BURROUGHS, 2005, p. 91), a dissolverem as proteínas molares dos corpos em aminoácidos nômades, para absorverem antropofagicamente os demais; ou ainda de “Policiais oníricos” (BURROUGHS, 2005, p. 64) protoplasmáticos a se desintegrarem diante de uma tosse nauseada. É neste universo que surge o conceito de “biocontrole” (BURROUGHS, 2005, p. 171). Trata-se do controle das emoções, pensamentos, percepções, gestos, através de emissões eletromagnéticas as quais afetam diretamente os impulsos elétricos cerebrais, criando um mundo adequado às vontades requeridas sem qualquer coação, constrangimento ou dor, muito antes o contrário, seduzindo-nos adictos do que move ao próprio controle.

2.5.2. Tautologia.

Vivemos então em um mundo de emissões bioeletromagnéticas, sem qualquer relação com outra coisa que a conexão e interferência entre elas. Defrontamo-nos novamente com a questão do gênio maligno de Descartes (1999a), mas agora, temos toda a certeza de que nossos sentidos são manipulados por nossa história, por nossos próprios olhares e dos demais. Somos fluxos, histórica e contingencialmente construídos, em um embate re-criador constante com outros fluxos, assim, mesmo que abandonemos a idéia de um gênio gerenciador de nossas experiências, vemo-nos reduzidos a elas, sem possibilidade de buscar fundamento ou referente final e certo, que garanta a certeza de um saber verdadeiro, o qual possa alavancar nossos juízos.

Somos obrigados, a partir desta perspectiva, a abandonar os referentes assim como as teleologias: de um lado fundamento primeiro, de outro, sentido último. Os fluxos, em sua ação, são sua produção, são seu sentido e fundamento em sua própria força atuando; não necessitam de um referente ou sentido transcendentais, para além de si, que garantam sua validade, os critérios aqui são outros, não mais os de saber verdadeiro justificado.

Assim, sujeito e atributo são um só, o que, lido segundo parâmetros lógicos binários (que persistem na divisão sujeito-atributo), redundam em tautologia: uma proposição analítica que permanece sempre verdadeira, uma vez que o atributo é uma repetição do

sujeito (como na afirmação “o verde é esverdeado”). Afinal, juízos afirmados a partir dos critérios de verdade de um tempo, sempre serão verdadeiros neste, segundo a vigência de seus próprios critérios. A percepção do caráter tautológico do nosso tempo, é a percepção da construção histórica casual, sem teleologias, do ser e do saber.

Muitas são as facetas visibilizadas desta circularidade auto-referida do contemporâneo, e diversos são os autores que as provém de matizes variados. Em Burroughs, por exemplo, vemos a afirmação do caráter tautológico do contemporâneo no momento em que ele afirma que tanto o *controle*, quanto a *emissão* (estratégia virótica de realização do primeiro), “...não pode de modo algum ser um meio para qualquer fim prático... Não pode de modo algum ser um meio para qualquer coisa além de mais controle...” (BURROUGHS, 2005, p. 172), ou de mais emissão. Vemos, já com Hardt e Negri (2004), que o Império se constitui como uma rede global de comunicação, a qual não se reduz a expressar algo, mas quando expressa está a criar e organizar a mesma coisa à qual dá expressão. Produção, conjunção e justificação em um só ato: comunicação. Expressar e tornar-se são uma só coisa em uma unidade onto-epistêmica.

Baudrillard (1995) elabora uma argüição semelhante, que diferencia entre o código que comunica o mundo e o código que comunica código, sendo este último a marca das relações na contemporaneidade, onde o comunicar-se publicitário toma conta de tudo, e o principal sentido da comunicação passa a ser reproduzir-se por si. A comunicação, então, desfaz-se do referente, reiterando tautologicamente a si e erigindo mundos pela recombinação dos elementos codificados. Para Debord (1997), tal tautologia publicitária seria o resultado de um processo de degradação mercantil: do ser para o ter, do ter para o parecer. Processo, o qual, alterara os laços sociais e os modos de viver ao mundo, diante da mediação total do vivido por imagens: “...mundo da imagem autonomizada, no qual o mentiroso mentiu para si mesmo.” (DEBORD, 1997, p.13). Isso institui um monopólio tautológico da aparência onde o que aparece é bom, e o que é bom aparece, se torna espetáculo: “... celebridade é uma pessoa conhecida por ser muito conhecida e um best-seller é um livro que vende bem porque está vendendo bem.” (BAUMAN, 2001, p.80).

Do mesmo modo, no território das relações econômicas, viu-se a construção de tautologias. Com os grandes Trusts de capital no início do século XX e com o fim do referente ouro enquanto padrão de medida do dólar em 1971, assistimos a crescente

desvinculação entre reprodução de capital e produção de bens de consumo (HARDT & NEGRI, 2004). O capital reproduz-se a si, em um processo virtualizado, onde dados e publicidade regem a escrita dos palpites e boatos que definem o que ocorre com os dados e a publicidade: códigos e códigos confrontando-se em decodificações constantes. Mecanismo que gera empresas e indústrias mantidas pela especulação do capital financeiro, alheio ao produtivo. O que produz inclusive imposturas econômicas como a do caso Enron, tendências administrativas que passam a vender seu sucesso por si, sendo a compra da imagem pelos demais, mais importante que a venda de produtos ou serviços: “...o jogo já não precisa de um propósito, se continuar nele for a sua única recompensa.” (BAUMAN, 2001, p. 142).

Trata-se de um mundo composto por uma rede de fluxos viróticos, de códigos auto-replicáveis, os quais encontram-se em arranjos de combate e aliança na produção constante das ontologias de nosso tempo. Porém, aqui as condições que determinam uma consistência ontológica, um status de ser, não são as mesmas que se considerava antes. Como já foi dito, não nos interessa mais os critérios definidores de um saber verdadeiro e justificado segundo o apelo a um referente ou sentido fundamentais. Ao invés de buscar-se a consistência em um fundamento último atingido por um método disciplinar como na modernidade, aqui importa a capacidade de dispersão e contágio do fluxo: aquele que se espalha “é”. Não por acaso, os mesmos critérios que determinam a validade de uma peça publicitária, são os que definem a consistência do ser em nosso mundo contemporâneo: troca-se os critérios de busca da verdade pelos da busca de contágio, em alguns casos, reduzido à busca pelo sucesso. Partindo disso, podemos definir tal lógica de operação enquanto uma *tautologia publicitária*. Operação a qual se realiza em uma máquina social que pode se denominar, entre muitos batismos possíveis, capitalismo cognitivo, ou “Attention Economy” (MARAZZI, 2002).

A imagem e o código, tornados autônomos, estão para além do referente, e tem seus próprios critérios de validade, os quais encontram-se em sua capacidade de auto-proliferação. Do mesmo modo que um vírus e uma profecia auto-realizada, a tautologia do código encontra sua consistência ontológica na funcionalidade da sua capacidade de espargir-se por entre todos e inoculá-los com seu código. Modo tautológico de vida, o qual podemos ver expresso em mais uma fórmula, desta vez apropriadamente retirada de uma

propaganda da televisão brasileira: “Os biscoitos São Luis são os mais frescos e crocantes e por isso todos os compram, ou porque todos os compram os biscoitos São Luis são os mais frescos e crocantes?”

2.5.3. Pseudosimulado.

Ainda que compreendam a constituição do mundo contemporâneo como se dando através deste corte tautológico, isso ainda é descrito, em alguns dos autores acima citados, enquanto a ausência de algo que foi corrompido por um processo econômico de degradação do *socius*. Ao defrontarem-se com a ausência de sentidos pré-definidos, ou de bases com as quais pudessem averiguar um fundamento último da realidade deste mundo, construído com atributos sem essências, muitos foram os autores que enroscaram-se nas linhas das diferenciações entre verdade e mentira. Mantendo uma perspectiva de simplificações binárias, Debord utilizou-se de conceitos como “irreal” para falar da imagem vivida, ou de “pseudonecessidades” (DEBORD, 1997, p.35) moralizando os caprichos do consumo. Do mesmo modo Baudrillard irá utilizar-se de “pseudo-acontecimentos” (BAUDRILLARD, 1995, p.133) para referir-se ao que ocorre nesta “neo-realidade” (BAUDRILLARD, 1995, p.133). E, ainda que ambos admitam o caráter ontológico distinto da imagem, em sua sustentação para além das díades falso-verdadeiro e real-irreal, ambos insistem em rebaixar ontologicamente à mesma com a utilização do prefixo “pseudo”, tratando-a como mentira, simplificando a sofística do mundo publicizado em mera retórica. Dá-se aqui a diferenciação verticalizante entre simulacro e genuidade, ou seja, entre aquilo que é matriz real, verdadeira, e a mera cópia vulgar, falsa, imperfeita em sua ontologia falha de clone.

Sem dúvida o mundo torna-se cada vez mais imaterial: em pixels, cores e formas, sem outra substância concreta que as ondas eletromagnéticas. No entanto, o deslocamento “do ser ao aparecer” não demonstra a falsificação do genuíno, mas sim, uma sutílização, desterritorialização, da ontologia. Não é a ruptura do significado diante do Império significante, mas antes a indiferenciação entre estes.

Assim, o tempo contemporâneo, em seu corte de composição de subjetividades, não deve ser reduzido a um simulacro circular que expurga a realidade do seu âmbito. Como já foi dito, a tautologia se baseia na relação entre um sujeito e um atributo que é a redundância do sujeito, porém, e se dissolvermos esta polarização compreendida enquanto redundante? Podemos abrir este conjunto em processo, livrando-o dos julgamentos desmerecedores

tanto do seu estatuto ontológico (cópia imperfeita), quanto epistêmico (simulação alienante), deslocando a tautologia binária e identitária, diluindo seus opostos fronteiriços nos fluxos dos paradoxos.

2.5.4. Paradoxalidade.

Segundo Foucault (2001c), quando nos deparamos com o paradoxo do mentiroso, onde um homem afirma “estou mentindo”, defrontamo-nos não simplesmente com o paradoxo da sentença e seu conteúdo, os quais não cessam de movimentar-se entre a veracidade ou falsidade da assertiva (já que, diante do conteúdo expresso de que o sujeito está mentindo, a veracidade da frase torna-a falsa e vice-versa). Para este autor, a principal questão daí advinda é: “o sujeito que fala é o mesmo aquele pelo qual ele é falado.” (FOUCAULT, 2001c, p.219), problemática a qual será expressa em outra assertiva: “eu falo”. Afinal, falar que se fala é visibilizar a circularidade na qual se acenta o sujeito que fala a si. Aqui, assim como no “cogito” cartesiano, aparentemente, a assertiva dobra-se sobre si em sua tautologia de evidência não questionada de seus princípios, gerando uma interioridade auto-referida na qual nada escapa, tudo a reafirma, acalentando maternalmente uma interioridade identitária.

Mas, tomando o “eu falo” em sua expressividade material mesma, na sua presentificação de um ser enunciado, e não segundo seu aspecto formal e lógico, vemos nesta a transitividade estilhaçada, crua e cruel, de algo que não existe antes ou depois, porém, que simplesmente existe enquanto se afirma força, enquanto é falado e atraído para o deserto exterior onde se perde do autor imaginado e representado, encontrando-se em uma rede impessoal de relações outras, desfazendo-se quando se cala, permanecendo silêncio do zunzumzum anônimo. Fala-se aqui, não aos sentidos e referentes. Dá-se rouca voz, de grossas cordas vocalizadas, à delação do dissolver-se do sujeito por entre um mar de predicados. Rouca voz de caminho incerto e interferências múltiplas, onde o gaguejar ou a tosse ultrapassam a autoria na evidencia do acaso, demonstrando que deus sim joga dados. Fala-se linguagem na expressividade crua do grito e do gemido, do resfolegar que se mostra carne e sangue, corpo em expressão que ultrapassa a identidade da interioridade dos órgãos privados, antes um mar-corpos em oscilações e (des)aparecimentos constantes e nada contrastantes. Lágrima e suor que salgam e odorizam o papel epidérmico, o qual já não adormece sob os tremores que lancinam lançando-lhe vivo ao exterior do deserto

povoado: “...em um silêncio que não é a intimidade de um segredo, mas o puro exterior onde as palavras se desenrolam infinitamente.” (FOUCAULT, 2001c, p. 224).

Não estamos diante de um mero jogo de contrários, pois aqui as diferenças unem-se em um movimento de por vir que revira os pólos abrindo-os às interferências do caos dos possíveis. Tampouco, temos aqui a divisão entre sujeito e atributo que sustentava a tautologia autogeradora, a qual produzia identidades e interioridades sem jamais sair do lugar. Aqui, de fato, falamos de deslocamento incessante: ultrapassamos a tautologia do sujeito que fala e é falado, para além do sujeito, em um emaranhado de falas anônimas e cotidianas a se agenciarem e (re) criarem.

O paradoxo deflora a calma das flores domésticas, desprovidas de absurdo em suas harmonias envasadas. Selvagem, invade, abre as pétalas de geometria profunda e concisa, em um desarranjo aleatório, sempre cada vez mais aleatório, sob o sopro do vento solto, aquém de correntes, “Devir-louco” (DELEUZE, 1975) que aponta todas as direções quase ao mesmo tempo. Para o paradoxo não há “um” sentido, há todos, e, para o tempo paradoxal, já não há possibilidade de efetivar-se a distinção tripartida. Passado, presente e futuro, não existem mais, no momento em que o paradoxo destituiu a flecha que organizava um sentido que permitia tal divisão: “...o paradoxo é a afirmação dos dois sentidos ao mesmo tempo.” (DELEUZE, 1975, p.1).

Passado, presente e futuro, se fundem em uma não-separação. Eu e mundo, garantias identitárias da previsibilidade e regulação, se deslocam em um movimento incessante, imprevisível. Constante transmutação, continuidade entre direito e verso em reversões muitas, o tempo paradoxal está sempre, não a apontar um lado, mas criar um novo, com a torção, sobreposição e colagem de todos os outros. As definições aqui não duram, pois, no molejo nada retranqueiro do movimento, estão sempre a fluir-se outra coisa, reeditando concepções e ditando novidades do porvir, a subverter as linhas que regulavam e regulamentavam a estabilidade do mundo em suas divisões compreendidas e esperadas. Malandramente anda o tempo contemporâneo de viés, sempre escorrendo diagonalmente sobre as identidades e sentidos, deixando-se capturar fugazmente em um flerte, para logo depois seguir o bailado em novas paixões confusas.

Bom-senso e senso-comum operam uma sobrecodificação dos fluxos, os quais passam a ordenar-se em geometrias planas que lhes provém de sentido único, o que, por sua

vez, lhes doa inteligibilidade e previsibilidade. O paradoxo arrebenta ambos, destituindo o lugar-comum, nomadiza as singularidades em seus arranjos, sempre mutando perguntas e dissolvendo repostas. A linguagem extirpada do bom-senso e senso-comum pela “paixão do paradoxo” (DELEUZE, 1975, p.51), torna-se impossível, já sem sujeito que enuncie como autor, referente a ser designado, ou categorias estáveis a servirem de atributo essencial ou sentido único.

O paradoxo não nos leva a lugar algum, nos remete a um ilimitado que apresenta o absurdo. Ele afirma o sim e o não, colocando-se para além do falso e verdadeiro, tornando-os necessários um ao outro para sua afirmação, como no já citado paradoxo do mentiroso: “eu estou mentindo ao dizer esta frase”, ou ainda, “esta afirmação é falsa”. Tal operação nos desloca ao absurdo, diluindo o limite em ilimitado. No paradoxo de Zenão de Eléia, por exemplo, uma flecha tem que percorrer uma distância X do ponto onde se encontra o arqueiro até o alvo. No entanto, antes de percorrer X, a flecha terá de percorrer a metade de X, e antes disso a metade da metade de X, e assim sucessivamente até concluirmos que é impossível à flecha deslocar-se do arqueiro ao alvo, já que a distância dividida ao infinito torna-se ilimitada. Vemos assim a coerência axiomática dos sistemas posta em cheque, por uma força que acaba com os esquadros que lhe ordenam, insulflando um movimento *nonsense*, sempre a movimentar-se em uma criação do ilimitado, em uma reafirmação da incompletude do devir.

Aqui, onde corre o paradoxo, as pernas do axioma já não alcançam mais, e passam a dobrar-se sobre seus próprios limites como um rato enjaulado que se exercita na roda. Mas, no caso da máquina capitalística contemporânea e sua axiomática decodificante, o paradoxo em sua injeção de absurdo e desordem, finda por tornar ilimitadas as fronteiras deste sistema.

2.5.5. Crise.

Na teoria política moderna (Hobbes e Rosseau), a organização civil humana é a construção de um interior em contraposição ao fora da natureza. Esta última, por sua vez, com seus impulsos, paixões e desejos, constrói um fora que habita o dentro de nossa consciência. Na contemporaneidade, o processo civilizatório alcança um nível tal onde já não resta fora ao dentro: mesmo as matérias primárias, antes advindas todas da natureza, agora também são sintéticas, e mesmo os impulsos e desejos são culturais. Tudo é histórico,

tudo é artificial enquanto tudo é construído no tempo. Não restam mais fronteiras ou margens: “A moderna dialética do dentro e do fora foi substituída por um jogo de graus e intensidades, de hibridismo e artificialidade.” (HARDT & NEGRI, 2004, P. 207).

Enquanto a modernidade em sua potencia esquadrihadora disciplinar operava divisões binárias na sociedade, definindo claras divisões entre dentro e fora, e erigindo conflitos dialéticos; os tempos contemporâneos, e seus paradoxos, desconstruem diversas destas fronteiras. Os pólos se desfazem em movimento. Assim, a crise definida e mantida por regulação dialética dos opostos na modernidade (indivíduo e sociedade, natureza e cultura, etc.), passa a uma “onicrise” (HARDT & NEGRI, 2004, P. 209), onde o inimigo qualquer surge e finda, sem clara definição ou localização, esquivo, invisível, invulnerável.

A crise é vista enquanto um modo de operação fundamental da sociedade contemporânea. Todas suas instituições encontram-se em crise: família, trabalho, hospícios, justiça, meio-ambiente, ONU, nação, sexualidade, valores, etc. No entanto, tais operações fazem parte do normal funcionamento da máquina capitalística contemporânea e seu funcionamento baseado na decodificação desreguladora. Ela necessita criticar a si mesma, para daí encontrar em suas linhas de fuga um novo território para expandir-se, e, para tanto, se vale do motor paradoxal e suas decodificações ilimitadas. Assim, por exemplo, se os capitalistas tendiam individualmente a serem conservadores, é a crise no sistema que impõe a necessidade de saltos re-estruturadores: por isso a pró-atividade da crise na máquina capitalística hoje. Como dizem, através de orientalismos ancestrais, os gurus do capitalismo cognitivo, no chinês se usa uma mesma palavra para crise e para oportunidade. Assim, crise aqui significa imperativo de mudança, em um mundo no qual mais seguro está quem mais se arrisca: “...é estabilizada por suas instabilidades, por suas impurezas e misturas; acalmada pelo pânico e pelas ansiedades que continuamente produz.” (HARDT; NEGRI, 2004, p.222).

Tal movimento de mudança opera diversas capturas alimentadas a partir das fugas desreguladoras da máquina capitalista. Onde esta está a perder-se, corromper-se ou esvair-se em desperdício, é exatamente o ponto através do qual irá expandir-se e revigorar-se. Decodificando, desterritorializando, seus fluxos e reterritorializando-se sobre estes, para depois decodificá-los ainda mais: um crescente processo de desarranjo. Neste motor paradoxal da inclusão da sua negação o capitalismo contemporâneo dissolve todas suas

fronteiras espaço-temporais e subjetivas, tendo o ilimitado como terreno desterritorializado para sua realização.

No entanto, tal processo não se dá de modo a máquina extinguir-se a si e sua lógica. Sem dúvida, ela está sempre a abrir-se para um absímo que a destrói-constrói, mas não sem cuidados para não esvair-se nos fluxos soltos da esquizofrenia. Para tanto, a máquina opõe-se a um limite relativo, e não absoluto, onde sua axiomática consegue refrescar-se na fertilidade dos paradoxos, sem perder-se por completo na fome esquizofrênica destes (DELEUZE; GUATTARI, 1976). A máquina incorpora os limites a si, mas torna-os múltiplos e superficiais, torna-os domesticados à sua axiomática economicista mínima, a qual permite diversas e constantes reordenações do sistema em função de sua continuidade pela produção de paradoxos.

É como no comentário de Artaud sobre a presença dos paradoxos na obra de Carroll (DELEUZE, 1975), onde o primeiro julga o último enquanto um polido e infantil perverso a flertar com o non-sense do paradoxo, sem sofrer a dilaceração da ausência total de limites deste. Na máquina capitalística contemporânea, o paradoxo se dá como doador de novos sentidos aos seus mecanismos, rejuvenecendo suas operações, livrando-as dos seus limites próximos, mas não libertando-as em um caos onde se poderia construir um corpo sem órgãos (DELEUZE; GUATTARI, 1976).

Sua lógica de operação, portanto, é a conjunção, a inclusão antropofágica que assimila o distinto em novas engrenagens do seu mecanismo fluído e flexível, tornando tudo intercambiável a partir da medida abstrata do capital: sua axiomática máxima. Nesta conjunção das suas fugas em si, a máquina está sempre a ultrapassar as regulações antes impostas por binarismos e geometrias ordenadoras das máquinas de ressonância soberanas, mas sem conjurar-se por completo em esquizofrenia. Somente flerta com esta para ampliar seus limites ao ilimitado.

Ao contrário de uma mera repetição tautológica, a máquina capitalística contemporânea prima pelas constantes mudanças. É uma exigência do hoje que todos estejam flexivelmente dispostos a alterarem os rumos e modos de seus fluxos, para a melhor capitalização dos mesmos. Assim, vemos redemoinhos sem centro, levemente gonzos que se encontram sempre em movimento, fugindo de seu eixo anterior na direção da passagem por outros.

Uma máquina de complexo mecanismo que visa, antes de tudo, não à realização de uma função, mas a expansão e complexificação em minúcias do próprio mecanismo. *Gadget*, bugiganga, engenhoca, são modelos de tal lógica gonza de funcionamento, onde a desconexão entre funcionamento e utilidade, traz à tona, para nós, uma das características dos objetos de consumo: sua valorização por uma inutilidade funcional, pela sua capacidade de gerar e gerir signos massivos, mas diferenciadores.

Trata-se de uma máquina que funciona pelo absurdo. Como nas gambiarras de Rube Goldberg (BURROUGHS, 2005), o que importa aqui é a criatividade e espetacularidade do funcionamento do próprio mecanismo, que nada mais deve à funcionalidade do que se fazer funcionar de modo cada vez mais gratuito, com o máximo dispêndio de energia e o máximo de sutileza das engrenagens, ao mesmo tempo em que deve maximizar o deleitar de todos com o entretenimento de suas complexas e descabidas junções. Sempre criando mediações e mais mediações, entres e mais entres que se multiplicam entre, até o resultado, quando existe.

Buscar o máximo de complexidade e dispêndio de energia em um mecanismo voltado ao inútil e caprichoso moto contínuo de si. Uma gambiarra que adquire seu sentido de utilidade exatamente em sua inutilidade. Como na estilística do clichê, o Kitsch, que é também uma faceta do ultrapassamento da utilidade, da referência e do sentido na contemporaneidade.

Lugar-comum na estética da reprodutibilidade, o kitsch foge das linhas funcionais em sua simplicidade prática e fabril, para realizar-se nos rococós e maneirismos contemporâneos. Longe de ser um simulacro vazio de outros tempos, como quando nas simulações arquitetônicas de outros tempos ou lugares, ele é a medida do excesso. É o esbanjamento tornado imagem da abundância, como nos Cassinos de Las Vegas, ou seja, é o sentido de opulência que garante a opulência do sentido. Assim, o clichê, o estereótipo vulgarizado e saturado de minúcias e referências, não deve ser tomado enquanto completamente sem função ou referência: trata-se da auto-realização da abundância pela manipulação de seus signos em um mundo-significante: "...dando-se a abolição do significado e a tautologia do significante." (BAUDRILLARD, 1995, p.130)

Consumo visto enquanto excesso, destruição, é o sentido máximo que um objeto pode atingir no contemporâneo mercadológico. A queima que paradoxalmente reafirma a

abundância, reafirma sua condição de supérfluo e reafirma a distinção obtida pela “posse” do objeto. O consumo enquanto destruição é a fluidificação do bem, da posse à experiência, principalmente quando tal experiência nos eleva da necessidade à constituição de uma singularidade pelo capricho. Como a nota de cem dólares queimada para acender o charuto, a qual ascende para além do seu valor de troca concreto, incensada ao espetáculo da abundância e do supérfluo. A nota de cem dólares queima, se transubstanciando da sua abstrata potência de converter-se em bens concretos, para o puro fruir do usufruto, tão prazeroso e sofisticado quanto supérfluo, do charuto, o qual, por sua vez, também queima uma pequena fortuna enrolada por mãos simples, transubstanciando a concretude das lavouras e processos de preparo do tabaco negro cubano, em uma miríade de sensações descritas em uma linguagem esotérica e pernóstica. A queima gratuita da moeda valiosa, tornando-a um excêntrico e caríssimo fósforo, é a marca do espetáculo da abundância na destruição caprichosa, fugaz e completa.

2.5.6 Estilística contemporânea.

Podemos, agora, visibilizar algumas das operações de corte que constituem uma estilística contemporânea, a qual compõe o conceito de contemporâneo, tanto em sua versão substantiva quanto adjetiva. A tautologia instaura a auto-referência livre de outros sentidos, advinda de uma percepção do ser enquanto historicamente construído. Do mesmo modo, tal circularidade aponta uma formação de consistência ontológica na dispersão virótica, auto-replicação, e não nos tradicionais critérios de verdade.

O paradoxo desloca a circularidade fundada no binarismo sujeito-atributo, dissolvendo-a em uma configuração nômade, em constante deslocamento para além das polaridades. O tempo já não é dividido em passado, presente, futuro, não há fronteiras entre interno-externo, natural-artificial, etc. Tudo está em movimento, e este deslocamento afirma todos os sentidos possíveis desta rede temporal sem fronteiras. O absurdo e o ilimitado operam a abertura dos conjuntos estáveis em por vir sempre incompleto. Paradoxo onde a sustentação se dá na crise, a criação na destruição, a necessidade no supérfluo, o sentido no non-sense. Tautologia, paradoxo, dispersão virótica publicitária, crise, desregulação, são alguns dos diversos modos desta contemporaneidade operar suas subjetivações.

2.6. DO TEMPO CONTEMPORÂNEO.

Vemos, então, uma estilística que já não imprime um espaço-tempo unívocos e uniformizados no ímpeto de universalidade e eternidade perante um caos das contingencialidades. Antes, reafirma-os em sua casualidade construída no tempo. Um tempo e história não unificados em um sentido teleológico, sem acumulação ou esvaziamento. Sem quadros definidores de verdades totais a partir das quais pode-se inteligibilizar e julgar qualquer fenômeno, gosto, etc, vê-se a estes como arranjos dinâmicos formados na história de seus fluxos constituidores e naturalizados em um determinado jogo lógico ao qual pertencem. Nada é natural enquanto dado por si ou auto-evidente. Tudo é construído e naturalizado em um tempo-história de ilimitados sentidos, rumos e direções possíveis.

Enquanto a temporalidade moderna é estar à frente do seu tempo, apagando com a força do seu impacto as forças mnemônicas do que existia antes; ser contemporâneo é afundar-se na rede, nos seus tempos diversos, investigar estilos esquecidos e trazê-los à tona em sua estranheza retrô (nada mais contemporâneo do que algo retrô) para compor novas variações sem apego às suas formas tradicionais. Assim, ao invés de estar à frente do seu tempo, o contemporâneo habita a conjunção dos diversos tempos que constroem seu instante, buscando uma customização temporal a partir desta heterogeneidade flexível e singular. Perambula-se mais pelas tramas virtuais da rede temporal, complexificando as tendências de atualização.

Um dos nomes deste contemporâneo, como foi visto, é pós-modernidade. Segundo alguns autores (IÑAKI, 1994) existem duas perspectivas distintas sobre o prefixo *pós*, ali colocado de forma tão polêmica: o *pós* de oposição, que nega, e o *pós* de desconstrução, que adentra. Desconstrução, Desmistificação, Desnaturalização, Genealogia-Arqueologia, Anamnesis, são diversos conceitos presentes no pensamento contemporâneo, e que, afirmam um modo contemporâneo de perguntar-se sobre a atualidade. A anamnesis de Lyotard é um processo de mergulho no tempo para descobrir as ligações contingentes executadas de modo não deliberado (inconsciente) pelo social, e que, com sua compreensão e deslocamento, pode possibilitar a descoberta de sentidos escondidos que, por sua vez, possibilitarão novos sentidos. Já o conceito de desconstrução em Derrida, o atrela a uma genealogia conceitual da construção dos sistemas de oposição, adotando uma posição “terceira” (uma indizível exterioridade do sistema de oposições) perante esse e

visibilizando o que ele poderá, na história, ter dissimulado ou proibido. Ainda que convergentes em vários pontos como a busca da rede contingencial de conceitos, sensibilidades, fazeres, etc. que sustentam um modo de mundo determinado, para assim, de certa forma, delatar sua casualidade quase arbitrária e visibilizar as possibilidades de mudança no contemporâneo; há uma clara distinção entre a anamnesis e a desconstrução para com a Genealogia-arqueologia foucaultianas, ao tentar, esta última, priorizar em sua empreitada, a ausência de julgamentos de legitimidade, presentes na pressuposição da descoberta de algo escondido (anamnesis) ou proibido e dissimulado (desconstrução).

Mas, todos afirmam este outro modo de relacionar-se com o espaço-tempo e de perguntar o que é a atualidade e qual seu campo de experiências possíveis. Não mais apagar o passado na direção de um futuro ou valorizá-lo engessado como tradição, mas sim, voltar-se para ele sem receios de profaná-lo. Afundar-se no tempo, mas sem sair do presente intensivo e não vazio. Adentrar nos tempos cujas linhas cá estão nos formando: nossos tempos contemporâneos. Emaranhar-se nestas linhas, pois, de nada adianta esquecê-las em nome de um salto para o futuro, lá estão elas, ainda, contendo e estimulando com suas amarras materiais e imateriais. Emaranhar-se, mas sem medo de tocá-las com a própria carne e sangue, sem medo de rompê-las com nosso martelo, maculá-las com a sujeira de nossa perspectiva nada asséptica, afinal, voltar-se para o emaranhado e neste enosar-se com um culto ao mesmo, somente nos torna ainda mais presos às linhas do passado, limitando mais ainda nossa nuvem virtual de possíveis.

O presente, quando cortado pela estilística contemporânea, torna-se então o instante gordo do tempo intensivo (BERGSON, 1964). O atual que é constituído por todas as contingências do passado e possibilidades do futuro que se colapsam no instante sempre a recriar sua duração. Como se vislumbrássemos o presente enquanto o colapso das intensidades provenientes de dois cones (passado e futuro): um que concentra sua imensidão neste e outro que tem sua imensidão reconfigurada neste. Mas, ambos, somente são e estão neste hoje chamado presente contemporâneo. Estamos nos recriando a todo instante, e nesta perspectiva perguntar-se do hoje é mergulhar nos tempos diversos para reconstruir nosso arranjo de forças presente como uma obra de arte.

2.7. CIÊNCIAS HUMANAS E CONTEMPORANEIDADE.

Adular a tradição marcada na memória e venerá-la com os rituais do cotidiano, é próprio ao homem do ressentimento (NIETZSCHE, 1999b), apegado a abrir labirintos de interioridade, nos quais se perde em devaneios que lhe garantem a impossibilidade da ação, de abrir-se ao risco de reinventar-se. Exatamente o contrário do que aqui se pretende com este movimento de desnaturalização dos sistemas, das coisas, pessoas, enfim, de nosso mundo como o vivemos. É um movimento de sair de casa: “acordar pela manhã na casa de um estrangeiro.” (LISPECTOR, 1998), apaixonar-se pelo estranho e exótico, negando-se a ficar em casa sedimentado ao natural, mas antes como o *andarilho*, buscar o desassossego dos *perigosos talvez* (NIETZSCHE, 1999a). Ao perguntarmo-nos sobre o agora contemporâneo operamos uma relação de desnaturalização com os fazeres, saberes e existires, que desloca os jogos de visibilidade-invisibilidade, inteligibilidade-ininteligibilidade que presentificam estes. Deste modo, permite-se o deslocamento do óbvio, do natural, aquilo que nos é invisível exatamente por ser mais próximo, menor ainda que extremamente abrangente. Torná-lo exótico, estranho ao nosso olhar que passa a vê-lo e questionar a rede contingente que suporta sua existência sem necessidade ou causas suficientes.

Pois, é visibilizando, pelo estranhamento, a rede de relações de saber-poder que constroem nosso tempo, que conseguimos não apenas compreender as condições de possibilidade que lhe dão suporte, mas também abrir o campo de possibilidades de reinvenção dos arranjos de fluxos que constituem nossa atualidade. É quando *desnaturalizamos* os sistemas de legitimidade segundo o qual existimos (com, a Arqueologia e Genealogia), que visibilizamos os pontos estratégicos do atual os quais devem ser problematizados para intensificar a abertura às virtualidades diversas que estão atualizando o presente. E é com este ímpeto que aqui realizamos uma genealogia do espaço-tempo da loucura na cidade de Porto Alegre, para provocar nosso pensamento sobre os espaços da loucura e loucuras do espaço contemporaneamente. Para abrir fissuras por onde vertam novas visibilidades, possibilidades outras de enunciados e arranjos de forças.

“Para apalpar as coisas do mundo é preciso saber:

a) Que o esplendor da manhã não se abre com faca

b) O modo como as violetas preparam o dia para morrer

c) Por que é que as borboletas de tarjas vermelhas tem devoção por túmulos

D) Se o homem que toca de tarde sua existência tem salvação

E) Que um rio que flui entre dois jacintos carrega mais ternura que um rio que flui entre dois lagartos

F) Como pegar a voz de um peixe

G) Qual o lado da noite umedece primeiro

Etc.

Etc.

Etc.

Desaprender 8 horas por dia ensina os princípios

Desinventar objetos. O pente por exemplo.

Dar ao pente funções de não pentear. Até que

Ele fique à disposição de ser uma begônia.

Ou uma gravanha

Usar algumas palavras que ainda não tenham idioma.

(...)”

(Manuel de Barros. Uma didática da invenção)

[imagem]

3. CORPOS EXPERIMENTOS.

3.1. CONHECER/SER.

Após falarmos das estilísticas temporais da contemporaneidade e suas relações com um determinado modo de adentrar a trama dos tempos para nesta produzir um saber de guerrilha, investiguemos agora outro aspecto deste modo perscrutador contemporâneo que aqui se propõe. Falemos do corpo do pesquisador, seu corpo para além do orgânico, seu corpo vivo que conhece e tece as já citadas tramas, no seu perambular pelas forças que constituem o urbano. Uma experimentação corporal que redunde em experimentação de perspectivas do *conhe-ser*: uma epistemologia indissociável das transformações ontológicas e vice-versa. Assim, podemos melhor compreender o quanto vida e pesquisa se tornam indiferenciados em uma empreitada cartográfica, que se coaduna à prática genealógica antes especificada: ambos se imiscuem na acontecimentalização das linhas do presente.

Nosso corpo e seus sentidos são discutidos desde antes da Antigüidade enquanto um campo a ser recortado para dar origem a mundos possíveis a partir de determinadas estilísticas do sentir. As relações entre corpo e saber objetivaram diversas formas de esculpir esta relação da corporeidade com o acesso à verdade ou invenção de conhecimento. Desde os rituais indígenas, com suas inscrições de signos sobre o corpo para efetuar a comunicação com os devires dos espíritos animais, ou, da classificação da humanidade a partir da tripartição do corpo em estômago, coração e cabeça como no Bagahvad Gita (texto chave da filosofia hindu), vemos o erigir de certos corpos para certas concepções do *conhe-ser*. Vislumbremos agora, de modo parcial e restrito, o contexto onto-epistêmico que proveu as condições de possibilidade para a instauração de um corpo-cartógrafo.

3.2. CORPO-PRISÃO: TREVAS DA MATÉRIA.

Iniciemos pela Grécia antiga, não por acreditar que somente ali tenham sido originadas as elucubrações consideradas como um pensar que se possa chamar filosófico, mas, sim, pela importância da filosofia grega na construção do que denominamos cultura ocidental, servindo para esta usualmente enquanto uma espécie de mito de origem. Por mais que seja conhecida pela atenção dada ao corpo, alguns dos principais filósofos da Grécia antiga não tinham o mesmo entusiasmo para com o cultivo de uma relação de

enaltecimento do corpo enquanto virtude. Capturemos, para nossa pequena narrativa, alguns operadores conceituais de dois renomados pensadores de então: Platão e Aristóteles.

Em Platão, o ato de dar nascimento à verdade parte da possibilidade de ascender ao mundo abstrato das idéias que habitam nossas reminiscências, as quais, por sua vez, nos habitam o espírito desde nossa transmigração para o corpo atual, quando se quedaram no esquecimento exatamente em decorrência do contato com a carne e sua fabilidade de ser-no-tempo. Os objetos sensíveis existem no tempo, surgem e somem, são falhos, sofrem de uma gagueira existencial desarmônica. Por isso, estes não SÃO de fato, apenas participam do SER dos objetos inteligíveis. Ocorre que o SER, se perfeito, não pode deixar de ser, sendo o fenecer e o mudar uma marca de imperfeição, pois, não permanece como é, logo não É de fato verdadeiramente. Assim, as Idéias platônicas são estruturas inteligíveis moldadas por um Demiurgo, as quais, por mais que tenham um surgimento, não se encontram no tempo, mas sim fora dele: na eternidade. Já os objetos sensíveis são somente por, de alguma forma, participarem da perfeição pertencente às Idéias, mas possuem um status ontológico inferior, pois estão submetidos às mutações que assolam nosso mundo vulgar das coisas de sentir. A cadeira em que estás sentado agora foi forjada por mãos humanas, rangem e quebram, não podem ser o SER de fato, pois são falhas, apenas participam da Idéia de cadeira que habita o mundo eterno e perfeito que sempre É: o mundo inteligível das Idéias.

E, qual seria o modo de vencer esta escuridão da carne? Vencendo a própria carne e suas paixões. Para ter acesso a este mundo inteligível novamente, devemos buscar a pura inteligência apartada de tudo que é sensorial. A partir deste critério, Platão irá construir sua República meritocrática dos filósofos-reis, erigindo uma tripartição social em muito semelhante a antes mencionada pelos hindus: quanto mais afeita aos prazeres básicos mais desprezível é a existência e menores são as suas condições de se guiar por si. Do estômago voluptuoso à mente imaterial e pura, passando pela nobreza do coração do esteta ou guerreiro, vemos uma necessária negação do corpo para o correto viver e conhecer. Do mesmo modo, as tão aclamadas capacidades de Sócrates, para com o controle de suas sensações, ressoam um ascetismo platônico: suportar os efeitos do frio intenso na neve, sem cobrir-se, durante as longas marchas, permanecer sóbrio e lúcido, por mais vinho que beba

e, ser o único que não é acometido da vontade de se deitar com o mais belo jovem do banquete.

Do mesmo modo, Aristóteles, ainda que veja o conhecer como dependente do sensório, irá dizer que o acesso à verdade deve ultrapassar os acidentes das substâncias, podendo-se compreender por acidente tudo aquilo que não é essência da coisa, aquilo que se adjectiva da substância imutável da coisa sem ser parte essencial da definição da mesma, pois, que muda, admitindo inclusive contrários. “Agora, a principal propriedade da substância parece ser isto: que apesar de permanecer idêntica, una, e a mesma, é capaz de receber qualificações contrárias.” (ARISTÓTELES, 1985, p.57). Tais acidentes são o que apreendemos pelo que Aristóteles denominava razão passiva, os sentidos, a qual deveria ser ultrapassada pela ação da razão ativa, a qual seria propriamente intelectiva e capaz de atingir a substância inteligível por trás do véu do exclusivamente sensível. No caso da filosofia Aristotélica, vislumbramos certa ambigüidade, pois, se em alguns textos Aristóteles segue uma hierarquização ontológica próxima da Platônica, onde a *ousia* (substância) primeira é o universal (O homem, O cavalo), em outros inverte-a, atribuindo ao particular, a posição dita privilegiada (aquele homem, aquele cavalo). Porém, da mesma forma em sua filosofia Aristóteles age sempre de acordo com um racionalismo formal, voltando-se para a obtenção da verdade através do ato de transcender o sensível com a razão dita "ativa", formal, em contraposição a "passiva", empírica, da qual é dependente, mas à qual deveria ultrapassar. Assim, se havia o germe do que viria a tornar-se empirismo, não o era ainda. Como diz F. Bacon sobre a "indução" Aristotélica: "Assim a escola racional [modo de Bacon denominar a filosofia aristotélica] se apodera de um grande número de experimentos vulgares, não bem comprovados nem diligentemente examinados e pensados, e o mais entrega à meditação e ao revolver do engenho. (...) Pois Aristóteles estabelecia, antes, as conclusões, não consultava devidamente a experiência para o estabelecimento de resoluções e axiomas." (BACON, 1999, p.49).

Ambos vêem a necessidade de seccionar-se do próprio corpo, prisão que lhes impõe as fugacidades pueris e ilusórias das paixões e sensações. Só assim ascenderíamos, mesmo que no nível do solo, ao mundo da pura abstração inteligível ontologicamente superior. A carne impede o conhe-ser, o *corpo-prisão* nos afunda em uma escuridão sensível que pode ser vencida com a tomada da escuridão pela luz do *Nous*, da razão pura inteligibilidade

abstrata. Da mesma forma, veremos nas teologias cristãs decorrentes destas duas escolas gregas, o esculpir do corpo-prisão, agora associado ao pecado dos desejos a serem vencidos. Deus é pura inteligência (Agostinho) e ainda que se possa, para alguns, conhecer pelas ciências dos sentidos, quando estas entram em discordância com o texto revelado por esta pura inteligência, torna-se evidente a fabilidade da sensorialidade corporal diante da pura abstração eterna e perfeita (Aquino). Enquanto em Sto. Agostinho vemos uma alimentação da razão pela iluminação, em Tomás veremos a distinção de dois campos: teologia e filosofia. Campos distintos no que lhes ilumina, um natural, outro divino, mas não opostos, pois possuem um elo que os amalgama: a conclusão final, a verdade. A verdade de ambos é a mesma, a qual está preexistente em Deus e apresentada nas escrituras. Podemos, então, nos utilizar do sensível, de natureza mais próxima de nosso ser aprisionado a um corpo, como ponto de apoio para elevar-nos em direção de Deus, pois este, em sua incomensurabilidade, não pode ser completa e diretamente apreendido por nossa condição falha. O homem não é inteligência pura como Deus, é intelecto, em decorrência de sua necessária adequação ao corpo. Assim, se tem a virtude de possuir virtualmente em si o conhecimento dos princípios primeiros, é acometido da fraqueza de atualizá-los apenas através da apreensão do universal no sensível; é a dependência da razão passiva (sensível) apresentada pelo *Nous* (inteligível) aristotélico. É o "fim" da ligação íntima e direta com Deus e da sua necessidade na obtenção da verdade divina. A razão por si com base nos sensíveis poderia fazê-lo, mas, se discordasse das escrituras, o erro estaria no mau uso do intelecto e jamais na verdade revelada.

3.3. CORPO-CRIVO: DOMESTICANDO OS SENTIDOS.

É com Guilherme de Ockham que veremos uma mudança radical na filosofia medieval, um movimento de crítica surgido na escolástica, o qual finda por dissolver a própria (GILSON, 1998). Para Ockham, algo não é demonstrável pela construção de uma argumentação lógica, erigindo um conhecimento abstrato, relações de idéias as quais, mesmo quando necessárias, não oferecem garantias da sua existência, de seu estatuto ontológico, de sua veracidade. A única forma de demonstrar um princípio é este ser imediatamente evidente ou, ainda, ser deduzido de outro imediatamente evidenciável. Ora, é obtendo a evidência através de experimentação empírica que se chega a tanto. O conhecimento dito intuitivo, o dos sensíveis, ponto de partida do conhecimento

experimental, é o único modo de atestar imediatamente a existência ou não das coisas, é o que nos permite alcançar o fato. De nada mais adianta as comprovações de necessidade da ciência abstrata, pois a evidência pode ser da ordem do contingente. Se quisermos saber da existência de uma determinada essência, devemos procurar constata-la pela experimentação, atentando para se os fatos nos obrigarão a admiti-la, pois o único a existir é o particular, os universais não passam de nomes presentes no intelecto para se referir a um grupo de objetos. Ockhan também dirá que jamais deve-se imaginar para um fenômeno mais causas do que o absolutamente necessário, no caso, o que é imposto pela experiência. Este é um princípio de simplicidade muito conhecido por nós hoje na ciência: a *navalha de Ockhan*. Além disso, formulou o princípio de clareza conceitual, onde o conceito tem que ser objetivo, preciso e operacional, atendendo bem à necessidade de distinção analítica concreta entre os particulares. É o primeiro *moderni*, o qual surgiu do seio da escolástica. Veremos, então, na filosofia moderna, o corpo inventando-se enquanto interface do conhecer, no entanto, um corpo específico será esculpido, e com instrumentos em muito mais sofisticados que o simples corte da navalha de Ockhan.

Após a rica proliferação de verdades da renascença, como nos inquietantes ensaios de Montaigne, vemos Descartes utilizar-se da própria dúvida que tanto afligia sua época para erigir um método que não necessitasse apegar-se à verdade toda revelada na escritura, nem cair na, então, arapuca do relativismo. Com a dúvida hiperbólica, pretendia derrubar todas as ilusões do sentir e do pensar para tudo reconstruir sobre um ponto de apoio sólido: *penso, logo existo*. Partindo desta premissa, como se evidência fosse, constrói seu edifício de saber com uma genial resolução: não se trata mais de escrever as verdades mesmas, mas de erigir um modo através do qual todos possam conhecê-la, o método.

"... o que é denominado bom senso ou razão, é igual em todos os homens; e, assim sendo, de que a diversidade de nossas opiniões não se origina do fato de serem alguns mais racionais do que outros, mas apenas de dirigirmos nossos pensamentos por caminhos diferentes e não considerarmos as mesmas coisas. Pois é insuficiente ter o espírito bom, o mais importante é aplicá-lo bem. As maiores almas são capazes dos maiores vícios, como também das maiores virtudes, os que só andam muito devagar podem avançar bem mais, se continuarem sempre pelo caminho reto, do que aqueles que correm e dele se afastam." (DESCARTES, 1999b, p. 35).

Novamente vemos o corpo e suas vibrações postos em questão. Além de para Descartes as verdades primeiras serem as inteligíveis (a lógica, a matemática e a

geometria), as únicas que independente da situação permanecem as mesmas (um círculo é sempre um círculo, dois vezes dois sempre são quatro, não importa onde), em seu discurso ao método, irá definir, enquanto condição necessária para o acesso do verdadeiro nas coisas, para a correção do saber, a necessária disciplinarização dos sentidos. Mesma prerrogativa será feita por Francis Bacon em seu *Novum Organum* para que sejam vencidos os ídolos do saber: "Pois, o nosso método de descoberta das ciências quase que iguala os engenhos e não deixa muita margem para a excelência individual, pois tudo submete a regras rígidas e demonstrações." (BACON, 1999, p.92). "Assim, não é de se dar asas ao intelecto, mas chumbo e peso, para que lhe sejam coibidos o salto e o vôo." (BACON, 1999, p. 81).

Não estamos mais diante do corpo-prisão e da mera negação do mesmo e suas propriedades, mas da exigência de formatação do mesmo segundo uma ortopedia do método que regula os sentidos em sua empreitada do conhecer para que estes não amaculem com o que há de subjetivo, de próprio, de singular neste corpo que conhece. Suas paixões, seus gostos, suas inclinações e tendências devem ser deixadas de lado em prol de um sujeito epistêmico universal, este homem abstrato que não habita qualquer canto deste nosso mundano mundo. Um corpo asséptico e ascético, ainda universal e abstrato: *corpo-filtro* do mundo que deve ser moldado para o correto sentir das coisas reais em si. Corpo reto, disciplinado segundo a moderna dureza metálica dos arcaicos aparelhos científicos. Afinal, não basta tatear o empírico para deste produzir saber, isso seria mera arte da empiria, modo de agir próprio dos alquimistas e bruxos em suas inúmeras experimentações com os elementos da natureza. Com o corpo-filtro, experimentar, não fala mais de um multiplicar tentativas de encontro de efetividades, mas, sim o adotar um modo específico considerado correto para ao correto conhecimento se chegar. O método torna todos indivíduos iguais na aventura do conhecer, disciplinando sua experiência, evitando a influência de fatores conativos, afetivos, etc., os quais admite-se estarem presentes na produção de saber, mas aos quais se acredita ser possível anular pelas regras auto-impostas do método. Para findar com as cores, sabores, apetites e odores, que acabam por frutificar em uma multiplicidade de matizes do pensamento e que com sua leveza enaltecem a dúvida, originou-se o método. Dura disciplina do experienciar, transmutadora das fugidias

contingencialidades sensíveis em formas, números, leis... fossem esses elementos do experimento de medição ou raciocínio.

3.4. CORPO-PARADOXO: INVERTENDO ABISMOS.

No entanto, se no corpo-prisão este era negado por completo em busca de uma iluminação imaterial, pura abstração, e no corpo-filtro vemos já uma clara aceitação do corpo enquanto elemento que nos liga ao mundo, este não pode ser considerado em sua singularidade, antes deve ser extirpado de tudo aquilo que não é passível de previsão, planejamento e generalidade para que possa ser considerado um instrumento confiável. Uma armadura conceitual e programática lhe enrijece as dobras em retas, impede o movimento molengo, só se desloca em hipérbolos ou parábolas. Tudo de subjetivo, tudo de vontade, desejo e capricho, precisa permanecer de lado em nome da boa permanência do saber preciso.

No entanto, marretadas e quebrantos são desferidos contra este homem de artigo definido e inicial maiúscula, mas sem cor, sabor ou especificidade qualquer. Nietzsche irá denunciar esta vontade pelo nada, esta estética da translucidez que se crê sem tintas. O corpo não é prisão, muro ou filtro a ser domesticado em prol da verdade, mas sim um abismo invertido que nos lança e desfaz no mundo e suas forças com as quais ressonamos. O corpo é uma pluralidade de vontades de potência em conexão com os fluxos de forças do mundo em uma alternância de arranjos, estados provisórios, os quais são a garantia da vida. Configuração de forças corpo-mundo que constrói-destrói, afirmam e negam saberes, assim como afirma sua existência, sem uma essência por trás das forças, pois, estas mesmas são o ser. Levado pelo desejo que lhe aproxima e cria encontros com o outro ao invés de seccioná-los, este corpo-rizoma se constitui como uma rede conectiva, não completamente dividido do mundo, diferencia-se a si e ao mundo transformando-os em sua abertura ao intempestivo que sempre o arrebatava em perceptos e afectos. Corpo que não nega ou aparta sua subjetividade, mas sim, afirma sua singularidade móvel e sua parcialidade perspectivista.

Negando-se a adorar os galinheiros conceituais como se palácios fossem pelo mero motivo de nos protegerem da chuva (DOSTOIÉVSK, 2000), Nietzsche delata a humanidade demasiada humana das chamadas *certezas primeiras*: estão elas mesmas repousando por sobre pré-supostos escamoteados pela sua indiscernibilidade no senso comum. O *cogito* cartesiano, por exemplo, a aparente auto-evidência do *penso logo existo*,

encontra-se sustentada por diversas outras afirmativas como: *pensa-se* e *sou eu que penso*. E, é exatamente neste limbo de pressupostos que encontramos o sujeito cartesiano extirpado de seu corpo e identificado com a consciência abstrata e autocontida, a própria afirmação de um *eu* identificado com a consciência já está aí explícita, juntamente com a possibilidade de discernibilidade entre algo chamado *pensamento* e as nossas demais sensações e afetos. Não passam de *artigos de fé gramaticais*, onde todo *predicado/acidente* exige um *sujeito/substância*. É motivado pela *sedução da linguagem* que o homem busca uma verdade além do aparente, uma essência sob o contingente, uma causa para um efeito, enfim, é segundo isso que se procura desvelar a verdade escondida sob a expressão desta.

O próprio *corpo* em Nietzsche é ele mesmo um turbilhão de forças em constante embate estratégico, tendo cada uma seu próprio pensar, sentir, querer, entram em diferentes arranjos de *dominação*, aos quais usualmente atribuímos uma unidade essencial centrada na consciência, mas que formam unidades de organização, unidades, pois os ditos arranjos de forças estão em constante movimentação estratégica. Tais forças são atividades de expansão de si presentes desde os seres unicelulares até os complexos, desde o "ser" até o "social", e cada corpo é uma inscrição temporária em constante modificação, das diversas lutas pontuais que ocorrem em seu contexto, transbordando ao próprio indivíduo; que não somente jamais *é um*, como tampouco possui fronteiras delimitadas. Além do mais, como já era de se imaginar, não há distinção entre este ser e a expressão do arranjo de forças, como se vivêssemos em uma tela expressionista, onde inexistem a cisão forma-conteúdo, um e outro são um só.

Existimos, então, em um mundo-expressão, no qual vagamos-expressamos, impelidos por nossas forças em arranjo, por nossas paixões. E, assim, vamos nos implicando com as demais expressões, as quais jamais são as próprias, mas a criação de um encontro. São *efeitos e feitos* que se concatenam em uma trama dinâmica, a qual constitui uma espécie de jogo em permanente transmutação. Um jogo que tem suas regras afirmadas e mudadas em cada ação, mas jamais como algo subjacente ao que ocorre, elas são no que ocorre, enquanto ocorre: "Mas não existe um tal substrato; não existe 'ser' por trás do fazer, do atuar, do devir; 'o agente' é uma ficção acrescentada à ação [sob sedução da linguagem]- a ação é tudo" (NIETZSCHE, 1999b, p. 37).

Subjetivação, ação da subjetividade que é agir. Diferenciação da diferença que não está constituída em algo, mas que está sempre se afirmando na força de uma ação, em um processo de agenciamento de práticas, lógicas do agir, ou seja, o ser é um dobrar-se sobre si dos diferentes movimentos do *fora*, deste campo de composição de forças (vetores-ações) impessoais (que assim também é *dentro*), em atravessamentos os quais, no seu encontro fluido, expressam o que denominamos *indivíduo*. E o *indivíduo* nada mais é do que um expressar-se constante em perpétua mudança. Ser é expressar a si, produzir-se expressando, produzindo modos de existência. E, para nós, aqui, *indivíduo* não significa mais o que não pode ser dividido em si, por constituir uma unidade fundamental do ser (*identidade*); mas sim, o que não pode ser dividido do que lhe envolve... do que o envolveu, enfim, de suas implicações. Pois, se para alguns ele se reduz ao ponto bem definido, onde a pedra atinge o espelho do lago... para nós, ele é as ondulações a se expandirem e o leito que as rebate, o vento crispando as ondas e a água pela qual deslizam, o fundo a lhes sustentar e ... até onde nosso olhar alcança a dança.

Simondon, por exemplo, construiu uma filosofia que não irá pensar o indivíduo enquanto átomo da matéria da existência, não partirá deste enquanto axioma para pensar o ente. Trabalhará antes com um campo de singularidades pré-individuais as quais em sua composição constituem o ser na “ação dos díspares, pela disparação” (ORLANDI, 2003, p.94). Tal compreensão de um plano virtual onde as singularidades, em sua disparação, promovem as (re)constituições do sistema-ente, como um campo problemático pré-individual, constitui uma perspectiva a qual podemos denominar *empirismo transcendental*, onde nem tudo se resume à forma da empiria dada, mas nada para além é elemento fundador ou organizador da mesma. Trata-se da imanência simplesmente, mas habitada pela intempestividade das singularidades impessoais, que inundam o sistema-ente de metaestabilidade.

Será desvelado, assim, pela filosofia de Simondon, um *privilégio ontológico* (SIMONDON, 2003) que sempre habitara a filosofia quando, ao estudar o princípio de individuação, sempre partira do indivíduo dado, tratando-o como explicativo das características deste em si, sem transpassá-lo ou questionar os termos da sua ontogênese. Invertia-se, portanto, a operação, erigindo princípios para explicar o formar-se partindo do já formado. “Então o indivíduo seria apreendido como uma realidade relativa, uma

determinada fase do ser que supõe uma realidade pré-individual anterior a ela, e que não existe completamente só, mesmo depois da individuação” (SIMONDON, 2003, p.101).

O ser é a própria constituição de um devir do ser em uma cadeia heterogenética. Aqui, o ser não aparece enquanto substância ou forma, mas enquanto sistema, tenso, maleável, que não pode ser reduzido a uma identidade identitária pois está sempre a ultrapassar-se nos momentos de saturação problemática pelas potências impessoais do pré-individual. Não fosse assim, restar-lhe-ia apenas a saturação definitiva de um ser inanimado, como o cristal da rocha que, após formado, ali queda por milênios até uma ação externa lhe dilapidar desta situação.

Forma, matéria, energia não são princípios individuadores, o princípio de individuação é a *mediação*, a ligação de ressonâncias que constroem um sistema ao mesmo tempo corpuscular e ondulatório. O ser vivo surge na brecha entre sistemas, como a planta que surge gerando comunicação entre o corpuscular dos elementos químicos e o ondulatório dos raios cósmicos constituintes da luz, a planta vive como ressonância entre estes, dispara no entremeio destas disparidades (SIMONDON, 2003). Sistema de comunicações permanentes em uma metaestabilidade própria ao ser vivo onde não cessa a individuação enquanto devir-se a partir das potências impessoais das ressonâncias meio-indivíduo, as quais estilhaçam a possibilidade de erigir uma polaridade entre duas categorias, pois o ente é o *entre* e tais polaridades findam por se transpassar.

Assim o indivíduo institui-se enquanto relação, sistema que constrói e (re)inventa a todo momento uma interioridade ressonante em um sistema que lhe ultrapassa. Tomamos, então, “toda verdadeira relação como tendo posição de ser” (SIMONDON, 2003, p.106), destituindo o privilégio do indivíduo constituído, pensando a individuação constituinte. Abrindo o pensar sobre o ser para o impessoal e suas singularidades nômades que constituem a virtualidade a diferenciar e diferenciar, a potencializar o devir, deste processo que aqui denominamos subjetivação. Para Simondon, portanto, o ser não teria uma unidade de identidade, mas sim, uma *unidade transdutora* (SIMONDON, 2003, p.110), onde está sempre a acontecer, tecendo um tecido conjuntivo de “e”, um rizoma sem a interioridade da consciência identitária. O essencial da ontogênese é a diferença, as disparidades que geram disparações.

Parece cada vez se intensificar o paradoxo ao pensarmos que o corpo é abertura para o mundo - e não fechamento. Ao invés de nos separar do mundo, ele nos permite fazer parte dele - o habitar, o impressionar e impor nossa existência que é uma existência conectada. É a potência de deslocamento do paradoxo, que jamais cessa de ir entre um lado e outro findando com estas oposições, acabando com os limites e cisões: "O paradoxo é, em primeiro lugar, o que destrói o bom senso como sentido único, mas, em seguida, o que destrói o senso comum como designação de identidades fixas" (DELEUZE, 1975, p.03).

Este, portanto, é o *corpo-cartógrafo* no conhe-ser: "Um conceito não é *a priori* nem *a posteriori*, mas *a presenti*, pois ele é uma comunicação informativa e interativa entre o que é maior [pré-individual] e o que é menor (objetos individuados) que o indivíduo." (SIMONDON, 2003, p.109). Logo, não se deve cair na armadilha abstracionista dedutiva, nem em um empirismo simplificador de uma indução redutora (que opera agrupando semelhanças em conjuntos que excluem a diferença), mas sim pensar o conhecer através da *transdução* (SIMONDON, 2003). A transdução é um se propagar, variar-se, rizomático e contingencial que é, ao mesmo tempo, perspectiva epistêmica e modo ontogenético. É esse arranjar-se resolutivo e parcial, imanente às derivações das tensões problemáticas do sistema, que apontam a um potencial mutagênico virtual que integra a disparidade ao invés de excluí-la dos dados ou modelá-la ao mesmo abstrato. Assim, se existem diversos modos de ontogênese, devem aí também existir diversas lógicas, éticas e estéticas: "A classificação das ontogêneses permitiria pluralizar a lógica como um fundamento de pluralidade." (SIMONDON, 2003, pág.116).

[imagem]

4. DEVIRES ENTRE A CIDADE E A LOUCURA: UMA GENEALOGIA ESPAÇO-TEMPORAL.

4.1 ESQUADRINHANDO O ESPAÇO URBANO: O SURGIMENTO DO HOSPÍCIO E SUA CIDADE.

4.1.1. Do campo à urbe: os primeiros riscos sobre o mar verde.

Atraídos por rezes soltas em um vasto pampa ainda não explorado, chegam à região as sesmarias e suas primeiras leves delimitações. As primeiras barreiras são as cercas que confinam em currais o gado juntado por um pasto sem fronteiras. Assim era o Porto de Viamão, uma planície costeira povoada por bois, primeiros órgãos privatizados deste território até então nebuloso.

No entanto, na metade dos setecentos, chegam a esta região fluxos portugueses advindos das ilhas Açores, indo na direção da região missioneira com objetivo de povoar nossos confins. As guerras guaranílicas, convulsões no parto da nova fronteira, impedem a passagem destes que iam, e findam por terem que ficar, inicialmente com pequenas hortas de subsistência por sobre a meia légua de chão ao entorno das águas do Guaíba e dilúvio, às quais, por pertencerem ao Império, não tinham o vasto e impreciso esquadro das estâncias de então.

Este esparso espaço povoado a esmo, vai adquirindo consistência, torna-se freguesia e finda por ser capital da Província em 1773. Para tanto, mandar-se-á até à desordenada Freguesia de São Francisco dos Casais, um capitão-engenheiro, que corta o solo, marcado pelos passos e rodas de charrete, com réguas e trenas, demarcando ruas e vislumbrando projetos: futuros lotes, igreja vindoura, sede administrativa do amanhã, etc. Findando por tudo registrar, de modo agora ordenado e compreensível ao engenho humano, em um mapa, o primeiro de muitos que viriam.

Estabelecida a precária capital, são erguidas fortificações que delimitam as fronteiras entre o urbano da vila e o rural das estâncias e chácaras, além de prover, pelo corte, um sentido para onde a cidade irá crescer. Assim, com muradas e portões, se

estabelece o núcleo rarefeito, despossuído de abastecimento de água, esgoto, iluminação e limpeza públicas, ou mesmo calçamento nas ruas. Estas últimas, picadas inconstantes em nomes e percurso, constituíam-se enquanto três principais que cortavam a cidade do Guaíba até seu portão (na atual praça Argentina), cortadas por vielas menores e acidentadas, denominadas becos, onde habitava a gente pobre do povoado em casebres de adobe, pau-a-pique ou taipa de pilão e palha (SYMANSKI, 1998).

Ruas modestas e incertas, por onde boiadas, na direção do porto, ainda levantavam poeira por entre transeuntes carregados de água do Guaíba ou excrementos privados. Mas, já ruas de uma cidade, contrapondo-se em seu espaço cortado e fechado, mesmo que de forma simples, ao espaço rural e suas imensidões desbragadas: “O espaço interior é o espaço central das vivências do povoado, protegido de ataques, lugar de comércio e mesmo de algumas chácaras situadas dentro das fortificações.” (MONTEIRO, 1995, p.24).

Convergência de fluxos efetivada em dispositivos como os estreitos largos de chão batido e pelourinhos, onde a urbe se misturava, festejava sua cultura e dava o exemplo do que ocorria aos que desta fugissem. Para além destas festividades, a elite, desprovida de opções, reunia-se em sarais e reuniões rodeadas pelas paredes de seus sobrados, enquanto os desprovidos da moeda civilizada freqüentavam os maus falados botequins dos becos.

O povoado em seu crescimento passa a exigir mais permanência de si, construindo suas primeiras olarias na virada do século XVIII para o dezenove. Assim, os parques materiais resistentes ao tempo e suas intempéries, antes vindos em fluxos exógenos à urbe, passam a ser poiéticamente lá mesmo produzidos. Assim, no interior dos muros, o agrupamento vai adquirindo consistência crescente, obtendo seu status de cidade em 1822, mas só se expande de modo coerente para além de seus muros quando da queda destes, após a guerra dos Farrapos, em 1845. Prescinde, então, destas duras e evidentes fronteiras para manter sua ordem, já destas não dependente, pois as afirma em sua própria dinâmica. Perde então seus matizes de acampamento e passa a desenvolver-se, multiplicando a si por sobre o espaço ainda não esquadrinhado pela urbe (GASTAL, 1995).

4.1.2. Da urbe contingente à malha urbana disciplinada: a reclusão da diferença.

Nas duas primeiras décadas do século XIX Porto Alegre tem um grande desenvolvimento populacional, que inicia por gerar um incremento da malha urbana do

município. No início dos oitocentos, a assistência médica reduzia-se a dois estabelecimentos de caráter unicamente assistencial: uma enfermaria para “pobres e enfermos” e um albergue de uma negra chamada Ângela que prestava assistência à mesma população (WADI, 2002). Assim, até então, o atendimento à população que necessitava de algum tipo de assistência era fornecido por iniciativas civis particulares, sem qualquer centralização sobrecodificada na máquina de ressonância soberana de um poder imperial, religioso ou científico: tratavam-se de ladrilhos nômades espargidos em mosaicos fortuitos. Estas iniciativas estavam muito próximas dos tratamentos populares a que a maioria da população tinha acesso, diferentemente das famílias com posses, que contratavam médicos (ou pretensos médicos, diante da ausência de regulamentação para o exercício da medicina então) que tinham diplomas obtidos no exterior (as primeiras faculdades de medicina do Brasil, Salvador e Rio de Janeiro, são de 1832), para atendimentos domiciliares.

Com o referido crescimento populacional, tal situação não se sustentou, já que, evidentemente, também aumentou muito a população carente. Tem-se, então, em 1826 a inauguração da Santa Casa de Misericórdia (a pedra fundamental data de 1803), primeiro dispositivo de saúde centralizado, atendendo à população porto-alegrense que de algum modo necessitava ser assistida. Funcionando segundo uma regulamentação Portuguesa do século XVI, teve até a metade do século uma ação exclusivamente assistencial, relegando a questão do tratamento (até pelo fato de que quase não havia médicos na província nessa época) (WADI, 2002).

No início da década de 1830 a cidade redige seu primeiro “Código de Posturas”, este ordenava diversos fluxos do urbano: onde se coleta a água, onde se despeja o lixo e dejetos, onde se lava a roupa dos hospitais (MONTEIRO, 1995, P.30) e outras especificações classificatórias que doam localizações específicas a cada atividade específica, evitando a contaminação, moral e física, entre estas. Aqui se faz, então, uma primeira reformulação da cidade, com a construção de largos, praças, equipamento para abastecimento de água, iluminação a óleo de peixe e despejo dos dejetos (PESAVENTO, 1991), dá-se as primeiras balizas, ainda incertas, aos vários fluxos que escorrem pelas ruas de Porto Alegre.

Próximo da metade do século XIX, somam-se às anteriores, mais duas ações ordenadoras da urbe: a ampliação do calçamento das ruas (1840) e a construção da Casa de

Correção. Em fevereiro de 1855, 95 presos são transferidos do Batalhão 13º para celas individualizadas em um prédio retangular de dois pisos, com influências do panóptico de Bethan em sua geometria e inspirada no sistema Auburn (SILVA, 1997). Lá se implementou a busca pela reforma do cidadão desviado dos seus rumos civilizados pela força do trabalho e seu silencioso sofrimento dignificador do cristão: primeira busca de implementar uma tecnologia sofisticada na normalização de sujeitos em Porto Alegre.

Assim, a cidade inicia sua disciplinarização, mas de modo ainda incipiente e um tanto desordenado. Os caminhos de suas ruas começam a tomar mais corpo, duração e justeza de reta, ainda que muito estreitos, ainda tortuosos e íngremes. Alguns locais para confinamento da população desviante da normalidade civilizada começam a surgir, mas somente a Casa de Correção já pensa em um tratamento de realocação do cidadão à sua normalidade, enquanto a Santa Casa apresenta-se, por enquanto, somente como um local de simples confinamento e assistência benemérita. É o princípio da construção de uma ressonância ordenadora de uma soberania por sobre os fluxos ainda por demais soltos de uma sobre-codificação reguladora, mas um princípio difuso, ainda sem uma centralidade construída e de confusões entre privado-público e laico-religiosos.

Apesar destas medidas, em 1855 ocorre um grande surto de cólera na cidade, levando os notáveis da sociedade a acentuar a preocupação com o saneamento urbano e assumir a responsabilidade por sua implementação contra os perigos das pestes. Assim, na segunda metade do século XIX, a cidade continua em seu processo de disciplinarização das capilaridades urbanas. Passa a fornecer o abastecimento de água a alguns domicílios e chafarizes; ordena seus largos, retirando destes os detritos que se acumulavam, extirpando à vegetação que lá crescia desalinhada, trocando-a por uma disposição regular de árvores e bancos. Constrói uma usina termoelétrica, inicia o saneamento e os serviços telefônicos, além de se ter regularizado, por lei, a coleta de lixo: estabelecendo a disposição deste em vasilhas diante de cada residência, para sua coleta pública por uma carroça puxada por burros, estas tocavam um sino quando da não colocação do vasilhame na calçada (SYMANSKI, 1998).

Vê-se, então, que do mero balizamento estanque de locais classificados e habilitados para atividades específicas, como se viu no código de posturas anterior, a cidade permite-se agora também balizar os procedimentos de tais atividades, inclusive já tomando

alguns destes para si, como no caso dos detritos e da água. Do localizar a ação, para um esquadrihar da ação mesma, gerindo a eficácia máxima do *modus operandi* e implementando a leve vigilância-lembrete do sino aos habitantes menos asseados. Os fluxos iniciam seu sobrevôo, partindo das singularidades para uma sobrecodificação na regulação do Estado. Ao mesmo tempo, novos lazeres vão surgindo, o Teatro São Pedro, os cafés (noturnos e masculinos), as confeitarias (das tardes femininas) e cinemas, tomam um espaço antes tomado por festividades privadas ou “antros”, desde que botequins e bordéis eram divertimento para os populares e demais entes suspeitos (MARONEZE, 1996). As vitrines se iluminam aos olhos estupefatos diante do espetáculo do progresso e sua miríade sensória. Bondes elétricos e automóveis particulares podem já ser vistos pela cidade, acelerando, ainda que acanhadamente, suas ruas, antes só salpicadas por cascos e solados. Novos ruídos e outros ritmos misturam-se dando caldo a um fervido caldeirão urbano.

Também na segunda metade deste século, em 1874, constitui-se a primeira ligação veloz e regular entre o município de Porto Alegre e uma cidade adjacente: a linha férrea ligando a capital gaúcha a São Leopoldo, início de uma rede de comunicações a qual, hoje, praticamente integra as duas cidades em uma só conurbação. No mesmo ano, a primeira relação regular entre centro e arraiais era estabelecida por uma linha de bonde puxado por tração animal. Até o final deste mesmo século, seriam já oito linhas efetuando a comunicação regular entre centro e periferia, sedimentando o princípio desta dinâmica radial de ordenação do território.

A cidade, nesta segunda metade dos oitocentos, sedimenta uma centralidade em torno da qual se espargem diversos arraiais (seja para os refúgios de campo dos abonados, como para a deposição do refugio humano), e colônias, as quais em torno desta (economicamente e socialmente) orbitam. Com o fim de ordenar o centro da cidade, então, eles ampliam e reorganizam a periferia da cidade, os arraiais, para nestes assentar a população pobre. Também se numeram e alinham casas, colocam placas nas ruas denominando-as, dentre outras ações disciplinares (PESAVENTO, 1994). Mas, é principalmente sobre o centro que as ações urbanizadoras irão se dirigir, já que é neste que ocorrerá a convivência entre os cidadãos de fato e mérito. Civilidade aos civilizados, aos demais é preciso encontrar outro lugar para alocar sua conduta desmedida das boas-maneyras burguesas, isso podia ser claramente lido nos periódicos de então, pelo visto

menos afeitos a hipocrisias do que os nossos de hoje: “Os arrabaldes estão aí e devem ser habitados pelos proletários. Na cidade propriamente dita, só devem residir os que podem se sujeitar às regras e preceitos da burguesia” (GAZETINHA, 1896, Apud MONTEIRO, 1995, p.34).

A luta se dava não apenas contra a proliferação de doenças pelas más condições de higiene, mas se tratava também de um saneamento moral contra as casas duvidosas que se multiplicavam em meio às residências familiares, forçando um convívio indesejável para a moral burguesa. Bordéis, becos e botecos serviam de ponto aglutinador aos que não tinham incorporado em si a disciplina mercantil, cristã e ordeira da burguesia: “vagabundos”, ladrões e prostitutas, entre outros, maculavam áreas inteiras se alocando em sua proximidade. Assim, passava pela reorganização urbana o saneamento destas áreas, dando fim aos becos malditos e lançando seus freqüentadores que não se prestarem, ou não conseguirem, acomodar-se aos códigos de convivência civilizados, aos arraiais em torno da cidade (PESAVENTO, 1991).

Tal processo de ordenação moral e física do espaço urbano se fazia mais urgente diante do crescimento, não apenas populacional, mas também econômico, da cidade. O “Caminho Novo”, entre o porto da cidade e as colônias do Vale do Rio dos Sinos, aliado à política de substituição das importações (Política do Encilhamento), proporcionou um salto na Indústria e no comércio do município (WADI, 2002). Estas relações comerciais exigem não só um espaço ótimo em suas possibilidades de circulação livre e ordenada de mercadorias e consumidores, como exigem uma população de trabalhadores para manter a produção e também consumi-la, garantindo uma circulação interna de bens.

Dentro deste movimento de disciplinarização da cidade, onde entra o Hospício São Pedro, ainda se implementavam novas estratégias neste final de século XIX. Um novo *Código de Posturas* entra em vigência em 1889, com o fim de regulamentar não apenas os modos de vida dos que habitam o centro da cidade, mas também executando medidas disciplinadoras aos arraiais na periferia (PESAVENTO, 1991). Os Jornais seguem em sua campanha pelo saneamento moralizante das ruas da cidade:

"Porto Alegre está precisando de um saneamento em regra.
Não será este, porém, de ácido fênico ou outros tantos desinfetantes.
Faz-se tão somente necessária a ação da polícia, sob um ponto de vista importante. É a bem da moralidade, da ordem e da tranqüilidade públicas.

Dia a dia vai aumentando por toda parte desta capital o número de bordéis, verdadeiros 'germens' do vício e do crime.” (Gazeta da Tarde, 30 mar. 1897. apud MAUCH, 1994, p. 11)

"porque em lugares que reúnem-se ébrios e vadios, a ordem não pode permanecer inalterável' porque essas pessoas 'não sabem ou não querem saber como lhes compete proceder no centro de uma cidade civilizada” (Gazetinha, 12 mar. 1896. apud MAUCH, 1994, p. 12)

Os “bons cidadãos trabalhadores” viviam ao lado e freqüentavam locais, onde se encontravam os vagabundos, as prostitutas, enfim, os germes que maculavam a sociedade Porto-alegrense impedindo-a de alçar à civilização. Neste sentido é criada em 1896 (quando o governo pode já se preocupar com a ordem urbana, pois antes, tinha que fazê-lo com os inimigos políticos) a *Polícia Administrativa*, uma guarda municipal que tinha como finalidade a sustentação da ordem através da constante vigilância preventiva dos espaços públicos suspeitos (alguns arraiais e outras aglomerações dos arredores de Porto Alegre onde habitavam uma parcela da população predominantemente pobre e negra; os "becos", "botecos" e "bordéis", onde encontravam-se os perdidos para perder seu tempo e proliferar as pestilências que ali desenvolviam-se), ou onde vagavam os indivíduos "suspeitos". O caráter preventivo era demonstrado em uma política do "bom policial" (MAUCH, 1994, p. 21), racionalizado, regulado, limpo e simpático... trabalha oito horas por dia, utiliza impecáveis vestes alvas e deve seguir um regulamento de suas ações que ultrapassa sua conduta profissional, adentrando na vida privada².

Assim surge o Hospício São Pedro, em meio a diversas medidas de disciplinarização da cidade, esquadrinhada, vigiada, dividida-organizada, ela e seus cidadãos, para as relações mercantil-sociais realizarem-se de modo previsível e controlável. Gradualmente instituindo locais e procedimentos classificatórios, de modo a tornar imediatamente inteligível todo e qualquer comportamento diante da autoridade reguladora, a cidade vai construindo-se através de práticas do medir e etiquetar, voltadas a um determinado conceito de bom-conviver, fundamentado em uma existência planejada. Práticas sustentadas por um discurso que prega a modernização e a moralização do espaço urbano a um só tempo segundo uma utopia de civilidade: “a utopia da cidade perfeitamente governada” (FOUCAULT, 1987, p.164). Trata-se do cortar da máquina soberana, e sua

²Tal experiência evidentemente não redundou em sucesso e os homens da polícia administrativa passaram a ser chamados de Ratos Brancos (pela farda branca que usavam). Nada mais apropriado diante do fato de tais homens terem servido de cobaias para esse experimento civilizatório. Como podia se ver, para uma “polícia científica” não bastava a roupa branca.

construção de uma máquina de ressonância unívoca e central, que finda por fazer vibrar segundo seu ritmo polido, a tudo e a todos.

4.1.3. Da reclusão da loucura: a construção do Hospício.

É logo após o surto de cólera, a partir de 1857, que a Santa Casa passa a abandonar sua função meramente assistencialista, passando para uma intervenção terapêutica. Data do mesmo ano o primeiro registro de uma ação voltada especificamente para os “alienados mentais”: a tentativa de seu degredo para o Hospício Pedro II no Rio de Janeiro³, ação que foi logo abortada, e substituída pelo projeto de construção de um Hospício para a Província, sugestão apresentada pelo próprio Presidente desta. Pode-se visibilizar a partir desta substituição, do envio ao Rio para a construção do Hospício, o quanto esta última ação é guiada pelo objetivo da mera exclusão: troca-se o degredo pelo seqüestro.

Não que a Capital estivesse desassistida de um local para seus alienados, afinal eles eram acomodados em Cadeias públicas, e, ao menos na década de 1860, criou-se na Santa Casa o “Asylo de Alienados” que possuía uma pequena capacidade de internação. Porém, sua manutenção na Santa Casa não era desprovida de problemas, muito pelo contrário:

“O asylo continua repleto de alienados de ambos os sexos e se maior fosse não chegaria para tantos infelizes, pois de todas as partes da província se reclama a entrada de novos. (...) Estes pencionistas vitalícios, são os mais pesados para o pio estabelecimento pelas despesas que fazem, e o incommodo que dão. As roupas que estragão todos os annos e os utensilios que destróem, bem caro custão, sem que aqueles que os atirão no asylo jamais procurem por elles, nem tratem ao menos de mandar-lhes com que cubrão o corpo (...) Os ditos dois asylos não poderão ter outro melhoramento senão a manutenção da mais rigorosa limpeza quotidiana, e as caiações necessarias para corresponder a este asseio, não obstante estarem estes infelizes, que nem os seus próprios parentes os procurão, fora do alcance das vistas dos curiosos e indiscretos, não só no dia da visitação como todo o anno” (Relatório do Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, 1872. apud WADI, 1994, p. 52-3).

Mas se até então os Provedores da Santa Casa, a qual seria responsável pela administração do futuro Hospício, mas não pelas verbas de sua construção e manutenção (que seriam de responsabilidade do município), apenas reclamavam sobre sua situação ao serem obrigados a abrigar esta população, com o novo Provedor (o irmão José Antônio Coelho Junior em 1873) passam a fazer campanha pela construção do Hospício, utilizando-se tanto da argumentação médica da época sobre a necessidade de um lugar específico para o tratamento e assistência de uma doença específica, quanto de uma retórica humanitária

³ O qual tinha sido criado com a fantasiosa incumbência de dar conta de todos alienados do Império (RESENDE, 1997).

apelando para a civilidade cristã de cada um, além de ressaltar sua necessidade para a manutenção da ordem social:

"(...)Entre as obras que todos homens de sentimentos humanitários reclamão como uma das que mais necessita esta província, é um asylo de alienados nas condições exigidas pela sciencia.(...) todos sabem que o essencial de um asylo de alienados é que o edificio seja apropriado a esse fim. (...) E ha de continuar uma sociedade christã e civilizada, a collocar aquelles que perderão a razão, muitas vezes por injustiças da própria sociedade, nas mesmas condições em que coloca o malvado criminoso?!(...) Vagão pela Província muitos loucos e a imprensa de quando em quando registra crimes horribes por elles praticados; existem em casas particulares muitos outros que as vezes ao menor descuido causão grandes desgraças (...) Enquanto se não construir um Asylo de Alienados nas condições exigidas pela sciencia esses males hão de continuar e augmentar, e a mísera sorte dessas desgraças cada vez se tornará peor' (Relatório do Provedor da Santa Casa de Misericórdia," 1874. apud WADI, 1994, p. 54-58).

Por mais que esteja sustentado também em um discurso científico, como uma das justificativas para a nova construção, este não se apresenta por si, mas enquanto uma parte do que forma a *civilidade moderna*, índice do que se busca na realização desta obra: uma organização disciplinadora do espaço urbano, humanitária e científica. Assim, enquanto no Rio de Janeiro, por exemplo, a construção do Hospício Pedro II se deu através da luta da classe médica, insipiente mas existente, para obter um tratamento científico para os alienados; aqui, o discurso médico é apenas mais um elemento para o convencimento e não o cerne da questão. Desde já, não parece que o pio assistencialismo filantrópico dará lugar ao tratamento médico de imediato com a mudança de espaço.

Em 1874, é aprovada a Lei que autoriza a arrecadação de dinheiro para a construção do Hospício. A população neste período havia aumentado 85%, o que tornava a medida mais emergencial, mas ao mesmo tempo mais delicada. Acontece que obras antes exteriores às fronteiras da cidade como a cadeia e o cemitério públicos, além da própria Santa Casa, agora tinham sido engolidas pelo crescimento urbano (SCHIAVONI, 1994), e o terreno onde se construiria o Hospício teria que ser necessariamente fora da cidade, não somente por um isolamento com fins de exclusão, mas também pelo fato de na época as teorias médicas prescreverem ao louco o isolamento em contato com a natureza, crendo que esta em sua harmonia seria uma força re-harmonizadora da percepção desordenada do alienado. E não era apenas a questão "distância" que marcava as dificuldades na compra do terreno:

"Este é caro, aquele está distante, o outro está muito próximo, um não tem água suficiente, outro não tem condições higiênicas, neste a construção fica muito dispendiosa, aquele é estéril e não se presta a ser ajardinado e arborizado. (..) a planta do edificio está feita, e só falta assentar-se definitivamente na

escolha do terreno para dar-se começo à obra.” (Relat. Prov. Santa Casa, 1876, p.09. apud. SCHIAVONI, 1994, p.19).

Tais cuidados na construção do prédio para um hospício eram comuns nessa época. Na França mesmo, existiam algumas sistematizações de indicações para tanto, duas delas são: a *Regulamentação de 1839* e o *Tratado de Arquitetura* de Louis Cloquet em 1900. A primeira levava em consideração uma quantidade reduzida de questões como: salubridade (dentro e fora da edificação); afastamento de qualquer vizinhança para segurança e conforto de ambos lados; uma separação mínima para dividir entre adultos e crianças, entre gêneros e permitir o isolamento dos convalescentes e furiosos; e, por fim, a construção e o terreno devem garantir a vigilância sobre os pacientes (Antunes & Barbosa & Pereira. 2002). Já o *Tratado* de Cloquet traz estas e outras assertivas com relação às especificidades do espaço manicomial, duas entre elas são interessantes de serem aqui ressaltadas: tem que ser construído em locais que “*agradam a vista*”; e deve antes ter uma geometria retangular dispersiva do que uma radial centralizada. Segundo o próprio:

“A disposição radial é aqui inútil; a vigilância central é desnecessária; a vigilância se faz sobretudo dentro das salas e dos dormitórios. As edificações tem formas retangulares, alongadas, formas essencialmente favoráveis à classificação dos doentes” (Cloquet apud op.cit. 2002, p.63).

Esta, porém, não é a única argumentação que propõe a solução pavilhonar (adotada na construção do HSP). Tenon⁴, em seus estudos sobre a forma arquitetônica perfeita para uma instituição de saúde ideal (Hospital, Hospício, etc.), se resolveu pela primazia da solução pavilhonar horizontal (pavilhões ligados por corredores cobertos, ou por galeria central, como no HSP) sobre a radial⁵. Foi motivado não pelas questões referentes à dispersão e à classificação (como Cloquet), mas sim pensando segundo as categorias funcionais “circulação de ar” e “luminosidade” (SILVA 2001).

Como se pode ver, a construção de um prédio hospitalar, e de um hospício, por conseguinte, leva em consideração, na sua elaboração arquitetônica, a captura dos fluxos e a organização dos seus deslocamentos. Fluxos principalmente de: ar, luz e corpos. Aos fluxos corpóreos é necessário fixar em espacializações classificatórias, dividindo a estes em categorias separadas segundo critérios analíticos vários, e impedindo seu encontro, sua mistura, não apenas para evitar a geração de confusão, mas também, se não principalmente,

⁴Médico que nos fins do séc. XVIII faz um estudo com fim de encontrar o substituto perfeito do Hôtel-dieu.

⁵Característica da proposta de Bernard Poyet `a construção que deveria substituir o Hôtel-dieu.

para evitar interações “perniciosas” à saúde em geral dos corpos: contágios, agressões, sujeira, sexo, etc. Já quanto ao ar e à luz, deve-se atentar para a sua maior infiltração possível no espaço hospitalar, impedindo a umidade e estagnação do ar, produtores de insalubridade. Para tanto, se deviam planejar as aberturas, passagens e volumes que permitissem farta incidência solar e renovação do ar constante. Pela especificidade dos seus enfermos, ao pensar o espaço manicomial outros fatores tem que ser levados em consideração. Olinto (1930) nos ajuda a pensar alguns:

“Janellas de Hitzig, de grossos vidros e meias venesianas, fixas por um varão de ferro que lhes serve de eixo, giram facilmente sem que permittam nos espaços lateraes a passagem de quem quer que seja. O ar e a luz, penetrando largamente no aposento, trazem aos que ahi permanecem a impressão de liberdade completa. Asseio, flores, enfermeiros e enfermeiras carinhosos, outros doentes deitados em agradável repouso, etc., fornecem a qualquer, mais inquieto e subversivo, a plena convicção de que é elle um doente a quem o resguardo sob os lençóes é aproveitavel. (...) Assim é que os doentes de todas as cathogorias sociaes, de todas as graduações das perturbações cerebraes, encontram ahi guarda sem alterar muito os seus habitos, sem se sentirem coagidos, sem se aperceberem que estão reclusos.” (OLINTO, 1930, p.32-34).

Esta intersecção entre arquitetura e saúde, tão cara aos médicos de então, findava por gerar diversos conflitos entre os profissionais destas áreas ao se encontrarem em um projeto. Várias posições delineavam-se, desde a que via o exercício da arquitetura como subordinado ao médico, até os que encaravam tal relação como uma parceria necessária, este era o caso do próprio Dr. Lisboa (primeiro diretor do HSP): “O alienista e o arquiteto devem andar de mãos dadas; devem obrar de comum acordo; a construção de um hospício deve ser obra de ambos”. (Relatório Hospício São Pedro, 1884, p.04 *apud* SCHIAVONI, 1994, p.24)

Em 1879 se efetua a compra de uma Chácara na estrada do Mato Grosso (atual Av. Bento Gonçalves), a uma légua da cidade, e se lança a pedra fundamental do futuro Hospício. Mas as obras seguem em ritmo lento, e a imprensa, que já havia feito pressão na época da compra do terreno (SCHIAVONI, 1994), agora clamava pelo término da construção e inauguração da obra para que finalmente desta se usufrua; o principal jornal nesta campanha era o recém inaugurado “A Federação”, de Julio de Castilhos, de cunho positivista. (PICCININI, 1999). Diante da demora e das pressões, além da demanda apresentada pela Santa Casa e pela Cadeia Pública, inaugura-se o Hospício São Pedro

(nome e dia decididos em homenagem ao padroeiro da cidade) ainda inacabado, mas já com dois pavilhões, em 13 de junho de 1884.

A planta é de autoria do Dr. Álvaro Nunes Pereira, e, além dos doze pavilhões previstos que findaram em seis, o projeto apresenta outra grande diferença com relação ao prédio quanto a sua fachada. Tal diferença (de fachada) pode ser fruto da interferência do estilo do construtor, Julio Nectroux.

A mesma imprensa que antes a cobrava, saudou a obra. O “A Federação” sugeriu uma linha de bonde até o local para facilitar seu acesso (o que acabou sendo feito) e as notas nos jornais eram de um otimismo e felicidade contundentes:

“Se nada mais tivermos para mostrar aos estrangeiros que nos visitarem senão o Hospício de Alienados, mereceremos, por certo, os elogios a que temos direito, como um povo civilizado e humanitário” (SOUZA, 1943, p.76 apud SCHIAVONI, 1994, p.22)

“Até que afinal! Vai ser inaugurado no dia 29 corrente o hospício de alienados! Parabéns à Província! Vai cessar o repugnante espetáculo do encarceramento, como criminosos, dos infelizes desprovidos de razão. O dia 29 de junho marcará uma data gloriosa para nossa província. Desde esse dia poderemos apresentar às vistas de todos que visitarem nossa capital esse monumento que fará o nosso orgulho.” (cit. por FRANCO 1992, p.381. apud SCHIAVONI, 1994, p.22)

Como se vê o Hospício serve de monumento à modernidade e humanidade da província, estando estas manifestações em acordo com os argumentos utilizados pelo Provedor da Santa Casa para convencer à Província da necessidade do HSP. A cidade recebe o HSP não apenas enquanto o dispositivo de exclusão que é, mas também como o aparelho disciplinador que traz para a cidade o controle moderno: sem as crueldades da dor pela dor sem função, proporcionar maior ordem à cidade. Além disso, parece estar presente em tal entusiasmo a questão da forma “monumental” do prédio do Hospício. Monumento à que? À modernidade e humanidade, enfim à civilidade de um povo, à sua capacidade de ser e agir racionalmente, é um monumento à grande razão branca, neutra, reta e regular, a que se credita a capacidade de antever sempre o que deve ser bom, verdadeiro e belo (conceitos vistos como unívocos por esta “*mono-mentalidade*”). A imponência de sua estrutura que impressiona a quem por ela passa até hoje, não fala apenas de um absolutismo Imperial, mas também do que é absoluto na modernidade: a razão. Mas uma racionalidade ainda clássica (e não de todo utilitarista), que executa pelas harmonias de suas retas, arcos e

simetrias sóbrias, uma ação contra a confusão dos sentidos do insano. O prédio é a razão que tenta com sua força imprimir-se sobre a loucura⁶.

4.1.4. A luta por esquadrihar o espaço institucional: a medicina em busca do seu espaço.

Se o HSP se inseria na cidade como mais uma ação estratégica na formação de espaços classificatórios e de contenção-ordenação no espaço urbano, esta otimização utilitarista ainda não existia no seu próprio espaço Institucional. Este servia antes a mera contenção asilar do que à produção de saberes e práticas na busca de controlar e prever ao “alienado mental”. Instrumento antes apenas administrativo a serviço da província ao prevenir a desordem, do que instrumento médico, tinha o papel de dividir, fixar, anular e marcar uma população em um espaço de exclusão. Se mesmo no Rio de Janeiro, onde organizações médicas⁷ atuaram como protagonistas na constituição do Hospício Dom Pedro II, existiam inúmeras críticas à forma por este tomada, no Rio Grande do Sul, onde a medicina aparece apenas como elemento retórico da argumentação de leigos⁸ em prol da constituição de um Hospício, a luta era pela aceitação do hospício e da loucura enquanto espaços de direito da medicina. Se o Diretor era uma pessoa com formação médica, a administração do HSP cabia ao Provedor da Santa Casa.

Nesta luta pelo espaço institucional, o próprio espaço do Hospício era uma ação inviabilizadora dos estratagemas alienistas. A ausência de um esquadrihamento espacial suficiente para a sustentação da classificação psiquiátrica, impedia a disposição espacial enquanto um instrumento com fins de obter saberes relativos às diferentes demências e

⁶ É também com os escravos, que a ação médica no Império terá um papel humanizador e ordenador a um só tempo. Quando se criaram os empecilhos legais ao tráfico de escravos negros no Brasil Imperial, os senhores de escravos foram obrigados a investir em um cuidado médico sobre estes, para lhes garantir a boa saúde necessária à labuta, já que não seriam facilmente repostos em caso de morte ou invalidez (ALENCASTRO, 1997). Manuais escritos por médico e voltados aos fazendeiros, ensinando como melhor cuidar de seus escravos, em conjunto com a procura de medicalização para estes últimos e inclusão dos mesmos em medidas sanitárias visando evitar a proliferação de pestes, redundam em um resultado paradoxal, onde, por um lado evidencia-se o caráter de mercadoria aplicado a estes cuidados, e por outro se humaniza as práticas para com este, envolvendo-o em cuidados antes restritos aos seus senhores. Tal paradoxo, por outro lado, nos deixa claro como a idéia de população a partir da medicina social utiliza-se da biopolítica em prol de efeitos econômicos com justificativas humanistas em prol da vida. Em paralelo aos alienados mentais, os negros são considerados desordenados mentalmente e, por isso, com tendências aos vícios e suicídios, e em decorrência de tal limitação, finda-se por justificar o trancafiamento destes, pelo seu próprio bem, já que assim poderiam ser melhor ordenados (ALENCASTRO, 1997).

⁷ Como a Sociedade de Medicina, posterior Imperial Academia de Medicina.

⁸ Presidente da Província e Provedor da Santa Casa.

implementar práticas específicas para cada uma destas patologias. Enfim, impedia o ato de ordenação, que o Hospício desempenhava para a cidade, no interior do mesmo. O Dr. Carlos Lisboa (primeiro diretor do HSP, o qual possuía a então rara formação em alienismo) clamava pela construção das demais alas do Hospício:

“[a] única classificação atualmente possível é precisamente incompleta e não satisfaz, debaixo do ponto de vista científico. (...) Sem uma divisão metódica, sem uma classificação científica, o tratamento dos alienados é um impossível, uma utopia” (Relatório Hospício São Pedro, 1884, p.04. apud SCHIAVONI 1994, p. 26).

Impedia assim uma ação disciplinar não massiva sobre a loucura: ordená-la buscando sua inteligibilidade e utilidade máximas⁹. A ação classificatória da ciência proveria o médico da segurança com o enquadramento do louco, a cristalização do seu desmedido em um esquema pré-concebido generalizante e atemporal para findar com sua errância, já que, mesmo tendo sua utilidade questionável para um controle da loucura, era no mínimo eficiente no controle do louco: submetendo este a uma ordenação que o torna previsível, não apenas com o dispêndio de cuidados especiais para a contenção de cada tipo patológico (permitindo as contensões específicas a cada sintomatologia comportamental), mas também quanto à sua localização em cada momento no Hospício.

Porém, evidentemente, os problemas não se reduziam ao espaço geográfico do prédio. No encontro entre o médico e o leigo dentro da instituição, diversos choques de saber-poder no espaço funcional ocorriam, como, por exemplo, a oposição do administrador à prática requerida pelo Dr. Lisboa, de que os pacientes ficassem soltos no pátio em um determinado período do dia. Um conflito de práticas, onde uma estratégia (alienista) pretende utilizar o pátio enquanto dispositivo terapêutico, entendendo a loucura enquanto desordem a ser ordenada pela natureza; e a outra (administrativa) que busca a simples contensão do louco, entendido enquanto desmedido, perigoso em sua falta de limites, tendo que receber estes das grossas paredes que o contém¹⁰.

Tais conflitos iniciavam-se já no modo de admissão dos possíveis internos:

⁹ Mesmo com a conclusão da segunda ala em 1885 estes problemas persistem, já que o HSP possui nesta época um caráter asilar, e sendo grande a incidência de abandono dos pacientes pelos familiares, fazendo com que mesmo existindo a alta não podia haver desinstitucionalização. Tal inchaço impedia as tão desejadas repartições e tornava premente a continuidade de sua ampliação.

¹⁰ Logo, enquanto para o primeiro o pátio era um espaço de cura; para a administração não passava de um espaço- ausência com fins de permitir a propagação de ar e luz, e ainda, isolar aos pacientes.

“A maneira por que se faz a admissão dos alienados é a mais incompleta possível. O parágrafo 3º do artigo 21 apenas exige que as requisições e as petições declarem o nome, naturalidade, residência, idade, condição civil e estado do alienado” (Relatório do Médico-Diretor do Hospício São Pedro, 1884, p.06. apud WADI, 2002, p.121)

Novamente o ímpeto analítico da ciência médica é estancado pela desconsideração deste quando da elaboração das regras que irão gerir as práticas no espaço em questão. Somava-se a isso ainda a exigência de um diagnóstico rápido: informações exíguas para altas exigências.

Percebe-se que tal regulamento (o primeiro do HSP) não havia sido escrito por um médico, ele fora elaborado pelo Presidente da Província, um leigo, pensando segundo a ordem administrativa e esquecendo-se da médica. Existiam neste regulamento “distorções” ainda mais sérias para os médicos, como a de que toda e qualquer internação ocorreria apenas com o despacho do Provedor da Santa Casa, sob requisição de *autoridades competentes* ou *pessoas legítimas* para tanto (Wadi. 2000). Quem seriam os indivíduos autorizados para tal requisição, os médicos? Não. Teriam autoridade para tanto: Juiz dos Orfãos, Chefe de Polícia, Delegado local, seu superior (quando o paciente pertence a instituições militares ou religiosas), Pai, tutor, curador, irmão, marido, esposa, ou senhor do alienado (WADI, 2000).

Outra desautorização do saber-poder médico efetuada por este regulamento foi a delegação para leigos da fiscalização sobre o trabalho médico:

“...os membros da administração do Hospício e particularmente o provedor deverão fazer freqüentes visitas aos dormitórios e aposentos dos alienados, e procurar conhecer por si mesmo o estado mental dos alienados para providenciarem sobre qualquer abuso de detenção indevida” (Regulamento do Hospício São Pedro, 1884, p.74-80. apud WADI, 2000, p.21)

Com o advento da República algo dessa situação se altera, quando as instituições de saúde mantidas pelo Estado passam a ser administradas por este através da figura do médico, como legítimo representante de uma *ciência*, ou seja, de um modo de gerir “neutro”, que prescinde de interesses pessoais. Delegando suas instituições para as ciências, o próprio Estado Republicano pretendia-se científico, com uma ação “neutra” que visasse sempre o “bem comum”, buscava diferenciar-se, em muito, do Estado Imperial, constantemente atravessado por interesses particulares. Como sintetiza Teixeira Brandão (auto-intitulado o Pinel brasileiro):

“A relação do Estado com os loucos tem um duplo aspecto: uma que é a defesa da coletividade contra o perigo representado pelo louco; outra, que é a

defesa do louco contra os abusos passíveis de serem cometidos pela coletividade, em virtude da ‘incapacidade’ de autogestão do louco no que diz respeito a sua pessoa e bens (...) Daí a necessidade de recorrência ao Estado, que deve se tornar superior à família, às confrarias, a qualquer estabelecimento particular, instâncias que podem fazer do louco objeto de arbitrariedades; o Estado deve ter poder de seqüestrar o louco, aliená-lo de seus direitos, em nome da defesa coletiva e da liberdade individual, contanto que seja assessorado pela psiquiatria.” (cit. MACHADO, 1978, p.487. apud WADI, 2000, p.13)

Faz-se um novo regulamento, dessa vez sob o encargo de um médico-diretor do Hospício. Três anos após a proclamação da República é instituído o novo regulamento: se antes o médico como diretor se submetia às decisões da administração e trabalhava sozinho, auxiliado apenas por um farmacêutico e alguns enfermeiros não especializados; a partir de então, além de ser o Diretor Geral, responsável pela admissão ou não de qualquer paciente, seria auxiliado por outros médicos. A administração também passa a ser responsabilidade do médico-diretor, contando com auxiliares da área.

Mas, se isso demonstrava que formalizavam a loucura como campo de direito da medicina, se na letra fria dos regulamentos do Hospício passava-se a medicalizar a loucura, o que ocorria no calor do acontecimento era diferente: várias novas exigências não se cumprem. Ocorreram algumas mudanças sim, mas muitos problemas de antes continuaram os mesmos, se as normas estavam instituídas, não eram seguidas. Um exemplo:

“Essa infração ao preceito do regulamento [deficiência de dados anamnésicos], além de prejudicar seriamente a organização da estatística, que será sempre incompleta enquanto não se remover esta irregularidade, traz inconvenientes ainda mais graves no que diz respeito ao tratamento dos doentes” (Relatório do Diretor do Hospício São Pedro, 1894, p.111-2. apud WADI, 2000, p. 17)¹¹.

Parte desta inobservância às recomendações médicas se deve a um clima específico ao Rio Grande do Sul de então: o positivismo. Para Comte, a medicina não é uma ciência, mas sim uma arte, algo que vem na continuidade do sacerdócio, onde a cura depende antes de tudo do estabelecimento de uma profunda relação afetiva de confiança entre médico e paciente. Assim, os membros do apostolado, seguidores do “positivismo religioso”¹², defendiam a liberdade profissional e religiosa. No caso de um saber não científico como a medicina tal liberdade de exercício justificava-se ainda mais:

¹¹O seqüestro do alienado de seu habitat social e sua internação foram regulamentados por uma lei apenas em 1903, tornando-se pratica comum somente uma decada depois (WADI, 2000).

¹²E ha´ de se entender aqui que existiam diversas concepções e práticas políticas do Positivismo. Indo desde as medidas higienistas do RJ, ate´ a certa falta de interesse do Estado pela medicina no RS.

“Com que fundamento o Estado pretende obrigar um cidadão a ter confiança na moralidade de certos indivíduos, de modo a abrir-lhes os segredos de sua alma e os relatos de seu lar” (LEMOS, 1887, p.04. Apud WEBER, 1998, p.86).

Segundo a constituição Estadual de 1892, havia liberdade profissional no RS. No Regulamento dos serviços de higiene de 1895, constava como necessário para o exercício da medicina no estado apenas um registro na Diretoria de Higiene. Com isso, houve uma grande migração de práticos para o RS, já que eram perseguidos nos demais estados pela exigência de diploma. Instaurou-se então uma série de conflitos entre médicos diplomados, faculdade de medicina e práticos (médicos populares, curandeiros, etc.), na busca dos primeiros de regulamentar a profissão no estado, e instituir à medicina como o saber legitimado sobre o adoecer e o curar em suas diferentes formas. Tornando, a partir de então, qualquer intervenção não médica sobre a saúde dos indivíduos um ato “ilegal” a ser reprimido.

Apenas em 1928, já no governo Getúlio, que tal regulamentação da profissão se efetuará, garantindo legalmente a proteção estatal à corporação médica no RS. Em torno deste ano, o próprio HSP iniciava um processo no final do qual tornar-se-ia ainda mais uma instituição médico-psiquiátrica. Falamos aqui da época que se transcorreu entre as duas administrações de Jacinto Godoy (1926-1932/1937-1951), quando não se medicalizou a loucura apenas enquanto objeto de intervenção, mas também a tornando objeto de um sistema ensino-pesquisa. É quando se alterou o estatuto ontológico da loucura e epistêmico da psiquiatria, adentrando ambos, em conjunto com o Hospício, sua estrutura e da sua cidade, na nova modernidade progressista.

4.1.5. Da modernidade e do progresso nas tramas da cidade e do velho hospício: radicais remodelações.

4.1.5.1. Rasga-se uma nova cidade.

O Regulamento Geral de Construções, de 1913, esquadrihava os terrenos urbanos, o alinhamento das ruas, os espaçamentos entre as casas, as fachadas destas, dotando-os de medidas pré-estabelecidas como norma geral. Logo após, em 1914, se elabora a primeira planificação sobre o desenvolvimento urbano da cidade visando a melhor circulação e escoamento dos produtos, plano realizado nos moldes das reformas já executadas no Rio de Janeiro: plano batizado com o nome do seu elaborador, Moreira Maciel. Para tanto, pretendia-se a reformulação da malha com a abertura de vias radiais ligando o centro a sua

periferia em leque, a domesticação dos terrenos baldios por ajardinamento e a ampliação do Porto (GASTAL, 1996). No entanto, tal plano findou por permanecer no papel em decorrência da ausência de verbas e do pressuposto positivista Castilhista de não realizar grandes intervenções estatais por sobre a vida privada, mas sim de preservar executando melhorias graduais (MONTEIRO, 1995). No entanto, a água de péssima qualidade, a rede subterrânea de esgotos restrita e o calçamento que já não agüentava a intensidade do fluxo, levantando poeira sob sol e fazendo lama sob chuva, tornava urgente uma reforma mais ousada.

Somente em 1924, com a administração de Otávio Rocha, se irá retomar tanto o Plano Moreira Maciel, de 1914, quanto o Regulamento Geral de Construções, criando subcomissões municipais diversas, que irão pensar, a partir dos documentos em questão, as remodelações urbanísticas globais para Porto Alegre torna-se uma capital moderna: abertura de grandes avenidas e alargamento das ruas; urbanização de novos lotes, incluindo habitações higiênicas aos proletários; aumentar e melhorar o abastecimento de água e esgotos, para melhor saneamento da cidade; ajardinar novos campos, dando origem a mais passeios esteticamente agradáveis à elite e aos trabalhadores integrados ao sistema civilizado; aumentar e melhorar a iluminação pública (elétrica ou a gás), estendendo a vida pública e os olhares policiais noite adentro; melhorar a rede de bondes, para o mais rápido deslocamento do trabalhador até seu posto de trabalho, um cada vez mais distante do outro, seccionados pelos aí nascentes muros de velocidade. Ainda que sejam épocas de higienistas, vê-se como principal preocupação a higiene estética e o lazer, à procura de uma harmonia planificada e civilizada, já que, no orçamento, o montante destinado somente ao ajardinamento do campo da redenção e construção do teatro municipal constituía-se em algumas vezes maior do que o montante destinado a implementação da nova rede de saneamento (MONTEIRO, 1995): dominar a peste do caos nos campos virgens, em detrimento de domesticar as pestes infecciosas que assolavam freqüentemente a população, principalmente de baixa renda.

Assim, compreendemos a amplitude dos miasmas a serem seccionados do corpo da cidade pelas novas obras planejadas por Moreira Maciel, autor do projeto, que tinha ideais modernizadores e progressistas para a Porto Alegre do início do século XX. Largas avenidas, arborização, belos passeios públicos, iluminação moderna, são alguns dos

diversos aspectos que passam a ser tratados com o rigor formalizado de uma ciência de regulação dos fluxos: “A administração da ‘petit ville’ deve deixar de ser empírica e converter-se em uma verdadeira ciência.” (A FEDERAÇÃO, 1927. Apud: MONTEIRO, 1995, P.71).

“Somos partidários de avenidas com no mínimo 22 metros de largura, arborizadas lateralmente, ou quando de mais largura arborizada ao centro e aos lados (...) esperamos porém, que o projeto atual possa satisfazer em muitos pontos as necessidades crescentes do trânsito, a beleza e a higiene da capital.” (INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 1927. Apud: MONTEIRO, 1995, p.70-71).

Ciência dos fluxos urbanos que tem paralelos com o trabalho de William Harvey no seu *motus cordis* (SENNETT, 1997), onde descobre os fluxos do corpo aos olhos dos homens: o sangue circula pelo corpo, bombeado pelo coração. Posteriormente, este modelo dinâmico será utilizado para compreender o sistema respiratório e o sistema nervoso: institui-se uma mecânica circulatória. Tal perspectiva quebrava com as univocidades estáticas da *anima* que, como um imóvel primeiro motor Aristotélico, pretensamente provia diretamente, essencialmente, o corpo de vida, calor; sendo agora este processo mecânico o responsável por isso. Do mesmo modo, desfazia a univocidade hierarquizada do corpo social de Salisbury, onde não havia sistema, mas sim extensão da centralidade nervosa e cardíaca por sobre seus súditos periféricos. Assim, inseria um mecanismo circulatório onde havia apenas *Um* gerador ou gestor da vida corporal: agora vida e movimento estão ligados diretamente.

Esta perspectiva, como pode ser visto acima, logo se aplica sobre o corpo das cidades, dando seu primeiro passo com a analogia elaborada por Ernst Platner, no século XVIII, ligando o sangue ao ar que circula pelas ruas, e a desobstrução da membrana da respiração sanguínea com a limpeza da pele dos corpos humanos e das ruas do corpo cidadão. Quebra-se a noção rural da sujeira no corpo e nas coisas enquanto algo com propriedades benéficas, como efeitos nutricionais (fertilização), e se passa a um conceito urbano de higiene saudável. Prática que irá fomentar muitas das reformas que ocorreram nas cidades posteriormente com um urbanismo sanitarista-higienista. Extirpar “algo fora do seu lugar”, assim pode ser lido o ímpeto por limpeza. O lixo, os arcaísmos, as pobres moradias, e muitas vezes seus próprios moradores, nada mais eram do que “coisas fora de um lugar correto”, tornando-se deletéria sua presença à funcionalidade saudável da cidade.

As cidades passam a ser planejadas, racionalizando suas áreas de modo a permitir o livre fluxo de pessoas, ar, produtos: a garantia de salubridade, ao menos nas áreas nobres.

“Aqui a Intendência Municipal, sob a direção de Otávio Rocha, cujo entusiasmo comunicativo é capaz de vencer todas as apatias e resistências, começou já a demolir velhas casas da zona central, rasgando de lado a lado da cidade umas magníficas avenidas que bastarão amplamente ao escoamento normal de veículos que hoje, a determinadas horas do dia, enchem em longas filas buzinas e tintinabulantes as ruas mais centrais.” (A FEDERAÇÃO, 1925. Apud: MONTEIRO, 1995, p.100).

Seguindo a lógica circulatória do corpo de Harvey, abrem-se vastos espaços abertos, uma imensidão apenas, assim como largas avenidas que ligam rapidamente os pontos, mas dividem-nos com muros de velocidade. Espaços grandiloqüentes que não unem, findam por dispersar a massa sem pontos para o encontro, para o estar, existindo somente esse campo aberto à circulação. Sem dispositivos de captura dos fluxos que se dispersam. As vias e desobstruções evitam os coágulos, não apenas em prol da “circulação saudável”, mas também temendo a articulação subversiva da multidão em movimento, fazendo com que esta escorra sempre.

“Acrescentam, ainda, que era um verdadeiro foco de miasmas a envenenar a saúde pública e de imoralidade pela classe baixa de seus moradores. Diziam que o desaparecimento dos pardieiros que bordejavam este beco, era mais que uma palpitante necessidade (já naquela época [1891] considerada!) urgentemente reclamada tanto pelo decoro da saúde pública, como pelo embelezamento da capital, que em vez de um esterquilínio infectuoso, carecia ter uma artéria à circulação de atividade da nossa capital.” (A FEDERAÇÃO, 1925. Apud: MONTEIRO, 1995, p.101).

Espaço que tem como princípio a *transparência*, ideal que possibilitaria a liberdade do não segredo, do não secreto, da livre expressão. Porém, deste princípio instituíram-se dispositivos espaciais outros, espaços abertos sim, mas ao urbano olhar vigilante do policial: militar da cidade e dos costumes. Pretensamente neutros, transparentes, apóiam-se nestes atributos de verdade, de razão absolutizada como justificativa ao agir sem receios sobre as coisas e pessoas. Embasados na autoridade do correto, do verdadeiro, findam por afirmar o mesmo regime espacial dos espaços fechados de segmentação, criados pela mesma busca de disciplina urbana. Referindo-se provavelmente ao Palácio de Cristal da exposição Internacional das Industrias de 1851, em Londres, todo de vidro em uma

estrutura de metal, Dostoievski tece o seguinte comentário: "Acreditais no palácio de cristal, indestrutível através dos séculos, isto é, um edifício tal que não se lhe poderá mostrar a língua às escondidas, nem fazer figa dentro do bolso." (DOSTOIEVSKI, 2000a, p.48).

“Construtores e reformadores passaram a dar maior ênfase a tudo que facilitasse a liberdade do trânsito das pessoas e seu consumo de oxigênio, imaginando uma cidade de artérias e veias contínuas, através das quais os habitantes pudessem se transportar tais quais hemácias e leucócitos no plasma saudável. A revolução médica parecia ter operado a troca de moralidade por saúde - e os engenheiros sociais estabelecido a identidade entre saúde e locomoção/circulação. Estava criado um novo arquétipo da felicidade humana.” (SENNETT, 1997, p.214).

Assim abriu-se, entre outras, a atual avenida Borges de Medeiros, arrebatando pela sua frente casebres, cortiços, tabernas e afins, abrindo espaço aos fluxos de ar, luz e trânsito. O financiamento de tais obras na Porto Alegre da década de 1920, já não se dará com a participação espontânea de notáveis e demais cidadãos, como na criação da loteria em prol da construção do Hospício São Pedro. Agora o Estado cria uma trama de impostos por sobre o cidadão em seu território urbano, definindo áreas e tipos de estabelecimentos que, em seu cruzamento de linhas e colunas, definiriam sua taxa a ser paga. Tal medida não apenas auxiliou de forma construtiva as reformas, engordando os erários públicos, como de forma destrutiva, cobrando altas cifras, por exemplo, de cortiços e terrenos baldios que se encontram nas zonas centrais: “Visa este aumento obrigar os proprietários a modificar os seus arcaicos prédios, que estão prejudicando essas ruas, e gozando, sem maior dispêndio de capital, de uma valorização rápida e parasitária.” (A FEDERAÇÃO, 1926. Apud: MONTEIRO, 1995, P.65). No entanto, taxava também os divertimentos, cafés, cabarés e tabernas, a valores pesados “para evitar que sejam criados com hotel ou pensão anexa, porque facilmente se transformam em casa de lenocínio. Tem esse imposto mais fins de ordem moral do que visar renda.” (A FEDERAÇÃO, 1926. Apud: MONTEIRO, 1995, P.66). Essa medida se inseria em conjunto com diversas outras contrárias à mendicância, vadiagem, prostituição, jogo, álcool, menores abandonados e outros seres predispostos pelos maus instintos aos mais variados vícios. Alinhava-se aqui ainda mais a fina trama que prende o habitante urbano à máquina soberana que rege os fluxos que por seu território

fluem: desde as nada sutis obras de reformulação urbana com seus duros cortes do território para torná-lo simétrico, até as abstratas taxas mensais e sua oscilação normalizante¹³.

Tal sistema busca uma importante mudança neste espaço em crescente capitalização: a passagem de uma cidade definida em sua localidade, sua especificidade de comunidade, o *ethos* da *Polis*, para a cidade CosmoPolita. Trata-se da troca do *lugar* pelo *espaço*, geral e irrestrito, como bem apraz ao *homo economicus* que não deve se apegar às raízes locais sob o risco de fracassar em seus negócios que exigem mobilidade e mudança, busca da melhor oportunidade (SENNETT, 1997). Não somente tais homens não pertencem a um lugar, negociam pelo mundo, como os centros das grandes cidades, em suas reformas possibilitadas pelo processo de remodelação e periferização, passam a igualar-se umas as outras com largas avenidas, prédios modernos, galerias comerciais, etc. Implementava-se uma homogeneização das cidades que prescindia da continuidade territorial, uma *corplanura* do sujeito universal, do espaço sem localidade, que se quer neutro e geral na afirmação de uma autoridade calcada na justificativa racional para além de qualquer espaço-tempo, assim como as cidades que constrói: “...não há solo, não há povo, a nacionalidade é apenas um determinado sistema de impostos, a alma, uma tabula rasa, uma cerinha com a qual se pode imediatamente moldar um homem verdadeiro, um homem geral, universal, um homúnculo...” (DOSTOIEVSKI, 2000b p.95-6).

Deste modo, retomando, podemos afirmar que até 1920 a cidade de Porto Alegre vive uma primeira fase de expansão que pode ser denominada “conurbação interna” (FACARQ, 1980), o preenchimento de áreas antes ociosas, entre o centro e os arraiais, ligando-os e formando uma massa urbana compacta. Adensando sua população sem reverter todo adensamento a uma expansão do seu território e serviços. Já após 1920, o processo de crescimento da cidade se esparge para as periferias e cidades adjacentes.

Na década de trinta, Porto Alegre vê surgirem seus primeiros prédios de concreto armado, a revolução técnica que possibilita os arranha céus e multiplica a capacidade de construir adensamentos urbanos, de forma rápida e funcional. Os novos transportes permitem uma expansão para além dos limites anteriores, abrindo inclusive novos vazios a

¹³ Tais normalizações oscilantes, baseadas em estratégias não de coação direta e dura, mas sim de modo indireto, flexível e sutil, são uma tecnologia que muito se desenvolverá, quanto a mecanismos e importância, no que tange as às reformulações segmentares contemporâneas do espaço urbano e suas modulações constantes do normal.

espera de uma futura valorização. Salpicam-se adensamentos de forma aparentemente anárquica. Torna-se premente a abertura, melhora ou ampliação das vias radiais, de modo a facilitar o acesso e fluidificar o trânsito do centro, o qual, por ser o entroncamento do leque de vias populacionais, já se via lotado além de sua capacidade, com diversos coágulos de ritmo diários.

O Plano urbanístico de Moreira Maciel vai servir de base ainda para as muitas reformulações executadas na administração Loureiro da Silva (1937-1943), incluindo aí a abertura e ampliação de importantes radiais, além da expansão do saneamento. Assim, ampliam-se os aros da roda, a qual possui como rolamento o centro da cidade, em função do qual tudo e todos giram. Deste modo, amplia-se também o escoamento na direção do centro, assim, na década de 1940 as avenidas paralelas ao Guaíba (Mauá e prolongamento da Borges de Medeiros) são construídas, agora já não simplesmente para higienizar e embelezar a região, como no plano original, mas para dar vazão aos corpos em demasia a circular coagulados pela centralidade urbana: agora eles poderiam circundar os cerros em alta velocidade. Também constrói-se então a Coronel Genuíno (ligando o centro à crescente zona sul), a Farrapos, Ipiranga, Perimetral e a canalização do arroio Dilúvio (após a enchente de 1941).

A partir de 1940, a administração pública passa a se preocupar com a expansão das malocas pela cidade, intensificando-se tal atenção a partir da década de 1950 com diversas políticas de habitação. Repercutindo inclusive na criação de Vilas Operárias como o IAPI (1953), espaços erigidos segundo uma ordenação fria e racional em uma estética modernista industrial do concreto armado. Espaços periféricos organizados não apenas para melhor controlar aos trabalhadores, mas também para melhor incluí-los no capitalismo moderno, conforme outras medidas populistas neste sentido no governo Getúlio. Mas mesmo assim, os núcleos irregulares triplicam de 1951 até 1972. (DEMHAB, 1973. Apud: FACARQ, 1980, p.133). A cidade vai aos poucos fragmentando-se em uma malha polinucleada, onde seus pedaços ganham gradativamente mais autonomia, mas ainda se referem com frequência ao centro da cidade: são satélites orbitando em torno do astro rei e seu funil de radiais em leque.

4.1.5.2. Rasga-se um novo espaço para a loucura.

Em conjunto com o esquadramento da malha urbana porto-alegrense, transformando-a em uma rede cada vez mais simétrica, veloz e rica em espaços de fechamento, o antigo Hospício, se torna gradativamente Hospital Psiquiátrico. Assim como os urbanistas baseavam-se nas mudanças executadas na capital do País, as quais por sua vez foram baseadas em modelos francófilos, o Dr. Godoy havia aprendido sobre a psiquiatria Francesa de seu tempo em uma viagem de estudos à França, garantida pelas posses de seu sogro estancieiro. No seu retorno, em decorrência de seus contatos e amigos na política rapidamente obtêm cargos públicos, e quando de sua nomeação para o HPSP, recebe um grande montante de seu amigo Borges de Medeiros, governador da província, para executar as mudanças que se seguirão na estrutura do Hospital. Bem verdade, serão as mesmas relações políticas que lhe retirarão do seu posto por duas vezes, em episódios envoltos por polêmicas.

Quando se torna Diretor do HSP (1926), o Dr. Godoy passa a imprimir neste a dinâmica requerida por um “moderno hospital”, defrontando-se com “Asylo São Pedro”. Sua ação visa a transformação que ele denomina, “de depósito de alienados em hospital psiquiátrico” (Godoy, 1955, p.15). Medicalizar a instituição e a loucura de acordo com os padrões científicos de sua época, retirar do hospício e da loucura seus estigmas (colocando outro em seu lugar, é evidente!):

“O Hospital São Pedro, adaptando-se às exigências novas da assistência aos psicopatas e dentro dos dispositivos da Lei Federal sobre a matéria, de há muito tempo que abriu as suas portas a todos doentes do cérebro e dos nervos, procurando assim destruir o juízo errôneo arraigado no espírito público de que esta casa não foi feita senão para segregar os alienados perigosos ou incuráveis”. (GODOY, 1955, p.186).

Deste modo, não apenas elevava o alienado ao status de doente vulgar (GODOY, 1955), como elevava a psiquiatria ao status de especialidade médica como outra qualquer. Mas, para tanto, era necessário não apenas a introdução de novas técnicas que visassem “curar” a loucura, como seria preciso mudar a concepção da mesma, tornando-a aceitável para a comunidade médica. Mudar a um só tempo, a ontologia da loucura com a modificação epistemológica das práticas para com essa. Com a biologização da loucura, inicia-se, segundo Godoy, a fase Positiva da psiquiatria¹⁴: “já se pode afirmar com

¹⁴Refere-se à doutrina comteana, a qual dividia teleologicamente a realidade humana em três patamares: religioso (correspondente, no caso, a quando o louco era considerado um possuído), metafísico (a qual ele

desassombro que as molestias mentais não existem” (GODOY, 1955, p.72). Isso redundará em diversas intervenções sobre o corpo do alienado, as quais veremos abaixo em parte.

Em 1927, com o apoio do Presidente Borges de Medeiros, Godoy iniciou uma série de obras visando a reformulação do HSP no já citado “moderno hospital”¹⁵. Godoy pretendia “congregar” todos departamentos de assistência aos psicopatas existentes no espaço do HPSP, intencionando para tanto comprar terras adjacentes ao mesmo, efetuar novas edificações e remodelações nas já construídas (segundo um modelo condenado na sua opinião); para, assim, transformar o São Pedro no centro referência do estado na assistência aos psicopatas.

Tais obras seguiram-se durante as duas administrações com diversas intermitências motivadas por fatores político-econômicos (afastamentos políticos, contensões de despesas, etc.). As reformas não apenas aumentaram a capacidade de acomodar pacientes, funcionários e freiras (construindo habitações para os mesmos na área do hospital), como também, dentro da mesma lógica de centralização, capacitaram-no para serviços hospitalares e de ensino-pesquisa.

As reformas foram múltiplas, dignas de uma pequena cidade que se moderniza: saneamento (tratamento de água e esgotos); eletrificação (reformando a rede elétrica antiga para receber o fornecimento de alta voltagem da companhia elétrica, aposentando o antigo gerador do hospício)¹⁶; aquecimento central; um grande pavilhão construído ao centro do grande pátio (alinhado ao pavilhão longitudinal) fora do plano original, mas usando suas fundações e seguindo um modelo pavilhonar, onde foram instaladas a cozinha e a lavanderia a vapor, residências para funcionários da administração, dormitórios para irmãs e uma capela; dois refeitórios independentes e opostos, masculino e feminino, ligados diretamente ao serviço; construiu-se um atelier de costura em um pavilhão bem iluminado; reformou-se a seção de pacientes pensionistas homens, com vistas a ampliá-la e aumentar a arrecadação; impermeabilizaram os pisos e partes das paredes de todos locais reformados.

identifica com Pinel, onde haveria mais boa vontade moral do que instrumentação) e positivo (com a identificação da loucura enquanto doença cerebral).

¹⁵Com as verbas economizadas durante a administração de Deoclecio Pereira.

¹⁶É interessante ressaltar que a maioria das plantas encontradas nos arquivos do memorial do HPSP são referentes a instalações hidráulicas e elétricas. Muitos mecanismos específicos de liberação e contenção de água foram projetados especificamente para os fins e população aos quais estavam sendo destinados. Uma verdadeira malha de contenção e direcionamento dos fluidos foi construída no HPSP então.

A farmácia que funcionava “precaricamente” em pequenos corredores, passou para “vastas salas”, ocorrendo o mesmo com a realocação da Secretaria (espaço para: administração, direção, arquivos administrativos e clínicos). Posteriormente a farmácia novamente realoca-se com a construção de um pavilhão onde, no primeiro andar, ficariam residências para funcionários e no seu térreo instalar-se-iam o laboratório, a farmácia e o *Serviço Aberto* (profilaxia mental: assistentes sociais e consultas externas) do qual se falará a seguir. Já quanto à concentração de outras atividades médicas no HPSP que não apenas a psiquiatria, em um pavilhão onde a administração anterior havia instalado uma sala de cirurgia, fez-se uma ala de *Serviço somático*: enfermarias para cirurgia e medicina (clínica geral), raios-X, atendimento odontológico, isolamento (para evitar contágios), salas de esterilização, desinfecção, etc. Por fim, podemos citar a constituição de um Salão de honra, salas de banho, narcose, visitas, além da remodelação de um pavilhão localizado na Azenha, para abrigar o Posto Municipal de Psicopatas, onde fora criados alojamentos masculinos-femininos separados e instalações hidroterápicas.

Atentando para as lógicas classificatórias que estavam a esquadrihar o espaço em coleções-funções no “período Godoy”, temos que explicitar algumas estratégias por ele citadas no seu livro. Uma, diretamente atrelada à modificação do espaço-geográfico, era a divisão por pavilhões entre pacientes crônicos agitados, crônicos calmos (que trabalham), crônicos “enfraquecidos e imundos”, “menores anormais” e toxicômacos (GODOY, 1955, p.36). Já outro esquadrihamento se alastrava por todo espaço institucional dos pacientes, dividindo tecnicamente dormitórios, refeitórios e áreas ao ar livre em: observação, tratamento e crônico (GODOY, 1955).

Evidentemente, nestas transformações espaciais inseriram-se novas práticas de tratamento da loucura. Podemos citar como exemplos de novas tecnologias médicas para a “cura” da loucura trazidas por Godoy da psiquiatria francesa em sua ânsia de adequar o HSP: clinoterapia, balneoterapia, malarioterapia, punção liquórica, fichários clínicos e nosográficos (PICCININI, 1999). No livro *Introdução a psiquiatria* (1930), de Plínio Olinto e *Psiquiatria no Rio Grande do Sul* (1955), do próprio Jacinto Godoy, encontramos breves descrições de algumas destas práticas terapêuticas¹⁷:

¹⁷ Em 1940 o Dr. Murillo Silveira introduz a eletroconvulsoterapia (ECT) no HPSP com a construção de um aparelho ali mesmo, em decorrência da impossibilidade de importa-lo devido à segunda guerra mundial. O aparelho fora testado primeiro em um cachorro para depois ser usado em humanos. Inicia-se então a troca da

“Clinotherapie: Em alguns pavilhões os doentes permanecem, mesmo durante o dia, sempre reclinados em seus leitos. São aqueles dos mais agitados a quem a clinotherapie é recommendada como meio de acalmar e de melhor vigiar. Guardas, em abundancia, sollicitamente procuram conter alguns que não se conformem com o acamar contínuo” (OLINTO, 1930, p.32).

“Balneotherapie: A casa de banhos deve ser um vasto edifício com pequenas subdivisões de estuque onde se acham collocadas as banheiras de ferro esmaltado com encanamento para agua quente e fria, providas de larga válvula para escoamento rápido. As banheiras devem ser estreitas e fundas afim de que os doentes não se possam debater muito. (...) Esses banhos são geralmente dados na temperatura de 33 a 38 grãos centigrados. Sua ação sedativa sobre o systema nervoso, sobre o organismo em geral, é indiscutivel. (...) O doente ahi mergulhado, a principio com dificuldade, tolera facilmente essa permanencia, que se póde prolongar por muitas horas, permitindo até alimentar-se durante o banho, evacuando mesmo na banheira cuja agua seja renovada.” (OLINTO, 1930, p. 32-33)

“[Malariaoterapia:] O novo método terapêutico consiste em inocular, no indivíduo acometido de paralisia geral, sangue de outro individuo atacado de implaudismo, no momento em que se acha em acesso de febre. Ao cabo de um curto período de incubação, variável de cinco a dez dias, manifestam-se os acessos palustres do inoculado. Deixam-se repetir êsses acessos em certo número de vêzes e, em seguida, cura-se a malária artificial, muito sensível à medicação específica, o quinino, instiutindo-se, então, o tratamento anticifilítico.” (GODOY, 1955, p.116).

Adentra, então, neste colecionar além das subdivisões de tipos patológicos, as quais não só persistiam como haviam se multiplicado, a experimentação em busca das causas materiais da doença para reformar o sujeito e permitir o aproveitamento de sua utilidade à sociedade. O HSP assemelha-se então a um grande jardim botânico onde não só se observam as plantas para seu estudo e deleite, mas realizam-se experimentações sobre seu comportamento para gerar não só saber científico, como a melhor forma de utilizá-las, adaptá-las a novos ambientes e proporcionar maior produtividade (JANEIRA; FORTES, 2003).

farmacoconvulsoterapia pelo eletrochoque, fundamento da clínica psiquiátrica que servirá de bandeira para delatar os excessos cometidos tanto por parte das instituições totais, quanto pelos que pedem o seu fim, já que, tornando-se bandeira de uma luta, perde suas especificidades contextuais, sendo seu uso, por um lado, simplificado enquanto exclusivo instrumento de tortura, e por outro, reduzido enquanto eficaz e inofensivo dispositivo clínico científico. Caricaturas de tempos de guerra, quando não se permitem ambigüidades e sentidos múltiplos.

Outro método introduzido nesta época foi a intervenção psicocirúrgica, criada pelo psiquiatra português Egaz Moniz em 1935. Até 1955 estima-se que tenham sido realizadas ao menos 100 intervenções desta natureza.

Diversas reformas são feitas no sentido de dar suporte as novas metodologias clínicas utilizadas no, em breve, Hospital Psiquiátrico São Pedro. O espaço branco é provido de especificidades técnicas. Luzes cirúrgicas que não fazem sombra nem aquecem; camas e banheiras dotadas de mecanismos específicos à Clinoterapia e Balneoterapia; instrumentos cirúrgicos, laboratórios químicos; etc. O reluzente dos metais esmaltados e as novas transparências dos tubos de ensaio somam-se à transparência do vidro e ao branco das paredes.

Neste momento muitas das divisões classificatórias da coleção de objetos da loucura se fazem não somente em função de categorias sintomatológicas, mas também de categorias definidas a partir da intervenção química, biológica, cirúrgica ou mecânica a que uma tipologia deve ser submetida. Com a especificação do espaço para além de dormitório, pátio e refeitório, as classificações em sua disposição devem se adequar a nova configuração das remodelações físicas na “marcha ascensional da ciência” (GODOY, 1955 p. 133).

Apesar do aumento de sua capacidade populacional e da implementação de tantas novas técnicas visando trazer o insano novamente para a normalidade; o HSP apresentava sérios problemas de superlotação, principalmente na segunda gestão de Godoy (1937-1951) o qual forçou a colocação de até três internos em quartos onde deveria ser alojado apenas um¹⁸, pois, se as obras engendraram novos espaços, também levaram o nome do Hospício São Pedro a outras pessoas que o desconheciam ou apenas a este não apelavam. O agigantamento da “resposta” ao problema da saúde mental agiganta por sua vez a demanda por resoluções.

A criação desta ampla máquina soberana de reforma dos cidadãos, tornava necessário então, garantir a capilarização das práticas médicas nessa multidão densa de alienados, assegurando a sua correta realização. Com a Escola Profissional de Enfermagem, instituída no HPSP em 1939, a ação-perspectiva médica obtém um dispositivo para sua multiplicação no espaço do hospital¹⁹. Erige-se aí o prolongamento da medicalização em sua ação reformadora e de vigilância pelo espaço interno do hospício.

¹⁸Pelo planejamento destas peças sua ventilação era exígua: 45m³ de ar estático, sendo 30m³ o indicado para cada indivíduo.

¹⁹Alem de inserir nesse a figura da enfermeira laica (ainda que grande parte do contingente formado pela escola fosse de religiosas).

Porém, tal inchar das paredes, provocou uma rachadura no muro do Hospício por onde fluíram essas práticas para além dos muros. Godoy encontrava-se fascinado pelo que se denominava Reforma Americana, alavancada no início do século XX por Clifford Beers, “o pinel americano”, o qual prescrevia o fechamento e diminuição dos hospícios existentes, substituindo a antiga assistência que buscava a contensão dos casos agudos, por uma profilaxia mental, impedindo e prevenindo as psicoses antes mesmo das manifestações que usualmente tornam o sujeito um objeto da psiquiatria, um habitante do hospício:

“...verdadeiros focos de contágio psíquico são destruídos, causas de desordem mental, reparadas, isoladas, combatidas (...) dos doentes internados, 40% poderiam ficar no lar, sãos, úteis e felizes, se a tempo tivessem seguido os conselhos da profilaxia mental. (...) Destarte far-se-á, pela clínica e pelo laboratório, a profilaxia das moléstias mentais, como até aqui vem fazendo a profilaxia das outras moléstias, descobrindo os predispostos, a fim de colocá-los ao abrigo das causas ocasionais das psicoses e permitindo às pessoas normais a melhor utilização de suas faculdades.” (GODOY, 1955, p.74-76).

Assim, colocando “*the right man in the right place*” (GODOY, 1955, p.76), Godoy, seguindo os princípios dessa reforma, acreditava possibilitar que os sujeitos dessem o máximo de suas potencialidades, provendo o cérebro, este “*órgão nobre da economia*” (GODOY, 1955, p.23), de uma capacidade de adaptação ótima, redundando em importantes conseqüências sociais para a economia (tornando-os mais aptos ao trabalho), a educação (livrando-a de diversos problemas de adaptação), a família (eliminando crescentemente as desavenças nesta) e para o futuro da humanidade (abrindo-lhe o caminho ao aperfeiçoamento).

As práticas de profilaxia mental se implicariam em âmbitos para muito além da especialidade psiquiátrica, abrangendo questões da sociedade em geral (como pôde ser visto acima). Para Godoy, a profilaxia mental seria um elemento a somar-se em uma mudança de perspectiva jurídica que ocorria na sociedade sobre o cuidado para com seus cidadãos:

“A sociedade já compreendeu que o seu papel é antes proteger-se do que vingar-se - e em breve há de compenetrar-se de que, protegendo a si própria, se puder ao mesmo tempo preservar o culpado, recuperando-o, restaurando-o, fazendo desaparecer as causas de sua nocividade, a justiça será mais verdadeira, mais útil e mais humana.” (GODOY, 1955, p.77-78).

No ímpeto de promover esta reforma “útil e humana” dos homens, e de desafogar o espaço manicomial (por demais cheio pelas internações constantes), Godoy irá estabelecer, em 1938, um serviço de profilaxia mental no HPSP: o Serviço Aberto. Neste, um grupo de assistentes sociais executava um serviço de prolongamento da ação médica para além dos muros do Hospício. Isso não apenas nas consultas externas, nas diligências até os domicílios para vigiar, registrar e assegurar a continuação do tratamento; mas também quando, das portas do Hospital, efetuavam os primeiros registros pessoais e sociais sobre o paciente, utilizando-se dos seus parentes e conhecidos para iluminar as causas da psicose. Garantiam então a produção de um saber a muito requisitado no São Pedro: os dados anamnésicos. E para obtê-los, iam a busca das pessoas, convocavam-nas ao Serviço Aberto, etc²⁰; tudo com fins de elucidar a etiologia do caso em sua vida egressa e presente.

Através do Serviço Aberto, não apenas se resolvia o problema da ausência de um dispositivo registrador produtor de saber, para ter onde basear a conduta médica, como se possibilitava uma desinternação e pré-internação vigiadas, aliviando a lotação do hospício. Mas, em sua função, as assistentes sociais apenas serviam à psiquiatria com seus registros e vigilância, não cabendo a estas qualquer iniciativa sobre os pacientes (nem ao menos perscrutatória). Tanto assim que, estranhamente, estavam presas fora do hospital, sendo sua entrada no Serviço Fechado permitida somente quando chamadas por um psiquiatra para fornecer esclarecimentos sobre um caso (GODOY, 1955, p.203-205).

Com finalidades em muito semelhantes ao Serviço Aberto, e sendo também uma espécie de dispositivo profilático, foi criado na capital o já referido Posto Municipal de Psicopatas²¹, onde estes seriam colocados para tratamento e observação assim que aflorasse a psicose, retirando do caminho do paciente a cadeia e o hospital geral (onde provocavam confusão, segundo Godoy), e servindo como espaço de triagem para o HPSP. Decidindo assim quais seriam ou não internados, e tratando lá mesmo as psicoses que não exigissem internação.

Vemos aí, um contínuo processo de construção no, antes massivo, espaço pouco diferenciado do hospício-muro, de uma complexa rede de minuciosas intervenções sobre o

²⁰ Quando o paciente provinha do interior do estado, ou de uma localidade mais afastada ainda, podiam também encaminhá-los às unidades de saúde capacitadas para obter o registro e enviá-lo ao HPSP.

²¹ O qual, pelo projeto inicial, deveria ser espalhado por diversos municípios em anexo as unidades de saúde do interior, acabando com a passagem dos alienados pelas cadeias e executando a triagem para o HPSP.

corpo do louco. Intervenções em sua maioria com o fim de “curar” à loucura produzindo por suaves coações sobre o corpo do louco a anulação de sua existência enquanto *sentir* e *expressar*. Em nada nos admira então, que a balneoterapia e a clinoterapia tenham adentrado no espaço asilar, para substituir o uso freqüente de hipnóticos²². Permanecer preso a uma cama ou banheira de água morna, privando ao louco sensações e expressões, provendo ao desmedido de sua loucura os limites de uma cama, de uma banheira. Evitando a excitação, o movimento, fazendo com que o corpo do louco, embotado ao máximo, aproprie para si, os plácidos limites da cama e banheira. Exercitá-lo para embotar-se: se de louco a são não passa, ao menos inofensivo e previsível se torna.

Não se trata mais da simples anulação antes executada pelo hospício-muro (pela disciplina-bloco), fixando e marcando com a morte social aos seus habitantes. Trata-se agora do hospício-máquina, o qual com sua ação disciplinar capilarizada em pequenas coerções-exercícios sobre o corpo do louco, agindo como um aparelho na busca de sua “correção”, aplinar os desvios²³. Uma intrincada rede de ações (as quais, por sua vez, são também intrincadas) agindo sobre o corpo do louco.

Com esta complexificação executada no HPSP, o espaço-geográfico, antes quase curinga funcional, passa a diferenciar-se para dar conta das exigências técnicas das novas funções. Assim, não apenas multiplicam-se as espécies de espaços existentes no HPSP, mas também as especificidades destes para possibilitar o exercício das novas técnicas. Deste modo, as funções passam a fixar-se a espaços determinados, diferenciados em seu preparo especial para estas com seu incremento tecnológico. Pois, como se tornam mais complexas as relações que unem espaço e função, multiplicando-se os “pontos de contato” exigidos, torna-se também mais forte e menos flexível esta trama.

A mesma complexificação das práticas e o aumento substancial do número de pacientes, exige a constituição de um dispositivo multiplicador da ação médica no interior do hospital: a Escola de Enfermagem. Multiplicando olhares, fazeres e saberes, fica garantida a sustentação da rede de intervenções no interior do manicômio.

²²“Sem clinoterapia e sem um serviço de balneoterapia, à noite, se procurava dominar a agitação do delírio pelos meios químicos e já constituía uma rotina a distribuição, antes do recolhimento ao leito, de capsulas de sulfonal, o hipnótico da época.” (GODOY, 1955, p.161).

²³Ao louco agitado imprimiu-se a estagnação da banheira e da cama; sobre os alienados atingidos pela paralisia geral, imprimiu-se o movimento dos acessos febris da malarioterapia.

Mas, o sistema atravessou os muros, esquadrinhando o espaço para além de si (tornando a si maior do que si), garantindo assim um maior controle sobre a captura dos fluxos para o seu interior. O Serviço Aberto é uma ampliação da ação médica sobre o espaço-tempo da loucura. Saindo dos muros, dando consultas às portas do hospício para os passantes, os fluxos libertos até lá atraídos por questões que lá não os trancafiariam; ou mesmo permitindo que fluxos antes para sempre presos em sua singularidade de buraco negro manicomial possam, por vezes, afastar-se deste, já que tem agora a garantia da gravitação em torno do hospício, pela manutenção da força de atração-organização médica para além das fronteiras do hospital psiquiátrico na figura das assistentes sociais, proibidas de entrar nos muros do manicômio e tendo como dever agir da sua porta para fora: adentrando nas casas das famílias reproduzindo a voz do psiquiatra em sua prescrição e o seu olhar em sua vigilância-registro. Expandindo assim, à ação medicalizante pelo mapa da cidade, adentrando casas, salas, vidas enfim, não contidas no HPSP.

Ampliação também temporal da ação, que passa a antever, prevendo e prevenindo à exasperação do bom senso de cada cidadão. Adentrando no curso do tempo, tomando conta deste em busca de uma etiologia do desmedido que pode afligir o *homem moderno*. Desta maneira, mesmo quem não o é, pode vir a ser, e, por isso, torna-se também objeto da psiquiatria; ampliando a espaço-temporalidade no elemento humano também: população e ontogenia. E quem o é, mas não de forma aguda, sem encontrar-se no ápice da imprevisibilidade, pode receber os cuidados devidos sem dispêndio do espaço manicomial e sem abandonar o espaço ao qual deve incluir-se após (durante) a cura.

Concentração, complexificação, ampliação (espaço-temporal), a instauração de uma economia do espaço e de uma lógica reformadora, adequar a epistemologia psiquiátrica e a ontologia da loucura aos princípios da ciência médica de então. Aí está a transformação de uma disciplina-muro em aparelho disciplinar. Aí está a transformação do Hospício em Hospital Psiquiátrico: “...devem, daqui por diante, riscar de suas fachadas o nome lúgubre de ‘hospício’, substituindo-o pelo de ‘hospital psiquiátrico’.” (GODOY, 1955, p.77).

4.1.5.3. *Os movimentos do esquadro.*

Do século XVIII à primeira metade do século XX, assistiu-se a um crescente processo de ordenação urbana em nome de ideais progressistas de modernização. Considerando em especial o advento da República e a entrada da ciência enquanto saber

constituído de tais práticas, as cidades tiveram alargadas suas avenidas, extirpados os becos e ruelas, findaram-se os cortiços, etc. Buscava-se uma rua limpa e segura que garantisse a civilidade da convivência coletiva. Para tanto, foram criados espaços que, em um primeiro momento, serviam somente à reclusão de segmentos populacionais específicos (disciplina muro), considerados nocivos por algum motivo - contágio, violência, imoralidade - para, posteriormente, sob os auspícios da ciência republicana, tornarem-se máquinas de normalização dos cidadãos desviantes (disciplina máquina). Criavam-se, assim, quadros classificatórios, produtores de inteligibilidade (FOUCAULT, 1987) que permitiam um melhor controle e previsibilidade do espaço urbano e de seus habitantes.

Assim, concebemos o espaço enquanto dispositivo agenciador de corpos, olhares, fluxos. O espaço visibilizado a partir de algumas práticas da modernidade constituiu-se como disciplina da modernidade *dura*, momento em que se construíram grandes espaços onde efetuava um fechamento dos corpos, onde estes recebiam investimentos, pois que, o valor de produção do corpo para o trabalho não podia mais ser desprezado. Afastamento que não vem somente proteger os corpos que continuam na cidade: retirar o sujeito desviante do contexto complexo da cidade para outro, linear, planejado, previsível e controlável, corpos investidos para aumentar a um só tempo suas habilidades e docilidade. O "espaço fechado" destas instituições não é literalmente fechado. Por mais que o muro e a grade, instrumentos de contenção-prisão e não de proteção-fortaleza, sejam ícones e práticas espaciais comuns de tais instituições, "espaço fechado" remete a uma auto-referência instituída antes pelo esquadramento do espaço do que por seu cercamento. É a estrutura classificatória, a qual posiciona e articula os corpos e seus comportamentos, que os captura em um sistema de ritmos espaço-temporais - hábitos -, que imprime o dito "fechamento" ao sujeito, objetivando-o com esta captura por linhas e colunas: a solidez fixa o espaço e prende o tempo. Espaços fixos e tempos presos subjetivam, fazem ecoar saberes e poderes específicos.

Contidos não somente por contenção, mas também, antes, por inclusão nesta estrutura: colocando-se em co(o)-tensão com seu sistema de forças. É o fechamento dos 'quadros' feitos no séc. XVIII de que nos fala Foucault (1987, p.127), quadros que efetuavam "classificações racionais" com fins de: repartir, regularizar, observar, registrar, controlar, etc., enfim, fechar em um quadro esquadrador. Dividir o espaço e o tempo

(duração) em segmentos sucessivos e paralelos (op.cit., p.134) e organizá-los em seqüências e seqüências de seqüências segundo um quadro analítico. Estratégia de poder, histórica e específica à determinada época, dizendo respeito a instituições como a escola, a prisão, o exército e o hospital.

O governar passa a se utilizar do conceito de população, operando com as ciências do Estado (a estatística, o urbanismo, etc.) para gerir não mais somente o direito sobre a vida ou morte; passa a governar o próprio viver, guiando seus modos, constituindo um *biopoder* (FOUCAULT, 2001b). Tomando o conjunto de pessoas pertencentes ao seu território enquanto população, ladrilhando-os em um conjunto sobrecodificado a partir das racionalidades de manutenção do próprio Estado, enquanto significante transcendente, que opera cortes e sobrecodificações sobre os diversos fluxos a partir de sua perspectiva unívoca (DELEUZE, 1976).

Constituíam-se, então, uma geometria centralizante, vigilante e classificatória, tomada por uma intrincada rede de microações sobre os corpos contidos nestes espaços, com fins de prepará-los para o máximo rendimento de suas capacidades em prol do sistema social hegemônico e suas trocas. São exemplos de tais espaços, a escola, a prisão e o hospício. Tais instituições não se colocavam como disciplinares somente por seu papel ordenador na malha urbana. Elas reproduziam suas operações de um outro modo, mais capilar, no interior de suas edificações.

Cidade e Hospício são tomados pela ciência em seu método de reforma e disciplinarização dos cidadãos de um Brasil até então arcaico e em muito atrasado: cidade e hospício transformam-se em metrópole e hospital psiquiátrico. Suas tramas são intensamente reformadas para possibilitarem as melhores intervenções sobre a vida cidadina, canalizando-a para os rumos retos e corretos do trabalho, da moral e dos bons costumes civilizados. Ao mesmo tempo, aos que em função destes costumes não conseguem se planificar, ou mesmo, aos para quem pouco importam tais convenções, a metrópole edifica uma diversidade de locais de fechamento e segregação. Se, na virada para o século XX, vemos o brotar intenso de muitos locais específicos à reclusão e reforma normalizante de populações diversas; no decorrer do mesmo século outras medidas de segregação urbanística somam-se e tomam corpo na garantia do convívio civilizado e entre

iguais: como, por exemplo, a secção em arraiais periféricos e ordenados da população economicamente menos favorecida.

Tal ordenação se dá segundo uma máquina de soberania, uma máquina despótica que funciona com uma ressonância central a qual ordena a diversidade segundo uma variação univocizante. Esta age a partir de um elemento transcendente às singularidades, no caso a ciência e o Estado, são os elementos que, em sua vibração central, fazem aos demais elementos do sócius, ao seu redor dispostos, vibrar conforme sua musicalidade sincopada e grandiloquente como a quinta sinfonia de Beethoven. A pompa do Palácio dos loucos na entrada do que agora se torna a cidade dos loucos, ordena aos fluxos que por esta percorrem, do mesmo modo que o centro de Porto Alegre ordena aos arrabaldes vizinhos e seus cidadãos. Os diversos pequenos elementos sofrem a intervenção destas graves forças disciplinadoras provenientes dos densos corpos da modernidade (ciência e estado), sendo então agrupados de modo a dar a melhor sustentação, regulada e segura, a esta máquina de ressonância central que vive a expandir e intensificar as fronteiras de sua vibração ordenadora. Como uma vara que oscila para dentro e para fora d'água, no centro de um lago, a ciência e o Estado fazem suas vibrações tornarem regulares e simétricos os espaços do Hospital Psiquiátrico e da Metrópole.

4.2. TRANSBORDANDO O ESQUADRO: A INTENSIFICAÇÃO DOS FLUXOS.

4.2.1. Centro túrgido e acelerado.

Até a metade do século, o centro era um lugar privilegiado da cidade, tanto se falando dos que lá residiam, quanto ao fato de ser o foco das ações urbanizadoras. Era na zona central que ocorria a cidade mesma, enquanto espaço urbano “civilizado”. Lá se estabeleceram diversos palacetes, os primeiros prédios, as opções de lazer polidas, e por lá perambulavam as famílias importantes, os notáveis e as pessoas de bem em geral. Já na periferia imperava os ares de selvageria dos espaços ainda incertos, sem vigilância e ordem, por onde perambulavam as gentes feias, afeitas aos apetites da carne e da cachaça, ouvintes de músicas ainda mais vulgares que as polcas, marcadas pelo toque na pele dos tambores lascivos. Uma centralidade ordenada rodeada por uma massa crescente de casebres a fazerem circunvoluções em torno do capital que lá fluía. Executa-se então, o que se almejava a tempos: “É a pior vizinhança que se pode imaginar. Nos sábados e domingos

fazem os tais negrinhos batuques infernais [...] Se os vizinhos não enlouqueceram com a algazarra é porque tem consideração que o Hospício ainda não está acabado...” (O Século, 28 de maio de 1882. Apud: PESAVENTO, 1994, p.119).

A máquina de ressonância produzia duas camadas de simetrias que se inter-relacionavam em uma geometria maior. Produzia um medalhão bem talhado em suas linhas e colunas dispostas com precisão e padrão, no qual os fluxos eram trabalhados mais detalhadamente às formas de seus códigos de civilidade, com a força da policia e das regularidades urbanas. Atrelado a este medalhão, por distâncias permitidas, formam-se segmentos de um anel de ourivesaria não tão apurada, feita com cunha grosseira, apresenta vias e vidas nem tão disciplinadas, e torna-se antítese de um conflito ainda dialético: entre os que são, e os que não são, são. No anel, a molaridade da máquina ainda não se imprime com efetividade, basta para esta larga pasta etiquetada periferia, garantir uma organização mínima a este arquivo urbano e sua razoabilidade. O importante nesta máquina não é, ainda, fluir sua ordem a todo tecido capilar de ruelas na cidade, mas sim, seccionar o espaço urbano nestes dois modos, e assegurar simetria ao mover-se do nuclear: consagração da lógica centro-periferia como estratégia de segregação. Sendo o espaço destinado à diferença, ainda, um espaço largo no seu esquadro, que apenas anula pela contensão e/ou distanciamento, marcando somente uma anulação daquelas subjetividades, não se propondo, na maioria das vezes, a reformar os deformados fluxos desviantes a partir de um padrão de normalidade.

Assim, por exemplo, na administração Otávio Rocha, trocou-se a tração animal dos carros de coleta de lixo, por caminhões que faziam esta coleta, mas isso somente na zona central, mesma zona a receber uma equipe de varredores sempre a postos até as 22hr. Uma marca disso, é que, ainda que possua diversidade quanto à população que passa por suas ruas, o centro é o local de convívio civilizado da cidade, não só em seus cafés, teatros, confeitarias e restaurantes, mas também nos seus passeios, de onde árvores centenárias foram arrancadas, por serem garbosas demais e ausentes de alinhamento, incompatíveis com as mansas praças constituídas por sucessões de vegetação mediana alinhada geometricamente, finos e precisos espelhos d'água, chafarizes e bancos de elegantes linhas fundidas à européia. Do mesmo modo, se arranca destas praças reordenadas as festas populares religiosas, antigos eventos de mistura da população em geral sob o sacolejo das

músicas. Algumas destas festas são retiradas dos seus antigos locais de acontecimento no centro, sendo deslocadas para bairros mais distantes, é o caso, por exemplo, da festa do Divino (MONTEIRO, 1995). Tais amontoações de pessoas indiscriminadas, mesmo com motivações religiosas, já não têm espaço em um centro civilizado e pouco afeito à outra balbúrdia que os ruídos e luminescências do progresso em seu espetáculo moderno.

Em meio a estes novos fluxos que passam a zunir pelas ruas centrais, outros modos de habitá-las iniciam sua formação: a confusão do entorno exige retidão interna. A nova companhia dos automóveis e dos estranhos anônimos, exige do pedestre um novo modo de caminhar: o “passo inglês” ou “andar à americana” (SEVCENKO, 1998, p.551), passos rápidos e firmes de um corpo ereto e solitário em meio aos demais. Tendo à própria espinha como eixo de gravitação, centro de equilíbrio do mundo, o caminhante urbano prende a vista em um ponto de fuga ao fundo do horizonte, para além das coisas, por onde se esvai seu olhar fixo que nada vê. Um andar compenetrado em si, que isola o pedestre do que lhe circunda, objetivando um foco de atenção somente para o percurso e os perigos deste. O olhar não cai simplesmente ao solo em uma introversão peripatética, antes passeia por tudo em nada se detendo, pronto a responder a qualquer obstáculo de forma ágil, sem perder o ritmo da caminhada ligeira. É o juvenil fluxo do progresso tomando de assalto aos gestos do homem urbano, o qual já não tem tempo e interesse em passear ociosamente. A cidade então, não é vista como um campo de possibilidades de encontro para um flanante se desfazer em seu meio, mas sim uma flamejante selva a ser percorrida por um paranóico aventureiro encarcerado em sua individualidade²⁴.

“Cria-se na cidade moderna um campo de batalha diário entre os pedestres e os novos veículos automotores. Qualquer percurso exige

²⁴ Modo de andar pela cidade apresentado em seu ápice no Le Parkour, percurso em Francês, modalidade esportiva que atualmente ganhou algum destaque na mídia, consiste em uma espécie de arte macial do deslocar-se fluido no ambiente urbano. Seus praticantes se utilizam de técnicas variadas (militares, esportivas, marciais) para possibilitar um veloz deslocamento em linha reta pela cidade, transpassando os obstáculos desta com saltos e escaladas diversas. Sua plástica remete diretamente aos filmes de ação e suas espetaculares cenas de perseguição com saltos entre prédios e ágeis escaladas. Assim, vemos a exigência da mobilidade fluida somada à paranóia urbana contemporânea na criação de um esporte-espetáculo. A paranóia do ser seguido, do estar em perigo, que alimenta a velocidade do deslocamento nos centros urbanos, é neste esporte claramente explicitada, não somente por seu caráter plástico de perseguição holywoodiana, mas na sua definição, enquanto referência da motivação que deve imprimir este estilo de movimento: “Fisicamente Parkour é ultrapassar todos os obstáculos em seu caminho, como vc faria numa situação emergencial. Você tem que se mover de tal maneira que te ajude a ganhar mais terreno sobre alguém ou algo como se tivesse perseguindo ou fugindo de alguém ou algo.” (<http://www.leparkourbrasil.blogspot.com.br>, 2006).

atenção máxima, concentração, reflexões rápidos, golpe de vista, gestos atléticos e instinto de sobrevivência. A máxima dominante é o ‘Sempre alerta!’. (Augusto Malta, sem título, Rio de Janeiro, 1920-1930. In: SEVCENKO, 1998, p.550).

Este homem se introduz de forma fluida por entre a multidão de desconhecidos com a qual tem de conviver. Desprende-se de todos, sempre no rumo do seu objetivo, toma o percurso enquanto mera via de acesso, processo o qual se intensificará contemporaneamente. A impetuosidade fechada em si mesma do andar à americana, garante a privada indiferença ao entorno que o capitalista necessita para melhor efetivar seu objetivo de negociação no livre comércio. Deste modo, a convivência no centro da cidade de Porto Alegre tem seus primeiros espasmos cosmopolitas de indiferença individualista. O próximo, torna-se distante, o conhecido, anônimo. Andar pela cidade adquire um ar de estranhamento no cruzar por tantas vidas em um só lugar.

“Para um estranho

Estranho que passas! Tu não sabes com que ânsia eu te fito,

Tu deves ser aquele que eu andava procurando, ou aquela
que eu andava procurando

(isso vem a mim como num sonho)

Com certeza eu já gozei em algum ponto do mundo uma vida
de alegria contigo,

Tu me diz que já nos cruzamos ombro a ombro, fluidos, ternos,
castos, em plena maturação.

Tu crescestes comigo, foste um rapaz comigo ou uma moça comigo,

Eu já comi e dormi contigo; teu corpo, desde então não
pertence somente a si, assim como o meu não ficou pertencendo
mais somente a mim.

Quando passamos um pelo outro, tu me dás o prazer de teus
Olhos, do seu rosto, da tua carne e eu te retribuo com o prazer
do meu peito, das minhas mãos, da minha barba.

Eu não quero falar contigo, eu gosto é de pensar em ti quando
estou sentado sozinho, ou acordado à noite sozinho.

Eu te esperarei, não tenho duvida alguma de que vou te encontrar
ainda.

E terei cuidado dessa vez para que não te perca.”

Walt Whitman

(Tradução de Oswaldino Marques)

O homem urbano deve ser leve em sua corrida diária, não pode carregar consigo pesos e desconfortos que atravanquem seu livre deslocamento para o comércio. Assim, para melhor guiar-se neste novo espaço-tempo, troca o medalhão que pontuava o tempo escondido na veste, e que do bolso tinha de ser retirado para conferir as horas, pelo relógio de pulso e sua configuração ágil, a qual permite, em um soslaio, certificar-se rapidamente dos minutos faltantes ao próximo compromisso. Relógio desenhado por Santos Dumont para a consulta do tempo durante vôos, agora serve ao voar terrestre do pedestre. Do mesmo modo, as vestimentas vão se alterando, e a cada dia as roupas e acessórios que um dia foram próprios dos esportistas, tomam de assalto o cotidiano e sua exigência de vigor e agilidade físicas, findando por tornarem-se, em nossos dias, um estilo estético custoso de ser seguido, mas que garante status e jovialidade aos seus participantes envolvidos em coloridos tecidos tecnológicos, plenos de brilhos e logotipos mundialmente conhecidos. A competitividade e o alto rendimento da performance são fundamentais aos jogos do cotidiano citadino, e, para tanto, deve o transeunte se utilizar das mais avançadas tecnologias do deslocamento.

4.2.2. O centro transborda.

No entanto, se, até a metade do século XX, o centro era um local muito procurado para moradia das classes altas e médias altas, a partir de então, ele sofrerá um crescente processo de desvalorização e esvaziamento de residências. O centro torna-se, a tal ponto, o centro de convergência de uma variada multidão anônima, que este vértice torna-se por demais agitado para a moradia dos que ali fixavam residência. Cada vez mais os terrenos centrais são comprados por empresas e afins, mais preocupados com a acessibilidade ao empreendimento do que com a tranquilidade, e mais capazes de pagar os altos preços dos aluguéis e vendas de pontos agora comerciais. A valorização monetária dos equipamentos também expurga os moradores, ainda que permaneçam no centro diversas moradas de classes baixas e médias. O prestígio privativo se muda para os bairros, onde passam a

surgir inclusive prédios, sendo a verticalização até o momento, fenômeno exclusivo do centro.

O Hotel Magestic nos serve de exemplo para delinear este percurso do centro. Este hotel, o qual hospedava pessoas de prestígio, como casais abonados em lua de Mel, estudantes filhos de estancieiros do interior e militares, a partir da década de 1950, sofre uma mudança gradual no seu público (CARVALHO, 1996). Encravado no que fora a um só tempo a zona mais populosa e chic de POA, passa a receber não mais as tradicionais famílias e a ter seus serviços com uma qualidade de ponta para manter a fidelidade destes dignos clientes; o Hotel torna-se atracadouro de mascates, guarida de caixeiros viajantes atraídos pelo crescente comércio estabelecido no centro de POA. Tal processo de degradação se intensifica a partir dos anos sessenta, quando torna-se moradia para velhos solitários e jovens solteiros, findando por fechar. As famílias com posses fogem do centro da cidade e sua nova (des)ordenação voltada aos velozes fluxos do comércio diurno, e de sua desertificação à noite²⁵.

A cidade perde a sua cabeça, mas não completamente. O centro já não se constitui enquanto centralidade total da vida urbana, mas, inda que os poderosos já não morem lá, por lá persistem as sedes dos poderes: os principais comércios, os centros financeiros, as sedes dos poderes políticos e afins. Inicia-se um processo de perda da centralidade na malha urbana de Porto Alegre, mas isso se inicia com a construção de aglomerados residenciais os quais ainda dependem das idas ao centro para o transcorrer do cotidiano. Os bairros segmentam-se e se distanciam, criando consigo pequenos comércios que provém o básico para estas residências, mas os locais de trabalho, e de diversas outras atividades econômicas e administrativas encontram-se ainda na zona central, exigindo o deslocamento muitas vezes diário. Isso se torna possível, em grande parte, por conta dos transportes, em especial os automóveis particulares.

Em 1927 se deu a primeira Exposição Riograndense de automóveis, a qual fora aclamada como signo da modernidade que alcançava a cidade. Já entre os anos 1950-1975

²⁵ É interessante ressaltar que, contemporaneamente, dentro das atuais políticas de revitalização, o antigo Hotel Magestic se torna na década de 1980 a Casa de Cultura Mario Quintana. Isso em um projeto do governo Simom, onde se previa a revitalização de mais dois espaços como centros culturais, dentre eles o HPSP, o que não ocorreu.

o número de automóveis particulares cresce 20 vezes, enquanto a população duplica²⁶ (FACARQ, 1980, p.112), sendo este processo mais intenso entre 1960-65 e 1970-75. Aumenta-se a locomoção de um grupo reduzido de pessoas, modificando-se toda a estrutura da cidade em função desta possibilidade do deslocar-se privado, em detrimento do transporte coletivo, principalmente ferroviário e hidroviário. Dá-se forma a uma nova cidade, experienciada velozmente e individualmente, nômade e sedentária no conforto da poltrona automotiva.

Novos Bairros formam-se, e antigos são adensados em moradores com a verticalização. Novos planos diretores ampliam as possibilidades construtivas, e as vias radiais são incrementadas para suportar os movimentos em pêndulo entre os bairros e o centro. Viadutos e elevadas de escoamento do trânsito do centro para os bairros são construídos, estabelecendo este enquanto espaço de passagem. Uma miríade de novos espaços, privados e móveis, transformam os modos espaciais de POA, acelerando-a e alargando-a a partir do aumento na velocidade e facilidade no deslocamento de algumas camadas da população. Outro modo de experienciar a cidade, em travelling, com cortes, planos, composições e edição nas mãos e pés do motorista privativo e sua livre circulação por caminhos pré-determinados e cotidianamente cristalizados. A cidade é reestruturada para o deslocamento dos automóveis.

As famílias abastadas saem do centro na direção das terras altas da Av. Independência, preenchendo-a de casarões em sóbrio estilo germânico, daí passam para o Bairro que se forma no entorno do que antigamente era um moinho de vento e deste migram para o bairro Bela Vista, emergente emergido nas décadas de 1980-1990, e contemporaneamente constroem para si um novo Bairro, Germânia. Assim, vemos no século XX uma fuga destas famílias do centro na direção do leste, contingencialmente formando bairros hoje tradicionais e outros considerados moradas de riquezas novas. Rumos outros também foram tomados pelo capital em suas valorações espaciais, transformando, por exemplo, o antigo reduto de casas de veraneio da Zona Sul em local de Casarões e condomínios horizontais.

²⁶ A população neste período de 1950 até 1960 passa de 394.151 para 903.175 habitantes (FACARQ, 1980, p.112).

A máquina de ressonância passa a modificar sua modulação de vibração, não mais construindo uma geométrica bidimensional, entre centro e periferia. As relações passam a se complexificar com o surgimento de outros espaços não existentes antes, como o espaço de passagem e comércio que se torna o centro. Este último como uma célula túrgida não suporta mais os fluxos osmóticos de pessoas, carros e capitais que neste adentram pela sua lógica claramente centralizadora do território urbano de Porto Alegre. Deste modo suas paredes funcionais que lá apreendiam os fluxos, capturando-os nos movimentos de suas ruas, começam a rachar. Sua gravidade de buraco negro central da galáxia citadina, inicia um processo de autofagia que finda em sua implosão e renascimento enquanto outro corpo urbano: da urbanidade sedentária à centralidade dos movimentos. Não mais se darão aqui as principais fixações ilustres e notórias, mas por aqui passarão todos os fluxos relevantes, em seu movimento que aqui encontra um vértice de agenciamento. A decodificação do binarismo da geometria concêntrica anterior exige um novo acomodamento das estratégias para a segmentação da diferença, pois, espaços antes abertos aos arraiais periféricos vão ser exigidos por novos habitantes, e antigas moradas vão ser deixadas ao léu da desvalorização. Vazamentos de entrada e saída vão perfurar a membrana central e principiar uma inundação heterogênea.

As confusões das geometrias gonzas da molecularidade vão se fazer mais presentes na efetivação deste novo espaçamento dos fluxos. A cidade vai complexificar suas relações com a diferença, a qual tomará algumas das antigas moradas centrais, pontuando essa região de uma condição decadente antes inimaginável, a qual se justapõe a centros do poder financeiro e político. A expansão das elites financeiras, avançando sobre terras “vazias”, vão gerar esbarrões diversos entre novos casarões e casebres antigos. Mas ainda se tentará neste processo uma purificação da cidade e seus fluxos, pela expurgação completa dos desvios e irregularidades. Investidas grandiloqüentes no sentido de gerar rugosidades simétricas na cidade totalizada ainda terão espaço neste emergir do micro e sua anexatidade. Ainda que os vazamentos da membrana, antes total, da centralidade e sua ressonância, produzam heterogeneidades, tal hibridismo será ainda palco de tentativas de homogeneização que se encontram na fronteira entre as estratégias de fechamento-periferização e das novas estatégias contemporâneas advindas do deslocamento das primeiras.

4.2.2.1 Ordenações periféricas.

A construção de Brasília, na metade do século, serve enquanto um importante marco nas relações do urbano com as diferenças: ápice e derrocada da idéia da cidade perfeitamente controlável. Pois, pertence a um destes ambiciosos projetos de planejar por completo o habitat, na busca de produzir um cotidiano ordenado e tranqüilo, onde as diversas classes de funcionários teriam moradias, conviveriam em espaços de lazer bem projetados, circulariam pela cidade sem receio dos engarrafamentos e violências: estariam em seus automóveis velozmente avançando pelas vias grandiosas, ou estariam passeando em espaços segmentados e controlados no interior das superquadras. Enfim, Brasília atualiza em sua concepção o ápice da idéia de esquadrihar o espaço em fluxos planejados, aos quais se podem prover harmonia no seu movimento pelo simples balizar do urbano e da arquitetura. Imbuídos de ideais humanistas Lúcio Costa e Oscar Niemayer vislumbram e concretizam em tamanho real sua maquete de um novo início para o Brasil, em uma nova história mais humana e racional. No entanto, para além das questões dos fracassos e deturpações na concretização e no decorrer deste planejamento por demais ideal, podemos vislumbrar o mesmo momento, ainda alvo e limpo da inauguração de Brasília, como a virada da idéia da cidade perfeitamente governada para a admissão da impossibilidade da mesma, e a reinvenção de outras estratégias: a fuga do caos urbano em clausuras de harmonia homogênea. Do degredo dos inconvenientes a espaços fechados ou longínquos, se passa ao auto-degredo a espaços segmentados e controlados.

Tal estratégia não teria aí seu princípio tupiniquim, pois, por exemplo, nos bairros-jardins de São Paulo, nas primeiras décadas do século XX, produziram bucólicos redutos fechados, os quais garantiam a paz para uma reduzida parcela da população a qual estava a se segmentar dos desvairados fluxos da paulicéia²⁷. Da mesma forma este estratagema adquirirá outras formas em nossos tempos contemporâneos, novas configurações as quais veremos mais adiante. Porém, na construção de Brasília poderíamos ver o que talvez tenha sido a experiência mais radical deste modo de seccionar-se da diferença, ou seja, na

²⁷ Diversos bairros-jardins foram construídos nas primeiras décadas do século XX em São Paulo. Constituídos de ruas públicas, utilizavam-se de uma geometria confusa e autoreferida, com sinuosidades, circularidades e ruas sem saída, para dificultar o uso destas vias por estranhos (MARINS, 1998). Demovendo o uso destas para mera passagem, garantiam alguma privacidade, ainda que não comparável a dos atuais condomínios fechados, horizontais ou verticais, pois enquanto na experiência do início do século passado imperava uma lógica de arapuca do movimento em uma dispersão labiríntica, agora duras técnicas solidificam a garantia de privacidade com muros, cercas, guaritas.

construção de Brasília podemos vislumbrar sua própria desconstrução enquanto exemplar de um ideal: a cidade perfeitamente governável.

Diante do caos urbano da capital federal de antes, da proliferação de favelas e do vislumbrar da impossibilidade de findar com tais pestilências do atraso com a mera abertura de novas avenidas e afins, como décadas antes se havia tentado, resta ao poder fugir da agitação que lhe envolve e atrapalha, ameaçando a tranqüilidade de seus frios despachos. Deste modo o poder se desloca do contexto caótico para um planalto ainda virgem de cortes, onde se construirá o maior condomínio fechado do mundo, voltado exclusivamente aos representantes do poder político. Uma ilha *Brasilis*, isolada dos conflitos com a multidão, sustentando a parva pureza abstrata da representatividade nas sinuosas linhas limpas desta cidadela racional.

De modo semelhante, mas absolutamente contrário, iniciou-se, em POA e no Brasil, um processo de ordenação da periferia que de algum modo remete a estas ilhas urbanas da bonança, posto que nestas das quais agora falamos, trata-se de lá esquadrinhar ao pobre, ao trabalhador, ao favelado. Já não se trata, então, daquele cinturão bárbaro em torno da centralidade civilizada, agora nem o centro é tão centro, como também o cinturão passa por processos de reconfiguração que o tornam mais simétrico. A geometria mecânica-industrial do art déco opera casas e móveis padronizados, de linhas simples e funcionais, baseadas no uso e, principalmente, na higiene. O IAPI de POA é o primeiro conjunto habitacional do Brasil, e se propunha a ser uma cidade-bairro, com cerca de 2500 moradias, 31 espaços comerciais, um largo com mercado público, parques e escolas. Vila de ruas curvilíneas das quais não se vê ruptura ou descontinuidade: leveza e elegância que aponta um horizonte sem limites ao progresso industrial.

Em 1965, outro projeto de degredo na busca de uma solução autoritária para a proliferação de favelas em meio à cidade, é aprovado e executado: a retirada de diversas malocas que se distribuía pela cidade em vilas para a construção de um bairro planejado, autônomo e racionalizado, longe da cidade, no modelo das cidades-jardim inglesas. Sua população é alocada em um ponto extremamente distante do centro, onde são deixados durante anos sem qualquer assistência ou estrutura de morada e saneamento, para a efetuação de um processo de triagem o qual decidiria quem estava apto a concorrer a uma unidade habitacional deste programa federal. Somente na década de setenta se constrói um

grande conjunto habitacional higienizado (Restinga Nova) e se implementa o projeto urbanístico que pretendia fazer deste bairro um modelo de cidadela racionalizada.. Mas, a esta altura, este espaço que se constitui como uma pequena cidade satélite de POA, rodeada por campos inabitados, já havia crescido desordenadamente, possuindo uma ampla área de favela e ocupações. A esta área não urbanizada dá-se o nome de Restinga Velha, pois foi construída no terreno reservado à espera pela triagem, lá se expandindo e permanecendo.

4.2.3. A implosão do buraco negro: o HPSP dobra-se sob seu peso.

4.2.3.1. As primeiras infiltrações.

O HPSP neste período irá vivenciar sua consolidação enquanto centro de gravitação da loucura institucionalizada do Estado²⁸. Desde a administração Godoy e a sedimentação do seu status de cidadela murada da loucura medicalizada, o HPSP irá aumentar geometricamente a demanda por seus serviços no RS. Seus muros alargaram-se para novas áreas, mas continuam tão eretos e duros em sua tarefa de definir uma diferenciação dos fluxos internos à instituição dos que fora desta vagueiam. A rede exterior a este dispositivo central, criada com o propósito de captar e vigiar possíveis pacientes, mostra-se eficiente enquanto funil por onde adentraram milhares de pessoas as quais vieram a se institucionalizar. O macro-hospital psiquiátrico efetua capturas diversas no Estado, intensificando tal densidade e centralidade no “sistema” de saúde mental de então. Com isso, de pronto, ressurge o velho fantasma da superlotação do gigante que não suporta o próprio peso. Dando visibilidade a esta situação, em 21 de Março de 1951, é publicada no Diário de Notícias uma matéria denunciando as condições em que viviam uma parcela da população do HPSP: “Desleixo e desumanidade - Mergulho nos Abismos da Mansão da loucura”, era seu título (WADI; WEBER, 2006). Nesta eram mostradas fotos dos internos agitados de quarta classe, ou seja, indigentes, e se falava da falta de 714 leitos para os seus, então, 2.961 pacientes.

Diversas outras propostas de habitar este espaço, por demais denso de pacientes, vão intentar modificar a situação alardeada pelos periódicos de então. Em 1943, Mário Martins e Décio Soares de Souza começaram a, de modo autodidata, tratar alguns internos

²⁸ Neste mesmo período de intensificação de sua centralidade, o HPSP viu surgirem alguns pequenos estabelecimentos privados que se formam no entorno do grande hospício dos desvalidos, dando conta do que está a vazar sua capacidade: Sanatório São José (1935, inaugurado por Godoy em POA), Hospital Espírita (1941, POA), Sanatório Henrique Roxo (1931, Pelotas).

do HPSP com psicoterapia. Um ano após, Mário irá buscar formação psicanalítica em Buenos Aires (sendo o primeiro estrangeiro a fazê-lo lá). No seu retorno (1947), dá-se início ao ciclo psicodinâmico do HPSP, com a formação de alguns dos seus psiquiatras em psicanálise²⁹. Este momento é lido por seus simpatizantes como (mais uma) uma revolução espacial no antigo hospício:

“Cabe ressaltar que o interesse em psicoterapia e higiene mental desencadearia uma mudança de espaços: da instituição que isolava os doentes de seu meio, para o consultório; do psiquiatra de hospício, encarregado da contensão, ao médico compreensivo das emoções e da conduta de seus pacientes.” (ZIMMERMANN, 2002).

De fato, algumas importantes rupturas ocorreram, como, por exemplo, a tomada do pátio da unidade de crônicos pelos psiquiatras. A unidade era constituída de alguns pavilhões e um pátio, os médicos se quedavam em seus consultórios, enquanto os profissionais de enfermagem levavam os internos até a presença do médico para a realização da consulta. Diante da superpopulação do hospital, tornava-se impossível dar maior atenção aos casos que se sucediam na segura sala do consultório, havia-se de se pensar em algo. Assim, decidiu-se que os médicos deveriam ir com seus consultórios até o pátio para, com a aproximação, permitir seu melhor acesso às patologias dos internos (observação) e dos internos a eles (consulta). No entanto, diante de tamanha distância que os separava até aquele momento, restava o receio de colocar-se tão próximo da confusão sempre inesperada da loucura. Deste modo, literalmente tomaram de assalto o pátio, intervindo todos em conjunto nesta invasão, médicos com enfermeiros e auxiliares a um só tempo adentraram e fizeram uso do pátio como dispositivo da clínica dinâmica (PICCININI, 2006).

Uma nova medicalização do espaço se vê aqui em progresso. Um lócus do esquadro, antes dado aos pacientes em sua ociosidade aquém dos métodos de tratamento, é considerado enquanto espaço abandonado, por onde perambulam abandonados pacientes, os quais são resgatados pela observação clínica psicodinâmica de sua precária condição, a

²⁹ Processo de formação institucionalizado em 1958, com o 1º Curso de Introdução à Clínica Psiquiátrica, fruto de seminários proferidos por David Zimmermann, ocorrem na Divisão Melanie Klein do HPSP até 1986, quando são transferidas para o Hospital de Clínicas da UFRGS (expulsão a qual pode ser pensada como a marca do fim de um ciclo fortemente psicanalítico no HPSP).

saber, de loucos sem assistência psiquiátrica. Nesta concepção outra, de tomada do espaço deixado vago por falhas práticas anteriores, que haviam se degradado no funesto ambiente manicomial, vemos uma outra concepção de loucura que exigirá um outro feito de práxis no seu tratamento: a loucura não pode, neste momento, ser reduzida a um fenômeno orgânico, e deve ser tratada enquanto fenômeno humano, social. Assim, os jovens psiquiatras pretendem re-socializar os loucos, torná-los aptos à vida societária novamente, e, para tanto, pretendem levar o mundo para o HPSP, reproduzindo neste, um pequeno fragmento do tecido social, de modo mais compreensivo e controlado: fazem-se festas nas unidades, leva-se um circo para o nosocômio, empreende-se um bar onde a moeda é o cigarro, intensifica-se os trabalhos com grupoterapia³⁰, praxiterapia³¹, ambientoterapia, socioterapia.

Agora, o tratamento não é mais uma ação físico-química ou biológica, em busca da alteração de uma dinâmica corporal, mas sim uma espécie de treinamento social, onde o paciente é progressivamente exposto aos estímulos e regras que encontrará para além dos muros. Estímulos e regras reproduzidos como jogos didáticos, onde tudo tem ares de fazer-de-conta na redução das atividades e eventos a uma práxis controlada com um fim terapêutico. Trabalha-se nas relações adaptativas do sujeito, reproduzindo-as, simulando-as nos grupos, utilizando o HPSP enquanto um grande laboratório social, invadido pelo mundo que lhe circunda, mas ainda contido em si, enquanto espaço artificial dos experimentos simplificados, e, por muitas muitas vezes, pueris e infantilizadores, sem obter qualquer efeito de alta.

Dividiram-se então os internos em agudos, subagudos e crônicos, adentrando e ampliando com as atividades de socioterapia, ambientoterapia e praxiterapia nas unidades, promovendo atividades sociais, festas, trabalhos artísticos e artesanais, etc. Para realizar esta nova prescrição, soma-se à equipe de atendimento anterior (médico e enfermeira) a assistente social e a psicóloga (SCHREEN et al, 1997), o que provê estes profissionais de uma nova importância estratégica no tipo de tratamento efetuado. Pois, no contato compreensivo para com o louco ao realizar a re-socialização, a psiquiatria ultrapassa a

³⁰ Em 1953, David Zimmermann trabalha com psicóticos e alcoolistas no Serviço Aberto do HPSP, com a chegada de Cyro Martins de Buenos Aires, intensifica-se a prática com grupoterapia no HPSP.

³¹ Já em 1954 dá-se início a uma série de atividades recreativas para prover aos pacientes um “passa-tempo” que lhes retire da ociosidade. Em 1957, inaugura-se o Serviço de Praxiterapia, o qual redundará no posterior Serviço de Terapia Ocupacional.

medicina, aproximando-se mais uma vez das ciências humanas e sociais (se não em seu discurso autojustificador, ao menos nas práticas realizadas). Vemos, então, novas divisões, novas práticas e novos profissionais integrados ao manicômio em sua ação sobre a loucura e o louco.

De uma tomada do espaço externo aos muros pelo HPSP, até metade do século, ampliando o seu domínio por sobre o espaço-tempo da cidade e do cidadão (vigilância das assistentes aos egressos e não egressos enquanto profilaxia), aumentando a densidade, a gravitação e atração de novos corpos para o buraco negro São Pedro; passa-se a existência de pequenas fissuras na membrana túrgida, a qual permite a entrada do contexto social, da cultura na qual está mergulhada, para dentro dos muros, ainda que vagarosamente. A cultura irá se mesclar à clínica, dando nomes a coisas como socioterapia, onde se trabalhará estes contatos dos internos com os pequenos filetes de complexidade simplificada a que ele tem acesso, pois os fluxos da célula túrgida ainda são controlados. Deste modo a cultura invade o HPSP, mas nesta entrada é alterada para uma simulação simplificada de objetivo clínico estrito, e ainda não consegue abrir os fluxos do seu interior para fora de si, a fim de amainar a turgidez prestes a romper com sua membrana- muro.

Assim, mesmo com tais medidas, o HPSP chega na metade da década de 1960 com a máxima superlotação de sua história: 5.500 internos. Afinal, ainda que se tenha lutado pela modificação das práticas e do uso dos espaços internos do Hospital, pouco se fez para além de suas muradas, as quais continuaram enquanto a ponta de um largo funil que recorria o Estado, de onde garoavam novos internos constantemente. O ideário de adaptação dos pacientes por uma prática compreensiva da loucura parece ter dado de cara no próprio muro do Hospício: o mundo vinha ao hospício, mas o Hospício ainda era o mundo, e como suas fronteiras não eram tão ágeis quanto os caminhos que até estas levavam, sua situação tornou-se de um gigantismo insustentável. O HPSP era a tartaruga, a qual, por sobre seu fino casco, sustenta o mundo.

4.2.3.2. O princípio do esboroar da membrana nuclear.

Em 1965, a Secretaria de Saúde cria um plano de reabilitação de pacientes crônicos: “Plano de Crônicos” e “Plano de Expansão dos Serviços de Assistência Psiquiátrica” (Schreen et all, 1997). Tais políticas podem ser consideradas os primeiros espasmos das várias reformas que tomariam o espaço do HPSP no sentido de diminuí-lo drasticamente de

sua população, no entanto, aqui, seguiam o modelo da Psiquiatria Comunitária Americana, a qual, promoveu somente ensaios de setorizações. Baseada no Plano “Action for Mental Health” proposto pelo governo Kenedy dos E.U.A.³², tal perspectiva, de modo semelhante à reforma de Beer (GODOY, 1955), prescrevia a criação de ambulatórios psiquiátricos junto das comunidades, os quais dariam atendimento preventivo e diminuiriam as internações. No entanto, o macro hospital permanecia enquanto referência da assistência em saúde mental³³.

Em 1971, o HPSP passa a ter um Hospital-Dia para seus ex-internos, na busca de diminuir a acachapante taxa de reingresso. No mesmo ano, o INPS lança o “Manual de serviço para a assistência psiquiátrica” (DELGADO, 1997; PAULIN; TURATO, 2004), no qual mais uma vez buscava-se a qualificação dos serviços no sentido de tornarem-se mais ágeis e próximos da comunidade, evitando gastos demasiados com longas internações. O Ministério da saúde, agora, incorpora o discurso que criticava suas políticas centralizadoras-tecnoburocráticas, e passa a propor uma diversificação regionalizada contra o modelo do macro-hospital³⁴.

Ainda assim, mesmo com um discurso voltado a uma psiquiatria comunitária, as ações do governo federal na década de 1970 apontaram para uma parceria com a Federação Brasileira de Hospitais, e a empreendedora visão dos empresários que a constituía, em perceber a rentabilidade de montar Hospitais Psiquiátricos conveniados com o Estado, já que seus pacientes não exigem caros equipamentos e costumam ser costumazes, se não permanentes, em suas “visitas” ao estabelecimento, garantindo os gordos repasses governamentais: vislumbra-se aí as incoerências entre o discurso comunitarista e a prática privatista (PAULIN; TURATO, 2004). No entanto, claro fica o objetivo primeiro, de esvaziar o Estado de suas responsabilidades para com a saúde mental, buscando um esvaziamento dos equipamentos públicos, voltados principalmente aos indigentes, ou seja, aos que, não possuindo trabalho, não possuem previdência; somando-se à terceirização dos

³² No discurso ao congresso, centrou as justificativas de tal ação nos ganhos que poderia ter diminuindo os elevados gastos econômicos que se tinha com pacientes crônicos (FILHO, 1997).

³³ Desde 1964, com o golpe militar, inicia-se um processo de centralização das políticas públicas em saúde. Unifica-se em um instituto da seguridade nacional (INPS) as antes dispersas caixas de pensões, e busca-se o esvaziamento do HPSP não pela sua reestruturação, mas sim pelo aumento de leitos em Hospitais Psiquiátricos privados. Tal movimento terá um incremento durante o “milagre econômico” na década de 1970, e confronta-se com a crise na de 1980.

³⁴ Como já visto no Cap. “Do Contemporâneo”, a incorporação do discurso crítico pela lógica hegemônica, domesticando seus efeitos em uma crise controlada é uma estratégia fundamental na Sociedade de Controle.

serviços aos que por estes contribuem com as taxas previdenciárias. Deste modo, antes de caracterizar “incoerência”, vê-se um efetivo amalgamar de estratégias que se coadunam em um objetivo comum claro: de um lado esvazia-se e de outro se terceiriza.

Em 1973, um diagnóstico dos equipamentos de atendimento em saúde mental feito pelo Grupo de Desenvolvimento da Região Metropolitana, e apresentado no “Documento 21”, denuncia um HPSP cronificado em sua dinâmica, exigindo amplas remodelações. Números como, uma superlotação de 127% da sua capacidade, uma média de permanência de 209 dias e um índice de reinternação de 65%, são avaliados pelo documento como resultado da ausência de uma rede extra-hospitalar, situação que gera um ciclo patológico de funcionamento: internamento desnecessário (pela ausência de uma rede de triagem e tratamento extra-hospitalar), adaptação à lógica institucional (institucionalização), alta sem suporte extra-hospitalar e reinternação. Tal situação periclitante, portanto, não se dá por imperícia psiquiátrica, mas sim gestora, sendo fundamental para a superação desta crise não a reavaliação da clínica em si, mas sim da estrutura administrativa da assistência à saúde:

“Na realidade, dispõe-se das mais recentes aquisições científicas da psicofarmacologia; porém não se conta com uma organização hospitalar moderna, com um tratamento psiquiátrico adequado, nem tampouco com serviços extra-hospitalares, através dos quais poderia ser quebrado o ritmo ascensional dos internamentos” (Grupo de Desenvolvimento da Região Metropolitana, 1973, p.76).

Ainda que se fale em “tratamento psiquiátrico inadequado”, o que se vê não é uma crítica à psiquiatria e seus modos de lidar, mas sim ao que é possibilitado aos psiquiatras a partir da configuração dos equipamentos. De modo semelhante, mas distinto, refaz-se a batalha do Dr. Lisboa nos primórdios do Hospício, quando o alienista exigia uma reconfiguração espacial que permitisse a correta classificação dos loucos, segundo uma estrutura nosográfica que possibilitasse a inteligibilidade imediata dos mesmos, e facilitasse a diferenciação das práxis clínicas entre os tipos. No entanto, agora, não se pretende uma re-distribuição do espaço pautada em critérios simplesmente nosográficos, as alterações ultrapassam a ordem médica, que se vê algo cansada em sua clínica estatal, sem dar conta da demanda. A nova re-estruturação do espaço do HPSP será um esgarçamento do processo já iniciado no ciclo comunitário-psicanalítico anterior: a invasão do social no HPSP. No

entanto, se na década de sessenta tal âmbito era absolutamente equalizado à questão clínica, reduzindo-se e simplificando-se em função deste imperativo, agora vemos o emergir de funções gestoras, administrativas enquanto forças ordenadoras dos fluxos.

A Secretaria de Saúde e do Meio Ambiente do RS implementou um processo que visava a ampliação do sistema de atendimento ambulatorial, a qualificação dos postos de saúde para o trato com questões de saúde mental (ao menos as sedes das Delegacias Regionais de Saúde) e uma reestruturação da organização interna do HPSP. Nesta última ordenou-se a população do HPSP a partir da sua região de origem, agrupando estas de modo semelhante à divisão de área das delegacias regionais de saúde. Processo possibilitado pela abertura no HPSP do Serviço Jurídico, o qual, em 1971, empreendeu uma busca jurídico-burocrática pela elucidação da situação dos internos do Hospital, quanto a sua certidão de nascimento, bens e possíveis parentes, utilizou-se os resultados desta empreitada para re-ordenar aos corpos que lá se encontravam segundo uma definição burocrática de cultura: certidão de nascimento³⁵.

Este primeiro processo de descentralização do HPSP durou cerca de dez anos. Inicia-se, então, em 1971 com o serviço Jurídico. Intensifica a Setorização a partir de 1973, obtendo resultados na diminuição da população entre 1973-76. E, por fins da década de 1970 e início da de 1980, tem seu último fôlego com a instituição de uma parceria da Secretaria Estadual com o INAPS, que passaria a repassar verbas se o Hospital permanecesse com seu processo de reestruturação, no sentido de diminuir a população de 2000 internos para 500 (BARCELLOS, 1989).

A Setorização, especificamente, baseia-se na interiorização do atendimento, descentrando-o da capital. Para tanto, efetuou-se a divisão do HPSP em 10 locus correspondentes as 10 regiões do RS, cada uma destas dez era ainda dividida entre masculinas e femininas, findando em 20 secções dispersas pelas unidades do Hospital. A partir disso, iniciava-se uma tentativa de articulação entre as chefias das unidades do HPSP e das Delegacias Regionais/ Postos de Saúde, correspondentes à jurisdição abrangida por

³⁵ A criação de um Serviço Jurídico e sua ação de possibilitar papéis que atestem existência jurídica aos seus internos demonstra uma das primeiras ações concretas de retomada da cidadania por parte do HPSP para com seus internos. Ainda que, deva-se ressaltar, tal ação tivesse um objetivo mais restrito de obtenção de documentos para possível obtenção de benefícios e levantamento de bens, ou seja, era voltada a um esquadramento econômico e social, no sentido de obter mecanismos para amainar os problemas do Hospital.

aquela unidade. Com isso espera-se uma aproximação dos pacientes do HPSP das possibilidades de alta institucional destes: sabendo-se que em sua maioria lá estavam não por questões clínicas, mas sim sociais de abandono ou pobreza. E, efetivamente, com a setorização se desospitaliza 65% dos internos, diminuindo a população de 5.500 para 1850 internos em 1982 (SCHEREEN et all, 1997).

Uma rede ambulatorial passa a ser planejada para fazer as vezes de cinturão de proteção ao HPSP em sua centralidade do organograma da assistência à saúde mental no RS. Clínicos gerais do interior recebem capacitação para melhor lidar com esta problemática específica, evitando encaminhamentos desnecessários. No entanto, os ambulatorios de fato não constituem uma rede, mas um cinturão que envolve o frágil HPSP, e o Macro-Hospital segue enquanto ápice da assistência, compreendido enquanto entidade mais complexa dos equipamentos, e, exatamente por isso, a qual deve ser defendida de um uso primário que não lhe é próprio. Pretende-se, claro, encolher aos macro-hospitais, tornando-os mais restritos em sua área de abrangência e menos dispendiosos aos cofres do estado, mas para tanto, não é imprescindível questionar ao próprio HPSP enquanto dispositivo clínico impossível. Mais uma vez a atenção dada aos equipamentos de atenção primária não constitui em uma crítica a clínica efetuada nos manicômios, e sim a tentativa estatal de ver-se livre dos elefantes brancos, mesmo quando de suas tramas emanem ressonâncias neoclássicas da razão estriada.

Na ordenação interna do HPSP, por um lado se busca a melhor gestão das pessoas lá presentes, inclusive enquanto recursos possíveis, por outro, intenta-se uma retomada destas enquanto cidadãos, principalmente no âmbito estritamente jurídico-burocrático (busca por informações e documentos nos cartórios de suas cidades de origem). Em uma última tentativa global de esquadrihar o seu espaço, o HPSP deixa de lado os critérios nosográficos psiquiátricos e passa a critérios culturais-administrativos. Evidentemente, havia um claro ponto onde a psiquiatria se unia a esta “saúde mental administrativa”, mas era exatamente no ponto onde não encontrava apoio.

Os trabalhos de conclusão dos psiquiatras residentes de então, usualmente se dirigiam a um tipo de tratamento individualizado, o qual não apenas não se referia em qualquer momento ao hospital psiquiátrico em sua estrutura geral, como também não é realizável no HPSP de então, isso segundo os próprios proponentes das monografias e

técnicos da instituição (BARCELLOS, 1989). Estes compreendem que o HPSP já não possibilita a realização do moderno tratamento psiquiátrico. Para tanto, seriam necessárias algumas modificações discutidas em 1980 pelo corpo técnico do São Pedro: ampla reestruturação física do espaço; reavaliação da regionalização setorial para melhor buscar os elementos de ordem cultural; reciclagem dos funcionários; e, por fim, aumentar a presença médica e diminuir a de pacientes, para aguçar e intensificar a psiquiatrização da instituição. Vê-se assim, que existia um projeto de retomada do HPSP pelas práticas da psiquiatria, mas um projeto já sem onde adquirir consistência nos fluxos estatais, tendo, por isso, que se adequar ao processo de redução do estado, criando uma quase-rede que serve à fluidez dos indivíduos para fora do sistema de saúde, e de freio para a entrada no mesmo (ainda que, aqui, o Hospital Psiquiátrico continue sendo a ponta hierárquica da pirâmide da assistência).

A inserção das práxis para com a loucura na cultura é a inserção da cultura na ontologia da loucura. O louco não é mais simplesmente um quadro de sintomas ou uma anomalia fisiológica que redundam em patos, mas antes é um ser que não consegue se adequar facilmente ao contexto social do seu cotidiano, sendo, por isso, alvo de políticas de saúde que visam, acima de tudo, sua reinserção no mesmo contexto. Tanto ontologia quanto episteme e práxis da loucura abrem-se para um novo campo, o qual já não pode ser reduzido à lógica medicalizante: o louco está no mundo e o mundo está no louco. As rígidas paredes da definição “loucura” sofrem nesta época algumas infiltrações que diluem o conceito em uma miríade mais complexa de relações.

As críticas crescentes sobre as definições de normalidade e loucura (CANGUILHEN, 2000; FOUCAULT, 2000; SZASZ, 1978), somadas à emergencialidade administrativa de esvaziamento dos espaços asilares, levam a uma reacomodação da psiquiatria no espaço do manicômio: da sua atuação cientificista na ordenação de um nosocômio, para a entrada de variáveis culturais e da atuação de diversas outras especialidades como formadoras da configuração do trato para com a loucura. Pois, agora, ainda que sob a orientação de psiquiatras, os assistentes sociais e demais membros do Serviço Jurídico são as principais forças que delimitam os cortes no espaço manicomial, tendo total compreensão e controle dos critérios que operacionalizam esta nova ordenação.

Evidentemente, tais ordenações dos fluxos eram possibilitadas e ampliadas, em muito, por uma dinâmica de estratégias centradas no aspecto administrativo da loucura, o que findava por prover às ações da setorização um forte caráter burocrático. Assim, por exemplo, a divisão dos indivíduos no HPSP se justificava por uma pretensa integração de pessoas de mesma identidade sócio-cultural, no entanto, o que ocorria de fato era a união de pessoas com a mesma região de registro do nascimento, pouco importando se realmente viveram lá, que idade têm, e vários outros fatores étnico-culturais que seriam relevantes a uma tentativa de propiciar a construção de uma identidade grupal sócio-cultural. Deste modo, reduz-se burocraticamente a identidade cultural a um documento de procedência, visibilizando a intenção restrita do re-arranjo formado pela setorização: contato constante com as regiões de origem para levantamento de bens e parentes. Antes de tudo tratava-se de um esquadrinhar gestor na busca de inteligibilizar os possíveis encaminhamentos familiares e econômicos aos pacientes que estorvam a receita do Estado.

Não se tratava exatamente de um conjunto de práxis em busca do reconhecimento das subjetividades dos que lá habitavam indiferenciados, sem nome em largos uniformes de grosso tecido a apagar seus contornos, ainda que servisse para que não permanecessem anônimos (já que recebiam carteira de identidade e nome). Antes, ocorre a otimização de uma prática de arquivamento, a qual passa a agrupar arquivos que serão despachados à mesma comarca e, por isso, convém estarem contidos na mesma gaveta, sob responsabilidade do mesmo escrivão. Tanto assim, que vemos nas propostas de re-estruturação a prescrição de funções dos fluxos próprias à gestão de qualquer empreendimento: a descentralização administrativa, a aceleração, agilização e flexibilização dos mecanismos de contrato de pessoal e serviços, de tomada de decisões administrativas, do uso dos recursos, etc. Aqui, na ênfase à otimização da rapidez e agilidade dos processos administrativos da instituição, se visibiliza a centralidade dada ao âmbito administrativo na configuração dos fluxos do HPSP. O sentido que capitaneia as estratégias implementadas é a transformação do macro-hospital do Estado em “hospital administrável” (Plano diretor do Hospital Psiquiátrico São Pedro, 1980. Apud: BARCELLOS, 1989, p.73), e não alguma transformação na clínica aí executada.

4.2.3.3. *Psicofármacos.*

Em meio a este processo de descentramento gradual e abertura à comunidade dos fluxos presos no macro hospital, um outro processo atua sinergicamente com o primeiro, sendo creditado, algo exageradamente, por alguns (FENSTERSEIFFER, 1997) como sendo a chave que permite a abertura das grades dos hospícios: o desenvolvimento de psicofármacos. Na década de 1950 surgem os primeiros neurolépticos, sendo a primeira a clorzopromazina inventada em 1952 (FILHO, 1997). Conhecidas como camisa de força química, estas drogas produzem uma indiferença, um embotamento, do sujeito em prol da anulação da sua sintomatologia (delírios, agitação, etc), tendo como um dos seus efeitos colaterais uma espécie de síndrome extrapiramidal, a impregnação, que atravanca os movimentos em repetições e retorce os músculos em formações escultóricas do bizarro.

Com o aperfeiçoamento destes fármacos, se passa a administrar no HPSP, na década de 1970, os neurolépticos de liberação lenta, minimizando os efeitos colaterais e facilitando a posologia no dia-a-dia manicomial. Deste modo também, baixam os preços dos fármacos de primeira geração, facilitando seu uso massivo nos aparelhos do Estado (GASTAL, 2002). Outras substâncias introduzidas na década de 1970 e 1980 foram as Butirofenonas (Haloperidol), o Lítio e os antidepressivos serotoninérgicos. Tem-se, então, a base da Psiquiatria medicamentosa, a qual permitiu a diminuição dos sintomas e do tempo de internação dos pacientes, abrindo sem dúvida novas possibilidades de desospitalização para vários pacientes. No entanto, seria absurdo reduzir o processo institucional e político vivenciado nesta época à efeitos colaterais de novas substâncias neuroquímicas. Existe, antes, sem dúvida, um processo sinérgico da medicalização prudente e dos processos de re-socialização.

4.2.4. O cansaço das centrais da civilidade.

Até o metal mais duro e nobre se cansa quando sob uma pressão muito alta. Neste momento ele pode partir-se ou ceder: a cidade e o Hospital Psiquiátrico cederam à força civilizatória imposta a ambos. Não se quebraram por completo, e até a década de 1980 não haviam adentrado por completo na fluidez em Porto Alegre. A centralidade da civilização se degradou diante dos fluxos insuportáveis em sua aceleração que a acometeu: a superlotação e falta de verbas do HPSP e a comercialização do centro urbano da capital. Deste modo, as linhas rígidas que traçavam no mapa se esfacelaram um tanto, tornando-se

fracas e incertas, dando vazão a novos rabiscos que anunciam uma nova geometria: não mais central, mas dispersiva.

As centralidades permanecem ainda, o centro de POA perde sua população abastada, belos prédios, calçadas limpas, mas permanece como coração do metabolismo urbano, sendo destino diário de grande parte da população para o trabalho, lazer e compras. De igual modo, o HPSP já não mais institui um vértice de buraco negro em torno do qual a cidade da loucura no Estado gravita, mas continua sendo estrategicamente fundamental às políticas de assistência à saúde mental do RS.

A máquina de ressonância sofre um baque em sua centralidade equalizadora de simetrias subjetivantes. A soberania transcendente do signo civilizatório se degrada do mesmo modo que os muros do HPSP e os palacetes do centro, queda-se gonza e passa a produzir anomalias normativas em suas ondas definidoras dos arranjos de forças. O discurso crítico ao macro-hospital é incorporado à gestão do grande Hospital psiquiátrico, e o espaço próprio à civilidade passa a ser freqüentado pelos selvagens, enquanto o espaço selvagem recebe nova camada de prédios.

Célula túrgida que se rompe e esparrama, perde aos poucos a centralidade da própria coluna, pois esta dói demais em sua posição ereta, esnobe. Os ignóbeis ao seu redor, agora encontram brechas maiores por onde se introduzir no território que antes se queria asséptico. Trata-se de um momento de ruptura onde os fluxos estão a efetuarem um deslocamento que encontrará nova configuração em nossos tempos.

Às selvas urbanas e aos loucos selvagens já não se salvará com grandes igrejas e templos da razão civilizada, mas antes com pequenos postos avançados de evangelização. Troca-se a opulência católica e macro-fascista do grande Estado provedor do rebanho, por uma simplicidade resignada e implacável dos colonos protestantes e seu árduo trabalho de formiga-do-senhor.

4.3. O ESQUADRO FRACTAL: CONTRAÇÃO MULTIPOLAR DISPERSIVA E MODULAÇÃO QUASI-ERRANTE.

4.3.1. O HPSP se dilui na malha urbana: do muro visível ao pó imperceptível.

4.3.1.1. A Reforma Psiquiátrica à Italiana.

Um outro movimento de descentralização da representatividade do macro-hospital estava em curso na Itália na década de 1970, consolidando-se em 1978 com uma lei que

proibia a internação em manicômios. Sustentada por um trabalho anterior de quase uma década, pretende ser o ultrapassamento das reformas inglesa (comunidade terapêutica) e francesa (Setorização) (ROTELLI, 2002) em direção ao conceito de território. Diz esta que o manicômio não produz um “bom saber”, pois deforma ao paciente ao ser comprometido com a necessidade de exclusão deste. Há, no entanto, não somente uma proposta de reforma do manicômio e seus braços ambulatoriais, mas sim a prescrição de sua extinção, vista como ação de reforma profunda da própria psiquiatria.

“A nossa obsessão por transformar os hospitais psiquiátricos, por centrar ali toda nossa transformação, evidentemente não era por não sabermos, por não entendermos que fora do hospital existe uma rede de psiquiatrização, mas porque pensávamos que dentro do hospital psiquiátrico estava a raiz do saber psiquiátrico” (ROTELLI, 2002, p.151).

Esta luta já não pensava em simplesmente desospitalizar, e tampouco se reduzia a uma crítica da psiquiatria e dos manicômios. Transbordava o mundo da medicina, e desembocava no rio dos movimentos políticos anti-autoritários de 1968. Com o apoio político em certas cidades (como Trieste, Parma, Arezzo e Perugia), este movimento construiu nestas uma rede de serviços substitutivos, nos quais imperava o seguinte slogan clínico: “a liberdade é terapêutica” (ROTELLI, 2002, p.153).

Embebido desta atmosfera um jovem jornalista voltará de uma viagem pela Europa onde entrara em contato com algumas experiências deste modelo. Esta experiência o motivará a, em sua volta a Porto Alegre, realizar uma denúncia várias vezes repetida na história do HPSP, mas desta vez o alarme será dado em outro contexto. Em 1974³⁶, o jornalista Sérgio Capparelli adentra no HPSP internando-se neste durante 30hs com a ajuda de um amigo que o acusa de estar sofrendo de um “mal de amor”. Com tal experiência, ele produz uma série de cinco matérias no jornal Folha da Manhã denunciando as condições desumanas do Hospício: falta de higiene, superlotação, maus tratos e outros desrespeitos aos direitos humanos. Este jornalista assim o faz, motivado por leituras de anti-psiquiatras da época, incitando a discussão da transformação do HPSP e da clínica psiquiátrica, questionando os conceitos de normalidade e loucura que autorizam o seqüestro e

³⁶ Mesmo ano em que um comitê de especialistas em saúde mental delibera, em Genebra, que os transtornos mentais devem ser vistos pelos governos com prioridade, recomendando a descentralização destes serviços e sua integração com os demais, incluindo órgãos sociais não médicos.

encarceramento de seres humanos. Imprime, assim, um marco nas discussões sobre a pulverização do antigo Hospício em equipamentos territoriais.

No Brasil, o movimento anti-manicomial terá uma emergência complexa, já que se insere na situação ditatorial que o país vivia, e a luta pelo respeito aos direitos humanos dos cidadãos. A Associação Brasileira de Psiquiatria, por exemplo, no movimento contra o uso, por parte do Estado, de castigos cruéis, tortura e seqüestros arbitrários, finda por ativar um ramo de discussão entre os profissionais sobre a extensão de tais questões ao seu ambiente de trabalho (MAIA; FERNANDES, 2002). Mas a primeira organização a formar-se, já neste sentido de reforma, é o Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental (MTSM), em 1978, advindo de uma ação conjunta de três Sindicatos: dos Psicólogos, dos Enfermeiros e dos Assistentes Sociais, isso, a partir de uma série de denúncias sobre degradação e maus tratos em espaços asilares privados e públicos. Em 1979, o MTSM promove um evento no qual palestram Robert Castell e Franco Basaglia, o que demonstra a intenção de realizar em terras dos trópicos as experiências européias.

Posteriormente, uma série de eventos na primeira metade da década de 1980, finda por dar corpo à reforma, com a fundação do Movimento de Luta Antimanicomial, instituindo um novo lema a ser buscado por seus protagonistas: “por uma sociedade sem manicômios”. Mas não é somente o nome e o lema que se alteram nesta nova organização, agora tornam-se protagonistas do movimento não só os trabalhadores em saúde mental, como os usuários e parentes, enriquecendo a geléia geral de participação do movimento. Também na metade da década, em 1986, discute-se na VIII Conferência Nacional de Saúde os parâmetros que viriam a serem adotados pelo SUS, o qual seria efetivado pela constituição de 1988.

4.3.1.2. Os equipamentos reformadores dispersivos.

Duas experiências no estado de São Paulo irão erigir os instrumentos do modelo de equipamento substitutivo da atual reforma psiquiátrica brasileira. Em 1987, inaugura-se na cidade de São Paulo o primeiro Centro de Atenção Psicossocial (CAPS Luiz Cerqueira). Neste centros os usuários podem passar o dia em atividades diversas, retornando às suas casas quando do anoitecer. Ao invés de meras consultas (despachos) ambulatoriais, agora se pretende uma atenção diferenciada, singularizando o paciente em um atravessamento heterogêneo de opções de “assistências”, às quais, ultrapassam a clínica e a própria

nomenclatura de assistência. São ações diversas (consultas, grupos, oficinas, etc) os quais ajudam a dar consistência ao cotidiano do usuário e suas relações sociais. A outra experiência se dá com uma intervenção na Casa de Saúde Anchieta, de Santos, em 1989. A partir de denúncias de maus tratos lá cometidos o poder municipal intervém na clínica e inicia a realização de um modelo substitutivo pós-asilar, construindo lá um Núcleo de Atenção Psicossocial (NAPS). Os NAPS, ao contrário dos CAPS, funcionam 24hr e tem uma área regional da qual devem dar conta independente da demanda, permanecendo sempre abertos a novas incursões, dispondo, inclusive de alguns poucos leitos para internações rápidas. Tais experimentações chegaram a uma consolidação ao tornarem-se referencia para a assistência nacional à saúde mental, quando da sua regulamentação pelo Ministério da Saúde em 1991-92. Estes são definidos como unidades multiprofissionais, de atendimento local, que se interpõem no vasto vão entre os ambulatórios e os Hospitais Psiquiátricos, centrando-se na integração doente mental e comunidade (AMARANTE et al, 2001).

Em 1989, o deputado petista Paulo Delgado apresenta o projeto de lei que virá a ser aprovado, com muitas ressalvas, doze anos depois, em 2001, constituindo-se como a Lei da Reforma Psiquiátrica³⁷. No RS, o cenário era de largas discussões sobre o tema. Greves em 1985-86 reivindicam melhores salários e melhores condições ao trabalho e aos pacientes do HPSP, delatando as condições subumanas destes (BARCELLOS, 1989), e em 1992 chega-se, depois de uma intensa discussão pública, a “Lei de Reforma Psiquiátrica e de Proteção aos que padecem de sofrimento psíquico”, de autoria do Dep. Marcos Rolim. Esta propunha o estancamento da criação de leitos e o deslocamento desta demanda para recursos alternativos que deveriam ser criados em cinco anos.

No processo substitutivo, no entanto, o Próprio Delgado alerta, em 1997, que há uma reprodução da defasagem já existente antes nos manicômios com relação à demanda (TENÓRIO, 2002). Como alerta Rotelli (2002), a partir do caso italiano, sobre os perigos da não efetuação de uma rede substitutiva em conjunto com a extinção do espaço asilar: Pois, mesmo que a sociedade em geral tenha aceitado a condenação definitiva do

³⁷ Interessante notar que no mesmo ano o Movimento de Luta Antimanicomial sofre um racha: um grupo (Internúcleos) crê que com a Lei, o foco deve ser a gestão dos serviços e pesquisa crítica sobre a prática, enquanto o outro tem como objetivo possibilitar a organização dos familiares e usuários para dar voz a estes enquanto movimento político (este é acusado de ser demasiado sindical, enquanto acusa ao outro de academicismo). Variações ricas em fluxos que vem se tornando hegemônicas, sem o fulgor molar de antes.

manicômio enquanto instituição cruel e ineficaz, a não construção dos serviços alternativos ao manicômio, para as vagas deste deslocadas, cria o risco de promover um efeito *boomerang*, e, se inicia uma contra-reforma que afirma o excesso de idealismo e a decorrente impossibilidade da realização da lei aprovada, o que exige sua reformulação “realista”. E, realmente, a reforma, ao menos no RS, enfrentará um forte movimento de retomada da abertura de leitos, principalmente para casos de adicção, visto pelos reformadores como um movimento conservador e corporativista³⁸.

Mais recentemente, em 2000, regularizou-se uma outra importante modalidade de instrumento de assistência em saúde mental para a reforma psiquiátrica no Brasil: as moradas, ou residenciais terapêuticos. Casas, com arquitetura doméstica e vizinhança comunitária, ou seja, aqui o tratamento pretende efetuar-se sem artificialismos simplificantes ao máximo, pois a clínica se dará na própria rede cotidiana, diretamente, sem intervalos ou mediadores. É nesta mesma linha que o Acompanhante Terapêutico e a Equipe Itinerante se inserem, possibilitando um atendimento direto (local, cotidiano) e ágil, com flexibilidade para customizar-se segundo as demandas singulares do usuário em questão. Além disso, tal agilidade possibilita fazer-se o mínimo presente, interferindo pontualmente nas situações de tensão, sem aparvalhar o território existencial do usuário com recursos clínicos em demasia. Trata-se, portanto, de mais um passo na direção do território cotidiano do usuário, através da dispersão dos equipamentos na malha urbana, chegando aqui, a diluírem-se quase indiferenciados na mesma.

O manicômio em sua transcendência, rígida ordenadora do cotidiano, funciona como abstração que se aparta da malha da cidade, enquanto entidade que transcende a mesma, possibilitando um ambiente outro, auto-referente e proporcionador de cura. Põe-se além dos territórios da urbe e seus cidadãos, impondo invasivamente um dia-a-dia extraterreno. Com a sua dissolução nos equipamentos substitutivos, vemos um descentrar não apenas da figura concreta do Hospital, vemos também um descentrar da ressonância que impinge a abstração transcendente que ordena cotidianos. Em uma estratégia espacial de dispersão, as práticas para com a loucura se movem do arranjo aglomerado e de

³⁸ Já da boca dos contra-reformistas, escutamos acusações de ideologização simplista de uma questão que deve ter resolução técnico-científica e administrativa. “O assunto reforma psiquiátrica deverá perder mais a marca ideológica que o tem acompanhado até o momento e adquirir mais cunho científico e técnico” (SCHREEN et al, 1997).

repetição dura, para um aproximar-se da vida mesma dos usuários, adentrando seu contexto, seu território, sua subjetividade, sua singularidade. As paredes, de fato, multiplicam-se em número e diminuem em grandiosidade. Não se tratam mais das muradas disciplinares da psiquiatria e do Estado, mas são as muradas domésticas do cidadão privatizado.

4.3.1.3. *O HPSP Cidadão.*

Uma comissão de saúde do Conselho Estadual de Saúde do RS emite, em 1993, uma carta com os princípios norteadores do Projeto São Pedro Cidadão (PSPC), o qual tem a deliberação política de sua realização em 1999. A partir de então, se implementarão diversas estratégias em busca de efetivar a reforma aos que perambulam por entre os muros do HPSP. Dentre estas estratégias, encontram-se os residenciais terapêuticos acima citados. A criação destes Serviços Residenciais Terapêuticos, dentro da rede SUS, é regulamentada pela Portaria Ministerial nº106 de 11 de fevereiro de 2000, onde se versa sobre a criação de um espaço mínimo³⁹ que deve se dispor fora dos limites das unidades hospitalares, no quais serão alocados ex-internos para efetivar sua re-socialização a partir de uma terapêutica do cotidiano, intervindo pela criação de um dia-a-dia doméstico⁴⁰. “No dia-a-dia serão propostas atividades da vida diária assessoradas que contemplem cuidados pessoais e do lar, mobilizando a autonomia como por exemplo: limpar a casa, cozinhar, escolher cardápio, comprar alimentos, administrar a própria medicação” (SECRETARIA DE SAUDE RS, 2000, p.8).

No HPSP, tais residenciais serão construídos contíguos ao antigo Hospital, em um terreno aos fundos deste, onde se instalara nos anos 1970 uma gleba ilegal, a Vila São Pedro. Lá foram construídos 36 residenciais terapêuticos, que possibilitaram a inclusão de 144 moradores no projeto, o qual pretende ser ampliado ao restante da Vila. Tal intervenção ultrapassa a saúde adentrando no social, pois, as casas serão destinadas tanto a ex-internos

³⁹ Espaço mínimo em dois sentidos: um propriamente extensivo, com a regulamentação de no máximo oito usuários por casa, e no máximo três por dormitório; e outro relativo à subsistência, enumerando os itens de cama, mesa e banho os quais devem constar na casa quando de sua ocupação.

⁴⁰ É fundamental, nesta aproximação entre a terapêutica e o dia-a-dia do usuário, a figura do técnico e do agente de saúde (ambos, muitas vezes, incorporando a função de AT), sendo estes profissionais os responsáveis pela possibilidade de contato mais direto com um campo de intervenção pouco possibilitado de recortes. São estes profissionais, em sua molecularidade dispersiva dentro das instituições, que possibilitarão a assistência neste modelo complexificado, pois freqüentemente são orundos do mesmo território no qual a intervenção se dá. No Projeto Morada São Pedro, a equipe é estipulada com a densidade de dois profissionais de nível médio para um de nível superior.

quanto a moradores, visando à reurbanização deste ponto da cidade, e auxiliando já a entrada da loucura neste ambiente, retirando parte do seu caráter de invasor validado pelo Estado⁴¹. Inclusive, quanto ao seu caráter burocrático, tal ação só se dá no transbordar a Secretaria de Saúde, sendo fruto do agenciamento entre esta e as Secretarias do Trabalho, Habitação, Educação.

Existem, quanto a este projeto, diversas críticas que consideram o local de sua consolidação inadequado. Partem da dependência que se perpetua entre as moradas e o HPSP, facilitada pela proximidade entre estas, e, inclusive, pela permanência de um portão de ligação. Outro ponto freqüentemente questionado é a formação de um gueto, incluindo-os já na margem, pois que, estão sendo alocados em uma vila, todos juntos, em companhia dos demais “excluídos”. Tais críticas são utilizadas inclusive pelos críticos do projeto da reforma psiquiátrica no RS, como o Núcleo da Sociedade de Psiquiatria do RS (LOREA, 2005 [www.fazendomidia](http://www.fazendomidia.com.br)). No entanto, ainda que relevantes quanto a sua evidenciação de uma tutela estendida e da formação de um gueto, fatos do projeto, tais argumentos não levam em consideração três importantes fatores oriundos da alocação da população do HPSP nesta área: um, refere-se à evidente necessidade, por parte das casas, de auxílio do HPSP, principalmente na fase de implantação deste projeto, o que se torna facilitado pela proximidade⁴²; outro, trata da localização da área, circundada por importantes vias de POA, permitindo fácil deslocamento e acesso as mais diversas regiões da cidade, além do que, trata-se de uma área valorizada por sua centralidade, sendo preferível à periferias longínquas; por fim, ressalta-se que, junto ao gueto, com sua consistência auto-referente de comunidade, torna-se mais facilitada a transposição das paredes privadas e compartilhamento com os vizinhos de laços de solidariedade, fator fundamental à re-socialização, o qual seria dificultado em, por exemplo, um apartamento em um bairro de classe média.

Esta ação de urbanização, sem a retirada dos antigos moradores, tanto do Hospício quanto da Vila, para os confins de um conjunto habitacional periférico, pode ser vista como uma atitude contextualista (AGUIAR, 2003). Essa mesma estratégia foi utilizada na

⁴¹ A entrada foi cheia de turbulências, com muitos roubos dos equipamentos e aparelhos domésticos das novas casas.

⁴² É, por exemplo, o serviço de manutenção do HPSP que arca com as manutenções e consertos nas casas. Do mesmo modo, diversos gêneros alimentícios são providos pelo HPSP. Além do que, numa das casas permanece uma equipe do HPSP, fazendo as vezes de Posto de Enfermagem Avançado.

urbanização da Vila Planetário, na década de 1990. Nestas experiências, quando realizadas de modo a reproduzirem de algum modo a lógica de estreitas vielas e becos autoreferidos das ocupações originais, findam por redundarem em um duplo efeito oriundo de sua conformação de gueto urbanizado enquanto gueto: por um lado, atravancam suas conexões com a cidade e afastam a circulação de todos que não pertencem a comunidade; por outro, junto desta despontecialização do espaço-passageiro, vemos um reforço do uso comunitário das ruas, não somente como espaço-passageiro, mas espaço de socialização (AGUIAR, 2003). Isso se dá, entre outros fatores, por uma configuração lógica labiríntica auto-referente que homogeneiza a população a transitar pela comunidade, construindo uma segmentariedade urbana de convivência onde a entrada é restrita aos que ali vivem ou vão consumir (tráfego). Em um espaço urbano todo guetizado, da elite aos populares, torna-se dúbida a argumentação contrária às moradas que se apóia sobre a denúncia da formação de um gueto, já que, em uma sociedade sem limites (Império), não restam margens que escapem à conjunção diferenciadora.

Retomando a constituição do Projeto Moradas, um dos fluxos, em muito ressaltado pelo Projeto quanto da sua utilidade, é o da possibilitação de um livre consumo. Pois que, com o subsídio e a liberdade de circulação, os pacientes poderiam, de algum modo, se diferenciar entre eles com a escolha do que consumir. A possibilitação contratual de uma propriedade, abriria os possíveis de apropriação subjetiva (SECRETARIA DE SAUDE RS, 2000). A reconstrução de “(...) seu universo simbólico, partindo de necessidades de possuir objetos, roupas, dinheiro e exercer uma atividade remunerada” (SECRETARIA DE SAUDE RS, 2000, p.3). “Os pacientes vislumbram no convite, no Projeto, uma via de realização de desejos. Entre eles fumar, comer coisas diferentes, tomar refrigerante, passear, viver uma outra relação com os outros e consigo mesmo” (JARDIM et al, 2002). Vemos, então, que, para além da simples posse das chaves, existe um universo da cidadania definida pela liberdade de consumo. Vislumbramos algo desta ontologia da cidadania, constituída pela liberdade de consumo, na história de uma idosa senhora, a qual, conta ela mesma, sentiu-se cidadã, não no momento da entrada na casa, ou nas primeiras semanas de

morada; ela se sentiu cidadã no momento em que recebeu por debaixo da porta a primeira conta, diz ter sido este o instante emocionante, da emancipação⁴³.

Vemos, portanto, que uma das principais estratégias de tratamento da Reforma, voltada à reconstrução de uma cidadania, da auto-estima de ser reconhecido enquanto cidadão, é a inclusão do sujeito nas redes de consumo e trabalho. No entanto, aqui não se trata de laborterapia, ou ainda de produzir um novo confinamento disciplinador pelo trabalho, tais usos vem de antanho e não servem aos objetivos da reforma contemporânea, ainda que sejam facilmente reproduzidos na mesma. O trabalho, agora, vem simplesmente como forma de expressar-se no mundo e ter sua expressão reconhecida socialmente. Deste modo, propostas como a formação de cooperativas e associações, principalmente quando não formadas exclusivamente por usuários, são uma proposta diferenciada, já que, com a auto-gestão, abrem espaço ao ultrapassamento da questão do emprego e podem gerar novos laços de solidariedade.

Deste modo, se constituiu no HPSP, como braço do Projeto São Pedro Cidadão, uma associação de reciclagem de lixo, em conjunto com moradores da Vila Cachorro Sentado (Vila São Pedro). Inicia-se em 2000, e se fortalece em fins de 2001, quando a partir da intersecção com o projeto “Coletivos de Trabalho”⁴⁴, também incluso no São Pedro Cidadão, os moradores da Vila se juntam no batente, sendo por fim registrada oficialmente em 2003. Deste modo, abriam-se novos canais de perambular e comunicar entre o HPSP e a vila vizinha. Neste espaço, internos, ex-internos e moradores da comunidade, se unem na captação, triagem, enfardamento e venda de uma parte do lixo reciclável de POA⁴⁵, na busca de também reciclar suas vidas desgastadas, com novos modos de conviver.

4.3.1.4. *Da expressividade espetacular.*

Outras estratégias da Reforma voltam-se também, não à produção, mas à possibilidade de espargir signos outros da loucura, assim constituiu-se o programa

⁴³ Esta história era contada pela própria senhora em uma propaganda governamental estadual, veiculada em TV aberta.

⁴⁴ Projeto, o qual, abrangeu em média 112 pessoas da Vila, com atividades diversas. Algumas destas trabalhavam não na Associação, mas no treinamento de usuários para a feitura de serviços como o de babá e costureira, recebendo para tanto uma bolsa de R\$ 220 (ENGELMAN, 2003).

⁴⁵ Tal associação insere-se em um projeto da administração petista de POA, no qual o município possibilitava os meios para que comunidades diversas pudessem, não só largar a função de catador e seus riscos a saúde, como gerar renda e laços de solidariedade. Hoje são mais de uma dezena de centros de triagem e reciclagem funcionando em vilas de Porto Alegre e arredores.

independente TV Pinel (RJ), a rádio Tam Tam (Santos) e o Som Pedro, em Porto Alegre. Esta última, uma rádio poste, teve seu início em 1991, após uma série de tentativas desde 1989, que não haviam obtido êxito. Realizada por quatro profissionais de relações públicas e uma publicitária⁴⁶, tem como principais objetivos prover a população do HPSP de um meio de comunicação que permita uma melhor integração entre seus moradores e funcionários, além de incentivar a participação criativa dos mesmos, com poemas, recados e músicas (MEYER, 2006). Além disso, programas especiais que eventualmente ocorrem em rádios abertas, divulgam outras facetas do HPSP que nem sempre chegam à grande mídia. “A rádio poste do Hospital Psiquiátrico São Pedro é o tom musical e social que os moradores, pacientes e funcionários precisam para tornar os dias mais vivos e humanos” (MAYER, 2006, p.5).

Em uma sociedade pautada pela informação, é coerente que o HPSP não apenas vire pauta de matérias denunciosas, como muitas vezes em sua história, como faça sua pauta, em uma tentativa de ressonar suas imagens. As imagens do mundo são o mundo nos tempos midiáticos, assim, a necessidade de existência e reconhecimento passa em muito pela existência e reconhecimento dado através destes meios. A dita “auto-estima”, que tanto a reforma afirma querer reconstruir, não possui em nossos tempos espelho mais potente no reflexo da imagem do que o jornal, rádio e TV. Assim, percebemos uma ação que visa uma reordenação interna do HPSP, agora não mais pautada simplesmente por uma geometria do quadro e suas inteligibilizações disciplinares; mas uma reordenação complexa e sutil em suas canalizações dos fluxos corporais e cognitivos. Uma ordenação baseada em um ressonar que toma conta das contingências, fazendo-as vibrar ao seu modo em qualquer ponto, sem necessidade de univocidades e simetrias espaciais.

O rádio poste ressona pela voz dos próprios internos, em meio a músicas e poesias, as medidas da instituição para o bem-estar destes, em uma dinâmica participativa, na qual a própria participação, mesmo quando de ouvinte, é já o efeito desejado, sem localização precisa⁴⁷. Além de tudo, da leve ordenação complexa, do espargir signos para fora do

⁴⁶ Vê-se, com esta formação, a amplitude de facetas que a Reforma pode adquirir, sem necessariamente tomá-las como simplificações meramente reduzidas à clínica, mas sim enquanto legítimos experimentos não infantilizados de outras áreas.

⁴⁷ Sendo fato que, na permissão e na atenção dada à participação, sutis mecanismos de reconhecimento atuam, se não em uma docilização do indivíduo, em uma espetacularização da subjetividade do interno, que

HPSP, a rádio abre uma forte via para a expressão dos internos, permitindo mais um modo de visibilizar ao louco e sua loucura para os técnicos que deste cuidam. A expressividade prazerosa ao usuário passa a ser objeto de discussão nas reuniões da equipe, servindo de conteúdo da psique do sujeito. A expressividade é provida como direito, ao mesmo tempo em que se torna imperativo de um dever: “é bom expressar-se”.

Paradigmático destas modificações da expressividade no espaço do HPSP, a partir de uma nova ontologia da loucura e episteme do tratamento, são as transformações ocorridas no decorrer da história pelo Pavilhão construído para o “Serviço Somático”. Obra “de vulto” da administração Godoy, se “sobressaindo, entre todas” (GODOY, 1955), trata-se de um pavilhão, o mais largo de todos os pentes do prédio, no qual existia já duas salas de cirurgia, onde se construiu: “amplas enfermarias para cirurgia e medicina, gabinetes de raios X e dentista, isolamento, refeitórios, dormitórios e enfermeiros.” (GODOY, 1955, p.33). Seu piso é revestido por cerâmica impermeável e as paredes por azulejos brancos até a altura de dois metros, facilitando a higienização constante do local.

Sua construção trata da afirmação de uma nova brancura, do frio azulejo higienizável no piso e paredes que permite o apagar das marcas dos que por ali passam. Ampla transparência das janelas e intenso branco dos azulejos que se somam na configuração de um novo cubo branco, não mais da abstração contemplativa, mas da razão prática e sua medida, mantendo a ausência na presença de assepsia, a afirmação de uma perspectiva sobre a neutralidade. Uma formalização do humano reduzido a variáveis orgânicas que busca a extirpação do sintoma através de diversos métodos inibitórios: choques elétricos e químicos, lobotomias e medicamentos hipnóticos. Homem normalizado, de jaleco ou uniforme de interno, homem frio, racional, sem as doenças dos afetos exarcebados, estes devem ser (co)medidos, extirpados para uma vida *normal* na norma da *moda* estatística. Pois é exatamente neste local, ápice de uma perspectiva de saber e práticas que objetualizavam o interno no seu modo de acessá-lo e de intervir sobre este, existe hoje uma atividade que nega o modelo sujeito-objeto garantido na assepsia da razão, prescrevendo uma epistemologia, e uma ética, do encontro, onde não há neutralidade

redundará agradável aos técnicos e demais gestores dos meios de comunicação, sendo o comunicar-se o gozo reforçador do adicto em reconhecimento.

possível e por isso mesmo deve-se possibilitar os ruídos, a perspectiva, o subjetivo, a diferença (KIRST et al, 2003).

A Oficina de Criatividade, existe desde 1990, tendo sorvido sua possibilidade de ser a partir de um projeto Estadual (Governo Simon) que pretendia transformar o HPSP em um Centro Cultural. Constitui-se como um espaço que propõe aos internos atividades expressivas como pintura, colagem, bordado, tendo como uma de suas preocupações fundamentais o respeito pela individualidade do interno, permitindo-o exercer ou não a atividade e ao fazê-la, que possa ser do modo mais autônomo e peculiar possível. E neste novo respeito, pretende elevar o “doente vulgar” ao estatuto de pessoa que deve ser respeitada em seus direitos (SILVEIRA, 1992). No entanto, seu espaço no HPSP era outro, uma sala em um pavilhão, na qual as psicólogas experimentavam possibilitar à expressividade plástica aos antigos alienados.

Durante muito tempo, acompanhando a degradação do HPSP superlotado, boa parte do antigo pavilhão somático estava sendo utilizada como depósito de quinquilharias, chegando a ponto de ficar abarrotada pelas mesmas. É em 2001, com a realização da III Bienal do Mercosul, que uma nova ruptura ocorrerá na história dos usos deste espaço. Em mais uma das muitas idéias de utilização do HPSP para fins culturais que revitalizem seu espaço, a organização da III Bienal consegue transformar os pavilhões de fundo do prédio histórico para a realização de uma exposição-happening, a qual se daria na primeira semana do evento. Diversos alunos e técnicos contratados para a montagem da III Bienal passaram dias nos pavilhões, preparando-os para receber os devaneios dos artistas. Dentre eles, estava o antigo Pavilhão Somático, do qual se retirou tal montante de entulho, que deles um artista fez uma montanha, à saída do pavilhão, sobre a qual pôs uma bela mulher nua a dançar. Na terra desolada, tomada de um material heterogêneo, cortante e degradado, para além do alcance do olhar, os artistas, com os fluxos de capital que fazem brilhar a matéria mais vil, colocaram a beleza suave da carne nua, contrastando com os materiais atritentos.

Posteriormente a esta grande faxina possibilitada pelo capital cultural, o espaço do Pavilhão Somático foi tomado pela Oficina de Criatividade. Nada mais coerente, já que ambos, Bienal e Oficina, compartilham em muito de certas estilísticas do contemporâneo: o imperativo do expressar-se e a sedução do espetáculo imagético. Vemos já, na adjetivação dada à nomenclatura da ferramenta, “Criatividade”, e ao Núcleo que esta integra, “de

expressividade”, que se trata de uma atividade que compartilha algumas das linhas que formam fenômenos contemporâneos como mídia e publicidade: o reinado do expressar-se generalizado, todos tem algo a dizer para todos, e da imagética criativa que busca afetar ao outro.

Ao adentrar, hoje, no antigo pavilhão, vemos os azulejos brancos tomados por traços e cores. Surgem casais atrelados por “y”, flores e formas diversas, referências a origens ou identidades, etc. Antes marcas da assepsia e generalidade da pura forma lógica, presente na ciência com sua higiene das sensações disparatadas, díspares; agora, os azulejos servem de tela, onde o branco é intensidade, possibilidade de marca e não seu avesso. Do mesmo modo, a transparência do vidro, já opaca pelo tempo por todo prédio, desfazendo-se de sua (trans)lucidez de outrora, neste pavilhão adquire cores e signos, constrói paisagens e iluminações improváveis, insanas. Tudo marcas de vidas que por aqui passam, utilizando de suporte o que um dia surgiu para evitá-las. Os móveis, antes homogêneos e simetricamente dispostos em linhas e colunas, agora são variados, tendo muitas vezes sua função transformada para novos usos, como a mesa que, sem seu tampo, vira um secador para as telas. As salas de cirurgia com suas imponentes lâmpadas, as primeiras a não fazerem sombra no Estado, que tantas lobotomias iluminaram, agora são tomadas por trabalhos das pessoas que freqüentam a Oficina, em um vasto arquivo de expressões da vida destas.

Aqui, ocorre um deslocamento no colecionismo da loucura: do objetualizar aos loucos com o geral científico e inserí-los em um esquadro classificatório; passa-se a constituir uma coleção do que é produzido por estes, formando um acervo das obras dos mesmos. Este acervo encontra-se em construção e organizará as séries de cada participante por datação. Este se faz por dois motivos: “compreensão do processo psicótico e valor terapêutico” (SILVEIRA, 1992, p.17). Assim, vemos uma passagem da empiria generalizante reificadora de objetos abstratos para uma empiria compreensiva (FIGUEIREDO, 1998), (a)firmadora do singular em seu processo. Uma coleção que gera não somente uma inteligibilidade sobre a loucura, mas possibilita o reconhecimento do louco enquanto subjetividade que cria. Ter na sua produção uma possibilidade de duração, ao inserir-se no acervo, e de reconhecimento do que é seu pelo outro são processos fundamentais nesta nova coleção.

Ao para lá se dirigirem, dizem os internos irem para a oficina, e quando de lá voltam, dizem voltar “lá para o São Pedro”. Local estrangeiro ao Hospital, onde o movimento errante é permitido, onde a intimidade e a peculiaridade são resguardadas. Da supressão do sintoma segundo uma anestesia de si, um esquecimento do que se sente provocado por choques elétricos ou químicos, intervenções cirúrgicas e medicamentosas, se passa a uma perspectiva de constituir uma duração, e uma possibilidade de re-apropriação da mesma, da vida do sujeito internado. Construindo uma memória na sobreposição dos Platôs-Tela, datados e marcados a tinta, gesto e afeto, se traça uma trajetória da subjetividade antes presa no branco incólume, sempre limpo de tudo que não é geral. Pode, agora, apropriar-se e se ver reconhecido enquanto expressão de si, atestando sua existência em uma época marcada pelo *percebem-me logo existo* do espetáculo contemporâneo. A cidade mensagem (ECO, 1984) dos anúncios publicitários, graffiti e dispositivos de comunicação lá está presentificada, nas paredes, no acervo e em tudo que reconhece o indivíduo por sua expressão.

Este deslocamento do que é colecionável, está diretamente atrelado à matriz epistêmica romântica, com matizes humanistas, que faz uma ode à livre expressividade do capricho, do singular àquele sujeito único, e que, por ser singular é verdadeiro e bom. Mas, as linhas de condições, que dão consistência à existência da Oficina, não devem ser reduzidas a isso: o chamamento à expressividade na modulação da sociedade de controle (DELEUZE, 1992) e a “mediação” das relações pelas imagens espetaculares (DEBORD, 1997), são também ressonâncias nesta trama donde transbordam as condições de possibilidade que findam por definir este deslocamento do que é colecionável dos objetos-loucos para o acervo-expressão.

Estas linhas de força ajudaram em muito aos profissionais que lá estão em sua luta por expandir este projeto. Afinal, não apenas, o ponta pé inicial do Projeto da Oficina estava atrelado a um Projeto cultural do Estado, relativo à construção de centros culturais revitalizando antigas edificações, como, durante os períodos difíceis da Oficina, foi sua tendência a sempre ser visibilizada pela mídia, transformando-se, muitas vezes, no cartão postal e de visitas do HPSP para a sociedade pelos meios de comunicação, que garantiu sua continuidade diante de resistências internas ao projeto. De outro lado, teve a sua expansão para o Pavilhão Somático, mais uma vez possibilitado por um investimento cultural-

espetacular, com os fluxos de investimento da III Bienal, os quais, tal como enxurrada, adentraram o antigo espaço e arrastaram para fora a tranqueira que impossibilitava seu uso. Sua existência, enquanto interface do setor cultural e da saúde e a sua tendência imagética, fruto do tipo de atividade lá realizada, garantiram sua criação, e sua visibilidade para com o público em geral, a qual impediu seu fechamento. Enfim, ser pop, hoje em dia, pode ajudar a expandir a vida.

Posteriormente, outros usos culturais- espetaculares tomaram de assalto o espaço do HPSP. Desde meados de 2003 busca-se a criação de um memorial do Hospício, o qual vem sendo construído desde então⁴⁸. Pela mesma época, os demais pavilhões abandonados e esvaziados pela Bienal, passaram a ser objeto de disputa no meio das artes dramáticas Porto-alegrenses. Companhias de teatro, desde então, realizam lá ensaios e espetáculos⁴⁹. Hoje, além destas iniciativas da área cultural, vemos a implantação de uma parte da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul em um dos prédios do HPSP.

A tomada do HPSP por atividades e capital atrelados à cultura e à educação, não falam de uma situação circunscrita ao universo deste antigo Hospício. Antes, são atravessamentos de fluxos que hoje tomam conta dos territórios urbanos, principalmente aqueles até pouco tempo considerados “marginais”. A expressividade e o consumo de expressividades passam a prover as paredes do HPSP de novas vibrações, mais coloridas e aceleradas, mais cheias de “vida”, diria o vulgo na sua concepção usual da mesma. Deste modo atraente, diversas pequenas revoluções instituintes são feitas neste velho espaço, mas sempre flertando com as pequenas capturas fascistas de humanismos cosméticos e consumo espetacular. Uma híbrida e instável equação à qual deve se dar atenção, para a criação da loucura não se reduzir à criatividade publicitária, para a porta de entrada da cultura não ser a serventia da exclusão da antiga população deste antes cronificado espaço. Pois, como veremos abaixo, nestes processos de “revitalização”, uma determinada imagem de vida, atrelada a *fun morality* (BAUDRILARD, 1995), ao espetáculo (DEBORD, 1997) e à coerção sedutora e imediata do Controle (DELEUZE, 1992) se impõe.

⁴⁸ O segundo andar do segundo pavilhão recebeu uma leve reforma, e lá estão guardados diversos objetos, plantas, móveis e afins, de idas épocas do Hospício. Do mesmo modo, pesquisadores vêm encontrando e deslocando documentos que estavam abandonados no Hospital, para o arquivo histórico municipal, tendo vistas de constituir um centro de pesquisas de dados no próprio HPSP.

⁴⁹ Inclusive no X Porto Alegre em Cena, em 2003, o Hospital foi palco de uma peça, o que se repete desde então.

4.3.1.5. *Um adendo das batalhas: polarizações sobre a brecha.*

Hoje, o HPSP se encontra com uma média de 600 internos, dos quais muitos são ainda remanescentes das outras épocas do Hospício, o que torna seu índice de mortalidade alto: vão-se esvaindo os últimos moradores. Em 1992, havia, segundo a Secretaria Estadual de Saúde, 2.038 leitos psiquiátricos em Porto Alegre, hoje este número se reduziu 73,25%, restando 545 leitos (ZERO HORA, Caderno Saúde, 24/08/2006). Enquanto isso o RS possui mais de 100 CAPS e tem mais 20 projetos de aberturas de novos (Secretaria Estadual de Saúde, 2006, www.saude.rs.gov.br/wsa/portal/index.jsp?menu=noticias&cod=1733). Criou-se então um espaço vazio, uma brecha que permite vazar um campo de possibilidades outro que o hospitalocêntrico, e é neste campo que uma polarização político-partidária e clínica se dará em nosso Estado.

É neste vazio, ou melhor, neste pleno de possíveis que se construiu uma verdadeira arena de boxe. No canto esquerdo, de calção vermelho estampado com a figura do Tchê, peso médio ligeiro, encontram-se o Movimento pela Luta Antimanicomial, os partidos à “esquerda” e simpatizantes variados, principalmente oriundos de ONGs defensoras dos direitos humanos. No canto direito, de calção branco e jaleco, crachá e estetoscópio presos ao pescoço, peso pesado e tradicional, encontram-se o SIMERS, o Conselho de Medicina, a Associação Brasileira de Psiquiatria, a Sociedade de Apoio ao Doente Mental, a Federação Brasileira de Hospitais, os partidos à direita e seus simpatizantes variados.

Na tentativa de lapidar aos fluxos de possibilidades, de modo a atualizar uma configuração em acordo com suas prerrogativas clínico-políticas, ambos os grupos tendem a assumir posições molares, abstratas, simplificadoras do contexto de suas intervenções. Os socos, ou melhor, as estratégias argumentativas, se dão em várias direções, mas usualmente reproduzem a um lado, a acusação de corporativismo somado a interesses econômicos privados, e do outro, fala-se em ideologização da assistência, abandono dos pacientes e desmonte do equipamento público (Psiquiátrico Hospitalocêntrico). No entanto, a posição da contra-reforma não argumenta em prol da dissolução completa da Reforma, antes se pretende revisionista (a Lei 40/2005 pretende rever a regulamentação anterior), posto que estariam identificados seus erros, atribuídos a exageros e déficits de substituição dos Hospitais por equipamentos alternativos.

“Não somos contra a Reforma. Mas tem coisa errada. O maior beneficiário deveria ser o paciente, mas ele está em fila de espera, está nas ruas, esta em casa sem atendimento digno, sem assistência” (SIMERS, 2006. Em www.simers.org.br/simers_propoe_diagnostico.php). Vemos aqui, na declaração do Diretor do Sindicato Médico do RS, a um tempo, a constatação da evidente deficiência a ser corrigida pelo sistema substitutivo, por outro lado, vemos a afirmação de uma posição assistencialista que retira do louco a dignidade para escolher seus rumos. Assim, quanto à ausência de uma efetiva oferta de serviços substitutivos em um nível suficiente para o atendimento da população, a Reforma finda por apresentar-se como política de minimização do Estado. Mais se aloca dinheiro público em Hospitais particulares do que na construção de equipamentos territoriais para a comunidade, os quais, por sua vez, sejam dotados de uma equipe adequada.

No entanto, no que tange às alegações do diretor do SIMERS quanto ao abandono do louco, afirmando que este pode estar na rua, ou em casa sem atendimento, devemos levantar ressalvas a tal ímpeto de ajuda para com essa população. Quando a rua é ocupada por uma população qualquer, usualmente é atribuída a essa situação um caráter de subumanidade, humilhação e sofrimento. Mas, isso se dá a partir da afirmação de um ideal doméstico e domesticador, segundo o qual devemos trabalhar para ter nossa casa, nossos eletrodomésticos, etc. E quando vislumbramos isso da perspectiva de um desempregado, que deveria se submeter a uma rotina escorchante, para obter rendimentos mínimos ao final da labuta? Aqui vemos, portanto, a ordem médica em sua ação moralizante, ainda disciplinadora, apontando a rua, o álcool e as drogas enquanto malefícios à norma, que deveriam ser ordenados por ações tecnocientíficas. Do mesmo modo o fazem com a “casa sem assistência”, pois o que dizer da assistência proporcionada a estes no ambiente asilar? Parte-se de um pressuposto ideal e progressista, o qual crê na auto-suficiência da técnica científica.

Partindo do princípio que a exposição ao próprio contexto torna-se um paradigma de clínica na Reforma, vemos na fala do diretor, sua falta de compreensão da mesma. Há uma crença de que a Reforma desconsidera os aspectos técnicos, desprovendo a população da assistência digna, enquanto o que se vê é uma cegueira mútua: a Reforma não dá a atenção desejada pela medicina aos “aspectos técnicos da assistência” por ter a diluição

desta no território comunitário do social como prerrogativa da sua prática; e a Medicina científico- assistencialista não vê clínica na Reforma, por não compreender uma clínica que ultrapassa os tecnicismos clássicos da prática em saúde mental.

Em verdade, ali, na fala do diretor do SIMERS, se apresenta a leitura da Reforma Psiquiátrica enquanto mera desospitalização, e não enquanto transformação, deslocamento da clínica. A casa, por si, já é terapêutica. Evidentemente, a assistência, não somente medicamentosa, mas de acompanhamento do processo é um importante fator ao sucesso desta modalidade cotidiana de clínica, principalmente na figura do Acompanhante Terapêutico (AT). Além do que, a clínica na Reforma tem muito a se beneficiar das técnicas oriundas de outras clínicas, especialmente quando as problemáticas do território são vislumbradas com uma pragmática que permite o deslocamento de certos aspectos, de certas clínicas, a outros contextos referenciais, sem utilizar-se sempre da negação ideológica míope e simplificadora das palavras de ordem: “fora não sei o que lá”.

Se por um lado é uma clínica não especialista-tecnicista, mas sim uma clínica que se quer sempre nova, sem pompa e pedestal seguros, trabalhando no cotidiano singular, no dia-a-dia, com uma idéia distinta da de cura. Por outro lado, principalmente em questões como a dependência química, não deve abrir mão de diversos aspectos técnicos que se mostram eficientes ferramentas na re-constituição da socialização do sujeito na sua comunidade. Um acontecimentizador interessante para visibilizar algumas linhas desta guerrilha é exatamente o caso do fechamento e re-abertura de uma ala para dependentes químicos no HPSP.

Na década de 1940, abriu-se no HPSP o Pavilhão dos Alcoolistas, no qual se propunha dar um tratamento diferenciado a este perfil nosológico outro. Em 2002, seguindo a lei da Reforma, com o deslocamento dos gastos para fora do HPSP e seus leitos, fechou-se a ala que atendia os dependentes químicos. Pretendia-se instalar no seu lugar uma escola pública estadual. Para atendimento específico à adicção, existem no RS 10 CAPS especializados neste serviço (capacidade de 50 pacientes por dia cada), além de 17 centros Cuca Legal. Em 31 de julho de 2006, o SIMERS conseguiu por ordem judicial, abrir a unidade de desintoxicação do HPSP. O presidente do SIMERS (em declarações no site do sindicato), afirma que esta re-abertura é o sinal de que o Hospital é viável.

Vemos, mais uma vez, o fato da discórdia: não se trata de mera disputa pelo desmantelamento da rede pública, mas também é uma disputa clínica onde certa medicina luta pela manutenção da sua maior ferramenta na efetivação da verticalidade das suas práticas. Como afirma o Conselho Federal de Psicologia em seu manifesto “Em defesa da Reforma Psiquiátrica Brasileira: contra os elitismos corporativistas e contra a covardia!” (2006), onde o paciente está solto pelo território, o médico está preso no serviço, e, onde o paciente está preso no serviço, o médico está solto.

O argumento dos defensores da reabertura da ala contém claramente um matiz tecnicista. Afirmam, por exemplo, da especificidade das técnicas contemporâneas para o tratamento da drogadição, principalmente as cognitivo-comportamentais como “Entrevista motivacional” e “Prevenção de recaída” (ARAÚJO et al, 2003). A mistura destes pacientes com pacientes psicóticos, a recusa de internação⁵⁰ e a impossibilidade de tratamentos mais longos nas unidades privadas são outros critérios técnicos salientados como nocivos ao tratamento do dependente (ARAÚJO et al, 2003). Entre o argumento da desassistência e o da desconsideração para com a técnica, vislumbramos o choque entre duas estilísticas clínico-políticas em um campo da maior importância para o contemporâneo, visto ser esta, a dependência, a patologização em maior expansão nos nossos tempos, sendo hoje, inclusive, estendida a terrenos inimagináveis antes, como a prática de exercícios e a utilização de eletrônicos. Compreende-se o porque da importância dada a tal batalha pelas partes envolvidas e sua repercussão na mídia, a qual chegou ao ponto de retratar uma mãe que acorrentava o filho em casa para livrá-lo do crack. Como exemplo da amplitude desta demanda, podemos citar que, no início de 2006, 178 pacientes aguardavam para internação psiquiátrica na Capital, destes, 43% são para tratamento de dependência química⁵¹.

4.3.2. Porto Alegre se verte: o rizoma multipolar urbano.

4.3.2.1. A dispersão pelos bairros-centros.

Princípios de planejamento e estudos urbanísticos efetuados na década de trinta viam POA como uma grande explosão que se dera na península onde nascera. De lá, feixes

⁵⁰ Neste item houve um significativo crescimento da população sem assistência. Enquanto três meses antes do fechamento da unidade de drogadição apenas 32 recusas foram constatadas, e destas 24 puderam ser encaminhadas a outros hospitais; três meses depois do fechamento da unidade 168 pacientes não puderam ser internados, e, destes, somente 10 conseguiram leitos em outros hospitais (ARAÚJO et al, 2003).

⁵¹ A lógica do consumo somada à aceleração e o desgaste (stress) decorrente, dão corpo à adicção enquanto maior ente epidemiológico do contemporâneo, junto das depressões.

violentos atravessaram os campos, expandindo-a para além do foco da explosão, formando as linhas radiais. No entanto, posteriormente, a explosão passaria da fase de sua onda de choque, e a propagação simples com direção definida daria lugar à nuvem que derramaria seu pó pelo território segundo uma geometria mais complexa, não mais restrita à dinâmica centro-periferia, exigindo, por exemplo, perimetrais. Porto Alegre era inteligibilizada como um perímetro de irradiação.

As compreensões do espaço urbano, geradas desde fins da década de trinta até metade da década de 1950, serviram de base para a construção do primeiro Plano Diretor de POA, tornado lei em 1959. Este perdurou até 1979, transpassando um dos períodos de maior crescimento da cidade, quando o Primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (I PDDU) foi aprovado. Ambos planos (1959/1979), cada um a sua maneira, utilizam o operador zoneamento, na busca de definir áreas com destinos tipológicos específicos na cidade, tornando-a bem distribuída quanto a residências, serviços, lazer, escolas, etc.

Em 1972, o prefeito Telmo Thompson Flores inicia uma nova remodelação urbana segundo o Plano Diretor, construindo a primeira perimetral, atravessando-ligando as radiais já distantes em seus rumos. Neste momento, se inicia uma ligação mais eficiente entre os diversos novos centros nascentes sem a necessidade de passagem pelo centro histórico, pois as perimetrais atravessam as radiais ligando-as, fornecendo uma conexão bairro-bairro. No mesmo sentido, de trabalhar as conexões da cidade e suas vazões, essa administração finda, em 1975, com seis viadutos construídos. Em 1972 inaugurou os viadutos Dom Pedro I, sobre a segunda perimetral, e o Tiradentes, sobre a rua Silva Só, além do túnel e da elevada da Conceição, que permitiam um largo escoamento entre o centro e os bairros. Um ano após, inaugura o Viaduto Açorianos sobre a primeira perimetral. Em 1975, ainda inaugura o Viaduto Obirici, sobre a Avenida Plínio Brasil Milano.

Com a expansão da cidade que foge da sua antiga centralidade, começa por se consolidar a importância crescente dos bairros. A complexificação e aceleração da malha urbana, exige duas ações estratégicas. Quanto à aceleração, se torna necessária a proliferação da figura das elevadas e viadutos, caminhos que se desprendem do solo para simplificar seu trajeto retirando os cruzamentos que obrigavam a paradas periódicas: agora se poderia fazer percursos sem retirar o pé do acelerador, voando baixo por sobre o chão dos pedestres. Já quanto à complexificação da malha urbana, a dispersão e crescimento dos

bairros, os quais se tornam mais autônomos, passa a exigir uma ligação entre estes que prescindia da passagem pelo velho centro.

Concretizando esta lógica, se constrói a primeira perimetral, e se realizam algumas obras viárias, como as já citadas elevadas, algumas auxiliando a transposição bairro-bairro, e outras acelerando as radiais e a saída ou entrada no centro. Uma multipolarização da cidade em bairros com centros próprios se consolida como tendência, mas tais pontos dispersos ainda gravitam sobre a centralidade do ponto onde nasceu a cidade, ainda que deste estejam se desgarrando em sua órbita cotidiana.

Soma-se a estes resquícios centrais, a centralidade das ações urbanísticas nesta gestão, tomadas a partir de uma concepção de planejamento da cidade por parte do Município, a qual, em tempos de ditadura, não encontra problemas de se realizar de forma brutalmente incisiva. Alheia às usuais dificuldades de grandes reformulações no espaço urbano, como por exemplo, as desapropriações e re-alocações. Influenciada pelas políticas nacionais, de um urbanismo desbragadamente moderno, a Secretaria Municipal de Planejamento (SMP) propõe-se a centrar a gestão de diversas secretarias, quanto à disposição dos seus equipamentos, pressupondo ser a única capaz de executar tal função de forma neutra: já que estava guarnecida dos princípios técnico-científicos do urbanismo para tanto. No entanto, apesar da diagramação científica no planejamento, as operações que compunham a configuração das forças no urbano não se prestavam a moldes, pois que, já escapavam em fuga às modulações. A lógica capitalística, e seu flerte com o paradoxo, a partir da criação de um limite relativo, produzia a decodificação necessária ao capital na urbanidade.

“Alem disso, a separação entre o planejamento e a esfera da gestão provocou uma espécie de ‘discurso esquizofrênico nas administrações’, porque, por um lado, os planos reiteravam os padrões, modelos e diretrizes de uma cidade racionalmente produzida e, por outro, o destino da cidade ia sendo negociado, cotidianamente, com os interesses econômicos., locais e corporativos através de instrumentos como cooptação, corrupção, lobby ou outras formas de pressão” (SILVA, 2004, p.70).

É com o fim da Ditadura que tal modelo chega ao seu esgotamento. A Constituição de 1988 investe na descentralização administrativa do território urbano, e na redistribuição dos recursos neste contido. Mecanismos como o usucapião urbano, imposto progressivo⁵², desapropriação (PANIZZI, 1999) estavam a disposição para tanto. Abria-se espaço para a participação dos movimentos sociais, fortalecidos no processo de redemocratização. Mas, para além da constituição, havia também uma abertura maior aos fluxos do capital privado.

A partir dos anos setenta-oitenta, inicia-se o período de planejamento pós-regulatório, com a passagem do welfare state para a política de estado mínimo neoliberal. Planejamento torna-se gestão, e a gestão não guia, mas é guiada pelo mercado imobiliário e sua crescente mobilização volátil. A cidade se pauta pelos interesses do mercado na crença de que tal posição irá gerar investimento, circulação de capital e empregos. A reformulação do Plano Diretor de POA em 1987, na administração municipal de Collares, centrou-se na elevação das possibilidades de aproveitamento do solo por parte das construtoras, e o abandono, na prática, dos zoneamentos funcionais. Institui-se um campo de possíveis ao capital imobiliário, o qual via a decodificação necessária à sua modulação veloz do espaço. No entanto, abria-se também terreno, ao menos teoricamente, aos ditos “atores sociais”, com a elaboração dos Conselhos Populares, os quais redundariam na experiência do Orçamento Participativo na década de 1990, sob administração petista. (SILVA, 2004)

Durante mais de uma década, POA foi administrada por governos do Partido dos Trabalhadores. Diversas ações marcaram a personalidade da sua linha gerencial, principalmente a criação de um mecanismo descentralizador das ações de planejamento, o qual permitia diluir, de um lado, o tecnicismo burocrata, e, de outro, a intrusão da perspectiva financeira enquanto única. Para tanto, abriu vias de comunicação entre a Prefeitura e as comunidades que formam a cidade. Uma equipe de comunicação social foi a ferramenta que criou o liame entre a comunidade e a SMP, possibilitando a percepção de que as dez prioridades planejadas pelo partido estavam invertidas quando comparadas às demandas da população (SILVA, 2004). Tal ação, somada aos massivos investimentos em marketing para promover a participação no instrumento, demonstram a comunicação social

⁵² Em POA, no início da década de 1990, se utilizarão ferramentas tributárias para redistribuir o solo urbano e levantar fundos para o município.

como fundamento de uma outra ressonância que ordenará o urbano, menos vertical e mais dispersa no território: cidade-informação.

A cidade é dividida em 16 regiões orçamentárias, as quais sangrarão a centralidade do planejamento da SMP. Esta descentralização diluía o Município em uma dispersão de pontos de ressonância com os movimentos sociais e comunidades (principalmente). A descentralização, operada por ferramentas de comunicação, tinha como fim a redemocratização da cidade e a inserção da política nas suas questões, ultrapassando tecnicismos. A participação neste mecanismo horizontalizante era uma estratégia no sentido de construir cidadania, já que, com o novo instrumento, se daria mais atenção à cidade informal, ao invés de reproduzir sua exclusão diante do foco na cidade formal e legal. Pelo Orçamento Participativo (OP) se buscava uma aproximação entre a instituição Estado e a população à margem das suas regulamentações, na tentativa de ressonar com esta as suas necessidades em um diálogo mais direto, democrático, participativo. De certo modo, é uma gestão estratégica e pontual, que admite a cidade clandestina, a qual, como os fluxos do capital, está a todo momento transbordando os esquadros do Plano Diretor. Capital e Social descentram a cidade segundo uma nova máquina de ressonância, de controle mais horizontal, e centrada no molecular enquanto foco de suas ações moduladoras: estratégias pontuais, negociadas com agilidade, flexibilidade e rapidez.

No entanto, evidentemente, esta “administração popular” não se reduzia a tal dispersão pelo campo das comunidades e das especulações imobiliárias. Havia também ações de caráter global, que vinham em busca de maior visibilidade para as ações da prefeitura, e na esperança de obter parcerias privadas, usualmente, voltadas a fins turísticos. Assim, entre outras, vimos a remodelação do Mercado Público, medidas de revitalização do centro da cidade e do Rio Guaíba. Todas ações de apelo espetaculoso. Mas, além destas, ainda existiam outras, pois, na verdade, a maioria do orçamento era dedicada a ações decididas pela Prefeitura como estratégias globais para a cidade, e não para as regiões específicas do OP. Desde 1991 até 2000, uma média de 28% do orçamento havia sido dedicado às obras específicas de cada região do OP, enquanto 72% eram destinados à

cidade globalmente, demonstrando considerável ação de um planejamento geral (SILVA, 2004, P.123)⁵³.

O Plano Diretor foi reformulado novamente em 1999, mas operando sobre o território de POA principalmente com a ferramenta abstrata e imobiliária da “Densidade” (VARGAS, 2003). Tal perspectiva simplifica a paisagem urbana e suas dinâmicas sociais, tratando-a como mera unidade espacial que possui uma medida de capacidade de população a partir de um cálculo de suas características de infra-estrutura: os índices de aproveitamento. Potências de exploração do espaço urbano, as quais pressupõe, a partir de uma idéia abstrata, uma capacidade máxima geral, sem especificação da tipologia das edificações a surgirem aí. Usualmente esta modulação do urbano é identificada com a abertura ao adensamento da cidade pelo capital imobiliário e seus espigões pré-fabricados, sendo que, tal ímpeto de crescimento já não teria suporte nos índices populacionais de Porto Alegre (VARGAS, 2003).

Nesta última reformulação do plano diretor de POA, mais uma vez, como nos anteriores, se privilegiou o desenvolvimento da construção e comércio de imóveis. Mesmo com um parco crescimento de 12.000 pessoas ao ano nas duas últimas décadas, e possuindo atualmente em média 1.360.000 habitantes, planeja-se uma cidade para oito milhões morarem⁵⁴ (KIEFER, 2003). Assim, eleva-se a densidade e verticalização dos bairros, findando com suas peculiaridades em prol do aquecimento de um mercado que vive, não do crescimento populacional, mas principalmente das migrações internas da cidade: os abonados, por exemplo, seguem, há setenta anos, em uma fuga expansiva ao leste, iniciada nos altos da Duque de Caxias (centro), passando, sempre entre os cumes dos morros, pela Independência, Moinhos de Vento, Bela Vista, e hoje, dando novos passos no Parque Germânia. Neste percurso, repetido também pelos serviços (tanto em conjunto aos moradores quanto independentemente: Bom-Fim e Azenha, por exemplo), espaços vão sendo deixados vagos e desvalorizados para outras populações, ou sendo demolidos para a construção de outras configurações, recriando velozmente as tramas do mapa de Porto Alegre, a todo momento (KIEFER, 2003).

⁵³ No entanto, 40% do montante de investimento global foi destinado ao Saneamento, em acordo com os 32% do montante dos investimentos de cada região destinados ao mesmo fim (SILVA, 2004, P.129-130).

⁵⁴ Em 1979 pensava-se em quatro milhões, e em 1988 pensou-se em seis milhões.

Trata-se exatamente da tomada do planejamento pelo mercado, a cidade, como todo ente vivo, sempre está a escapar aos planos gerais formulados para sua regulação, ainda mais quando tais planos possuem vias abertas à especulação imobiliária. Os fluxos do capital adentram de maneira direta o campo de possibilidades da cidade atualizar-se, arregimentando virtualidades a partir de uma simplificação do urbano, com representações ideadas que operam a abertura do espaço à conectividade do capital. À cidade, agora e há algum tempo, se modifica através de ações pontuais sobre contextos específicos, por vezes menores que um bairro, pois podem possuir sua centralidade em um conjunto de construções (condomínio), ou mesmo em uma única unidade (Shopping, Parque Temático, Clube, Centro de Eventos, etc.). Tais ações, ainda que sejam regulamentadas pelo poder estatal, se dão não segundo uma lógica de planejamento global ou pontual do desenvolvimento da cidade, enquanto espaço do viver; estas se realizam a partir de estratégias pontuais que vislumbram as potencialidades de capitalização daquele espaço. A palavra de ordem é negócio, e não planejamento. A função espacial é capitalizar, e não viver.

É neste afã de negociatas que os investimentos produzem um verdadeiro domínio constante de edificações e populações nos habitares da cidade. Gerando novos espaços de vida em uma errância pelo território, o qual fervilha de nascimentos e mortes que se imbricam em uma complexificação do esquadro urbano, a muito aquém das geometrias centrais. Fabrica e descarta pequenas cidades-bairro, auto-referidas com sua autonomia proveniente da sua eclética formação, com residências, comércios, escolas, etc. Pululando investimentos sobre novos e velhos conhecidos dos Porto-Alegrenses, a cidade transforma seus modos de habitar o contemporâneo: um rizoma multipolar urbano onde novas segmentações estão a criar novos guetos sob a ação dos investimentos.

4.3.2.2. A revitalização dos vivos.

Na década de 1970, a Europa começa a experimentar um modo de reformar seus centros e bairros industriais históricos, que se encontravam degradados e habitados pela população pobre, dando ares de suspeição aos antes belos prédios de tais zonas. Para tanto, não irá se basear simplesmente nas obras financiadas pelo capital estatal, mas iniciará uma parceria com o capital privado, na proposição de gerar novas possibilidades de exploração econômica nestes lugares. Tal processo recebeu o nome de revitalização, e propõe-se a dar

vida novamente a Bairros já não tão procurados pela população para seu lazer. Tais projetos centram-se usualmente na criação de empreendimentos atrelados à área da cultura e gastronomia, inaugurando charmosos centros culturais, cafés e restaurantes. Algumas vezes, tais processos aliam-se à realização de algum evento de grande porte na cidade (Olimpíadas em Barcelona e Expo 98 em Lisboa, por exemplo), aproveitando o capital que circula nestes para a recuperação dos equipamentos urbanos.

No Brasil, a primeira experiência deste feitio se dá no centro histórico de Curitiba em meados da década de setenta (ABASCAL, 2005), sendo repetida no Rio de Janeiro (corredor cultural), Salvador (Pelourinho, no entanto aqui com forte participação estatal), Recife (a partir da oferta de incentivos e insenções a quem investisse em empreendimentos voltados ao turismo, lazer ou cultura, no bairro em questão). Em Porto Alegre, tal processo se inicia na década de 1980, no governo Pedro Simon, quando três degradados locais históricos da cidade são alvo de um projeto que os transformaria em centros culturais, mas apenas em um o processo se efetiva. Eram estes, uma antiga Olaria, o Hospício São Pedro, e o já antes referido Hotel Magestic (único a, então, tornar-se Centro cultural, a atual Casa de Cultura Mario Quintana). Tal projeto redundou no atual corredor cultural do centro e seus centros de cultura, museus, etc.: Mercado Público, Prefeitura, Centro Cultural Érico Veríssimo (no antigo prédio da Companhia de Eletricidade do Estado), Santander Cultural (antigo Banco), Memorial do Rio Grande do Sul (antigo prédio dos correios), Museu do Rio Grande do Sul, Casa de Cultura Mario Quintana, Museu do trabalho e Centro cultural Usina do Gasômetro, some-se a isso o centro de cultura que está sendo construído no antigo Cinema Guarani e, um pouco fora do eixo, a cinemateca no velho cinema Capitólio, há muito desativado.

Porém, tais ações não irão se restringir às construções centrais e aos centros de lazer, também podem ocorrer em antigos bairros degradados. Nesta linha, temos diversos exemplos mundiais, dos quais podemos citar o Soho, em NY, e Palermo Viejo, em Buenos Aires (na sua porção chamada Palermo Hollywood e Palermo Soho). Algo semelhante em POA principia a ocorrer em 1980, mas de proporções muito menores e processo mais lento, inclusive inconcluso, quando o IAPI começa a sofrer um processo de modificação (o qual não se concretizou por completo ainda), onde algumas residências foram vendidas para estratos econômicos mais altos da população, sofrendo então modificações como a união de

duas ou mais residências em uma só e a construção de espaços para garagem (FACARQ, 1980). Um bairro, desde o princípio secundário na cidade, pode hoje ver descoberto seu valor imobiliário no charme retro e na localização.

No entanto, algo de perverso inverte o sentido desta ação de retomada do espaço urbano pela sua população: revitalizar um espaço pressupõe sua situação anterior enquanto morte, mas e se lá havia movimento? Os espaços ditos “revitalizados”, na maioria das vezes, não estavam mortos, vazios, mas sim habitados por uma população que aproveitou sua desvalorização e lá se alocou, inclusive, sendo por muitas vezes, a alternativa menos distanciada da cidade que podem pagar. Assim, estes são desconsiderados enquanto existências relevantes ao tecido urbano, findando inclusive por serem implícita ou explicitamente definidos enquanto agente etiológico da necrose daquela parcela do tecido urbano.

Porém, a luta para expiar tal pobre patologia, não se dá mais, como no início do século, com a intervenção direta e molar do Estado, no sentido da desocupação das habitações a serem remodeladas. Com o principiar dos investimentos no bairro decadente, inicia-se um processo denominado *gentrificação*, ou enobrecimento, o qual consiste na valorização do solo revitalizado, o que redundará em incremento nos valores dos aluguéis e das propostas de compra dos imóveis. Assim, seja por maiores encargos para o orçamento doméstico, ou pela tentação da oferta de compra, ocorre uma migração para outras áreas da cidade, uma civilizada expulsão na qual as partes concordam com a impossibilidade de permanência. Tais deslocamentos urbanos provocados pela especulação financeira motivada por um sistema de incentivos fiscais e possibilidades de exploração comercial, podem ser considerados movimentos sustentados por uma lógica higienista difusa, a qual não parte de uma máquina de ressonância central e estratégias macro-políticas, mas sim, de uma rede de micro-políticas fluídas, as quais redundam em pequenas coações que se integram umas às outras formando a coesão que dá emergência à higienização da área urbana. Uma higienização um tanto distinta, pois, excetuando-se nas ações de despejo, se dá por uma auto-exclusão por parte da população indesejada. Sendo que tal autodegrado do bairro não se baseia somente na compra de imóveis, mas também na inibição de frequentar certas áreas da cidade pela mudança dos serviços e do público. O bairro, antes reduto de botequins de uma decadência charmosa, que vendia um chope de preço honesto aos

desgastados boêmios que lá iam discutir futebol, política e mulheres, passa a abrigar sofisticados pubs, cafés e restaurantes, com requintados quitutes por demais caros, e freqüentado por beautiful cool people.

É fundamental compreender o papel do turismo aqui, na troca que se efetua no espaço, trocando a morosidade errante dos vagabundos pelos rumos certos e aceleradamente capitalizados dos turistas: grande parte das motivações destes investimentos são voltadas para o ganho com o turismo. O turista, ainda que se desloque constantemente, não vaga, pois não possui tempo ou percursos vagos. Muito pelo contrário, os possui cheios e precisos, precisado que é de uma ordem, que acelere e otimize a acumulação da sua coleção de experiências. A serem, posteriormente, somadas na sua estampa, a qual serve de senha ao reconhecimento do seu estilo de vida, apresentado mais concretamente nas camisetas que estampam nomes de lugares exóticos ou sofisticados, nos souvenirs inúteis para lembrar aos amigos do destino visitado, nas histórias equalizadas pelo guia do City tour, nas intermináveis fotos digitais dos mesmos clichês tanto já revistos em revistas de toda espécie. Diferentemente do vagabundo, o turista não tem tempo a perder, e, portanto, não se perde em seus percursos, não descobre lugares novos, não vê beleza no que foge ao guia internacional de representação. Enquanto o vagabundo se perde por cantos obscuros, reinventando espaços e paisagens, dando sentido ao non-sense, o turista caminha por uma trilha ladrilhada de tijolos amarelos cravejados de brilhantes, transformando a tudo por onde passa em ouro com seu olhar de consumidor-de-férias, leia-se descontroladamente selvagem. Duas mobilidades em todo distintas, excetuando-se por serem mobilidades, modos de deslocar e habitar o espaço, que, muitas vezes, se excluem em pontos turísticos resguardados por policiais e seguranças; e pontos não turísticos considerados perigosos aos passos do turista: pois, fora da trilha de tijolos amarelos, Dorothy não encontrará a magia de Oz. Já o vagabundo, é Alice, vivendo dos absurdos nos paradoxos de um mundo non-sense.

No caso do corredor cultural de POA, podemos vislumbrar um caso desta guerrilha higienista contemporânea. Todos os prédios desta linha, de certo modo se encontram na rua da praia, sendo ainda, que quatro destes se concentram na Praça da Alfândega. A rua da Praia (atual Andradas), era a via favorita para o footing dos áureos anos do centro e seus elegantes freqüentadores, posteriormente, com a degradação do centro, foi tomada pelo

comércio e por uma multidão de rápido caminhar sempre receosa dos punhuistas. Na Praça da Alfândega, ficava a situação mais “grave” de necrose do tecido urbano, pois havia virado habitat não só dos inofensivos aposentados que lá jogavam xadrez e damas, mas foi tomada por meninos de rua agarrados aos seus paninhos, e velhas prostitutas gordas, que passavam as tardes sentadas, morosas, nos bancos à espera de um cliente de poucas posses, bem ao gosto de seus precinhos camaradas. Ocorre que tal cotidiano há tempos era delatado com fúria pelos periódicos Porto-alegrenses, que não se conformavam em verem extirpadas de local tão belo em sua arquitetura, as famílias de bem. Chegou a falar-se de cercamento com grades, mas findou-se por encontrar medida muito mais suave e efetiva, além de menos dispendiosa aos cofres públicos, e vantajosa aos privados. Com o processo de revitalização aumentaram-se os percursos de outros segmentos da população pelo interior da praça, o que, além de ter inibido a antiga clientela, obrigou a colocação de seguranças nas portarias dos centros e de policiais na praça para guardar aos cidadãos de bem.

O Hospital Psiquiátrico São Pedro, como já visto em parte, não ficou isolado desta nova configuração das forças espaciais urbanas. Com um belo prédio centenário, o qual, no seu surgimento, tornou-se, literalmente, um dos cartões postais da cidade na virada para o século XX, sendo, ainda hoje, em sua decadência e abandono, uma visão impressionante. Possuindo um vasto terreno em um ponto densificado e valorizado da cidade, o qual não possui muitas áreas de lazer, e possui localização privilegiada quanto ao acesso, pois se encontra entre três importantes avenidas de POA (duas radiais e uma perimetral), junto a uma grande universidade particular e um Shopping. Era evidente que, em tais condições, o HPSP seria objeto dos fluxos de revitalização, e assim é desde fins da década de 1980, quando se tentou implementar ali um Centro Cultural Estadual que não vingou. Outras propostas existiram, incluindo, a sua privatização e transformação em shopping, já na segunda metade da década de 1990. Em 2002, durante uma administração estadual Petista, intentou-se transformar suas vastidões abertas em praça pública aos moradores do bairro Parthenon, deficitário que é de espaços de convivência, e, seu espaço fechado, em um centro de cultura e vendas, tomado por movimentos sociais inseridos na economia solidária e seus produtos. No entanto, dentre outros, estes projetos quedaram agarrados ao papel sobre o peso da tinta.

Ainda assim, o prédio histórico foi tombado em nível federal no ano de 1990, e municipal em 1993. Tendo seu grande vazio frontal, e uma área lateral sudeste, recebido o estatuto de praças pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental em 2002, ainda que tal uso até hoje não seja ainda possível. No momento, é dos possíveis beneficiados pelo projeto Momumenta, para finalmente ser restaurado. Mas a sua revitalização não está a aguardar a verba de tal projeto, e tem sido realizada aos poucos, em intifadas da cultura sobre os espaços do antigo Hospício. Assim foi em 2001, com a III Bienal do Mercosul e o dia “D”, quando iniciou-se uma reutilização outra para aquele espaço. Daí em diante, grupos de teatro, e inclusive o festival Porto Alegre Em Cena (desde 2003), passaram a também tomar este espaço de onde haviam sido retirados seus antigos moradores. Chegou a tal ponto a tomada do HPSP por uma visão de lazer-cultura revitalizadora, que este se transformou em ponto turístico, tendo a Secretaria de Turismo da Prefeitura de POA criado um tour pelo São Pedro quando do III Fórum Social Mundial⁵⁵.

Para dialogar desde dentro da instituição, formaram-se algumas ferramentas institucionais. O Memorial da Loucura, formado a partir de um deslocamento de função informal do Setor Jurídico, que tenta a restauração do prédio, além da catalogação e exposição de objetos e documentos do antigo Hospício, para contar sua história. Este aliou-se ao Núcleo de Expressividades do qual faz parte a Oficina de Criatividade, em busca de formar uma associação, através da qual se pudesse obter os recursos e a mobilização necessária para transformar o HPSP em um memorial da loucura e centro de cultura e ensino. Tal associação foi criada, a Amigos da Memória do Hospital Psiquiátrico São Pedro (AMeHPSP)⁵⁶. Pretende-se também a criação de uma Fundação HPSP, a qual auxiliará no mesmo processo.

Evidentemente a criação do Memorial do HPSP não é uma política isolada, tendo participação da Secretaria de Saúde, além das responsáveis pelas obras e preservação do patrimônio. Trabalham também neste sentido ao menos mais três instituições: O Sanatório Partenon, o Hospital Colônia Itapoã e a Santa Casa de Misericórdia, todas estudando e

⁵⁵ Um percurso composto, que contava com translados entre a sede do evento e o Hospital, no qual havia um programa detalhado que iniciava com um vídeo de 1926 sobre o HSP, passava por seus corredores, e findava com uma atuação do Grupo Oi Nós Aqui Traveis.

⁵⁶ A qual tem, atualmente (2006), como presidente o Reitor da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, instituição que, já possui, e pretende ampliar, a sede de parte de suas funções lá.

fundando espaços dedicados à sua memória⁵⁷. Todos se inserem nesta resposta contemporânea à degradação de espaços, e à massificação da qual foi acometida a cidade na modernidade. Uma reposta que possui sempre um caráter memorialista, de retomada de uma história, de uma paisagem, de um personagem. Vive-se um tempo onde o passado por algum motivo vende mais que o futuro (HUYSSSEN, 2000, p. 24). Um tempo contemporâneo, obcecado pelos tempos diversos que o compõe⁵⁸.

A Universidade Estadual tem dado um exemplo interessante sobre o imperativo da revitalização de evadir os antigos habitantes do espaço, ainda que por fazer exatamente o contrário, possibilitando uma interação considerada invasiva pelos alunos em sua razão temente de desrazão. O curso de Administração de Sistemas e Serviços de Saúde da UERGS foi deslocado de um prédio no centro da cidade para um no HPSP onde antigamente habitavam moradores do mesmo. No entanto, o segundo andar deste prédio (com dois andares), continua funcionando para atividades clínicas e ambulatoriais. Os alunos da UERGS vêm reclamando de estarem compartilhando uma edificação com livre acesso aos usuários do sistema de saúde mental. Alegam que, por exemplo, o pátio interno que seria destinado para o descanso durante seus intervalos, não pode ser utilizado, pois é de uso comum com os pacientes. Sustentam que a pretendida operação de segregação não se deve a uma questão de preconceito, mas segurança (www.universia.com.br, 07 e 17/11/2005). Decidiu-se, entre outras medidas, a colocação de portões que segreguem os fluxos de alunos e usuários e de um segurança. Torna-se imprescindível para a revitalização do HPSP com o perambular bonito e jovial dos seus alunos, que o vagar indesejado dos usuários cesse seu rumo, seja deslocado, ou, ao menos, controlado de perto por uma milícia privada (segurança). Desconstrói-se o Hospício, mas a periculosidade da loucura não.

⁵⁷ No evento, “Em busca de 118 anos de HPSP”, organizado pela Secretaria Estadual de Saúde, e pelas Secretarias Estadual e Municipal de cultura, percebe-se tal arranjo na aproximação destas e outras instituições em uma mesa sobre as memórias destas.

⁵⁸ “Desde a década de 1970, pode-se observar, na Europa e nos Estados Unidos, a restauração historicizante de velhos centros urbanos, cidades-museus e paisagens inteiras, empreendimentos patrimoniais e heranças nacionais, a onda da nova arquitetura de museus (que não mostra sinais de esgotamento), o boom das modas retro e dos utensílios repro, a comercialização em massa da nostalgia, a obsessiva automusealização através da câmera de vídeo, a literatura memorialística e confessional, o crescimento dos romances autobiográficos e históricos pós-modernos (com as suas difíceis negociações entre fato e ficção), a difusão de práticas memorialísticas nas artes visuais, geralmente usando a fotografia como suporte, e o aumento do número de documentários na televisão, incluindo, nos Estados Unidos, um canal totalmente voltado para história: o History Channel”. (Huyssen, 2000, p.14).

Durante o regime nazista alemão, fazia parte dos argumentos do extermínio eugênico dos alienados, a figura retórica do absurdo de construir palácios a “seres piores que bestas” (Arquitetura da Destruição, Peter Cohen, 1992), os quais não teriam capacidade para apreciar as linhas neoclássicas e harmônicas das edificações manicomiais. Ainda que isso não seja falado em nossa época, algumas práticas apontam este discurso. De quando o HPSP ainda tinha moradores em seu prédio histórico, este já era considerado objeto de desperdício, mal uso, abandono, já que poderia estar servindo com sua beleza e espaços, hoje, privilegiados à população em geral, ou seja, aquela que consome e vota.

Assim, aqui não se propõe a matança dos alienados, sendo inclusive esta custosa e bruta demais, gerando reações adversas aos mandantes, incluindo possíveis revoltas, ou pior, perda de financiamentos. Ao invés de matá-los, consideremo-los mortos de antemão, e assim agiremos no sentido de dar vida, revitalizar, ao prédio cheio de vidas nuas, e aos loucos, realocando-os a um local mais bonito: pois deste modo já se pode embelezar ao antigo, extirpado que estará da mácula do seu antigo uso. Mais uma vez vemos a revitalização, procedimento sem dúvida importante ao desenvolvimento da cultura nas urbes, agindo de modo sorrateiro e belo, no despejo desejado pelo despejado⁵⁹.

Evidentemente, existe algo da promoção de memória da cidade⁶⁰ e suas transformações que pode ser visto como algo interessante, principalmente se comparado à truculência reformadora do ápice da modernidade e sua reformulação destruidora da cidade, a qual exigia o esquecimento total da antiga malha imprecisa para a criação de uma nova cidade racionalizada. Mas, mesmo assim, há de se questionar os arranjos que tais ações vêm formando, já que de modo belo e justificado, vêm sendo uma importante estratégia a dar corpo às novas segmentações do homogêneo. Estas que, sutilmente, afirmam pequenas

⁵⁹ Ainda que nem sempre, pois, da mudança forçada do HPSP, restou uma peça queimada. Cella, dormitório, casa, de uma senhora a qual, de lá tanto não queria sair, que concretizou sua revolta ao queimar seu colchão. Até quando, por belos projetos humanistas, a violência institucional será justificada? Como crer que se é capaz de libertar alguém? Questões algo bregas em sua entonação, mas por demais dignas de consideração nestes movimentos de desinstitucionalização. A questão que se coloca é, por que não pensar outro uso revitalizante para o prédio, sem extirpar ou domesticar as marcas “mortas” que lá habitam?

⁶⁰ No entanto, temos que problematizar que memória aí está sendo aí criada, e qual sua função no jogo das forças do contemporâneo. Tais políticas da memória estão na maioria das vezes a serviço de uma memória fugaz e esquecida dos seus detalhes. Onde está a embrança das prostitutas da praça da Alfândega, que lá envelheciam trabalhando calmamente? E a memória concreta da presença dos loucos no prédio, não os objetos calmos e plácidos a aterrorizar a imaginação do consumidor desta memória, mas a marca intensa deles mesmos e sua loucura? São como as celas do prédio do DOPS em SP, tornadas vazias de intensidade por uma fria tinta cinza iluminada por spots quentes, que mais a fazem parecer uma sala de exposição em busca de um quadro.

brutalidades da cidade contemporânea, na torção do esquadrihar disciplinar, pervertendo a coação e a exclusão, transmutando-as em persuasão e exclusividade, permitem que o diverso seja retirado para a melhor convivência dos iguais.

Assim, vemos que a possibilidade das edificações do HPSP receberem verbas e se tornarem habitáveis e agradáveis ao viver, encontra-se atrelada a duas condições: ser transformado em um equipamento voltado à cultura e ao espetáculo, concomitantemente com a saída dos seus ex-moradores para fora do mesmo, os quais, a partir de então, provavelmente cada vez mais terão a entrada dificultada nos novos espaços culturais e de ensino. Não mais permanecer presos é uma condição relevante, junto aos investimentos em cultura, mas por que ausentes?

4.3.3. Brutas cidades sutis: a fluidez do HPSP e sua cidade.

Vemos, portanto, um duplo movimento concomitante na formação de um arranjo das forças: HPSP e Porto Alegre se descentram em uma multipolaridade complexa: descentralização que, em ambos os casos, se intensifica e regulamenta com o processo de re-democratização. A cidade complexifica sua malha, se desfaz cada vez mais da antiga centralidade soberana ordenadora, deixando fluir uma nova arregimentação espacial. O HPSP se dilui nesta nova configuração, pois que, esta, em sua difusão evasiva, torna-se permeável aos fluxos que antes mantinha nos espaços de exclusão, por suas arestas que arranhavam o fino verniz da civilidade. Ambas se espargem em uma rede conectiva de pontos, os quais cada vez mais se tornam autônomos da antiga centralidade, permitindo que tudo ocorra lá mesmo, nestes micro-centros da vida cotidiana. Uma outra geometria se impõe, agora não há uma planificação geral, que torne prontamente inteligível as ressonâncias que ordenam a cidade e seus cidadãos, a partir de um mero olhar do conjunto. Tal conjunto ordena-se de modos distintos, como soma fatorial caótica, que não permite uma gestalt total, em sua forma simples e geral. No entanto, nos bairros, nos pequenos centros com sua vizinhança e periferia, nas unidades habitacionais e sua arquitetura televisiva, percebe-se uma ressonância simetrizante que adentra na molecularidade sem obter uma ordenação molar de igual simetria.

A cidade se preenche de espaços-curinga, polivalentes, que vem dar conta da velocidade-mobilidade das relações econômicas e a um movimento de autofechamento que exige autonomia dos espaços. Assim, fazem-se gerais no sentido de que deve ser possível

moldar o máximo de possibilidades ali. Sendo exatamente nestes novos espaços micro-segmentares que a loucura se infiltrará. A cidade acelera seu metabolismo, pululam nascimentos e mortes pelo seu corpo, um processo constante e cada vez mais rápido de demolição-(re)construção passa a atuar como uma das principais estratégias de sua remodelação. Do mesmo modo, à loucura se exige a retirada da cronificação crucificada, há que se mover, falar, expressar, produzir e, principalmente, consumir, sempre de passagem, por diversas mortes e vidas, aquém de geometrias centrais estagnantes. Cada vez menos há um plano geral, uma univocidade afirmada de antemão, e esta característica da Corporacidade começa a se perder, esgarçada pela exigência de mobilidade do mercado. Torna-se um corpo vivo, de metabolismo acelerado, com tal velocidade de constante renovação e degenerescência de células, as quais mudam dezenas de vezes sua função no decorrer de sua curta vida, que já não se reconhece facilmente onde se encontra sua cabeça, membros, estômago, etc. Pois, se na cidade medieval de Salisbury, a cabeça-castelo regulava o estômago de comércio que lhe alimentava, agora o estômago chegou a tal velocidade e fome de digestão, que está a digerir os próprios membros, a própria cabeça, findando com a possibilidade de representações hierárquicas simples do espaço urbano: temos agora a gestão fractal das diferenças em hierarquias móveis e híbridas, dispersas pelo tecido social.

Cidade e Hospício se esvaziam, então, de uma centralidade não somente física e geométrica, mas de uma centralidade administrativa, adentrando no mundo contemporâneo e seu imperativo de agilidade na tomada de decisões gestoras: as estratégias moleculares mostram-se mais eficientes na administração do plano urbano e da loucura do que os sonhos megalômanos dos dispositivos prioritariamente molares, e suas ideações de governos sem equívocos. Do mesmo modo, diluem-se a psiquiatria e o planejamento urbanístico, em um caos imanente de fluxos compositores das sinfonias dodecafônicas da cidade e loucura contemporâneas. O tecnicismo cientificista cede lugar a perspectivas de um gerenciamento pontual pragmático e é tomado por questões que ultrapassam o caráter científico destas práticas, diluindo-as no Socius, onde perdem em muito suas especificidades especialistas. A gestão do Socius torna-se imperativo do que antes era compreendido como técnico-científico.

Nestes diversos processos dispersivos do que antes era fechamento molar, vemos o deslocamento do *modus operandi* do capitalismo para com a diferença. Agora não se trata mais de dispendiosos espaços estatais de fechamento, os quais garantem a homogeneidade a um espaço aberto de convívio. A molecularidade em suas ações confusas toma conta da loucura e do urbano, salpicando de novos modos de habitar o espaço: a centralidade da convivência é cambiada pela convivência dispersa, segmentada e privatizada. As diferenças são retiradas dos espaços molares que as capturavam todas segundo o mesmo esquadro normalizante, e se passa a oferecer itinerários de estilos-de-vida específicos, onde, por mais que se percorra o espaço aberto, as conexões pré-estabelecidas, postas em ofertas gritantes, costumam se repetir e seduzir ao viajante zozzo.

A máquina social, que corta ao caos em composições estilísticas da subjetivação, alterou seu prumo. Prumo o qual, nem ao menos parece existir à primeira vista, visto que não se trata mais de um indicador da retidão espinhal a ser disciplinarmente seguida. O prumo já não aponta estático ao solo, delineando a verticalidade perfeita a ser utilizada como modelo na construção das paredes; o prumo agora se move constantemente, diversificando dinâmicas em circunvoluções variadas. Diversos moinhos em uma rede, sempre deslocados por ações pontuais, as quais se valem de um território decodificado, desterritorializado para abarcar seus devaneios capitais. Redes-moinhos que abarcam os fluxos em movimento, sem prendê-los ao esquadro para, com um molde, obter destes a ação esperada, previsível. Lidando com o risco da leveza acelerada, e com a diversidade estilística de modos de vida, a máquina do controle, criou modos outros de lidar com a diferença que fere: antes arregimentá-la na conjunção, do que prendê-la na disjunção. Antes assimilar, segundo distanciamentos e barramentos moleculares que gestionam a aquisição do diverso de modo complexo, do que expurgá-lo e mantê-lo estrangeiro.

4.3.3.1. *A cidade espargida.*

Antes do final do século XX, a cidade de POA e o HPSP baseavam-se na constituição de uma *univo-cidade*, baseada em uma geometria central que disciplina os fluxos em sua movimentação, onde reside a característica destas construções. Centrado a partir do que considera *bom senso*, o planejamento urbano do *razoável* insere razão e inteligibilidade no corpo da cidade e de seus cidadãos. Mas, esta luta do urbanismo contra a desrazão, adquire hoje outros tons: perdendo em muito a rigidez, o bom-senso e a

centralidade, a cidade planejada encontrou sua derrocada. Cada vez mais, trata-se, daí em diante, de pontualmente dar conta de demandas mercadológicas locais, ou relativas ao caos urbano das constantes mudanças contingenciais no tecido citadino quanto a valorizações, deslocamentos de fluxos, zonas de risco, etc. (estas últimas também passíveis de serem consideradas mercadológicas, quando se pensam as medidas privadas, de segurança ou revitalização, com relação às mesmas). Assiste-se à passagem da cidade *planejada* para a cidade *negociada*, na qual se desfazem, em fluído, os planos gerais da modernidade progressista. Pensamos que o enunciado das estratégias espaço-temporais do espaço contemporâneo poderia, à guisa de um início de resposta, ser considerado como a aceleração-fluidificação das vias e intensificação-privatização dos pontos em um “rizoma multipolar urbano” (GUATTARI, 1992).

A configuração espacial da atualidade se contrai, implode, colapsa *em uma miríade de pontos ultradensos*. Assim, por exemplo, a sala de jantar de uma residência particular pode englobar um restaurante inteiro, sua cozinha, cozinheiros, a partir de uma ligação ou um click. Os espaços são cada vez mais contraídos e, por isso, cada vez mais densos. Não se trata mais do simples aproximar de distâncias em uma área em constante expansão, correspondente ao processo de *concentração* das cidades disciplinares. Defrontamo-nos com a multiplicação de pontos densos separados por espaços devastados, desérticos, povoados somente por velozes vias e cinzas fechadas fachadas. A operação em processo na nossa atualidade corresponde ao conceito de *contração*: a sobreposição dos espaços que se colocam virtualmente, de modo intensivo, disponíveis uns sobre os outros, ocupando o mesmo lugar. É a própria noção de espaço que se vê modificada, pois, trata-se de um espaço onde a profundidade não corresponde à terceira dimensão, mas, sim, ao virtual, ao campo dos possíveis: “Como no palco, tudo se concentra no mesmo lugar, tudo ocorre no instante privilegiado de um ato, instante [e espaço] desmesurado que substitui a extensão e as longas durações” (VIRILIO, 1994, p.390).

Estes espaços, densos e espessos, contemplam uma multi-espacialidade e uma multi-funcionalidade, o que lhes confere autonomia e a possibilidade de serem freqüentados com o mínimo de necessidade de deslocamentos pelas vias públicas. Assim, antes voltada para a rua, a fofoqueira que ficava à janela observando a vida alheia de vizinhos, vira o rosto para dentro da própria residência, e desta não sai mais para saber as novidades. Troca

a sua antiga janela de cortinas rendadas por outra, de luz azulada, na qual, a cada tarde, desfilam as intimidades da vida de famosos - distantes e tão próximos. Dos vizinhos pouco sabe, mas da bela atriz americana que roubou uma loja conhece todos os podres. Também abandonou aquela antiga janela a jovem que antes, debruçada sobre a balaustrada desta, olhando o céu e sentindo o vento em seu corpo, perguntava-se, em dúvida, sobre a roupa que usaria naquele dia. Aprendeu, afinal, que o céu e sua própria percepção enganam, ao contrário da previsão do tempo televisiva e suas simulações estatísticas, figuradas com promessas de precisão matemática.

Podemos comprar em lojas e supermercados do mundo inteiro sem sairmos de nossas caseiras poltronas, pois os atualizamos em nossa residência e acoplamos nosso desejo neles. Frequentamos cassinos, campos de golfe e futebol, no videogame de nosso quarto. Praticamos exercícios em *home-trainers*, contraindo ruas e pistas inteiras em nosso cômodo privativo através de bicicletas ergométricas, esteiras elétricas, etc., as quais fazem com que um fluxo de energia permaneça em movimento no mesmo lugar: quilômetros de rua e paisagens contraídas em metros e polegadas.

Referimo-nos a todas janelas em uma, a um olhar para toda parte, a todas as praças em uma pequena superfície dotada de uma espetacular profundidade de intensidades virtuais. Superfícies intensivas, interfaces privativas através das quais efetuam-se nossas conexões desde nossa poltrona e mesa do computador, ergonômicas. Trata-se de espaços públicos, contraídos ao espaço confortavelmente privativo de uma sala de estar, onde todos se encontram sobrepostos potencialmente. Trata-se, também, de considerar que o espaço privado se expande e dilata por sobre as fronteiras do público, buscando, com seus diversos tentáculos, devorar as interações que lhe interessam. O público no privado, o público sem sair do privado. O mundo na sala e a sala no mundo. Pensamento acoplado aos conceitos de “onipresença planetária” (CHESNEAUX, 1995) e de “contração telúrica” (VIRILIO, 1994), ainda que seus autores privilegiem a questão temporal.

No corte contemporâneo, podemos experimentar e constatar, de um lado, a simultânea operação de expansão do espaço privado e sua contração enquanto espaço público e, por outro lado, a igualmente paradoxal operação de dilatação do espaço público aberto para grande espaço público planetário compartilhado, e a contração do espaço privado, o qual fecha-se cada vez mais em unidades intensivas, “cheias de espaços

sobrepostos” em platôs. Já em relação à questão do tempo, pode-se afirmar a vigência de um tempo contraído, tempo do instante e da contingência, onde tudo, e cada vez mais, deve ser feito no agora, já. A este se associa o tempo estendido ao que virá, tentando domar o por vir. Temporalidade da busca de garantias de um futuro seguro e previsível, capaz de apagar as possibilidades dos imprevistos, como as apostas no Mercado de Futuros.

Tempos vividos em nossa *sala de viver* (living room), a sala feita para que passemos nela nossa existência, ao modo “cada um na sua”, é a nossa unidade (fragmentária) espacial: sala de estar. Nela tudo é arranjado de modo a se visibilizar ao máximo e com o máximo conforto a tela da TV (centralizadora da geometria utilizada na ordenação), ou ainda, o telão do *home-theater*. Toda uma arquitetura de interiores é produzida e intensificada na direção do planejamento das artes de morar. Assim, falamos menos das centralidades molares dos grandes centros de referência urbanos, os quais se multiplicam dispersivamente, cada vez mais, após a ruína das polaridade urbanas que garantiam as fronteiras de sua identidade total (campo-cidade ligados pelo trem; centro-periferia ligados pelos trens urbanos e automóveis); mas, dentro deste campo multipolar pode-se falar mais e mais de uma microcentralidade na constituição deste espaços interiores e dos cotidianos dos cidadãos. Esta centralidade fragmentar e menor é, porem, estendida a *todos* pelo *cada um* que a atualiza junto de si.

Uma operação que individua e privatiza o espaço, tornando-o um *minimal* universo, um pequeno claustro aberto, mas que não necessariamente se compõe de forma singularizante. As vias de informação e comunicação que o transversalizam, transportam, na maioria das vezes, padrões massificantes, cuja tendência é a de homogeneizar e esconjurar a diferença. Cada um, em sua particularidade, finda por reproduzir padrões, mesmo que polirítmicos, de uma grande máquina a qual, ainda que um tanto flexível, produz, segundo uma axiomática precisa centrada na economia. Cotidiano do espetáculo privado e da indiferença ou medo públicos, unidos pelo consumo.

Sem encontros, corpos fluem uns sobre os outros, confortavelmente escorrendo velozes. Fluem fluidos entre domicílios, ladeados por cercas e grades que já não impedem a saída, mas antes contém a entrada do rio caudaloso de rápidos corpos anônimos que as costeiam pelas ruas: o desconhecido é suspeito. Espaços de ninguém, ali apenas de passagem, passam ao lado das grades do antigo hospício que enferrujam sem serventia, pois

todos já cercaram-se do imprevisto em seu domicílio. Cella privativa, gorda de espaços virtuais, espaços privados que se estendem por sobre o espaço público, o qual resta apenas enquanto uma via asfaltada entre os pontos-privados onde se está seguro, não remetendo a qualquer possibilidade de parada, descanso, convivência. Marcado pela impessoalidade do transeunte, do rosto que passa e não diz nada, garante a privacidade do pedestre, que pedra *est* ao outro que passa. O desvio de olhar, o passar reto, o *insu film* com ar condicionado, a reclusão em “prisão” domiciliar, torna possível, assim, a coexistência no meio urbano: coexistência da indiferença garantida nas microblindagens ao encontro.

O atravessamento destas escalas, a domiciliar-privada e a urbana-pública, as quais se desenrolam como intensificação dos pontos densos e aceleração-fluidificação das vias, finda, pois, por romper com a convivência na cidade contemporânea. Gera, assim, uma esquizo-cidade, mas uma esquizo cidade que não deve ser confundida ou identificada com a esquizofrenia, ou com o corpo sem órgãos. Trata-se não do limite absoluto, mas do limite relativo que flerta e desloca o limite absoluto do CsO e da esquizofrenia, segundo a flexibilidade permitida pela axiomática capitalística de produção pela produção (DELEUZE & GUATTARI, 1976). Tal fragmentação cidadina, na interação fugidia, é expressa na voz de Paulinho da Viola, um pensador musical brasileiro:

*“Olá, como vai
 Eu vou indo e você, tudo bem?
 Tudo bem, eu vou indo, correndo Pegar meu lugar no futuro, e você?
 Tudo bem, eu vou indo em busca De um sono tranqüilo, quem sabe?
 Quanto tempo...
 Pois é, quanto tempo...
 Me perdoe a pressa É a alma dos nossos negócios...
 Qual, não tem de que Eu também só ando a cem
 Quando é que você telefona? Precisamos nos ver por aí
 Pra semana, prometo, talvez Nos vejamos, quem sabe?
 Quanto tempo...
 Pois é, quanto tempo...
 Tanta coisa que eu tinha a dizer Mas eu sumi na poeira das ruas
 Eu também tenho algo a dizer Mas me foge a lembrança
 Por favor, telefone, eu preciso Beber alguma coisa rapidamente
 Pra semana...
 O sinal...”*

Eu procuro você...
Vai abrir!!! Vai abrir!!!
Eu prometo, não esqueço, não esqueço
Por favor, não esqueça
Adeus...
Adeus... (Paulinho da Viola. “Sinal Fechado”)

A música visibiliza a dramaticidade do “encontro” urbano contemporâneo, potencializando a intensidade dos afectos da separação, da distância, do não encontrar-se, usualmente dopados de fluidez, excesso de forma e velocidade. Aquilo que não há tempo para sentir, diante da necessidade de desterritorialização do homo economicus, o qual deve sempre estar pronto a deslocar-se diante de uma nova oportunidade (SENNET, 1997). Uma tragédia onde o que guia o ímpeto (*telos*) que provoca a ruptura não é a sina de um destino ou o drama afetivo dos indivíduos: a cadência do ritmo da história é dada pelo semáforo em sua alternância aparentemente fria, fácil e eficiente, mas que, no seu acoplamento com os desejos, revela sua intensidade na modulação das existências.

Eles “vão indo”, desde o início, mesmo quando parados pelo sinal, que, em seu estado de PARE produz um dos poucos *vacúolos* de velocidade que permite o encontro (dois pedestres, dois motoristas, artistas de rua, pedintes, etc.). No entanto, como vão “correndo” o contato se dá por uma troca de pálidas imagens onde com todos está “tudo bem”. “Com tempo ruim todo mundo também dá bom dia.” (Gonzaguinha, Palavras). Após este mísero deslizar de distancias tomadas entre pessoas que desejam uma aceleração sempre prometida para um além (o “quem sabe” desassossegando o “sono tranqüilo”), advém o hiato do deslocamento, o mero movimento de deslizar já para a partida sem ter havido chegada: “quanto tempo”. Hiato que presentifica a temporalidade vivida, o segundo gordo, lotado, e a velocidade de sucessão de um tempo Cronos estendido por sobre a axiomática da máquina capitalística: “é a alma dos nossos negócios”.

Com a processual tomada da máquina social pela lógica capitalística com a intensificação do privatismo, do mercado e das classes, vemos a racionalidade de Estado da máquina despótica obrigada a não mais simplesmente sobrecodificar para sua auto-manutenção os fluxos codificados, mas tem que abrir-se a uma diversidade de fluxos desterritorializados em seu deslocamento, segundo a axiologia economicista, inventando

códigos específicos a cada um destes. Fluxos de classes e riquezas que já não são definidos segundo a máquina despótica, mas passam a definir uma nova máquina onde eles determinam o Estado e não o inverso: “Ele não produz mais uma unidade sobrecodificante, ele é produzido no campo dos fluxos decodificados.” (DELEUZE & GUATTARI, 1976, pág. 280).

O capitalismo constitui-se enquanto máquina técnica, social e desejante a um só tempo; aqui, o desejo se volta totalmente à produção pela produção na conjunção dos fluxos desterritorializados. Deste modo, a conjunção se dá sobre o novo corpo do *socius*, agora, um corpo desterritorializado: a abstração capital. Por exemplo, a conjunção de indivíduos desterritorializados que possuem somente sua força de trabalho com o capital decodificado pronto a acoplar-se em qualquer outro fluxo e produzir novos fluxos de produção do capital são, para Marx, o cerne do capitalismo.

“Simplificando muito, podemos dizer que a máquina territorial selvagem partia das conexões de produção, e que a máquina despótica bárbara se fundava sobre as disjunções de inscrição a partir da iminente unidade. Mas a máquina capitalística, a civilizada, vai estabelecer-se primeiramente sobre a conjunção.” (DELEUZE & GUATTARI, 1976, pág. 284).

Crescente decodificação do Estado e das subjetividades, pela expansão do privado, do capital financeiro transnacional e das dívidas públicas. Uma axiomática das quantidades abstratas compreendidas na pura forma da moeda: “...a mercadoria e a moeda operam uma decodificação dos fluxos por abstração.” (DELEUZE & GUATTARI, 1976, pág. 287).

A operação fundamental da máquina capitalística, a conjunção, possui estreita relação com sua capacidade anexadora, o que, por sua vez, é imanente à decodificação, não livre, mas subjugada a uma axiomática da economia, ciência régia do contemporâneo (DEBORD, 1997). A axiomática é flexível podendo anexar novos axiomas quando da saturação do sistema, constituindo, assim, uma dinâmica *metaestável* (SIMONDOM, 2003) onde a mudança, a crise, é parte fundamental de sua permanência.

Decodificação desterritorializante acelerada que “nos faz sumir na poeira das ruas”. Decodificação que produz um esquecimento e outra relação com a memória e tradição, inversa à da máquina despótica. Assim, já não adulamos a esta como fundamental à nossa existência, identificada a uma permanência dependente da estabilidade, agora podemos subverter e esquecer ao tradicional, ao que foi, para podermos acoplarmo-nos a novas

modas. Mas, este esquecimento ainda é atrelado à axiomática e não permite apagar da memória a dívida infinita ali inscrita, que nos impulsiona a produzir pelo produzir, que nos liga, acopla, à máquina, em sua captura desterritorializante.

Ao fim da música, todo este modo operante que se (re)produz em nossos cotidianos, tornando-se apagado e invisível de tão próximo, é rachado pela intensificação do ritmo e da melodia. Vaza daí então a possibilidade que se produzam intensidades onde antes imperava a pura forma fria e distante: “Adeus... adeus”.

4.3.3.2. *Prisões domiciliares do privativo*

As sociedades disciplinares são aquilo que estamos deixando para trás, o que já não somos. Estamos entrando nas sociedades de controle, que funcionam não mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea (DELEUZE, 1992, p. 215-216).

Na contemporaneidade, não nos deparamos mais com a proliferação dos espaços-de-fechamento clássicos. Ao contrário, suas grossas e trançadas grades de ferro apodrecem quase sem serventia e a população, antes aí reclusa, vai sendo “tratada”, “reformada”, em outros dispositivos-substitutivos, agora dispersos na malha urbana, ou, encontra-se simplesmente solta, a vagar, sem lugar, nem no fora, nem no dentro.

Há, desse modo, que se questionar se a crise dos espaços de confinamento simplesmente exclui qualquer outro modo de fechamento, distinto daquele característico da modernidade, ou, ao invés de derretê-los, em um fluido que se movimenta abertamente pelas ruas e mundos, não se estaria criando novos meios que persistem em sua função de controle, homogeneização, ordenação, segurança, etc.? Acreditamos na ocorrência de uma fundamental inversão nos vetores: o confinamento torna-se privilegio e é desejado, pois é precisamente no aprisionar-se que reside a liberdade. Liberação de um espaço aberto da rua onde a mistura dos extremos é vista como perigosa e a ser evitada. Rua perigosa que serve de coação imanente ao urbano contemporâneo para o voluntarismo da prisão domiciliar onde ninguém entra e pouco se sai.

Vive-se a autonomia da possibilidade de trancar-se e, assim, evitar a convivência local. Ao invés de segmentar ao que foge à norma, para anulá-lo ou reformá-lo, a norma se segmenta em núcleos de acesso restrito, garantindo, assim, sua integridade e seu estatuto de normalidade. As utopias urbanas das cidades do amanhã e suas maravilhas tecnológicas que ontem pretendiam-se para hoje, passaram do urbanismo ao âmbito da arquitetura de

interiores. A cidade controlada - confortável, segura, limpa e espetacular -, tanto prometida pela tecnologia e substanciada, em parte, em parques como o EPCOT Center (Experimental Prototype Community of Tomorrow) ou em cidades-mensagens do consumo como Las Vegas (ECO, 1984), findou por voltar-se para o interior dos prédios e das casas, fugindo das ruas, do espaço público, para o espaço privado de shoppings, hotéis, moradias, etc.. A ode progressista trocou cidades futuristas por salas de estar tecnológicas, passou-se da utopia da cidade imaculada à do espaço-privado imaculado.

Extinguir a variação, assegurar a previsibilidade do homogêneo e o conforto da ausência de sobressaltos são agora não mais garantidos pelo impedimento do acesso à cidade através da reclusão da diferença, mas sim pela segmentação de espaços privados homogêneos onde, para entrar, é preciso ter a senha de acesso. Assim como na Porto Alegre do século XIX se instituíam códigos de conduta e vestuário - que garantiam a retirada ou permanência dos indivíduos do espaço de socialização públicos urbanos -, hoje, além destes, já nem tanto considerados, vemos os códigos de costumes servindo de senha para o acesso a lugares privados ou públicos-privados (shoppings, por exemplo), locais de socialização da contemporaneidade. O modo como age e se veste, cifras dos prováveis cifrões que indicam a possibilidade de consumo e uma certa homogeneidade e segurança no espaço coletivo, permitindo que os demais possam por ali zanzar abrindo-se ao encontro sem medo de se verem em um encontro indesejado.

A aproximação entre extremamente ricos, e pobres cada vez mais pobres, nas metrópoles contemporâneas, se dá a partir da criação de espaços com arquitetura de fortalezas, as quais possuem fachadas menos lúgubres que as das antigas edificações militares. Criam espaços internos livres pela anulação da suas interface com o exterior. Prédios comerciais que espelham a rua, devolvendo seu reflexo à mesma, abafando seu som, refratando a luz solar em películas, e criando seu próprio micro-clima temperado por um display luminoso e um controle remoto. Shoppings e condomínios, cerrados por cancelas e guaritas, exigindo cartões e chips de identificação, criteriando os fluxos de entrada para promover a livre circulação no interior auto-referido destes espaços. Sabendo-se que, aqui, livre, diz respeito à manutenção de uma distância segura, fala de uma equalização dos encontros por uma modulação da alteridade em egosintonia. Liberdade de uma ligação fundamentada em micropolíticas do medo, a qual constrói uma não-interação

baseada na segurança. Buscando relações, onde a interferência entre os fluxos possa se dar sem ruído, ampliando a mediatização pelas tecnologias da informação. As quais, por sua vez, em seu modo hegemônico, espargem e intensificam ainda mais esta lógica da (in)segurança, com imagens e tramas que pintam o desconhecido como suspeito⁶¹.

Na criação desta nova privacidade privativa, o vírus da urbanidade global gera maiores vizinhanças estéticas, culturais, cotidianas, entre bairros distantes a milhares de quilômetros do que do bairro ao lado. Constrói-se a privacidade com a modulação dos fluxos que atravessam e interferem no habitat: cerceando os fluxos locais e abrindo-se para os globais. Uma cápsula atrelada ao mundo mais por suas interfaces midiáticas (internet, jornal, rádio, TV) do que por suas interfaces físicas (porta e janela).

Ainda que as microações da máquina disjuntiva disciplinar se dessem na molaridade dos espaços de fechamento, dispositivos segmentados espaço-temporalmente (em lócus, zonas e fases, estágios, períodos) onde conjugavam-se tais ações; as operações normalizadoras, reformadoras, da população desviante, tinham já, na modernidade dura, o plano do micro como fundamental na sua inscrição forçada de cotidianos (FOUCAULT, 1987). O que vemos hoje é uma diluição destes dispositivos parciais e segmentados de reforma, onde este campo estratégico do micro irá transbordar de modo a tomar qualquer espaço durante todo o tempo (DELEUZE, 1992). A arte de governar, assim como a de não ser governado, toma toda a micromalha do urbano regida por dispositivos imateriais, mais desterritorializados, abstratos, tais como cidadania (ROLNIK, 1995), politicamente correto, etc. e atualiza-se em práticas pontuais como as táticas de deslizar e proteger-se do outro, no habitar a cidade. Do mesmo modo, os transbordamentos da captura, as linhas de fuga, os movimentos de libertação, as práticas de resistência, evadem-se gradualmente dos espaços fechados (fábricas, escolas, manicômios, universidades) para realizarem-se no plano do micro por toda parte da cidade (as recentes revoltas populares em Paris, as manifestações em Seattle e Gênova, os atos de terrorismo poético e ativismo urbano). Tendo estes todos, como um de seus pontos mais intensos em desdobramentos sobre os modos de ser e habitar,

⁶¹ Assim, hoje em São Paulo, chega-se preparar os porteiros dos condomínios com treinamentos dados pelos Bombeiros e pelas polícias civil e militar (BERGAMO, folha de S. Paulo, 15 de agosto de 2004, E2). Uma indústria da segurança se mantém com o medo da violência, oferecendo cursos de direção para fugas, defesa pessoal, estratégias cotidianas para evitar seqüestros, roupas, carros, portas e tudo mais são providos de blindagens, as casas passam a possuir quartos do pânico, para o caso de serem invadidas (apesar dos seguranças, cercas e câmeras). Sendo que tais produtos iniciam sua popularização por entre a classe média de certas cidades.

a arte de governar a permeabilidade-impermeabilidade entre os fluxos públicos e privados. Arte que erige, por exemplo, as *novas segmentações* (HARDT & NEGRI, 2004) que, por sua vez, efetivam uma torção na lógica das práticas de confinamento do contemporâneo: de fechar ao desviante para fechar o homogêneo.

4.3.3.3. *Apartada vida-de-apartamento?*

Com Deleuze (1992), viemos a entender que, na crise do hospício como meio de confinamento, na setorização, nos hospitais-dias, no atendimento a domicílio, encontra-se a potencialização de novas libertações, mas também de novos mecanismos de controle. Em sua crise, aquilo que sempre fora duro e sólido, o imenso e majestoso hospital psiquiátrico disciplinar, respingará na forma de múltiplas gotículas que se depositarão sobre o tecido urbano de forma suave, quase imperceptíveis, algumas vezes imateriais, mas não menos concretas. A resposta atual à questão da loucura busca fugir à internação: espalha o insano na cidade insana, possibilita vazar a loucura de dentro dos muros do hospício para a cidade. Da multidão de sujeitos que transbordam das instituições de confinamento, formando vagas que percorrem as ruas, em sua nova função, as grades já não impedem a saída, mas sim a entrada.

Deste modo, a inclusão da loucura neste espaço fala muito das políticas sociais contemporâneas de controle. O espaço privativo passa a ser capitalizado pelo próprio louco que o habita, ainda que, muitas vezes, recebendo ajuda-passageira do antigo dispositivo centralizador. Passa dos pavilhões de fechamentos coletivos, para as casas individualizantes e inseridas no contexto urbano, ainda que isso, como foi visto, não signifique não estar isolado. *Da concentração reprodutora-estagnante à contração fluidificante!*

Este é o espaço urbano onde adentra o louco “liberto”, ou, mais apropriadamente, “solto”. Um espaço acelerado de todos os lados, onde os fluxos estão sempre de passagem, impedindo os encontros, as trocas de socialização e a convivência. Um espaço que, quando não corre, permanece estático no fundo profundo de uma habitação que se estende para todos os lados e tem nela todos os lados ali estendidos, prontos a se tornarem presentes de algum modo. A cidade já não é o espaço de convivência, mas sim de dessocialização pela fragmentação decorrente da velocidade dos fluxos e da intensificação dos pontos.

Sem dúvida, ao falarmos dos pacientes psiquiátricos, entendemos que ter a chave para trancar-se e não ser trancafiado por outro como nos Manicômios é, sem dúvida, um

grande passo nas possibilidades de vida. Mas, se mantivermos o confinamento privativo estaremos executando somente a inversão da mesma lógica exclusiva, já sofrida pelo espaço urbano, e, manteremos a exclusão do encontro em prol de um determinado conceito de segurança que percebe a mistura como indelével. A loucura, em sua resistência, e a razoabilidade visibilizam tais paroxismos de um modo contundente como é o caso da obra de Arthur Bispo do Rosário denominada “434 - como - é que eu - devo fazer um muro no fundo da - minha casa -”, que possui esta frase inscrita em um suporte retangular de madeira coberto por cacos de vidro pontiagudos sustentados por uma espécie de argamassa. Um clássico urbano dos tempos das fortalezas domiciliares.

[IMAGE]

5. A CASA, A RUA E O VIRTUAL: DOMESTICIDADE E DOMESTICAÇÃO.

5.1. A CASA: DOMESTICIDADES.

Certa feita, Maria foi questionada no espaço asilar em que vivia desde que enlouquecera, se gostaria de mudar-se para uma casa com outros colegas. Receou muito em sua resposta, pois que, estava habituada ao cotidiano permeado por técnicos e funcionários que lhe garantiam momentos de palavras e olhares seguros. Mas, mesmo temendo a novidade, prestou-se a embarcar no automóvel que os levaria para esta nova morada. Juntou suas poucas coisas que haviam se amontoado com o tempo no quarto dividido com uma velha amiga que não seguiria na aventura. Despediu-se emocionada de todos, com abraços titubeantes, inacabados em sua impossibilidade de abarcar o estranho momento. Como se fosse a um destino incerto, incerta via a tudo com olhos nervosos, insanos. O carro rompe as arborizadas fronteiras do terreno onde se encontra a pensão e adentra na Perimetral, acelerando os fluxos que fazem vibrar ao peito de Maria.

Chegaram a uma casa em estilo art-decô, de traços sóbrios com uma retidão levemente curvada. Ela se situa na esquina de um bairro residencial de classe média, bem localizada, próxima a grandes vias de circulação da cidade, mas nem tão próximo a ponto de ser devorada pelas mesmas em suas velocidades exorbitantes que só permitem o florescer de espaços comerciais. Maria salta do automóvel agarrada em uma sacola, seu casulo de trecos, dos quais nutre um medo de perder. Algo assustada adentra a casa e se admira com a pequenez das peças e dos móveis, com a quantidade de paredes, e já se assusta com a possibilidade da saída dos profissionais de saúde, pois mal cabe em si de nervosismo. Agora terá para si um dos quatro quartos habitados por três ex-internos.

Tudo tão diferente dos espaços-tempos asilares: a pequena sala de estar, a pequena cozinha, o pequeno banheiro, o pátio que dá de cara com a rua. Aos poucos, com o passar dos dias e as freqüentes visitas dos profissionais de saúde, Maria vai ambientando-se à sua nova morada. Já domina a cozinha, mexendo nos utensílios desta sem receios. No entanto, algo ainda a perturba.

-Aqui é muito aberto.

-Como, Maria?

-Aqui é muito aberto, é o mar.

-Mar?

-É, é mar aberto, muito aberto aqui. Muito aberto. Muito aberto.

-Mas não existem aqui até mais paredes do que lá no asilo?

-...é, he-he-he, mas é aberto, é o mar.

Neste momento Juarez intervém e explica, que o que ocorria a eles é que na instituição anterior, permaneciam em um ambiente mais isolado da cidade, com árvores e silêncio, mas agora, em uma esquina, sentiam a todo momento o movimento que os cercava, o que era algo perturbador. Os espaços-passageiro que circundavam a casa flagelavam velocidade a corpos que se acostumaram com a lentidão. Os fluxos adentravam pelas janelas, faziam vibrar às paredes, pois estas não eram mais tão isolantes quanto as anteriores. Agora não estavam seccionados do tecido urbano desvairado, em um espaço para insanos, auto-referido em seu esquadro de fechamento. Estavam flutuando no mar da passagem urbana, naufragos em uma embarcação ainda desconhecida, mas que haveriam de aprender a manejar, pois só assim poderiam singrar as ondas bravias em um surf contemporâneo.

De sua nau dos loucos, os quatro marinheiros de primeira viagem se embasbacavam com as ondas que lambem o casco da embarcação a todo o momento. Agarram-se às grades desta para vencer o marear que já embaralha o labirinto. Fecham-se na cabine e ligam alto o rádio para esquecer a tempestade. Mas também se fascinam, e se jogam, ainda que desconfiados, às correntes marinhas mais próximas, nadando por entre seus redemoinhos. Devem se tornar domésticos, desbravar pontualmente o mar, mas ter na nau seu porto seguro.

Vemos a casa, então, como interface público-privado. Sendo, tal espaço privado, o que resta de sobrecodificação do esquadro, provendo localização e acesso aos fluxos da cidade ao habitante da mesma. Não se trata somente de porto, para o retorno dos percursos, onde se pode voltar a uma intimidade posterior à abertura ao caos; trata-se de um provedor de acesso também aos fluxos virtualizados do cadastro, já que, diante da decodificação desterritorializada dos bancos de dados virtuais, que provém acesso a todo um mundo outro, onde as identidades fluem incertas entre simulacros vigaristas, ainda se torna imprescindível⁶² a existência de um ponto de captura mais permanente, ao qual se possa

⁶² Mas facilmente se pensa em senhas absolutamente auto-referidas aos bancos de dados, já que a própria base volátil do contemporâneo não passa de cifras virtuais: o dinheiro. Assim, um sistema integrado de cadastros e senhas, poderia ser auto-suficiente a si, sem necessidade da sobrecodificação do endereço. Pois, mesmo para o

fazer referência, e no qual se possa buscar o exame do indivíduo que se submete à possibilidade de obtenção dos privilégios de um cadastro.

Deste modo, vemos a casa como uma interface público-privada, em sua condição de crivo aos fluxos caósmicos do urbano, com suas grades, muros e paredes seccionando esta célula dos mesmos; com seus cadeados, fechaduras, interfones e demais sistemas de segurança fazendo a seleção dos fluxos que lhe adentram; com suas portas, janelas, computadores, telefones e TV's, criando enquadramentos conectivos com estes fluxos. Trata-se de um rastro de resto de esquadro diante da fluidez flexível, um ínfimo ordenar que se põe, como uma nau em meio à tempestade (BACHELARD, 1993) que, com sua fina casca, nos permite singrar a violência do mar em tormenta, sem desfazermo-nos neste, sem nos diluir em corrente marítima, em onda a se esfacelar ao vento.

O movimento de fazer vibrar as paredes de uma casa como lar, fazer vibrar as ruas e estabelecimentos com modos de andar e encontrar: referem-se a diversas ações micropolíticas de percepção, de afetos, de conversa (DELEUZE; GUATTARI, 1996); é o pequeno *ritornelo da casa* que possibilita perceptos, torna-nos sensíveis às forças do *ritornelo caosmos-cidade*, dando a moldura anterior ao próprio universo e que o produz.

A casa, o habitat, este território existencial que possibilita as possibilidades, não simplesmente nos isola, mas nos une: é o filtro das forças do caos que usina mundos e subjetividades. Não é simplesmente a carne que sustenta a sensação (o afecto e o percepto) em uma troca ideal com a carne-mundo como querem algumas fenomenologias. Não se trata de uma simples troca correlativa. É necessário um elemento que dê consistência à carne e lhe permita a possibilidade de sensação: o habitat, a casa-hábito.

“Ora, o que define a casa são as extensões, isto é, os pedaços de planos diversamente orientados que dão à carne sua armadura: primeiro-plano e plano-fundo, paredes horizontais, verticais, esquerda, direita, retos e oblíquos, retilíneos ou curvos...” (DELEUZE & GUATTARI, 1997a, Pág.232).

O habitat é a fusão da casa com os hábitos, são as *paredes vibráteis*, o recorte de um território existencial ao qual se dá vida sem necessária organicidade. Dá-se vida ao fazê-lo

vibrar conosco, ao imprimir em nós suas ações do mesmo modo que nós nele: assim, por exemplo, vemos os *ritornelos posturais* da coadunação corpo-concreto, corpo-madeira, corpo-metal, etc., e os *pequenos monumentos* enquanto ritornelos nos agenciamentos concreto-história, concreto-memória, bronze-dívida, etc. (DELEUZE & GUATTARI, 1997a). O habitat conjuga os planos de modo a constituir agenciamentos maquínicos produtores de micro ressonâncias em contraponto. “A teia da aranha contém um retrato muito sutil da mosca que lhe serve de contraponto.” (DELEUZE & GUATTARI, 1997a, Pág. 239). E, tal contraponto não se dá enquanto uma relação teleológica ou meramente finalista, mas antes se ressonam melodicamente servindo de motivo musical para a vibração um do outro.

É este campo multipolar dispersivo, que se comunica por contágio virótico, ao qual podemos denominar *hábito*. Os hábitos nos permitem uma dessubstancialização do sujeito, acontecimentalizando-o para além de si, revirando sua interioridade profunda, pura temporalidade de uma consciência auto-contida, em um (vários) agenciamento(s) de fluxos que constituem estes ritornelos que não somente são anteriores ao sujeito, mas são sua base de emergência. A conjunção múltipla de diversos pequenos ritornelos que capturam e criam mundos em seus modos de agir, são a própria criação de nossa (artificial) natureza, seu momento de invenção, e, por isso, são tanto o extremo do automatismo alienado do sujeito quanto o local de sua (re)invenção mais potente. Constituem o intermezzo da determinação e do indeterminado, acoplando-os e anuviando suas fronteiras.

Do mesmo modo, o hábito em seu habitat molecular constitui aquilo de mais comum a todos, local privilegiado da reprodução social. A construção do cotidiano, das performances, reafirma a todo instante a coabitação identitária de territórios existenciais, engendrando as operações moleculares das máquinas que lhe constituem e vice-versa. O almoço em família, o revisar das trancas antes de pôr-se indefeso no sono, as comunhões familiares ou fraternais diante da TV segundo a grade de programação, o lazer do consumo sabático no shopping ou do parque dominical, e muito mais. No entanto, do mesmo modo que afirma esta espécie de pertença pela produção espargida de algo comum a transpassar o socius, é também nestes micro-territórios dos pequenos ritornelos-casa dos hábitos e habitats, que se afirma a singularidade de cada subjetividade, onde vazam e se afirmam

suas peculiaridades, estranhezas e desvios: “de perto ninguém é normal” disse a lupa doméstica do cantor.

O hábito está para além da divisão entre indivíduo e social, ele constitui a camada nebulosa que subverte esta binariedade, habitando as brechas desta cisão, provendo-a de uma vivacidade do inesperado. O sujeito habita o hábito, o qual não só lhe é anterior, mas também condição pré-individual de sua construção. As forças, as ações, constituintes para além de qualquer idéia de essência deste homem-turbilhão, encontram-se, coadunam, divergem, dobram-se e tecem uma rede, um território, um habitat de hábitos, condições constituintes do sujeito.

O cotidiano é o musgo, este rizoma que se cria e germina impessoal por sobre as pedras, compondo territórios existenciais para que de sua trama aconteçam diferenciações de seres. Serve de base pré-individual que dispara, possibilita a emergência das ações do sujeito. É a ação antes do sujeito, aqueles ritornelos que em sua coadunação de singularidades permite o brotar de um ser dividido. O musgo, o mofo é a vida mesma e a condição primeira da vida mesma. Se dá enquanto criação e sedimentação a um só tempo, tomando lugares mortos por uma nova vida, a qual não cessa em sua cadeia de criação heterogenética.

Assim, o habitat serve a um só tempo de morada enternecedora, útero materno que maquina uma vida envolvendo-a em paz e acalento, como também é um mar por onde se deriva e ao menor instante se esbarra com uma nova ilha, ou com um mítico monstro marinho. Não se trata de reduzir o hábito ao sereno, ao lar livre de riscos. Aqui, hábito e habitat servem de enquadramento de abertura para o caosmos, conexão e não fechamento. São condições da possibilidade da experiência, e não sua restrição. A experiência antes e depois do eu, e não aquilo próprio a uma identidade. É a própria produção do ser, e não o seu recorte em indivíduo, é anterior e simultâneo, sempre a recriar o ser. É o ser se fazendo mesmo.

Como rizoma impessoal, os hábitos dão consistência a uma subjetividade sem pertencerem a esta por completo (dado o seu razoável automatismo) e sem esta ser pertencente a eles (dadas as possibilidades de invenção e desvio partindo dos mesmo). O hábito é aquilo que há de comum entre as pessoas e aquilo que as singulariza, é aquele campo virótico tão familiar que potencializa ao extremo a invenção, pois, daí, vemo-nos

estrangeiros de si, ou melhor, para além de si, vemo-nos heterotopos. Encontramo-nos no hábito e no habitat com o estranhamento do familiar, com o desvelar do óbvio, que por ser próximo sempre permaneceu oculto.

E é deste modo que acontecimentaliza a passagem dos (ex?)desviantes do Hospital psiquiátrico para suas atuais casas, mesmo que de passagem. Afinal, por mais importante que seja a construção do esquadro-casa, tão importante ou mais é o desenquadramento do território-casa para a cidade-caosmos, “e que dissolva a identidade do lugar na variação da terra...” (DELEUZE & GUATTARI, 1997a, Pág.241). Desarticular as conjunções diretas entre os planos em contraponto harmônico, produzindo vacúolos de não comunicação que possibilitam o desvio, a invenção de afectos e perceptos, de novas conversas entre as ontologias. E, é exatamente nestas relações entre os pequenos ritornelos-casa e os grandes ritornelos-caosmos, que vemos o imbricar entre os ciclos no momento em que retornamos para casa e já não somos os mesmos, nós e a casa. “Os hábitos são uma prática viva, o lugar da criação e da inovação.” (HARDT; NEGRI, 2005, Pág.258).

E, esta saída de casa, da qual falamos enquanto *fenômeno fronteiroço*, erige aí um heterotopo, um local de experimentação de modos de habitar o contemporâneo. Inventam novos corpos-casa para suas carnes, outros habitats e, os mesmos, possibilitam nosso estranhamento com o familiar sutil, que nos leva, leves, em direções de caminhos já amaciados pelo trilhar constante. Deste modo, podemos pensar o habitat criado por estas existências do (ex)desvio como um heterotopos que acontecimentaliza nosso próprio território. Provê as paredes da casa e seus móveis, de uma vibração estranha, ressonante com os pequenos ritornelos do dia-a-dia em nada normal como todos, constituintes de mais um lar bizarro que nos desloca e retorna ao mesmo, pois nos defronta com o estranho do comum, algo muito mais inquietante do que a mera exotividade, já que sempre se remete a nós, em nosso berço, abalando seu movimento de ninar, minando o quintal, até então domesticado, de pontos-potência explosivos de intensidades afectivas e perceptivas. Mas não só as paredes e móveis fazem vibrar em outros tons, como também em seu modo estrangeiro de vibrar com as ruas, lojas e estabelecimentos variados em seus encontros moduladores da então maculada santa privacidade proprietária produzem subversões destes espaços.

Do mesmo modo, pelos estatutos de nossos habitats são capturados, e os caminhos da loucura nos ajudam a tecer linhas visibilizadoras não somente da possibilidade de enunciar a curva desconhecida, mas também de descrever as conexões que produzem as retitudes das retas. As quais de tão próximas, de tão nossas, nos são insensíveis. Tais pessoas (ex?)desviantes defrontam-se com a tarefa de inventar novos hábitos, habitares e cotidianos: compreender a domesticidade de um lar, as novas segmentações entre público e privado, a aceleração e necessidade de deslocamento, as relações de consumo, de vizinhança, etc., possibilitando assim a visibilização-acontecimentalização destas estratégias moleculares de captura e fuga para nossa *pensa-ação* do urbano contemporâneo e suas relações com a diferença.

No estranho lar no qual nos centramos aqui, por algumas vezes tais estatutos espaciais afirmados de modo fascista no urbano contemporâneo, entre o público da rua e o privativo da casa ou condomínio, foram subvertidos pelo intempestivo modo de habitar da loucura. Pois, certa feita, nestas subversões, Maria e Juvenal, encontraram no Supermercado uma senhora e uma criança que pediam esmolas para a compra de algum alimento. Neste encontro, ao invés das duas respostas usuais, o aplacar da culpa com a doação de um trocado, ou o ignorar completo do pedido e do pedinte por uma virada de olhar, Maria e Juvenal afirmaram não ter dinheiro, mas que tinham comida em sua casa, logo ali a duas quadras, e que poderiam ir todos lá comer. Não sei ao certo a reação inicial da senhora e da criança, mas é certo de que findaram por acompanhar nossos transloucados moradores até o residencial. Lá adentraram, comeram e por lá ficaram algum tempo ainda conversando com seus bem-feitores.

Uma bela história, beirando o piegas, de como o ultrapassamento paradoxal das pequenas duras binariedades espargidas pelo território urbano podem gerar bons encontros. A permeabilidade das fronteiras da casa de Maria e dos demais, demonstra não uma incapacidade de compreender a divisão entre o que é privativo e o que é comum, o que provavelmente decorreria dos anos de internação em instituições sem espaços que não fossem os comuns. Isso seria reduzir este modo de habitar a um habitar regressivo, patologizado, incapacitado, em uma comparação que tomaria como norma o habitar onde tal binariedade rua-casa está bem instituída. Se pensarmos esta ação de Maria e Juvenal para com o pedinte, e a decorrente concepção de lar aí vigente, sem opô-la ao nosso modo

de habitar, mas sim compreendê-la como um modo outro, além e aquém do nosso mesmo, poderemos perceber que a paradoxalidade comum-privativo aí acontecida, desdobra um ato instituinte o qual dissolve e subverte à micro-segmentação da cidade privatizada em múltiplos órgãos, que pretende alijar seus habitantes da convivência dos encontros inusitados, da possibilidade de desvio, de errância, que pretende extirpar aquilo que inventa e potencializa o cotidiano enquanto terreno da invenção. A ação de Maria e Juvenal torna o corpo do habitar contemporâneo informe, intensifica suas potências de desvio na deriva pelo corpo sem órgãos deste habitat que não flerta com limites relativos da Máquina Capitalística, mas antes os acelera até o limite absoluto da esquizofrenia, abrindo um novo campo de hábitos e habitares possíveis (DELEUZE; GUATTARI, 1976).

No entanto, como é sabido, experimentar é arriscar, e requer certo gosto pela leveza cortante do risco, assim, este não é um conto de natal: no final do bizarro convescote, os convidados levaram consigo algumas lembranças do encontro, uma tv e um aparelho de som. Os residentes nem ao menos perceberam o fato, e vieram a se dar conta do roubo quando do sobressalto dos profissionais que vieram fazer a sua visita rotineira. Neste momento, a ação da clínica incidiu na tentativa de reverter o estado de forças que possibilitou a situação relatada, com fins de melhorar suas condições de vida, buscando garantir sua sobrevivência e conforto. Era necessário, segundo sua perspectiva, dar mais consistência ao habitat insano que levava à perda de bens e risco de vida.

Para tanto, iniciou-se por espargir os cristais de micro-paranóias que contagiam ao habitat da cidade contemporânea, inculcando no olhar insano uma ordenação paranóide, que se distancia do estranho, do desconhecido, já que mantém este alijado do seu convívio para em segurança interagir com o já sabido: o desconhecido é o inimigo, enquanto o já sabido é o amigo. Desde o acontecimento do roubo, passou a ser avisado e reprisado diversas vezes aos habitantes da casa que não mais deveriam deixar estranhos adentrarem no lar privado, estava terminantemente proibida a abertura das grades da casa aos fluxos da rua. Um conselho saudável, que qualquer mãe dá ao seu filho quando da saída de sua autoridade até a esquina comprar pão. Uma intervenção de cuidado para com o patrimônio e a vida dos que ali habitam, sob o preço de se domesticarem ao jogo doméstico e suas regras rígidas para com a entrada de pessoas outras ao domicílio privativo. Uma forma, ordenada a partir

da paranóia, torna-se necessária ao informe do habitat que acontecimentaliza os estatutos do urbano: há que se findar com esta heterotopia caseira.

Para melhor efetuar tal medida, ficou instaurado um detentor da chave, o qual ficaria responsável por manter sempre fechado ao cadeado que trancava o portão da residência, e por abri-lo aos que saíam e aos que voltavam. Um detentor das chaves que permite a regulação dos fluxos que se desprendem e grudam ao ambiente privado da casa, permitindo a exigência das senhas, o pequeno crivo residencial e suas exigências para com o acesso ao seu espaço diminuto. Assim, a grade torna-se mais densa e coesa perante a enxurrada de caos que vem bater diariamente contra seu metal. Se antes a grade demonstrava-se mole, informe e incapaz de erigir um micro-esquadro adequado, agora, com a centralização da chave somada às constantes recomendações de uso da mesma, possibilitam que esta barreira se efetue na esquina. A partir de uma posologia do lar, obtém-se um prognóstico de domesticidade.

Com a ampliação dos efeitos das grades não simplesmente se recorta a casa da rua, possibilitando sua clara privatização dispersiva, mas também se enquadra aos que nesta moram em um esquadro que lhes limita ainda mais os horizontes. Para além do simples recorte possibilitador da experiência urbana, nau de aventuras, o lar torna-se porto, local no qual se permanece em segurança, efetuando experiências do comum, do público, em seu próprio espaço privado. Ao se dificultar a entrada se dificulta igualmente a saída, e cada vez mais a casa se torna um espaço totalizado em seu esquadro.

Deste modo, hoje, baseados em tal micropolítica do medo, diversos equipamentos de segurança novos são criados e implementados para melhor elevar as fronteiras do privativo. Da mesma forma, cada vez mais se amplia a autonomia dos lares com tecnologias virtuais da comunicação, eletrodomésticos e toda uma variedade de equipamentos para diversas atividades que passam a se realizar em casa. “Vamos ficar em casa” (MAIS, Época de 14 agosto de 2006, p.67), apela o sociólogo contemporâneo, mirando a economia de tempo e dinheiro e pregando os lazeres e trabalhos caseiros, com medo das cidades, às quais denomina “imensos manicômios”. Assim, vemos que somado à dispersão, atua uma totalização do espaço privativo, com a contração do seu espaço em uma autonomização do lar perante a malha urbana.

5.1.1. A sala de estar

A privada

É um lugar onde nos sentimos bem
 Tendo acima as estrelas, abaixo os excrementos
 Um lugar simplesmente maravilhoso onde
 Mesmo na noite de casamento é possível estar só.
 Um lugar de humildade onde você descobre com clareza
 Que não passa de um homem que nada pode conservar.
 Um lugar de sabedoria onde você pode preparar
 A barriga para prazeres novos
 (Bertolt Brecht)

Reinaldo é um jovem que foi abandonado em uma instituição psiquiátrica após um surto. De boa aparência, mantém uma indumentária em acordo com os padrões de sua faixa etária, sem incorrer em desvios ou bizarrices que pudessem denunciar sua condição de albergado aos demais transeuntes. Sua juventude, organização psíquica e abandono pelos parentes, fizeram com que saísse da instituição asilar na qual se encontrava para um residencial, onde poderia exercer os arroubos de sua adolescência com mais liberdade de fluxo. No entanto, Reinaldo não vai à rua. Passa os dias em casa, entre a sala de estar e a cozinha. Não se trata de qualquer paranóia para com os demais que zanzam pela cidade, ele não demonstra receio perante a balbúrdia da rua, e inclusive sai tranqüilamente quando de algumas atividades compulsórias no CAPS. O que ocorre com Reinaldo é tão comum quanto sua indumentária jovem: é agarrado pelo vértice virtual que preenche e ordena a sala de estar, passa todos os dias, o dia todo, sentado prostrado, confortavelmente em uma velha poltrona preta. Dos desenhos aos filmes noturnos, nada escapa do seu olhar.

Passo diversas vezes por Reinaldo, e tento chamar sua atenção, sem sucesso na maioria, pois seu olhar se encontra absorto na azulada luz televisiva e sua psicodelia. As únicas coisas que não me deixam esquecer por completo sua presença são o som da TV e das suas freqüentes risadas quando dos desenhos matutinos. Algumas vezes, conseguimos atar um diálogo, e neste discorremos sobre filmes e sobre a habilidade de Reinaldo em desenhar seus personagens de *anime*⁶³ favoritos. Ele percebe claramente a necessidade de voltar a estudar e encontrar um modo de se autonomizar e construir sua vida; no entanto,

⁶³ Nome dado aos desenhos japoneses.

com um ar algo aborrecido, diz, já sem paciência, que tem preguiça, e retorna ao seu universo televisivo. Raramente interage, mesmo com os demais moradores do residencial, se refere a estes como “eles”, e reclama de quando atrapalham sua expectativa. Usualmente comunga com os demais em silêncio, quando do horário das novelas e, eventualmente, em alguns filmes noturnos.

A socialização privada na Porto Alegre do século XIX se dava nas salas de visitas das famílias mais abastadas. Nestas, imperava um rico código de posturas e de status social. Eram nestas peças que os habitantes da cidade mais investiam sua renda, para, quando possível, possuir um jogo de sofás e cadeiras em jacarandá, dispostos hierarquicamente pela sala com as cadeiras sem braços pelos cantos, voltadas para as cadeiras com braços e espaldas pomposos, e para o sofá, onde se sentariam os convidados e anfitriões, dependendo de serem dignitários para tanto perante os demais. Nesta época, tornou-se moda no Brasil a presença de Pianos nas salas de visita das residências, sendo também este o caso das casas mais abastadas da Porto Alegre na segunda metade do séc XIX (SYMANSKI, 1998). Tantas eram as casas, e tantos foram os pianos, Franceses e Ingleses (existia uma disputa entre os pianos destas duas procedências nos reclames dos periódicos de então), que muitas também findaram sendo as piadas sobre a posse dos mesmos. Mais símbolo de distinção sócio-econômica e instrumento de divertimento para vulgares festins privados do que gosto pela música, os pianos privados foram motivo para piadas entre estrangeiros e intelectuais (ALENCASTRO, 1997).

Nesta mesma época, um outro local de reunião social começou a tomar importância na Porto Alegre de fins do século XIX: a sala de jantar. Em geral, as refeições das famílias eram feitas em uma varanda aos fundos, com certa simplicidade e sem muita ostentação. Mas, tal peça findou por ser fechada e nela passaram a se investir montantes consideráveis em aparelhos de jantar fornidos de porcelanas e pratarias, importadas, em número suficiente para banquetes. Vê-se, deste modo, a atenção voltando-se ao ambiente privado, o qual vai adquirindo não somente o status de local para socialização, como também espaço de conforto e vivência. A interioridade das casas vai se complexificando à medida que complexifica-se a noção de conforto e de privacidade no aburguesamento europeu das cidadelas do novo mundo. A casa diferencia-se em novas peças para novos usos, onde ocorrem distintas espécies de socialização privativa, com códigos específicos a cada,

ditando a conduta adequada. No entanto, na casa do século XIX, mesmo com a presença do piano, a socialização ainda trata basicamente do encontro entre pessoas, de modo que, os móveis, em sua disposição codificada de lugares-senha, elaboram um esquadro que incorpora a todos em um todo do qual participam, e no qual são inundados por interações formalizadas.

Assim como no século XIX o piano encantava as pessoas nas salas de estar, sendo o instrumento para festins de socialização, e para entretenimento pessoal das moças da sociedade; no século XX veremos surgir uma outra febre, a qual se acoplará em outra forma de privacidade, em outra sala de estar: o rádio. Popularmente chamado “capelinha” (SEVCENKO, 1998) em decorrência de seu formato e de sua quase sagrada função ritual nas casas de então, instituiu um lazer mais privado e cotidiano nas salas de estar. Não está associado ao ajuntamento de pessoas de fora do lar, mas sim à comunhão dos familiares envolvidos pelos sons do rádio. Ondas que levavam o Estado até eles, na busca de ressonar uma organização totalizante chamada nação. É Vargas o primeiro a aliar de forma massiva o Estado à mídia, no Brasil.

O rádio instaura outra geometria das relações às moradas brasileiras. Posto em qualquer ponto da sala, a este móvel usualmente se dá destaque para os olhos que adentram o recinto. Para seu uso, no entanto, não se exige qualquer centralidade, pois seu modo sonoro de emissão pode ser acompanhado de qualquer ponto do ambiente, sem prejuízo fatal à experiência. Deste modo, poderia o Pai estar a fumar cachimbo em um canto, e a mãe a tricotar em outro, que ambos estariam embevecidos pelo mesmo élan auditivo. Na sala, os móveis da época do rádio ainda possuíam preponderantemente uma disposição auto-referida, onde os olhares se encontram numa geometria voltada à convergência socializante. De outra parte, a natureza sonora das emissões radiofônicas permitem que diversas atividades paralelas sejam exercidas durante a sua escuta, principalmente quando da programação musical, ou seja, não centraliza por completo tanto a geometria espacial como a cognitiva.

As salas de então se tornam mais íntimas, não são mais território extremamente formalizado dos salões e suas rígidas regras de conduta, no entanto existe um código familiar imperante, no qual se define uma hierarquia dos usos dos móveis, mesmo que informal. O conforto passa a ser uma função de extrema importância, para longos períodos

de descanso familiar. O design também é um valor que se populariza nesta época pelas películas cinematográficas, apresentando as formas domésticas e acolchoadas da modernidade temporã. A poltrona rechonchuda de estofado, ladeada por um alto abajur para leitura, disposta em ponto privilegiado da sala é um ícone do espaço patriarcal na esfera privada.

Já no adiantar da segunda metade do século, e principalmente ao seu final, uma nova revolução nos costumes da sala de estar dará entrada em nossa sociedade: a televisão. A sala irá mais uma vez arrastar seus móveis, pois, agora, a geometria que centralizará as disposições não é mais a voltada aos lugares de honra, à cadeira do papai, e afins. Tratando-se de um meio de comunicação visual, não basta a mera aproximação para que se usufrua a TV, é preciso que se esteja voltado para esta o mais frontalmente possível. Deste modo, uma geometria semicircular, voltada à melhor vizibilização da tela, invade as salas de estar do mundo. As geometrias circulares centradas na troca de olhares perdem metade de seu perímetro em função de uma nova parede, onde se encontra uma nova janela por onde tudo e todos passam. A sala se transforma em anfiteatro, home theater, na qual os familiares se deixarão fruir pelo espetáculo imagético televisivo. A geometria cognitiva também se centra sobre este eletrodoméstico, pois se com as ondas sonoras a audiência era muti-tarefa, com a tv e sua natureza imagética, torna-se muito mais complicado compartilhar a atenção dispensada a visão e audição desta, com outras atividades quaisquer. Promovendo uma espécie de estado alterado com sua movimentação de imagens, absorve por completo os sentidos do espectador. Mesmo quando a atenção deste não se encontra focada no conteúdo das imagens, como no zapping, a sucessão de imagem e movimento surte um efeito inebriante aos nossos sentidos.

Este ponto da casa, a sala-de-estar, que se torna sala-de-tv, passa a ter uma importância ordenadora no cotidiano doméstico. Com a crescente oferta de atrações, o dia-a-dia da família passa a ser governado pelo esquadrinhar da grade de programação dos canais. Por mais isoladas estejam as salas de estar de diferentes pontos do Brasil, grande parte delas estará unida pela novela das oito. Aqui, mais uma vez vemos a transformação da privacidade, a secção que une, iniciada pelo rádio, avança agora com a tv. Esta se populariza, e os canais se multiplicam, deste modo, a família mesma, antes auto-referida em sua segmentação, passa por um racha e se parte fragmentada pelos demais aposentos da

casa, pois agora cada um quer ter sua programação: o jovem, de baixa e alta renda, o de meia idade, a mulher dona de cães e a trabalhadora, o idoso, o gay, o habitante da periferia, a criança, o bebê, etc. A própria casa burguesa se multi-centraliza em peças mais privatizadas ainda, em uma dispersão fragmentar doméstica.

Assim vemos que os efeitos da TV, enquanto os modos, as práticas, que com o uso desta se atualizam para assisti-la, são tão importantes, ou mais, quanto os conteúdos que são veiculados pelos aparelhos. O isolamento dispersivo da massa atomizada é uma operação capitalística fundamental, para tanto, o espetáculo, “Do automóvel à televisão” (DEBORD, 1997, p.23), age, unindo a todos pela segmentação própria à sua forma de dispersão.

O consumo em sua lógica aplainadora das tensões expulsa o mundo do mundo, o re-introduzindo com um distanciamento confortável na esfera privada da sala-de-estar. Com friidez, calorosos pixels dançam sobre a tela catástrofes tão próximas e tão longínquas. O desmoronamento de uma favela próxima é igualado na seqüência editada ao novo atentado dos homens bombas no Iraque e ao novo filhote de zebra do zôo do Cairo. Aproxima a compaixão do distante, torna-a difusa, planetária, abstrata e sem sentido, viajando na atenção dispersa, flutuante, guiada pela sucessão de rápidas matérias sem silêncio ou obscuridade entre elas. Dispersão, distância, conforto, sucessão, a sala é o mundo, e para além disso nada há o que fazer, resta aguardar pacientemente a novela posterior ao noticiário. É como o dia frio e chuvoso que bate à janela, produzindo um tilintar assoviado que intensifica o acalento do cappuccino fumegante entre as mãos em concha. O horror do mundo “lá fora” fortifica o sossego e o conforto do apartamento. E se não o faz, ao menos fortifica o apartar e sua lógica de muros, grades e outros dispositivos. Uma das táticas da estratégia espetacular de unir isolando pelo espetáculo, se dá, portanto, para além da forma da mensagem televisiva, sustentando-se no que tange ao seu conteúdo: catástrofes e insegurança. O contágio do medo, na emissão dos horrores do mundo inteiro condensados em um telejornal de uma hora. Com isso, libera-se o vírus da insegurança, das pequenas paranóias cotidianas que erigem trancas e passos rápidos: “(...) o espetáculo cria formas de desejo e prazer intimamente casadas com o medo” (HARDT; NEGRI, 2004, p.344).

5.2. A RUA: FUGAS

Maria, logo de sua chegada até a casa, fascinara-se com a possibilidade de circulação que esta lhe provia em sua abertura-fechamento ao urbano. Não havia mais olhos

a cuidar seus passos, vigiando horários de entrada e saída, pequenos gestos, vontades furtivas. Assim, Maria explorou as novas possibilidades de sua vida, e pôs-se a ver até onde suas pernas a levavam. Neste caminho, propunha-se à interlocução com as mais diversas figuras, vagava errante pela cidade, aventurando-se em seus fluxos, se defrontando com o inusitado e arriscando-se a novas experiências. Abria-se ao encontro de forma crua, sem muitos artifícios para manter distâncias seguras, inundava e se deixava inundar pelo outro qualquer. A tal ponto chegou em seus encontros citadinos que, certa feita, ao contar a uma senhora encontrada ao acaso, entre outros assuntos, sobre o benefício que recebia mensalmente, e sobre o cartão que utilizava para sacar o dinheiro, findou por ser “raptada”⁶⁴. Esta senhora a levou a um passeio, do qual não se apresentava fim, em direção a um banco para retirarem algum capital.

Maria, agora com medo, resolveu desgrudar do seu encontro: ligou para o espaço asilar, de onde prontamente vieram buscá-la para a levar de volta à salvaguarda da casa. A aventura de aprofundar-se nos paradoxos do comum, efetuando trocas, desbragadas e casuais, com transeuntes quaisquer, findara bem, graças à possibilidade virtual de uma conectividade rápida e ágil com a assistência do Estado, a qual, neste caso, com sua concepção bem resolvida de itinerância, prontamente atualizou o auxílio pontual necessário. Parecia perfeito, no entanto, não era nada doméstico arriscar-se assim, de tal modo selvagem, à tormenta da rua. A clínica adentrou então este hábito, entrevistou sobre o cotidiano em nome da vida, melhor seria dizer, da sobrevivência, de Maria, e passou a lhe incutir as pequenas partículas de paranóia para com o estranho e a rua, às quais somos expostos e contaminados desde a tenra infância, quando penetram nossa pele, alojam-se nos músculos e nervos, fazendo-nos, ainda mal conscientes da própria existência, arregalar os olhos para a aproximação de um rosto desconhecido. “Não podes ficar andando pela rua falando com estranhos!”. “Isso é muito perigoso!”. “As pessoas vão te raptar e roubar teu dinheiro!”. Ficou claro para Maria que estavam terminantemente proibidas tais saídas sem rumo, e, principalmente, a interlocução com estranhos, os quais, como foi didaticamente

⁶⁴ Mais uma vez, vemos a ruptura das barreiras do bom-senso e do senso-comum, em uma operação paradoxal sobre a díade público-privado. Um assunto considerado privativo, não por ser íntimo, mas por tratar do capital privado, vaza de Maria como outro assunto qualquer, sem consideração de riscos e seguridades. Anuvia-se a segmentariedade subjetiva da abertura de certos campos da vida pessoal através do discurso: Maria simplesmente se encontra, desarazoadamente. Subverte os estatutos da conversa formal, lança-a à vertigem, finda em transgressão intempestiva e risco de viver.

explicado, são perigosos. Evidentemente uma medida de proteção da vida e do bem-estar, quase uma maternagem, mas que possui um forte impacto sobre a virtualidade de possibilidades presentes no habitar a cidade: Maria já não pode singrar o mar como um corsário, ou mesmo como um explorador de novas terras e rotas, antes, tinha que ter a clareza, planejamento e bom-senso da marinha mercante, em um seguro transladar entre rotas e portos já sabidos pela carta: é proibido se perder.

Com a suspensão da errância e suspeição dos desconhecidos, erigiu-se uma pequena fronteira semelhante a que se ergue com as grades e o cadeado da casa. No entanto, esta é uma fronteira portátil, segue com Maria seus rumos, organizando-os em trajetos, e fechando-a ao contato com estranhos. Hoje, quando se fala sobre os dias de Maria (e de seus companheiros de casa), não se vêem saídas errantes, ou experimentações sobre o território urbano, como tão bem sabiam fazer. Os dias de Maria se passam entre a cozinha, onde fica a escutar seu radinho de pilha, que a liga aos demais estranhos pelo isolamento, e no alpendre, de onde, protegida pela grade, pode assistir aos fluxos nos quais tanto gostava de se imiscuir. Durante a semana, ela, a que mais sai de casa, resume seus trajetos pela cidade a três destinos: o CAPS onde é atendida, a sessão de cinema mensal promovida pelo SUS aos usuários, e uma ida à igreja aos domingos, único rumo que se furta da circulação pelos equipamentos de assistência, laica.

Percebemos então, que, para além do simples fechamento molar das insituições asilares, e do fechamento molecular das prisões domiciliares, existe uma outra captura, um fechamento do movimento. O movimento adentra uma tendência a repetir-se cotidianamente, em uma produção semanal circular, da qual não se escapa, e na qual se perpassa exclusivamente os espaços permitidos: no caso de Maria, o SUS e o Catolicismo. Agora, passa por espaços-de-assistência, dos laicos ao religioso, espaços onde o olhar para com ela seja bom e misericordioso, sem os riscos de ser chamada louca, ou de ser abusada por sua condição. Ela não se expõe mais ao risco, mas também não ao novo, a novas possibilidades de encontro, a subverter a lógica do espaço contemporâneo e suas sociabilidades exíguas.

O circuito de Maria, idealmente aberto em paradoxo, se fecha em circuito fechado, sistema integrado que repete uma função. Isso não se dá simplesmente como formação de um costume, no qual nos sedimentamos. A junção da rua compreendida como detentora de

periculosidade, com a função do espaço público reduzida a espaço-de-passageiro; somada a profusão de espaços segmentares, equalizadores de iguais, em suas entradas e permanências seletivas, configuram uma lógica de fechamento móvel. No caso da loucura, visto que os grandes espaços de fechamento não são adequados ao espaço contemporâneo, além de por demais dispendiosos e ineficazes, se dá a configuração de um espaço de liberdade assistida, onde o deslocamento é permitido e necessário, mas, preferencialmente, por uma série de espaços pré-determinados como espaços de assistência. Tal inclusão neste circuito-fechado não se dá por interdição ou coação, mas sim pela construção de arapucas do espaço: a significação caótica da rua, reforçada pela mídia, e a oferta de atividades de entretenimento entre iguais, segmentadas, sem ter de suportar o olhar fixo dos distintos, além de disporem de barreiras de segurança seletiva para com a rua.

Assim, criam-se espaços escorregadios e fechados, onde os já nem tão diferentes podem se encontrar. As novas segmentações (shoppings, condomínios, e afins), se apresentam como espaços que propiciam o encontro breve e fugaz, tendo claros pontos de desvio, além de uma certa didática na ambiência para ordenar aos confusos fluxos de passantes. Assim, diversos locais difundem-se pelo tecido da cidade, prontos a diversos tipos de grupos diversos. Mesmo quando falamos de shoppings, estes não são espaços de convivência exclusivos de uma elite monetária. Existem uma diversidade de shoppings que são habitados por públicos específicos, dependendo de diversos fatores como localização, decadência do espaço, dia da semana e do mês⁶⁵. Assim, por exemplo, quando os moradores do residencial terapêutico, foram perguntados sobre qual local da cidade gostariam de conhecer em um AT, foram unânimes: Shopping Praia de Belas. Local, o qual, eles mesmos definiram enquanto bonito e destinado a uma população específica: “é shopping de pobre”, disseram reproduzindo algo que é sabido por todos.

Assim, quando falamos do controle a céu aberto na sociedade de controle, não podemos compreender isso de modo simplista, reduzindo e generalizando uma abertura total do espaço, destituindo-o muitas vezes de importância quanto às estratégias capitalísticas contemporâneas de captura, em prol de uma exclusiva cronopolítica. Não é

⁶⁵ Temos em POA, ao menos três grupos amplos dispersos por alguns centros de convivência e compras: o Rua da Praia Shopping e o Praia de Bela Shopping (este especialmente nos dias de passe livre nos coletivos municipais) utilizados principalmente por uma população de menos posses; o Shopping Iguatemi, que durante a semana é habitado pela classe média e média alta, e nos sábados é tomado por jovens de diversas faixas monetárias; o Shopping Moinhos de Vento, freqüentado pela High Society colunável Porto Alegrense.

que não existam confinamentos, mas estes são voláteis, e passamos de um ao outro, e vivemo-los mesmo simultaneamente, durante um simples dia.

Andando por uma avenida, encontrava-me apressado, diante do relógio que se aproximava do horário marcado, ainda que cinco minutos adiantado. Passo apressado, ultrapassava a tudo e todos pelos cantos da calçada, junto ao meio fio, mimetizava-me com os carros em seu costurar automobilístico. Foi quando a loucura eclodiu em meu caminho, abalando o passo, desviando meus sentidos do próximo transeunte a ser transpassado como mera barreira. Do chão, junto a uma vitrine, vi ao longe um mendigo algo insano, que parecia olhar e falar com muita insistência com os passantes. Logo planejei como livrar-me daquele incômodo, e antevi meus passos, de modo a estar, artificialmente, atentando para a rua e seus carros, opondo por completo meu olhar ao dele, e fazendo papel de desentendido. Vou andando na sua direção de olhos baixos, mirando a calçada e o movimento de vai-vem dos meus pés. Cuido de soslaio nossa aproximação, pois assim posso prever o exato momento de retirar o olhar, sem que permaneça por tempo demais desviado, o que claramente denotaria minha intenção, não seria natural. Ao aproximar-me, levanto a face para a direita e finjo estar interessado em algo que se passa em algum ponto da outra calçada. No entanto, nada mais que de repente, eclode ao meu lado um berro. Uma onda de choque sonoro que choca a complacência do meu fluir pelas passagens incólume. Sou trazido de volta à concretude da rua, à sua substancialização em corpos que permanecem para além da sua sutílização em fluxos quase eletromagnéticos. O mendigo, com olhos insanos de ira e dor, berra, mirando-me, um alto brado que me cai como um soco: “não me ignora!”. Eu ignoro, não posso me atrasar.

A rua tomada como espaço de exclusão, e não de convivência⁶⁶, espaço de crise insolúvel, despontecializado de suas potencialidades intempestivas de encontros. O transeunte, com seu passo nervoso e olhares de soslaio para todos os lados, mas olhos focados em um horizonte sem-fim, para não encontrar o rumo de outros olhos. O transeunte aperta o passo, ladeado por grades, vitrines e ruas, que guarnecem suas lateralidades. Pela frente, um fluxo de partículas individuais a serem desviadas dos rumos do corpo e do olhar. Fechado em si, mas antenado a tudo, segue o transeunte seu traveling paranóide. A rua reduz-se a cenário de uma perseguição: um algo indistinto, que se encontra fora do

⁶⁶ Como já foi exaustivamente explanado no capítulo anterior.

enquadramento, que pode ou não estar sempre a perseguir, e um espaço a ser alcançado, onde a problemática tem sua resolução parcial e nosso herói, nós mesmos, encontra morada.

Junto à macropolítica de segurança, vemos uma micropolítica de stress crônico do cidadão. Insegurança generalizada que provê ao cidadão a tensão crônica (stress) a qual lhe possibilita dar conta do regime de urgência perpétua do contemporâneo. Tudo é para ontem, e tudo pode acontecer a qualquer momento. As comportas das possibilidades foram abertas e sua pressão esmaga a subjetividade contemporânea, fazendo-a delimitar estas em amarras auto-impingidas de segurança, conforto, velocidade e resignação entediada.

Assim, o automóvel é outra medida a evitar o contato com as ruas, desubstancializa ainda mais esta com sua velocidade, retirando a densidade da mesma, que se torna um simples perpassar de fachadas cenográficas. Como visto no capítulo anterior, a cidade passa a ser planejada para o deslocamento por automóveis, e tem boa parte de suas reformas executada no sentido de alargar o escoamento destes, aumentando a velocidade e diminuindo as paradas: extinguindo aos encontros, que passam a se resumir às sinaleiras⁶⁷ e acidentes. O carro institui um espaço privado e privativo móvel, uma casa portátil, que permite conectar-se ao entorno de modo modulado a se obter um rápido deslocamento com o mínimo de imprevistos e contatos. Nesta cidade automobilizada, busca-se a convivência preferencialmente nos espaços banda-larga, ou seja, nos espaços aos quais se obtêm um rápido acesso e conexão, como os shoppings envoltos por avenidas e com diversas entradas para um vasto estacionamento. Já outras atividades, como uma ida ao centro de Porto Alegre, por exemplo, são atividades discadas, pois além da demora para acesso a esta região, a conexão “cai” diversas vezes, com impossibilidade de estacionamento, furtos e afins.

Deste modo, assistia eu ao pôr-do-sol através do pára brisa do meu carro, parado em um largo estacionamento, ao lado de um centro cultural revitalizado ligado a uma via de auto-fluxo. Fazia frio e vento, assim, permaneci no interior do automóvel utilizando-o como escritório móvel, o qual eu podia alocar na cidade segundo o meu desejo de vista. Escrevia sobre as novas segmentações da loucura, preparando uma aula, quando uma

⁶⁷ Às sinaleiras e seus encontros criaram-se algumas tecnologias de escape, como o insufilm e o ar-condicionado. Perguntou-se a dois meninos que haviam já trabalhado nos semáforos, do que mais eles se lembravam, o que marcava aquela experiência: responderam ser o som das travas e vidros elétricos.

garotinha portadora de alguma síndrome que se fazia visível em suas feições bateu ao meu vidro fechado. Atazanado que me encontrava na tarefa, e liso de moedas como estava, simplesmente lhe sinalizei com um gesto que não tinha nada a dar, poupando nosso tempo com um entremeio estéril de negociação fadada ao fracasso. No entanto, a menina insistiu que abaixasse meu vidro, e me estendia um papel. Vendo que não surtira efeito minha tática de fuga, abri ao vidro, pronto a apanhar um papel encharcado de lágrimas ou sangue, que contivesse um dos tantos pequenos grandes dramas que salpicam nossas cidades. Ainda tentei explicar-lhe outra vez que, infelizmente, não tinha qualquer coisa a oferecer para aplacar minha culpa. No entanto, ela esticou seu pequeno braço e falou com uma dicção atrapalhada: “é um convite”. Estranhado, finalmente peguei o pequeno bilhete e levei aos olhos, nele estava escrito: “muito obrigado pelo teu olhar”.

Institui-se assim, com o automóvel, uma possibilidade outra de evitação, uma tática para a estratégia de fuga, fundamental às ruas das cidades contemporâneas. Mas, para além do carro, pensando o deslocamento mesmo, do qual o automóvel é apenas uma das táticas mais restritas, cria-se na contemporaneidade uma outra divisão equalizadora das diferenças, além da referente aos espaços de segmentação, trata-se da volatilidade, a capacidade de mobilidade e de risco. A alguns é passível deslocar-se constantemente, fugindo dos riscos em busca das oportunidades. Isso de modo seguro e confortável, inclusive virtualmente, ao contrário de outros, onde o deslocamento se dá na precariedade, e implica um dispêndio do qual, pode ser fatal diante da frustração do projeto. Ao contrário da modernidade, institui-se uma elite nômade, a qual, pode estabelecer-se de forma sedentária em todo ponto por que passa; enquanto do outro lado, institui-se uma massa sedentária, a qual possui dificuldades para os deslocamentos, mas que, em sua precariedade, nunca cessa seu movimento, até por que, ao quedar-se em um ponto da rua, tornam-se suspeitos.

Em uma experimentação involuntária, passei algumas horas debaixo da marquise de um prédio de uma rua mediana de Porto Alegre ao entardecer. Chovia, e as pessoas de esquivavam umas das outras em um balé de guarda-chuvas negros. Como não tinha nada a fazer naquele horário e não queria me retirar ao meu lar, lá parei a olhar a beleza de um entardecer chuvoso no inverno. Algumas mães que levavam seus filhos para casa, me dirigiam olhares de solaiio, agarrando à mão da criança e apertando o passo. Outras simplesmente agarravam fortemente a bolsa contra o corpo e enfrentavam minha presença

com um olhar atento. Poucos atravessaram a rua, a maioria buscava o meio fio, passando a uma distância mais segura, mas sem denotar o temor ou suspeita. Evidentemente, os que mais demonstravam preocupação e desconcerto eram os moradores proprietários da marquise sob a qual estava escorado. Estes em nada escondiam seu olhar de vítima quando da aproximação, que permanecia grudado em dúvida na minha figura, enquanto nervosamente encontravam as chaves, isso quando já não haviam as pego à distância. Dos que saíam, eu só via as costas e o bater da porta puxada em conjunto com o movimento de fuga à rua. Os motoristas fechavam seus vidros e aguardavam o fechamento do portão para arrancar. Depois de uma hora e meia, me desloquei até meu carro, parado em minha frente, pois a chuva se intensificara. Não demoraram quarenta minutos para que uma viatura parasse ao lado do meu automóvel e o policial viesse me perguntar o que lá fazia. Diante da ridícula resposta “nada”, me foi pedido então que fizesse o favor de me retirar e circular novamente.

A visão de um corpo parado em uma via é já motivo para um atravessar de rua, um apressar de passos, ou uma atenção redobrada sobre o sujeito. Do corpo parado na via, e quão mais rápida esta for, mais suspeito se torna, se pressupõe uma má intenção: é como o predador à espera de uma presa, que espreita em uma sombra o momento em que a caça se aproxime. O transeunte deve mover-se, e quando parado sem motivo claro, passa a promover um abalo sobre a circulação dos fluxos, abaulando-os em seu trajeto. Inserir lentidão nestas vias é subversivo, e pode ser caso de polícia, mas não para prisão, e sim para exigência de circulação. Há que se circular para evitar a suspeição.

A circulação enquanto imperativo da rua, a qual serve de espaço de passagem entre pontos privados e semi-privados, segmentadores da convivência, cada vez mais diversificados e autônomos. Isso institui o circuito-fechado de Maria, que a impede a deriva do desvio, e lhe impinge a circulação certa. Circuito-fechado que molda um cotidiano em nada paradoxal, já que, em sua circularidade semanal tautológica, está sempre a re-afirmar seus passos e espaços, cavando cada vez mais fundo as valas e os buracos por onde o corpo fluido escorre. O cotidiano passa a se re-afirmar sem dubiedade alguma, extinguindo os encontros intempestivos que abrem os pequenos ritornelos ao caosmos e permitem um retorno onde o que se repete é a diferença. O paradoxo da loucura e suas escavações da superfície, a re-volver o centro da terra em atmosfera e vice-versa, se domestica em

tautologia. Do sim que afirma o não que afirma o sim, passa-se ao não que diz não, e ao sim que diz sim. Se finda com o absurdo que subvertia a dura calçada dos retos passos calcâneos em magma-mar a ser singrado à deriva, que abria as sólidas paredes da casa em fissuras airadas. Diante da conjunção da loucura na cidade, resta encontrar estratégias para anular a mesma.

5.3. A CLÍNICA: (SU)GESTÃO SOCIAL DA LOUCURA

Duas ações se encontram na Reforma contemporânea: o deslocamento da assistência do espaço manicomial para os CAPS, NAPS, Pensões protegidas, Residenciais, etc; e o trabalho com a comunidade para abrir a possibilidade de acolhimento da loucura por estes. Isso exige que a clínica da Reforma, idealmente, não seja uma mera transposição da clínica tecno-científica da psiquiatria asilar para espaços mais facilmente administráveis por seu tamanho mediano e clientela restrita; mas antes, se constitua enquanto um novo dispositivo clínico, que dê novas visibilidades ao louco e aos profissionais que lho envolvem, novos enunciados às práticas de saúde mental, e um novo campo de atuação para as mesmas: o social. Para tanto, não apenas os equipamentos se aproximam do território, da comunidade, como também novos profissionais, como os agentes de saúde, adquirem mais efetividade nos jogos mentaleiros, desde que se tornam essenciais atores sociais que repliquem, não as técnicas psiquiátricas ou psicológicas, mas sim um trato cuidadoso de cerzir comunicações entre a loucura e a comunidade.

Agora, doença mental não se refere simplesmente aos sintomas, mas a uma existência em confronto com seu contexto, o qual precisa sofrer intervenções para melhor receber esta vida. Do foco na doença em seu recorte clínico clássico, se passa a pensar a partir do portador do transtorno, sem recortar a heterogeneidade que constitui sua vida no sentido amplo. Por isso, muitas vezes tal clínica é referida como “campo terapêutico em expansão” ou “clínica ampliada”, o que, por fim, nos diz que “a clínica é uma ação social” (TENÓRIO, 2002, p. 24), antes de ser médica ou psicológica. A questão aqui é vencer as dificuldades do psicótico, do esquizofrênico e demais portadores de transtornos, para se inserirem no tecido social, e não retirá-los para tratar sua problemática psíquica. O “fora” da clínica torna-se seu interior, no momento em que este está constantemente esgarçando os limites desta em ultrapassamentos (PASSOS; PITOMBO, 2000).

A clínica da Reforma, busca romper suas polarizações entre clínico e político, individual e social, incorrendo em uma quebra dos limites para suas ações e definições, as quais se fragmentam nas diversas práticas sociais de administração das diferenças, adentrando nas mais íntimas esferas da vida cotidiana, com uma “(...) visão integrada das várias dimensões da vida do indivíduo...” (SECRETARIA DE SAUDE RS, 2000, p.4). Esta ação de diluição das fronteiras e instituição de hibridismos que tomam de assalto à vida cotidiana, com políticas-de-vida (BAUMAN, 2001), nos remete necessariamente aos atravessamentos da máquina capitalística contemporânea e sua lógica gonza, de flertar com os próprios limites, produzindo um desarranjo decodificante que abre novas possibilidades ao capital. E, realmente, ambas, em sua rizomática intenção de utilizar a conjunção enquanto operação fundamental, realizada por uma administração das diferenças segundo uma geometria complexa, aproximam-se de forma perigosa e inevitável uma da outra.

No entanto, há no caráter social desta Reforma, não simplesmente a visão centrada na comunidade que ajuda a adaptação do louco ao contexto no qual irá viver. Seguindo o modelo italiano, esta Reforma tem um viés de transformação cultural, pretende-se avançar em uma revolução cultural a qual gere a abertura de novas possibilidades de interação entre os sujeitos do contexto: sem a sujeição da diferença à hegemonia, com a mera adaptação domesticante da loucura, antes institucional, agora doméstica, e sem a sujeição da hegemonia à diferença, em um novo jogo civilizatório da população, que extinga com o caráter de incômodo e angústia do desarazoamento das linhas que formam nosso cotidiano, ao assimilar a loucura na vida como um simples estilo-de-vida a ser respeitado pelo distanciamento e indiferença. Pretende-se antes, um processo de desconstrução de dinâmicas naturalizadas, abrindo-as, principalmente a referente à periculosidade, a partir de cada encontro com o inusitado da desrazão, para novas passagens criativas, pois sem tal porvir, a queda dos muros em nada muda a necessária segregação, mesmo inclusiva, dos ex-internos asilares (BARROS et all, 2001).

Para preparar o território aos perambulares da loucura, a Reforma se utiliza de algumas táticas. Duas destas trabalham duas pontas do liame que amarra o louco ao seu território: a mídia e a família. Uma buscando amolecer algumas durezas para com a loucura no campo dos sinais que são dispersos pelas imagens estereotipadas do louco; a outra trabalhando a interação mínima dos familiares com o parente insano, diluindo imagens pré-

concebidas e produzindo cotidianos que permitam esta inserção com o mínimo de dor às partes. Busca-se transformar o contexto onde a loucura se insere para este melhor acolhê-la.

Voltam-se as práticas, então, para a opinião pública, vislumbrando-a enquanto potência de transformação política, a partir da necessária persuasão deste campo. Para tanto, busca-se a visibilização tanto das práticas opressoras asilares, quanto da gratuidade de muitos conceitos de periculosidade e inépcia formados pela população. Do mesmo modo, o chamamento da família a livrar-se de idéias pré-concebidas sobre a loucura e o louco, capacitando-a a melhor conviver com o parente acometido de transtornos, é parte fundamental da clínica na Reforma. Pois, é muitas vezes nas relações familiares que o usuário terá a oportunidade de criar uma pequena rede que o auxilie na re-socialização. Possibilitando um cotidiano doméstico, pressupõe-se estar facilitando a expansão do seu território existencial (MAIA; FERNANDES, 2002). Sendo, por fim, a socialização, e não a remissão do sintoma, o foco e objetivo fundamental da clínica da Reforma: antes de normalizar, há de se gerir a anormalidade para torná-la assimilável pelo normal, o qual, em sua versão dispersiva e flexível contemporânea, não faz as duras exigências da modernidade para a inclusão⁶⁸.

Tal encontro heterogêneo, de práticas diluídas e hibridizadas, se dá segundo os parâmetros gestores e administrativos, pois que, findam por constituir a linha que amarra todas estas diversas práticas, e lhes provê um fim, uma causa final que ordena as pequenas ações. Alguns deslocamentos no discurso demonstram a tentativa de criação de outra racionalidade para pensar a saúde mental (DUNKER; NETO, 2004). O louco, que já fora chamado por muitos nomes em POA, passa de alienado (início do século XX) à doente mental e do cérebro (metade do século XX), disto, torna-se paciente (década de 1960-1970) e, agora, se desloca para o nome-função de usuário. Já não referimos sua relação com a rede de assistência a partir da sintomatologia ou problemática que até lá o move, mas antes, de modo semelhante ao cliente da clínica privada, os tratamos como consumidores de um serviço público. Do mesmo modo, o velho Hospício e seus ares asilares benfeitores, passa ao cientificismo de Hospital Psiquiátrico, e agora, ultrapassando o macro-hospital, se fala em equipamentos de saúde mental. Mais uma vez se retira a especificidade médico-

⁶⁸ A própria máquina capitalística contemporânea trabalha fundamentalmente operando pela conjunção, como vimos nos dois capítulos anteriores.

psicológica da situação, retirando da mesma sua especificidade clínica, abrindo-a, diluindo-a entre as diversas questões atinentes ao social. De certa forma, se transmuta a uma linguagem gerencial dos recursos e seus usuários, buscando apagar a especificidade que atravessa esta relação, para tratá-la com a frieza necessária às gestões eficientes, que buscam conceitos por vezes cruéis como o de qualidade total (GASTAL et al, 2002). Reitera-se esta percepção de gestão social da assistência à saúde mental, ao visibilizarmos que os centros de tais equipamentos (CAPS e NAPS), já não são de tratamento, mas de “Atenção”, ou seja, de práticas heterogêneas de acolhimento e continência da vida transloucada, integradas em torno do usuário. Passa-se do técnico-científico centrado no sintoma, ao técnico administrativo centrado no contexto social-comunitário.

Se na clínica da década de 1970, com o setor jurídico e a Setorização do HPSP, via-se uma abertura, controlada e burocrática, ao social como variável importante na gestão da loucura, hoje, o social toma conta das práticas, com sua fluidez dispersiva que dilui a clínica em suas tramas, tornando-os híbridos incapazes de clara diferenciação. Os Direitos Humanos constituem uma nova ontologia da loucura, própria à reforma psiquiátrica contemporânea: a ontologia da loucura como entidade (processo) social. O ser da loucura é definido, nas práticas para com esta, não exclusivamente por mecanismos orgânicos. Ainda que estes sejam fundamentais à sua definição, vê-se um estatuto social na definição da loucura, no momento em que as práticas para com esta passam a ser práticas centradas no contexto heterogêneo onde esta está inserida, e não nela mesma como substância reificada. Assim, seu ser não é restrito ao individual ou ao orgânico, não é passível de uma interioridade identitária essencial, a qual pudesse ser iluminada em suas entranhas por alguma luminescência específica (psicofármacos, emissão de íons, contrastes neuroquímicos, tomografias computadorizadas, etc), e passa a ser definido enquanto construção histórico-social⁶⁹.

Assim, a idéia de cura é substituída pela idéia de cidadania, e esta última passa a ser o foco das ações administrativo-clínicas da reforma e seus atores. Assim, as práticas devem agir no sentido de elevar o status ontológico do sujeito ao de cidadão: idéia de cura, que já não é cura, mas inclusão da doença e gestão da sua diferença. Ao contrapor a toda forma de

⁶⁹ Ainda que, tal concepção ontológica conviva com outras, algumas vezes mais arraigadas, como a organicista dos psicofármacos, e mesmo a biográfica, deslize ainda comum na leitura do louco quando se restringe este e sua condição existencial, a fatos ocorridos em sua trajetória familiar.

exclusão, a Reforma erige o imperativo da inclusão, buscando sua rede como rede conjuntiva, funcionando segundo o imperativo da inclusão. Valores constantemente afirmados pela clínica da reforma como “respeito às diferenças”, “repeito à vida”, “criatividade”, “afeto”, “beleza”, “qualidade de vida”, “agilidade”, e outros, são operadores de conjunção na lógica capitalística contemporânea, principalmente em sua versão imaterial, lida como “Capitalismo Cognitivo” (MARAZZI, 2002).

No entanto, esta vida defendida pelos direitos humanos não é uma vida qualquer, mas sim uma específica. Assim como o humano em questão também não se refere a qualquer modo de humanidade, mas a uma forma dita civilizada: Direitos Humanos. Ainda que estas lutas, quando atreladas aos movimentos sociais, obtenham interessantes efeitos ao problematizar certas questões esquecidas pelo capital, usualmente se vêem utilizadas como belo ornamento a colonização da vida por uma certa política de vida: ser vivo é poder consumir e produzir. A ontologia do conceito de cidadania contemporâneo, está diretamente atrelada à conjunção nas malhas sedutoras da liberdade de consumo. E “vida”, aqui, refere-se à sobrevivência com conforto. Vida, aqui, nega os extremos da mesma, em prol de uma pausterização na busca da felicidade no consumo. Vida é uma propaganda de margarina refrescada por outra de dentrificação.

5.4. MAQUINAÇÕES DA SUBJETIVIDADE NO CONSUMO.

“É muito fácil ser antifascista no nível molar, sem ver o fascista que nós mesmos somos...” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p.93). Quanto mais global e sem fronteiras torna-se o Império, mais se moleculariza também as forças deste, adentrando totalmente na intimidade, e valendo-se de novos expedientes de sedução para fazer valer sua dinâmica. “Chegamos ao ponto em que o ‘consumo’ invade toda a vida, em todas as actividades...” (BAUDRILARD, 1995, p.19). Sendo a própria vida tomada de assalto pela lógica do consumo, tornando-se, a vida mesma, o valor máximo deste em suas táticas de expansão. O poder que se fluidifica, descende sua atenção do macro ao micro, erigindo “políticas-de-vida” (BAUMAN, 2001). Deve-se, então, buscar a expansão da vida, enquanto atividades, necessidades, satisfações, felicidades, segurança, etc. Desde que, todas estas, sejam passíveis de venda ou compra. Mesmo o afeto valoriza-se no consumo, e passa a ser objeto de mercadores de sonhos (BURROUGHS, 2005), os quais, trabalhando com conceitos de uma vida auto-realizável pelo sucesso, buscam afetar ao outro e produzir neste certos

estados afetivos específicos, desejados para os fins em questão. Assim, o consumo tem como plano de realização, não as grandes ações públicas, ou mesmo as políticas de Estado (educacionais, de saúde, etc.), este se dá exatamente no cotidiano, e primordialmente segundo uma esfera privada, a qual é trabalhada molecularmente em sua captura.

O capital é o elemento decodificador, o qual, por muito tempo, foi regulamentado firmemente pelas forças políticas para manter um esquadramento molar rígido. Mas contemporaneamente, vai se desvencilhando das amarras sobrecodificantes, principalmente das Estatais, e se vê força desterritorializadora que decodifica, mas iguala a tudo sobre a abstração do capital como fundamento comutador de todas as coisas. O mercado em suas velocidades e acelerações passa a desregulamentar as relações, mas permitindo que o próprio valor de consumo destas seja mantido como medida, ainda que medida cada vez mais imprecisa e fugaz, quase intempestiva em sua decodificação.

Deste modo, se quando pensamos em molaridades, uma sociedade se definiria por suas grandes contradições e conflitos (elite versus proletariado, civilização versus natureza, indivíduo versus coletivo, produção de mais valia versus poder de compra), ao problematizarmos a contemporaneidade em suas molecularidades, passamos a definir esta por suas linhas de fuga, pelas forças que estão a transbordar sua dinâmica (DELEUZE; GUATTARI, 1996). É na fuga, e não na contradição, que vemos aqui os pontos de captura (definição de um estado de forças) e de potência (emergência de um desvio que possibilite a possibilidade de novos estados de força). Sendo a fuga, para o capitalismo dito pós-industrial, a um só tempo o ponto de onde vertem as resistências a este, e a força que propicia sua expansão e complexificação da sua teia conjuntiva.

A máquina social do capitalismo desenrola-se por um jogo de risco, onde avança por sobre o território da crítica, ironizando-se a si como modo de incorporar as fugas, de modo a expandir as fronteiras de suas lógicas. Assim, podemos ver, por exemplo, a globalização como fruto do server capitalista do internacionalismo socialista em épocas de resistir às nações fortes (HARDT; NEGRI, 2004). A fuga da molaridade imperialista dos estados nação, desloca-se e dá lugar a um internacionalismo que antes era visto enquanto resistência a um capitalismo que dependia da identidade nacional imperialista para sua realização. No entanto, a máquina capitalística em seu jogo de expansão das próprias fronteiras até sua diluição, acelera-se catalisada pela crítica, se transmutando em Império

global, servindo-se do internacionalismo e sua vitalidade de fuga para a re-invenção dos seus modos de captura.

Do mesmo modo, a revolução cultural da década de 1960, as lutas libertárias de 1968, vêm suas razões serem adotadas como premissas capitalísticas. O capitalismo se desfaz da chamada moral burguesa tradicional, e passa a assimilar a idéia libertária da contracultura, em suas exigências de mais comunicação, valorização aos afetos, importância à horizontalização cooperativa, etc. A flexibilização dos padrões familiares, a juventude e sua experimentação como antagonistas de um modelo baseado na repetição de padrões, a diferença afirmando-se como superior a uma normalidade estabelecida, etc. A própria liberdade sexual, de transgressora passa a imperativo de consumo da mesma: um mercado libidinoso, fetichista e adicto. Mesmo o feminismo, com a afirmação de que o pessoal, o doméstico, é também político, redundou em uma redução ao politicamente correto e suas milícias cotidianas dos *Deveres Humanos*.

Valores diversos, tomados de assalto por uma dinâmica que os capitalizou em possibilidade de ganho, em moral do consumo. A contracultura revitalizou um capitalismo moderno desgastado. A fuga expandiu suas fronteiras e decodificou suas dinâmicas. Pois, além de assimilar os aspectos citados, ainda capturou os movimentos instituintes da dita contracultura, como os Beats, Hippies, Punks, negros, gays, feministas, e outros, e transformou-os em representações caricaturais dos mesmos, significantes vendáveis que chegam ao máximo na fusão entre Marlin Monroe e Che Guevara executada pelo pop Warhol e pelo biquíni de la Bünchem. Hippie chic, Punk de boutique, e outros, somados a assimilação das diferenças, em uma dispersão da normalização, ajudaram na segmentação de um mercado onde mais valia intensificar os tarjets por segmentações e sucessões aceleradas (modas) do que pela simples expansão, cada vez mais sem fronteiras para ultrapassar. As estilísticas existenciais que se propunham de algum modo obras de arte singulares e resistentes, se vêm consumidas enquanto estilos-de-vida estritamente cosméticos.

A socialização mesma se dá no consumo neste capitalismo contemporâneo, na participação em suas necessidades, nos seus desejos. Não há coação voltada à produção formatada de produtores. O simples se deixar fruir por sobre os serviços e produtos na busca de felicidade e prazer é já a máxima escola na formação dos cidadãos da sociedade

de consumo contemporânea. A dívida, o crédito, age como força ordenadora deste arranjo, executando uma modulação e racionalização dos consumidores, assim como as operações disciplinares o fizeram no tocante ao âmbito produtivo e a formação do operariado. Troca-se a poupança e sua concretude do “guarde hoje, usufrua amanhã”, por outra caderneta, a de crediário, e seu “usufrua hoje, pague amanhã”.

Sua rede de deslocamento de dívidas administra uma complexa teia de parcelas, taxas e juros, onde a vida é envolta por uma miríade de endividamentos os quais devem ser gerenciados. A coação sofre uma torção, e ao invés de ser anterior à conjunção no sistema, funcionando como uma espécie de propulsão traseira, a empurrar o operário à atividade; passa a ser simultânea à conjunção, e puxa este, em uma propulsão dianteira, para fazer andar às esteiras eletromagnéticas. A coação do endividamento se coloca como arapuca, à qual se vende e é procurada como privilégio. À semelhança do burro que não anda mais sobre as pauladas do rebenque, mas sim na busca da imagem sedutora da cenoura publicitária retocada em photoshop.

Este adentrar na sociedade pelo consumo fica evidente no caso, anteriormente relatado, da ex-interna do HPSP, que relatou na TV ter como momento de insight de sua condição de cidadã, não a abertura das portas do HPSP, a entrega das chaves da sua casa, ou mesmo seus primeiros dias “livre”, mas sim, o momento em que recebeu a primeira conta: com esta cobrança, segundo ela, pode sentir-se cidadã. É o submeter-se aos fluxos de endividamento e consumo que constitui nosso contrato social contemporâneo. Submeter-se à dívida é o dever assumido ao qual nos sujeitamos para obter o direito que nos constitui como cidadãos: o direito do livre consumir supérfluos nos provê o status ontológico de consumidor.

Assim, o exame, que na modernidade disciplinar era a ação do vigia por sobre o suspeito, tido como espécie de maledicência e encarado com desconfiança, passa agora a ser privilégio: de possível porta de entrada aos espaços de exclusão, passa a possível porta de entrada a espaços exclusivos (VIP). Submeter-se a um exame na contemporaneidade é a chave para adquirir as senhas que permitem o livre vagar por seus fluxos virtualizados e espaços segmentares. Não se trata mais de simples suspeição sobre o suspeito, mas de um procedimento de promoção social: obter crédito, produzir credibilidade. Não no sentido de ser verdadeiro, detentor de posses, mas sim de ser crível para seduzir.

Certa feita, em um acompanhamento terapêutico, um paciente, o qual, possuía parentes trabalhando em empresas de alta tecnologia, os quais abriam seus escritórios aos olhos deste com cartões magnéticos, confidenciou ao seu acompanhante: “meu problema é a tecnologia, é isso que me faz ser assim, as ondas eletromagnéticas”. Em outra ocasião, durante uma caminhada no centro, o mesmo paciente, angustiado, verteu repentinamente em efusão. Quis logo adentrar o prédio de um conhecido periódico. Sem compreender algo, seu acompanhante atendeu ao pedido. No interior da edificação, o paciente se dirigiu ao guichê de entrada, e questionou de um só fôlego apontando para o computador da atendente: “meu nome está aí no cadastro?”. A mulher não captou suas intenções, ao que ele repetiu a pergunta duas vezes ainda. Por fim, com a resposta afirmativa da recepcionista, virou-se para seu acompanhante e disse com olhos exultantes e feição de orgulho: “viu, meu nome ta lá!”⁷⁰.

A fluidez sutil da decodificação virtualizada torna imprescindível ao reconhecimento do ser enquanto tal, estar presente de alguma forma em algum banco de dados. Diante dos acelerados fluxos fugazes é preciso um endereço, é preciso afirmar a própria existência na rede mundial de computadores com diários de banalidades. E, quanto mais bancos de dados estiverem abertos a sua senha, mais consistente e elevado o status ontológico desta existência.

Há um deslocamento no sistema econômico, onde o supérfluo e o fugaz adquirem uma premência de imperativo. O gasto excessivo, o esbanjamento com miudezas, o endividamento ilimitado, passam a reger a lógica das relações sociais de consumo, mais do que as necessidades básicas e bens de longa duração. Uma experimentação sem os freios da poupança e do amanhã longínquo, decodifica a rígida estrutura da produção e do lucro simples como máxima: a propaganda, mesmo quando vende somente a si mesma, é mais

⁷⁰ No entanto, evidentemente, este não é um fluxo de criação exclusiva da contemporaneidade. Na modernidade Imperial Brasileira, via-se já o imperativo da imagem autonomizada (DEBORD, 1997) e o privilégio ontológico dado à imagem autonomizada. Isso pode ser vislumbrado no espanto, um tanto moralizador, com que um cronista fala da profusão de imagens que tomam conta da cidade do Rio, e afirmam sua autonomia perante os valores de antanho: “O anúncio é hoje em dia o rei das opiniões. Um anúncio faz uma reputação. Um homem que não materializou o seu nome num anúncio não é digno de figurar na lista de eleitores, nem de ter voto para membro de qualquer associação (...) O anúncio (...) esse agente do industrialismo, esse representante vivo do make money, triunfa até mesmo nas límpidas esferas onde outrora reinava soberana a inspiração.” (NOVO CORREIO DAS MODAS, 1854. Apud: MAUAD, 1997, p.202).

alma do negócio do que a mais pura mais valia. Pois, aqui, trata-se da manipulação de sinais para expressar diferenciação de subjetividades.

O consumo vive da superficialidade, mas de uma superficialidade “essencial” porque distintiva do ser diante dos demais. É nesta superficialidade que se define a própria ontologia do ser, na expressão da sua subjetividade. Como no caso dos sapatos comprados pelos escravos no Brasil Imperial, estes não podiam usá-los, pois sua condição proibia-os de calçarem aos pés, interdição que marcava sua condição de cativos. Mas, mesmo assim, compravam calçados, não para proteger e embelezar seus pés, o faziam ultrapassando o sentido de utilidade: carregavam os sapatos sobre o ombro como adorno que lhes provia dignidade, talvez não só uma marca econômica, mas o lembrete da liberdade que poderia vir, e que assim, ali habitava com eles o mesmo corpo escravizado. Assim, mesmo o consumo estando sempre atrelado à formação de uma extensividade, uma forma-senha codificante das relações, também pode produzir intensidades, como no sapato carregado nos ombros pelo escravo, o qual abre o corpo domado a uma gama de virtualidades possíveis: o sapato retirado de sua função funda novos possíveis por sobre os ombros do negro cativo, cativando os devires de sua liberdade futura, aqui e agora, virtualidade que escapa aos grilhões presentes, uma vez que aponta para a dignidade jamais vencida.

De certo modo, isso também ocorre com a loucura em alguns casos. Quando do primeiro pró-labore recebido, alguns dos integrantes da associação de reciclagem do HPSP, tiveram como objeto de sua primeira compra um relógio. Evidentemente, o relógio de pulso é um símbolo de distinção da subjetividade urbana, pois como acessório, dá voz a toda uma gama de cifras que servem de senha a diversos olhares. Não por acaso, juntamente ao tênis e ao celular, é um dos objetos mais visados pelos roubos e furtos: pequenos objetos que diferenciam claramente níveis sociais e tribos culturais. No entanto, no caso do HPSP, podemos pensar algo que ultrapasse a mera fome de participar de uma forma apresentada enquanto ideal por médicos e propagandas, podemos pensar no tempo da instituição cronificante, suas linhas temporais circulares molares e lentas, as quais são as únicas vias de acesso ao tempo pelos internos. Deste modo, o relógio de pulso pode ser visto como um ultrapassamento da força molar esquadrihante do HPSP, que ditava os horários até então, e uma passagem à individuação no tempo, apropriando-se do mesmo.

A socialização no consumo se dá preponderantemente pela imagem, a qual media nossa socialização com o espetáculo (DEBORD, 1997). “O capitalismo é profundamente analfabeto” (DELEUZE, 1976, p.304), e produz em sua imagética um contágio que ultrapassa o uso de produtos. Com as estrelas do espetáculo, por exemplo, consumimos estilos de vida, de vestir, de arrumar nossa sala de estar. Consumimos pequenos gestos e terminologias, além de hábitos que até então desconhecíamos. Tais imagens aportam em nosso cotidiano grudando-se a ele para além do mero exemplo, são um ideal, ao qual quando não chegamos, sentimos as dores contemporâneas de confrontar a impossibilidade da plenitude imediata vendida na bula.

A principal literatura da casa de Maria são os catálogos de preços dos supermercados e lojas de departamento, os quais, como baluartes da democracia, chegam a todos indiscriminadamente, pelo correio. Maria folheia repetidas vezes as páginas de um livreto que apresenta a coleção de verão de uma conhecida loja transnacional e popular. Quedo-me a observar tamanha atenção despendida, e, quieto, me pergunto sobre seus pensamentos. É quando Maria se dirige a Joças, outro morador do residencial, e lhe comenta em um saltar de olhos por sobre as páginas: “como são magrinha né. Bunitas né. Bem magrinha... as roupas também são muuuuito bonitas”. Neste momento, após breve pausa, Maria franze o cenho, baixa o catálogo, e olha seu interlocutor com certo desconcerto que remetia a uma angústia desconhecida: “Mas eu não posso usar né. Eu sou gorda né. Eu sou gorda né. Eu não poderia usar. Em mim ia fica tudo feio, tudo feio. Eu sou gorda, eu sou gorda...”. E segue balbuciando rigidamente, com a língua afiada pela faca das imagens, a cortar sua figura desencaixada em retalhos imprestáveis, restos inúteis da sua triste figura⁷¹.

A coação do consumo, em seu arranjo de forças, não necessita dos exercícios corporais impingidos por escolas, fábricas ou casernas; basta a inserção na rede de percepções e afetos do espetáculo, que estes, em sua força fascista de imagens ideais, se

⁷¹ A imagem enquanto senha social, simulacro a ser reproduzido sob qualquer superfície, com certa autonomia perante a situação ou essência do sujeito ou coisa, ainda que seja algo visivelmente intenso na contemporaneidade, possui claros laivos modernos atrelados ao consumo de estilos de vida. Na busca de obter a senha cosmética à cidadania no Império, os descendentes libertos de escravos, mulatos e pardos, reavivaram a moda das perucas empoadas de talco, a qual havia vigorado nas cortes européias a um ou dois séculos. Utilizavam-se das perucas para esconder o cabelo pixaim, e travestir-se com o código aceito pelo sistema visual de então. Do mesmo modo, cremes prometiam, junto ao fim de sardas e espinhas, o branqueamento da pele, seduzindo aos não brancos por um sonho de branquidão: “faz desaparecer a cor trigueira em cinco dias” (JORNAL DO COMÉRCIO, 1864. Apud: ALENCASTRO, 1997, p.87).

espagem pela rede contaminando às subjetividades viróticamente. Maria, neste momento da dor de ver-se deslocada de um padrão, poderia comprar uma cinta emagrecedora pelo telefone da casa, ou mesmo marcar uma lipoaspiração, se tivesse capital para tal investimento pessoal em sua imagem. É obter esta capacidade de inserção nas relações mediadas por imagens senha que garante o reconhecimento do sujeito enquanto cidadão pelos demais. Assim, podemos compreender o conceito de cidadania que perpassa nossas cidades: a possibilitação de um sujeito consumidor: “(...) o cidadão cede passo ao homo consumericus” (LIPOVETSKY, 2004, p.87).

A sociedade contemporânea coopta o sujeito à sua lógica pela inscrição no consumo. Importa antes a educação como consumidor, a qual prescinde de colégio e família, do que a formação enquanto produtor, que se utilizava destes dispositivos de fechamento. Do receio da ambição desenfreada pelo luxo e ostentação, do medo dos apetites e do imediato, passamos por uma banalização destes, que deixam de ser pecados contra o comedimento, contra a medida, o normal, e passam a elementos diferenciadores, sedutores, que logo passam de luxo a consumo de massa, exigindo novos patamares de diferenciação.

Não é mais necessário despender energia na formatação individual de cada sujeito para este tornar-se cidadão. As imagens do consumo, peça agora mais fundamental que a produção, pois que foi subjugada ao produto, perambulam pelo espaço aberto e pelos espaços mais íntimos, contaminando a todos com suas sensibilidades afetivas, e suas conexões desejanças. O convencimento pela sedução e tentação, tomam o posto antes ocupado pelos exercícios coercitivos da disciplina, que moldavam perenemente o corpo e a personalidade. Hoje, modulamos corpo e persona sempre em busca de uma forte imagem ideal e imaterial, a nós apresentada como possível. O mundo Photoshop, um possível prazer carnal e social, onde esperamos nos encontrar, sempre dentro em breve, por um simples acaso enaltecido. O espetáculo sedutor toma o lugar da supervisão disciplinadora (BAUMAN, 2001).

O consumir é visto então enquanto liberdade emancipadora. Possibilidade de se apropriar, pelo ato da compra, da própria vida, usufruindo-a e a configurando segundo o gosto da vontade individual. A emancipação advém de um conglomerado de objetos e logomarcas, coladas ao corpo, que diferenciam um dos demais e produzem uma

singularidade mínima, advinda do re-configurar os artigos de massa em uma customização do geral. No entanto, o ato de liberdade e direito é o ato da compra, em sua fruição que permite escolhas diversas e o seguir por caminhos caprichosos, aos quais não se necessita qualquer justificativa para trilhar.

Não se trata da redenção por um estilo-de-vida, ainda que isso perpassasse ecologistas e esotéricos, o que sustenta o corte de um determinado modelo de subjetivação. O que move a linha do estilete por sobre o caos, compondo modos, é a captura pelos afetos relacionados à adoção de um visual, de um cotidiano com alguns hábitos específicos: “A fé foi substituída pela paixão” (LIPOVETSKY, 2004, p.29). Busca-se basicamente o bem-viver publicitário, o *carpem diem* espetacular.

Tal lógica adentra também os meandros da reforma psiquiátrica e sua concepção de inclusão. O reformador italiano Rotelli (2002), ao falar das modificações nos seus métodos de ressocialização do louco, deixa clara a função que o consumo, enquanto modulador social que não exige o molde da produção, tem para a possibilidade de uma clínica extirpada dos espaços de fechamento e disciplinarização. Assim, o consumir era incentivado, mesmo quando do hospital psiquiátrico (criando, por exemplo, bares dentro destes), pois o consumo servia de mediador para a socialização, a re-integração do sujeito nas tramas do social. Seria exatamente o consumir a operação necessária para a obtenção de uma “consistência existencial para os psicóticos” (GUATTARI, 2003, p.50) na contemporaneidade.

“Eram, então, pessoas que podiam ser reabilitadas, de forma que elas aprendessem muito mais a consumir do que produzir. Em outras palavras, nós gostávamos de imaginar que era melhor que estas pessoas se divertissem do que trabalhassem; em outras palavras, readquirir a capacidade de se relacionar com os outros pudesse passar muito mais através do papel de consumidor do que do papel de produtor” (ROTELLI, 2002, p.157).

Além disso, outro conceito contemporâneo que se introduz na clínica da reforma à italiana é o de “qualidade”, tanto referente ao estilo de vida, quanto aos produtos, comerciais e culturais produzidos pelos ex-internos nas cooperativas, grupos de trabalho ou nos empregos. A produção não deve ser da ordem da simulação, do faz-de-conta, como

quando na década de sessenta toda atividade era reduzida ao seu caráter terapêutico. Agora a produção deve ser analisada sob o prisma da qualidade, o produto deve ser um produto de qualidade, a obra de arte ou dramática deve ser uma obra de qualidade.

Tal imperativo da qualidade possui uma clara ambigüidade, se por um lado é parâmetro dignificador do sujeito considerado louco, ao abrir o campo de possíveis para este sem simplificá-lo por um desmerecimento pré-suposto de sua capacidade de viver e produzir; pelo outro, pode tornar-se o mesmo imperativo da qualidade total que subjugava aos fluxos em formas por demais perfeitas em nosso mundo, desdignificando o que se desvia deste padrão. Do mesmo modo como para nós, a exigência da qualidade total decai nossa vida a um exercício de felicidade impossível, servindo mais a um estado extenso representacional de um clichê, do que a uma abertura às afecções. A qualidade total de vida impõe segurança onde poderia haver aventura: a vida saudável e feliz não é um mero objetivo pessoal, mas uma exigência social. Quanto à produção, a exigência de qualidade, quando para além da abertura de possíveis digna, é mais uma vez a exigência de forma extensa representacional à qual se atribui valor de verdade, em desdignificação a outro modo expressivo.

“Eu não acho que talvez seja muito importante que as pessoas apenas se expressem, eu penso que é muito importante que as pessoas possam se expressar dentro de uma situação que tenha uma qualidade, senão eu tenho a impressão que nós estamos de frente para uma ficção, que não serve pra fazer se expressar de verdade” (ROTELLI, 2002, p.161).

Ao adentrarmos o ardiloso território do Belo e do Verdadeiro, não estamos mais simplesmente evitando a infantilização do louco, do idoso e do deficiente; estamos já, erigindo um imperativo formal de qualidade total, função capitalística contemporânea, a partir do qual se constrói uma representação ideal cristalizada de algo. A partir disso, ao invés de respeitar, desdignificamos o porvir que se desvia, pois que, estará ao lado da ficção, da mentira e da ilusão. A verdade e a beleza atrelados a uma forma de produzir dos pacientes são conceitos que vêm sobrecodificar a expressividade das loucuras em seus contextos a partir de uma aceitabilidade social determinada: a de adquirir uma consistência social viável, ou seja, de ser reconhecido pelos demais enquanto um sujeito capaz de

produzir produtos e serviços passíveis de competitividade mercadológica e fruição consumidora. Trata-se de uma molaridade imagética espetacular que provoca o assoreamento dos rios de possibilidades do virtual, colonizando-o com seus tipos diversos. Vemos, portanto, molaridades a se comunicarem com as tramas moleculares do consumo e sua cooptação. No entanto, tais molaridades não se congregam em uma univocidade, mas encontram-se dispersas em uma trama de tipologias tribalizadas.

“Nossa sociedade produz esquizos como xampu Dop ou carros Renault, com a única diferença de que não são vendáveis” (DELEUZE, 1976, p.311). Mas, em nossa sociedade, como visto, já não se pode afirmar que a loucura não é vendável. Na contemporaneidade, basta inserir-se nas redes de consumo para operar a conjunção que nos faz parte de um sistema. Tal facilidade, em comparação a uma época centrada na produção, a qual exigia a formatação de operários, somada à necessidade de complexificar os tarjets do mercado, expandindo suas fronteiras pela diferenciação das mesmas em micro-sub-fronteiras, faz com que o louco e a loucura possam, agora, serem assimilados enquanto mercadorias, ou melhor, consumidores.

A própria loucura se dispersa em uma variada gama de patologizações, do stress à esquizofrenia, passando pela adicção digital: o patológico se desfaz em uma miríade de banalizações do próprio conceito, que finda por se tornar normal. Ao invés de produzirmos “a” loucura, como se produzia “o” xampu Dops, vemos agora uma diferenciação que adentra a molecularidade das diferenças, afirmando-as enquanto distintas para vendê-las como específicas, especiais e exclusivas. Assim, surge o xampu para cabelos secos e o para oleosos, e deste passamos ao para cabelos secos ruivos ou o para cabelos oleosos loiros, e destes vamos aos xampus para cabelos secos castanhos durante o inverno, e por aí à frente, em uma diferenciação que singulariza, personaliza, a conexão da máquina capitalística, com seu produto ou serviço, e o desejo: “...mesmo se for preciso fazer um axioma apenas para você” (DELEUZE, 1976, p.319).

Sobre esta diferenciação complexa, vemos agir uma outra ordenação que não se baseia em um único centro, mas antes segmenta a diversidade em diversas normalidades, para as quais existe sempre um local e um mercado a ser explorado. A loucura se privatiza e passa a surfar por sobre as linhas dos produtos, dos mais supérfluos até os psicofármacos. A cidade, em suas novas segmentações encontra-se pronta a abarcar e anular esta diferença

em seu incomodo. “É a moeda e o mercado a verdadeira polícia do capitalismo” (DELEUZE, 1976, p.303).

Em um mundo tomado pelo capital, escasso de exóticas planícies virgens, por onde algum Indiana Jones do empreendedorismo possa plantar novas sementes; isolar mercados diferenciais é multiplicar as possibilidades de serviços e produtos, multiplicando ganhos e seduzindo públicos. “Toda diferença é uma oportunidade.” (HARDT; NEGRI, 2004, p.170), e devem ser geridas, mesmo fragmentadas, para convergirem em consumo. Assim como na cidade a concentração começa a dar lugar à contração, a expansão de mercado passa à intensificação dispersiva.

Todos são incluídos, mas fragmentariamente, segundo distintas e singulares funções, as quais geram diagramas complexos e hibridizados de hierarquias, verdadeiros fractais gestores. Onde o contágio pelas normatizações dispersas do sistema, como o consumir e a dívida, é a estratégia ordenadora que atravessa, de modos distintos, este mar mosaico de guetos: as roupas XX-large dos “manos” e seus largos cordões de prata, as caras grifes cool dos “entendidos”, e segue o baile de máscaras-senha, que são o próprio rosto. Tais diferenças devem estar unidas pela tolerância e cidadania, em uma modulação a qual é mais claramente definida enquanto indiferença e evitação, e, para isso, a cidade contemporânea e suas novas segmentações, são ideais.

Em um filme americano da década de 1980, um grupo de loucos, internados em um Hospício finda por se tornar o “último grito” da publicidade. Sua forma inusitada de fazer anúncios contagia o mercado, e a ousadia única da loucura passa a ser medida pela abstração capital. Deste momento em diante, existe uma inserção diferencial dos mesmos na sociedade. A criatividade, valor próprio dos trabalhadores imateriais de hoje, é uma capitalização da diferença, uma doma da mesma em moldes sempre publicitários: assim, a publicidade se torna arte e as artes se entronam publicitárias. “Artistas acabarão confundindo emissão com criação. Armarão uma ciranda ao seu redor, berrando ‘Uma nova mídia’, até que ela comece a ceder seu valor de mercado...” (BURROUGHS, 2005, p.176).

Podemos vislumbrar a distinção no trato para com a diferença confrontando duas propagandas e sua relação com o conceito de ser diferente. No filme *Arquitetura da Destruição*, Peter Cohen (1992) nos trás uma propaganda estatal da Alemanha nazista, que propõe o extermínio dos loucos, justificado pela eugenia da raça e pelo desperdício de

capital e belos prédios com seres que seriam piores do que bestas. Vemos aqui o máximo do ímpeto de excluir a diferença e apagá-la, anulá-la, por completo do tecido social. Do simples fechamento espacial, excluindo-os da malha urbana e da convivência com os demais, a proposta se radicaliza em sua intenção, e admite a anulação concreta das existências em questão. Já em uma propaganda de tv contemporânea, a qual promove uma conhecida loja de departamentos Brasileira, a diferença se apresenta de outra forma.

O reclame se inicia com a apresentação de uma carteira de identidade, a voz em off explana que este documento diz quem a pessoa é. Logo após, apresentam o cartão de crédito da loja, e dizem que este é o documento que faz com que você possa ser quem quiser. A partir de então, se sucedem imagens de uma mulher de meia idade em diversas situações, com diversos estilos de vestuário, sendo que para cada situação ela é chamada por uma denominação distinta: apelido, primeiro nome, sobrenome precedido pelo tratamento senhora, etc. Por fim, a voz em off conclama ao uso do cartão da loja com a seguinte alegação: “para mostrar que você não é uma mulher, mas várias”.

Enquanto o primeiro material (nazista) apresenta uma vontade de anulação da diferença, o segundo estimula a diversificação que foge a uma lógica meramente identitária. A diferença é promovida enquanto qualidade a ser cultivada, e encontra-se diretamente ligada às senhas imagéticas que definem o estilo-de-vida da subjetividade em questão. Trata-se do apelo à necessidade de uma subjetividade multifuncional, que não se prende ao peso de uma identidade, à exclusividade de uma função. Deve ser volátil e ágil em sua adaptação às mais diversas situações, estar pronta a responder aos mais variados estímulos de modo adequado. Não devemos nos deixar cronificar em funções ou estilos quaisquer, devemos seguir um caminho juvenil, de experimentação das identidades e empregos à disposição, sob o risco de perecer ao se negar diante da mudança constante, tornar-se obsoleto, envelhecer. Não se deve mais fidelidade a si mesmo, somente às mudanças dos catálogos das estações. E o ápice do cool é saber antever tais tendências e surfar por estas sem jamais cair da prancha, ou romper com o movimento das ondas.

Aos fluidos do contemporâneo é muito fácil prover formas, pois sua mutação constante não trata de uma falta de forma, mas antes de uma frenética sucessão de formas bem definidas. As formas são expurgadas em sua obsolescência, no entanto, existe sempre uma gama de formas outras, novas ou recicladas, prontas à conexão customizada imediata.

Fugazes modulações de estilos de vida. No entanto, não se trata de um simples surfar por estímulos, um imediatismo do gozo; na trilha sonora das constantes mutações existe o som estridente e dramático de uma sirene constante, acompanhada do tilintar ensurdecedor da enxurrada de moedas a fluir para lá e para cá, aparentemente segundo o caos do acaso imprevisível. O agora mutante não é mera conveniência juvenil, mas também um imperativo de movimento diante da sempre premente possibilidade de destruição e fracasso aos que cessam de fluir.

Um pensamento mágico domina a lógica do consumo, já que neste, bastam certas palavras-chaves da Programação Neurolingüística (do cientista, do pastor, do guru, do empresário), ou alguma mudança no guarda roupa, na casa e no carro, para a vida transmutar sua substância existencial. São como imagens possuidoras de poderes especiais, as quais realizam publicamente seus milagres em programas televisivos de transformação, onde stylists alteram as senhas imagéticas de uma pessoa e em um passe de mágica ela se transmuta de um perdedor sofredor para um vencedor feliz. Altera-se a aglomeração de logomarcas e, conjuntamente, altera-se a subjetividade mesma em sua substância: a expressividade. Trata-se da alquimia do estilo e seus poderes publicitários. Poderíamos denominar esta lógica de síndrome de Gata Borracheira, pois, para esta, a transmutação de plebéia explorada pelas irmãs más para uma deslumbrante princesa se dá pelo simples calçar de um sapato de cristal: concretização do fetiche sobre o vestuário, o qual é absolutizado enquanto transsubstancializador de vidas.

Não interessa, então, a reverberação dos espaços de fechamento em seu cavocar interioridades identitárias. Não interessa mais a formação de uma identidade “louco”, pois esta é sub-utilizada, melhor seria complexificar a mesma com a inserção na loja de departamentos de estilos de vida. Não que o agora “usuário” perderá seu reconhecimento enquanto louco, o será, ao mesmo tempo em que for diversas outras coisas, as quais serão ativadas dependendo do contexto de reconhecimento, do espaço de segmentação: o olhar do outro poderá centrar-se sobre seus pequenos trejeitos de loucura, como poderá lê-lo como um determinado padrão específico de tendências de consumo. “O conjunto das relações sociais já não é tanto o laço com seus semelhantes quanto, no plano estatístico segundo uma curva ascendente, a recepção e a manipulação de bens e de mensagens, desde a organização doméstica...” (BAUDRILARD, 1995, p.15).

5.5. MÁQUINAS COTIDIANAS.

Quando nos remetemos a segmentariedades duras, usualmente nos referimos às grandes máquinas abstratas sobrecodificantes, as quais possuem como uma de suas principais atualizações o *aparelho de Estado*. Enquanto a segmentariedade dura opera por binarizações diretas e centralizações concêntricas ressonantes, a segmentariedade flexível opera contrapondo uma multiplicidade de n-1 direções de onde ecoam diversas ressonâncias que se interferem de múltiplas formas sem a homogeneidade do aparelho de ressonância concêntrico: o qual alastra sua dinâmica ondulatória como o emergir-imergir de um bastão em um ponto do lago que tem sua superfície tomada pelas ondulações simétricas coordenadas.

A máquina nômade se organiza já de modo a impedir tal ressonância central totalizadora pela inevitabilidade de interferências construtivas e destrutivas em seu modo de manter-se ondulando. Aqui, antes da frequência limpa, valoriza-se o ruído, a imperfeição das ligações para que, desta dinâmica gonza, possam emergir as (re)desterritorializações que garantem o bom funcionamento destas máquinas dependentes do desvio inventivo. Enquanto a geometria do aparelho de Estado e sua máquina soberana operam segundo uma geometria das formas exatas e unívocas para a expansão e circulação de suas práticas, a máquina primitiva opera *anexatamente* (DELEUZE & GUATTARI, 1997b): não pelo círculo, mas pelo arredondamento, não pelo quadrado, mas pela quadratura, etc.

Assim, ambas as máquinas são efetivamente distintas em sua dinâmica de operações, mas coexistem em acoplamentos contingentes variados ao constituir o *socius* de um local e de uma época. Há uma arborescência na máquina primitiva sempre a ser conjurada em sua multiplicidade rizomática e, do mesmo modo, é em um campo rizomático das contingências, do micro que sempre escapa em algo, que as ressonâncias arborescentes do aparelho de Estado buscarão efetivar suas operações e, por vezes, irão se perder em novas linhas de fuga. “Toda sociedade, mas também todo indivíduo, são atravessados pelas duas segmentariedades ao mesmo tempo: uma molar e outra molecular.” (DELEUZE & GUATTARI, 1996, pág.90).

Mesmo o estado totalitário, sabidamente um dispositivo ressonante molar, irá se utilizar e manter através de estratégias que lhe conectem com o campo micropolítico dos desejos. A vasta utilização da propaganda por estes regimes, como no caso Stalinista e Nazista, produzindo massivas peças que bombardeiam a população a todo momento, é uma

das formas de comunicação entre as ressonâncias molares e moleculares. A profissão de relações públicas no Brasil, sofreu sua primeira expansão quando do seu uso pelos militares para melhor mediar sua relação com o molecular que atravessa a nação. Do mesmo modo, tanto no Nazismo (DELEUZE; GUATTARI, 1996), quanto na ditadura Brasileira, as linhas mais ferozmente fascistas em suas ações eram as moleculares. No caso tupiniquim, as ações mais violentas contra a população e a esquerda, não eram planejadas e impetradas pela molaridade Estatal, antes, era nos fluxos moleculares, com vias abertas pela molaridade, que se utilizavam da autoridade da primeira para cometer toda espécie de crime e abusos. Assim, por exemplo, um mero cabo do exército, podia insulflar terror em seus vizinhos, e um soldado raso podia buscar benefícios perante os demais, pela simples molecularização de uma autoridade molarmente instituída, mas a qual fundamenta-se também em um terror não formalizado, não oficial, das suas molecularidades.

No entanto, evidentemente, máquinas distintas operam distintas maquinações sobre o molar e o molecular. Podemos compreender uma diferenciação dos modos de operar nestes níveis efetuando uma pequena cartografia da burocracia, na obra kafkiana. A burocracia é parte constituinte da dinâmica do aparelho de Estado, tanto na sua formação disciplinar da máquina soberana quanto contemporânea da máquina capitalística e, na obra de Kafka, podemos vislumbrar ambas as estilísticas.

Em *O Castelo* (KAFKA, 2000), vemos a clara máquina despótica operando uma centralização ressonante com o dispositivo do castelo inatingível em torno do qual se organizam as linhas moleculares residenciais. O castelo parece inatingível, ninguém o acessa, todos seus funcionários falam em nome do castelo, e estão em seu caminho como interditores, interceptando o acesso ao mesmo: nem os próprios funcionários adentram esta estrutura central. Estes pequenos burocratas se multiplicam molecularmente pela aldeia anexata, produzindo confusão na lógica unívoca castelar, ainda que em prol da mesma, pois, esta, em sua capilarização, perde muito da sua ordem emitida do castelo, mas permanece arregimentando as pequenas forças em arranjos que mantenham sua geometria central.

Vemos aí, uma ordenação do capilar (a vila e os inumeráveis súditos), a partir da ressonância central e uma geometria perfeita do mesmo modo que operam as máquinas disciplinares foucaultianas. Visibilizado em sua centralidade geométrica, o castelo ordena

os blocos de dívidas e assujeitamento para consigo, segundo uma hierarquia espacial da proximidade para com o mesmo. Dívidas, as quais, regulam o impedimento do acesso à máquina de ressonância central, garantindo a orbitação das forças em torno da mesma, por uma certa clausura nas casas e favores dos pequenos funcionários, os quais, ainda que de modo confuso e informal, re-afirmam a univocidade do Castelo perante a vila, ao deste retirarem a autorização de sua autoridade e autoria: é a enunciação de alguma relação para com o Castelo, por mais incerta que seja, o que chama a atenção e detêm K. em sua aventura.

Já outra lógica de operação, produtora e mantenedora de um *Socius*, está presente no livro *O Processo* (KAFKA, 1998), onde não há uma ressonância central clara: a ressonância está em todos lugares e em nenhum. Não há instância suprema, visível ou sabida, que ordene a vida dos habitantes da cidade: todos pertencem ao tribunal, mas ninguém possui uma clara função de autoridade no mesmo. Todos podem influenciar as decisões do tribunal, e estas (decisões) parecem se realizar por qualquer um, mas jamais por meios formalizados, sempre por meios gonzos, incertos, que fazem correr trâmites sem direção, hierarquia ou sentido. Apresenta-se, de modo incerto, com uma autoridade sempre dúbia, da qual não se sabe a efetividade da ação na configuração das linhas de força: Joseph cá está sempre a cambiar suas estratégias ao perceber o deslocamento constante das possibilidades de resolução.

Todos lugares estão ao alcance imediato do tribunal, ele se conecta a tudo, do quarto de Joseph K. à Catedral, passando pelo atelier do pintor, as forças do tribunal fazem aparições incertas, nunca resolutivas ou claras. Sempre se apresentam de surpresa, e muitas vezes ocultas, impossibilitando a defesa do réu perante ela. Portas surpreendentes e passagens intempestivas que dispersam o tribunal pelo mundo, sem que exista uma clara localização para o mesmo: não vemos um supremo tribunal ou corte com seus ministros da justiça, mas somente a justaposição, multi-ressonante e ruidosa, de autoridades intermediárias, públicas e privadas, quase indistintas, que constituem uma rede de favores que deslocam continuamente uma rede de dívidas, ínfimas e infinitas, as quais já não se ordenam em blocos hierarquizados e, sim, em um processo ilimitado, sem absolvição ou execução.

Enquanto em *O Castelo*, a ressonância central trava o deslocamento de K. até seu centro com barreiras disciplinares difusas que limitam o movimento, em *O Processo* vemos as operações burocráticas efetivando uma necessidade de deslocamento crescente e permanente. Há que se estar sempre em deslocamento ilimitado nesta rede de dívidas, para não ser conjurado: o que para fenece. Todos são culpados e a absolvição completa é impossível, mas quem se nega a permanecer em movimento segundo os trâmites aceleradores é executado *como um cão*: todos são homens enquanto movidos pelas sucessivas promessas decorrentes da dívida infinita, ao cessarem tal dinâmica tornam-se animais a serem abatidos e defecados da máquina capitalística em seu otimizador desarranjo crescente.

A máquina soberana, em seu aparelho de ressonância castelar preponderantemente molar, e a processualidade de uma micro-segmentação dispersiva, aceleradora dos fluxos, baseada em um labirinto de paredes difusas. Labirinto da confusa permanência do movimento decodificado dos ritos jurídicos formalizados e inscritos na tradição: a máquina capitalística contemporânea em sua flexibilidade embaralhadora e veloz.

Assim, reafirmamos, aqui, algo já dito de outras maneiras neste texto: a importância do campo microfísico das forças na constituição de uma micropolítica, hoje. Do mesmo modo que, na Máquina capitalística, o Estado passa a ser constituído pelos fluxos e não constituí-los em sua sobrecodificação, vemos o transbordar das microcapturas e fugas dos antigos dispositivos molares e a formação de um vasto campo “aberto” dispersivo onde estas se efetivam. As operações moleculares dispersas são mais flexíveis, mas tais segmentações sutis são tão fortes, perigosas, estendidas por todo campo social quanto quando firmemente capturadas por agenciamentos molares. “Uma microfísica do migrante tomou o lugar da macrogeometria do sedentário.” (DELEUZE & GUATTARI, 1996, Pág.110).

Devemos evitar, aqui, os maniqueísmos comumente executados quando das diferenciações entre molar e molecular, que além de serem operações inseparáveis de todo, possuem ambas suas potências, tanto para movimentos de libertação, quanto para percalços de capturas várias. Assim, poderíamos pensar a transição acima descrita como uma libertação destes fechamentos esquadrihadores das molaridades duras presentes, por

exemplo, nas instituições de fechamento disciplinares; no entanto, devemos vislumbrar a complexidade do contexto em que se dá tal mutação do jogo das forças.

Há uma diversidade de “perigos” que tornam o flexível do micro uma dureza salpicada, flexível pela multiplicação das juntas justapostas, já que fragmentou-se a tessitura social em um mosaico de peças em modulação recíproca. Dureza tão grave e concreta quanto a das macrotessituras disciplinares, pois, com as várias juntas, captura as formas abraçando-as em suas mínimas nuances, moldando-se à singularidade da situação a ser, não equalizada a uma normalidade apagada, mas gerenciada a partir de uma normatividade axiomática do capital.

As maquinações novidadeiras do retrô se desandam gonzas, alimentando-se das crises, que já crises não são, mas, sim, estados persistentes de decodificação dos códigos sociais, descentrando-se das molaridades de fechamento segmentar como a Família, o Hospital, o Público, a Nação, etc, para adentrarem um território nebuloso povoado por microfascismos. Um território que ultrapassa os muros mas não se desfaz da dureza contida nestes; que prescindem das máquinas de ressonância univocizantes, mas faz fluir por linhas incertas as certezas que englobam cada homem nesta molaridade da humanidade global.

“Uma multidão de buracos negros pode muito bem não centralizar-se, e ser como vírus que se adaptam às mais diversas situações, cavando vazios nas percepções e semióticas moleculares. (...) Em lugar do grande medo paranóico, encontramos-nos presos por mil monomaniázinhas...”
(DELEUZE & GUATTARI, 1996, Pág.110).

Assim, podemos buscar uma sistematização de algumas estratégias do controle, sob o risco certo de simplificá-lo em demasia com a pretensão didática de toda síntese. Vislumbrando as questões aqui largamente debatidas ao longo dos capítulos, nos quais apresentaram-se diversas modalidades das configurações de forças contemporâneas, poderíamos intentar ilustrar três modos de captura do Controle: 1) dispersão que segmenta, 2) dispersão que confunde, 3) flexibilidade que assimila.

1) A dispersão das durezas, dos fascismos em micro-fascismos. A reprodução torcida e segmentada da exclusão em exclusividade, do fechamento recluso em privatismos domiciliares. Trata-se da dispersão que esparge as pessoas pela cidade, não aleatoriamente, ou mesmo de modo a misturar os fluxos, mas sim seccionando-os em pequenos segmentos.

Espaços-segmentares os quais possuem uma membrana seletiva, permeável a uma determinada espécie de senha (não química e sim econômica), para permitir o acoplamento do indivíduo a este espaço de convivência. Tais espaços tendem a produzir esparsas tribalizações por sobre a malha urbana, as quais em suas distâncias e muradas não permitem o encontro entre as diferenças. No entanto, como visto, não se trata mais da macro-exclusão dos malditos em grandes espaços carcerários, tornou-se necessário, para além desta medida, a torção da mesma, no autofechamento das diferenças em igualdades. A própria reprodução dispersa da clínica psiquiátrica em unidades comunitárias, somada à troca da normalização hospitalocêntrica pela domesticação caseira, serve de exemplo para tal movimento.

2) A dispersividade enquanto elemento gerador de confusão e impossibilitador de ação: a imediatez constante e a velocidade exorbitante, somadas à gama de possíveis caminhos ofertados no mundo contemporâneo, provocando a angústia e imobilidade do sujeito, o qual finda por acoplar-se as mais imediatas e fáceis opções pré-cozidas, bem à vista na gôndola do hipermercado. A mídia, em sua segmentação dispersiva em salas várias, e com sua proliferação de informações incertas, sem possibilidade de serem avaliadas diante da profusão massiva de estímulos e versões, trata-se de um campo exemplar desta dispersão. A dispersão dos rumos possíveis e a impossibilidade de impedir uma errância flutuante, mas sim de apegar-se fugazmente, zapeado em um ritmo de ejaculação precoce às diversas opções do quadro ilimitado: produtos, religiões, estilos de vida, amores, gostos, modas, opções políticas, etc. Dá-se como com o viajante, que com um cartão de trem, diante do quadro dos destinos, se atordoa com as opções, se angustia com a impossibilidade de vivê-las todas, e se queda entre a imobilidade embasbacada e a escolha do destino fácil.

3) Flexibilidade insinuante, a qual não exige um fechamento identitário e uma coerção dos fluxos, mas antes seduz o cerzir de certas estilísticas, com a apresentação rápida e eficiente de conexões às errâncias dos desejos: assim, molda-se à diferença, buscando nesta uma conexão mínima a certos aparatos que garantam um fechamento outro, mais aberto e menos identificável enquanto fechamento. A flexibilidade é uma característica essencial à conjunção da diferença à trama capitalística. Pois, é com o jogo de cintura das suas ações, que estas podem gerenciar lidando com as diferenças e com as

incertezas, gerenciando ambas para não serem prejudiciais à dinâmica das forças que sustentam a máquina capitalística. Deste modo, vemos a abertura dos rumos da cidade ao louco e sua ação paradoxal sobre os estatutos espaciais (como o das divisões público e privado), findarem em uma tautologia, uma circularidade auto-afirmativa a qual finda por definir uma interioridade, um fechamento, ainda que em movimento: o Circuito-Fechado do louco em seu percurso pelos equipamentos de assistência e sua casa. Seu movimento é essencial à manutenção de outra face da flexibilidade do controle, à qual toma o lugar da rigidez das coações disciplinares: a liberdade de consumo. Definição mesma da liberdade na contemporaneidade, a possibilidade de opção entre uma diversidade de produtos e experiências a serem consumidas é o sustentáculo da democracia Imperial. E para tanto, a possibilidade de movimento, real ou virtual, é essencial para escandir, eleger e comprar tais possíveis produtos. Produtos, muitas vezes personalizados, ou produzidos quase sobre medida, a partir de um tarjet específico do qual fazemos parte, aproximando o produto de massa das nossas molecularidades do desejo. Velocidade e maleabilidade de conexão maximizadas, em conjunto com estratégias de sedução (a imagem autonomizada e sua venda de estilos de vida segundo uma Happy morality), fazem da máquina capitalista contemporânea uma cerzidora de teias que se grudam às singularidades agarrando-as em sua anatomia mesma, sem moldes ortopédicos, somente modulações do desejo.

Diante da fluidez, da flexibilidade dos critérios normatizadores do contemporâneo, “o mundo se torna uma coleção infinita de possibilidades: um contêiner cheio até a boca com uma quantidade incontável de oportunidades a serem exploradas ou já perdidas” (BAUMAN, 2001, p.73). Há muito mais do que uma vida é capaz de viver e uma exigência de que viva tudo. A norma se apresenta vaga, incerta, pois que perdeu sua molaridade e decaiu à confusa molecularidade das diferenças. Deste modo, avaliar as opções se torna impossível, no entanto, as opções se apresentam prontas a todo tempo, sendo experimentadas e dispensadas em alta aceleração. Assim, vemos a sucessão dos mais improváveis modismos e condutas. Devemos sempre mantermo-nos inacabados, prontos a trocar de pele com a estação, a saltar de um canto a outro do mundo, estarmos prontos a amansar o inesperado para torná-lo entretenimento e, do contrário, empreender uma fuga holywoodiana. “As principais estratégias do poder são agora a fuga, a astúcia, o desvio e a evitação...” (BAUMAN, 2001, p.18).

A Contemporaneidade se apresenta assim, como um novo tipo de labirinto. Não se trata do labirinto dos homens ressentidos e sua elucubração mental infindável, no intuito de apagar a si e suas forças em prol da segurança de uma promessa sempre futura. Não são estes labirintos fechados, e cheios de paredes, corredores sem saída, onde o fechamento imbricado e total deste é a garantia da não saída do mesmo. O labirinto contemporâneo se assemelha ao do sultão de um conto de Borges (2000). Este, ao visitar um poderoso rei, recebeu deste o convite para adentrar no seu grandioso labirinto. Aceitando o ensejo, apercebeu-se, após caminhar dias e noites, que jamais conseguiria desbravar o labirinto para além de suas paredes. Rezou a Alá com muito fervor, e este lhe livrou de lá. O poderoso rei, ao ver o sultão, ficou extremamente surpreso, era o primeiro a sair do labirinto em décadas. O sultão, então, em uma cortesia cínica, convidou o rei para visitar um labirinto que o sultão também possuía em seu país. Ao lá chegar, o rei foi vendado e posto no lombo de um camelo. Por dias e noites eles percorreram as dunas do deserto, até o dia em que pararam. O sultão retirou a venda do rei e lhe disse: “pronto, aqui está o meu labirinto”. Tratava-se do deserto, um labirinto sem paredes, onde todos se perdiam pela plenitude de possibilidades de caminhos e impossibilidade de corte dos mesmos. Labirinto sem cortes e fechamentos, um labirinto feito de ilimitados rumos que impossibilita qualquer passo.

A multiplicidade quase caótica de caminhos e opções, impossíveis de serem abarcados por uma escolha que os analise em suas possibilidades, já que nem estrelas há sobre o nosso firmamento para nos guiarem pelas areias e seu movimento constante: em sua leveza levada pelo vento, as areias modificam os rumos a todo momento, em noite escura, sem astros guias. Tal é nosso labirinto contemporâneo, formado pela abertura de possíveis que se apresentam diante de nossos sentidos, entupindo-os de formas pré-fabricadas, e de angústia, na necessidade imperativa de tomar escolhas sempre e sempre, sob o risco de não gozar a vida ao seu máximo e quedar distante da beleza das peças publicitárias. Um deserto que potencializa a errância e o desvio como possíveis, mas que apresenta a prisão da ausência de paredes como mesma face do paradoxo.

5.6. AS RESISTÊNCIAS.

O poder, em suas capturas na contemporaneidade, é fugidio quando tentamos identificá-lo. Na sua indistinção flexível, se faz em hibridismos e alterações constantes: “seu poder reside no poder do virtual” (HARDT; NEGRI, 2004, p.58). Desfazendo-se em atmosferas etéreas, em micro-partículas invisíveis aos que tentam vê-las, se torna impossível atribuir uma localização, uma definição do mesmo, a qual permita uma resistência afeita aos antigos moldes de batalha. A invisibilidade é uma das principais prerrogativas da invulnerabilidade e a resistência a tal sedução contemporânea, deve ser ágil e perspicaz para aprender com esta ausência de inimigo.

Em sua virtualidade, o poder Imperial da máquina capitalística contemporânea está em todos os pontos sem localizar-se em algum. Se isso impede a tomada da bandeira por parte dos subversivos da ordem, também permite que qualquer ponto de ataque seja um ponto de alcance da máquina. Do mesmo modo, a velocidade do capitalismo contemporâneo e sua velocidade de assimilação exigem movimentos não só pontuais, mas também ágeis em suas ações, que devem ter a surpresa e a invisibilidade como possibilidades de impedir sua captura virtual e atual. No entanto, isso pode redundar em uma gama de ações fragmentárias e inócuas, de movimentos absolutamente isolados e fugazes. Neste ponto, a rede global de comunicação do império serve de modelo a um contato que transpasse de forma complexa e parcial todos os movimentos, não unindo-os em torno de uma causa, palavra de ordem ou organização. Podem, pelo contrário, organizarem-se na própria comunicação e na ação mesma, do mesmo modo ágil, mas transpassando uns aos outros e deslocando-se de sua centralidade local auto-referida. Formando uma unidade complexa, processual, que como a corda, tem a força em suas tramas, sem que qualquer fio transpasse por inteiro a corda (WITTGENSTEIN, 1999).

A resistência pode surfar os fluxos do capitalismo contemporâneo, em busca das potências de fuga que brotam do mesmo, sem apelar a um fora ou a um anterior. Sem pintar um futuro ou passado inóspitos ou ouríficos, sem apelar a modelos definitivos e exógenos, que prometam uma libertação total de um sistema ao qual não se consegue nem ao menos denotar com o indicador. Não pela renúncia, mas sim surfando, acelerados, seus fluxos decodificantes, a ponto de romper o limite relativo que expande a máquina paradoxal capitalística, forçando a produção de algo que escape à fome da abstração capital, mesmo

que por um tempo-espaço breves. Inocular um vírus, um câncer, que se alimente do calor desta gambiarra sem sentido. Acelerar ainda mais os fluxos do capital, potencializando libertações e desarranjos da máquina capitalística contemporânea em seu jogo autodestrutivo, até esta transbordar a si e sua axiologia economicista. “O pós-modernismo é, com efeito, a lógica de operação do capital global (...) as estratégias capitalistas de marketing de há muito são pós-modernistas, *avant la lettre*.” (HARDT; NEGRI, 2004, p.170).

Assim, por exemplo, se o Toyotismo e outras novidades gerenciais, ultrapassaram a mera ergonomia e distribuição dos funcionários na linha de montagem e no esquadro da fábrica, também instituiu um acirramento da competitividade entre as diferentes células de produção, dando forma a uma estratégia horizontal de controle, um sinóptico, onde muitos olham um a todo momento, e este um está em meio a todos. Tal controle horizontal que acirra as autopunições e fagias mútuas entre iguais, é bem visibilizada pela dinâmica de grupo para uma seleção de alto executivos apresentada para nós no filme *El Metodo* (PIÑEYRO, 2005), onde a invisibilidade do psicólogo, do avaliador, faz com que os competidores mesmos, cheguem aos extremos da agressividade entre si para decidir o mais adequado à posição.

No entanto, há de se radicalizar esta horizontalização utilizada pelo controle, e não tentar retomar a responsabilidade do supervisor ou do patrão, para aliviar o contexto do trabalhador. Deve-se radicalizar a ponto de desandar o vigia que vigia a si, potencializando a tomada de decisões que escapem ao aumento de produtividade e afins, criando um plano comum que ultrapasse as fronteiras da empresa e da fábrica, findando por confundir a lógica que a produziu. Tornar ao colaborador mais colaborador, e o empreendedor mais empreendedor, ao invés de simples adivinhos das vontades inauditas de patrões por vezes invisíveis. Utilizar-se da mobilidade dada para desertar e deslocar as linhas instituídas. Ao invés de ter o voluntarismo ativo e criativo dos conceitos de empreendedor e colaborador, reduzidos pelo funil dos interesses da empresa, do capital, radicalizar seu movimento de criação para além e aquém do mercado.

Quando se fala de resistência, há de se compreender que um movimento crítico não vai de encontro a um sistema de verdades, mas antes permite a visibilização, e decorrente problematização, dos “...seus efeitos de poder e o poder sobre seus discursos de verdade.”

(Foucault, 1990). Trata-se de efetuar um processo de “acontecimentalização” (Foucault, 1990), ou seja, ao invés de contrapor-se a uma coisa ou processo específicos – como a lentidão diante da velocidade – se deve referir tal decalque desgarrado – velocidade - à rede que lhe insurge existência: referir o decalque ao mapa, vislumbrando suas condições de constituição. Repuxar suas linhas de limites definidos, produzindo fugas de sua substantiva essência, de *algo* ocorrido para sua “acontecimentalização” em um ilimitado infinitivo verbal do ser, a percorrer o tecido conectivo que objetiva nosso mundo.

Vemos então uma resistência que problematiza e abre possíveis – outras formas de habitar o urbano - ao invés de fechar-se em miseráveis opções contrárias – como a lentidão. Resistência que produz fugas às quais são imanentes ao próprio sistema, não incorrendo em uma verdade para além deste, mas antes nas possibilidades de deslocamento presentes no mesmo, em seu próprio funcionamento.

Ao incidir sobre um ponto de possível deslocamento sobre o operar de uma “máquina social” (DELEUZE & GUATTARI, 1976), a estratégia de resistência dá visibilidade ao sistema de aceitabilidade e às condições de possibilidade que o sustentam. Isso, não para delatar falhas ou farsas que permitam uma dominação, mas sim, para – ao ressaltar o campo de outras possibilidades pelo desalinhar em fuga da sua ação - visibilizar também o jogo de práticas de onde decorreu tal ruptura. Afinal, as linhas de fuga são imanentes à própria máquina social e não indicam a retomada de uma suposta legitimidade; pelo contrário, criam possibilidades outras, para além do sistema de aceitabilidade atual e suas definições de legitimidade. Do mesmo modo que o marxismo afirma, em um plano molar de ressonância, que uma sociedade se conhece por suas contradições, podemos afirmar que no plano molecular uma sociedade se faz conhecer por suas linhas de fuga (DELEUZE & GUATTARI, 1996), aquilo onde se transborda a dinâmica da mesma.

A resistência enquanto criação insere-se no sumidouro do sistema, na fissura. Não enquanto ausência ou falha, mas como espaço de criação de onde vertem criações de novas possibilidades de criação. Percebe-se neste habitar o intermezzo, que a resistência alimenta-se do sistema, como um transbordamento do mesmo que ultrapassa a si. Produto de uma cadeia heterogenética que intempestivamente abre novas fissuras e gera novos deslocamentos criativos. Uma máquina de guerra sem axiomática, ou seja, uma força que opera entre lógicas sem fundir seu limite – o para além de si - consigo, capturando-o em

uma síntese hegeliana; mas sim, uma relação que confunde, esvaindo formas, inclusive as das oposições, que eram pólos e tornam-se singularidades caóticas em uma nuvem de possibilidades.

Não se trata portanto de uma relação em busca da mera inclusão do excluído, desde que não existe um fora do sistema, algo que independe do mesmo. Existem antes fissuras, sumidouros, os quais surgem no próprio e deste dependem e partem, na formação de outras máquinas sociais, de outras lógicas. Mas não há ruptura completa, e tampouco continuidade, já que a subversão se dá nos fluxos imanentes ao arranjo que constitui nosso socius, por um processo cancerígeno de mutação progressiva do seu tecido, espargindo-se por um mecanismo de contágio.

Dessa forma, a reforma psiquiátrica, em sua ação de deslocamento dos loucos para a posição de usuários, e sua privatização em casas privadas, deve também ser levada à radicalização, buscando as fugas potentes que se encontram, nesta medida, em muito já capturadas. Há que se promover a inserção da loucura na cidade ultrapassando o deslocamento da periculosidade do doido para o desconhecido, o estranho anônimo, pensar uma ação de atenção para além da segurança e do medo domesticantes. Uma clínica para além da mera comodidade e evitação do risco, para além da tutela a céu aberto da loucura e sua domesticação.

Afirmar o risco de viver ao invés de simplesmente salvaguardar a vida, cerceando-a em suas possibilidades, reduzindo-a a uma dócil sobrevivência. Permitir que o habitar da loucura subverta o medo e suas micro-fronteiras erigidas por pequenas paranóias estruturantes do doméstico, criando um lar para além do lar, onde as paredes sirvam de possibilitadoras da experiência da caosmoscidade, ao invés de cerceadoras da mesma em um torpor caseiro. Não se propor a domesticar esta loucura como um bom gestor, burocrático mas ágil, ligado à contemporaneidade e seus fluxos, na manutenção de um caso, índice, patrimônio e afins, mas antes se abrir ao erro, à perda, ao perder-se, sabendo ser próprio do experimentar tal abertura ao risco.

Retirar tal caráter de tutela da clínica, que ainda ensina pedagogicamente as microestruturas do viver doméstico ao agora usuário, uma frieza gestora ainda por demais bondosa e salvadora para com os loucos, segundo um ideário de liberdade de movimento que não prevê os inevitáveis revezes da mesma. Seguindo no erro da salvaguarda de uma

vida concebida enquanto paz e segurança, renegando os ácidos sucos que fazem desta uma jornada de belo e prazeroso risco. A afirmação da vida não se dá segundo uma tautologia re-afirmadora da sobrevivência e do conforto. A vida é paradoxal e múltipla em seus movimentos, podendo inclusive, incorrer na sua própria negação ao afirmar-se.

5.6.1. Proposicionando.

O dispersar dos dispositivos de saúde mental se torna efetivo em um processo de promoção de uma consistência ontológica com possibilidade de desvio para a vida louca. Para tanto, simplificando extremamente o problema, pode-se partir do respeito a duas condições de funcionamento destes equipamentos dispersivos: a efetuação de uma rede para além da rede de serviços de saúde mental e a instituição de uma democracia participativa na gestão dos mesmos.

1- Abrir o circuito fechado do cotidiano voltado às atividades propostas pelos equipamentos de saúde mental, implica em não segmentar o perambular diário, semanal, mensal e anual do ex-paciente, agora usuário, em um rumo certo entre as possibilidades pré-determinadas pelos serviços: trabalho para usuário, lazer para usuário, círculo de relações de usuário, etc. Pois, deste modo, ainda que se tenha angariado a possibilidade de andar pela rua para o ex-paciente, uma lógica tautológica, fechada e circular, impede sua fuga, seu devir para outras possibilidades de subjetivação do que a de usuário. Há de se possibilitar o paradoxo neste círculo, a emergência de rumos inesperados, nem sempre seguros, que arrastam o ex-usuário a outros mundos. Do contrário, simplesmente se imprime um cárcere com movimento, uma liberdade assistida sem absolvição: amplia-se e suaviza-se as muradas sem expurgar seus efeitos concretos de cerceamento.

Para tanto, os profissionais dos equipamentos de saúde não simplesmente devem se tolher de tolher as errâncias que podem gerar novos encontros; mas devem buscar ampliar a rede com a qual o próprio equipamento encontra-se conectado. Promovendo a abertura de fissuras em seu circuito para a fuga dos usuários de sua condição totalizada de usuários.

Em um caso que serve de ilustração para tanto, uma profissional de um CAPS da região metropolitana, trabalhava com alguns usuários uma oficina de dança⁷². Não reduzindo o dançar à terapia, intentava com os pacientes um trabalho que obtivesse

⁷² Trabalho o qual existia como um transbordamento subversivo da política ali imposta pela gestora do CAPS em questão, a qual abertamente declarava ter como modelo ideal para a administração do equipamento ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre e sua eficiência macro-hospitalar. Absolutamente em desencontro com os princípios de uso dos serviços substitutivos.

resultados plásticos interessantes a partir das possibilidades de cada. Neste espaço, os usuários freqüentemente atrelavam seus fracassos na execução dos movimentos ao fato de serem “doentes”, reduzindo toda e qualquer falibilidade a uma questão psicopatológica intransponível. Ao descobrir que existiam oficinas de dança promovidas gratuitamente pelo município, esta profissional logo apresentou a possibilidade aos seus alunos como uma alternativa para além do que ali faziam, ao que um deles findou por ingressar nesta e ultrapassar o circuito-fechado dos equipamentos. Com o trabalho de assistência e o deslocamento da redução da existência e expressão à patologia, os participantes da oficina conseguiram obter uma consistência para enfrentar um espaço menos protegido onde pudessem dançar com e como pessoas outras do que usuários, adentrando nas tramas da comunidade e abrindo novas possibilidades de socialização. A dança pode então ser simplesmente dança, sem qualquer relação com a patologia.

2- A gestão participativa serve não somente para impedir uma dinâmica assistencialista asilar reproduzida no interior do novo equipamento, mas serve antes de tudo para prover de multiplicidade a tomada dos rumos nas políticas de saúde mental. A tentativa de uma auto-gestão com funcionários, usuários e parentes, não serve de garantia à justa correção das práticas segundo o manual da reforma, mas garante a possibilidade de uma meta-estabilidade frágil, onde novas individuações podem estar a serem inventadas o tempo todo, a partir da riqueza singular da multidão.

Somente com estas duas medidas, as ciências “psi” e o Estado poderão iniciar por tornarem-se menos nocivos, ou seja, começar a apagar por completo os seus efeitos fascistas e utilidades preferenciais sob a modulação da subjetivação dos ex-pacientes, ex-usuários. Diluir tais práticas no rizoma social, constituindo-as enquanto mais um atravessamento a enriquecer a composição, e não o libertador que dá sentido a esta.

Podemos erigir um diagrama didático de algumas configurações das forças no que tange a assistência estatal em saúde mental. Partimos das interações destas forças com os corpos e percursos dos loucos soltos nestas, para cartografar uma determinada dinâmica de movimento das mesmas, o modo como tal corpo louco é capturado pelas mesmas em seus circuitos.

HOSPITALOCÊNTRICO > *Força Centrípeta de Ralo*: Captura em depósito até o transbordamento (quando o fluxo ultrapassa a capacidade de escoamento). A própria

captura dos fluxos por seqüestro- encarceramento, gera a acumulação dos mesmos cristalizados em esquadros fechados, o que, por sua vez produz uma densidade de fluxos a qual aumenta e intensifica o poder gravitacional desta força centrípeta ralo (buraco negro), acelerando o processo de saturação da mesma.

CAPS/NAPS (micro-manicômio/ circuito-fechado) > *Centrípeta de redemoinho* (rede-moinho). O movimento dos ventos se vê reduzido à repetição de um trabalho circular. A captura se dá em movimento, em torno de um ou mais redemoinhos que não possuem vazão (escoamento) para o fechamento (ralo), inserindo a captura em uma dinâmica fechada do deslocar-se.

REDE (rizoma para além e aquém do CAPS/NAPS) > *Centrípeta-Centrífuga*: Pequenas capturas centrípetas ocorrem para o cuidado a uma consistência ontológica (capacidade de expansão de vida, para além do sobreviver), sempre tentando fazer valer, quando possível, a força centrí-fuga da ampliação do campo cotidiano para além do estigmatizado pela condição de serviço de saúde mental, ultrapassando a redução à usuário.

Tais dinâmicas, no entanto, evidentemente não se reduzem a cartografias e propostas da área da saúde ou saúde mental, nem mesmo se reduz à subjetivação dos ditos loucos. Falamos aqui de arranjos de forças em capturas e fugas às quais povoam nossos labirintos sem paredes do contemporâneo. Novos horizontes de ações e experiências possíveis, que há algum tempo tomam maior consistência no seu tramar que produz roteiros de rotinas, cotidianos formados por hábitos que fazem vibrar à vida, em consonância e dissonância, desviando-se das dinâmicas de captura ou cedendo ao apelo das fáceis conexões do consumo espetaculoso. Em um mar, fluido e acelerado, de noite escura, despossuída das geometrias celestes à fixar rumos, somos tomados pela urgência de agir e permitir que a deriva nos surpreenda do medo desassistido à alegria insana, de quem goza o fulgor da fragilidade ao defrontar-se com o intempestivo.

6. BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Douglas Vieira de. Colisões urbanas: continuidades e discontinuidades. In: *Arquitextos*, n. 166, janeiro de 2003. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp166.asp>.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: *História da Vida Privada no Brasil* vol.2. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

AMARANTE, Paulo et al. Metamorfose ou invenção: notas sobre a história dos novos serviços em saúde mental no Brasil. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; GREZZO, Antônio Carlos (Org). *Clio-Psyché Hoje: fazeres e dizeres psi na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 2001.

ANTUNES, Eleonora Haddad; BARBOSA, Lúcia Helena Siqueira; PEREIRA, Lygia Maria de França. *Psiquiatria, loucura e arte: fragmentos da história brasileira*. São Paulo: EDUSP, 2002.

ARAÚJO, Renata Brasil et al. Repercussões do fechamento da unidade de desintoxicação do Hospital Psiquiátrico São Pedro. In: *Revista de psiquiatria do Rio Grande do Sul*, vol.25, n.2, Porto Alegre, Agosto. 2003.

ARISTOTELES. *Organon*. Lisboa: Guimarães editores lda, 1985.

BACON, Francis. *Novum Organum*. Em: *Os Pensadores*. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1999.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BARCELLOS, Daisy Macedo de. *Políticas de saúde mental e a organização do hospital público no Rio Grande do Sul*. 1989. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social (UFRGS). Porto Alegre, 1989.

BASCAL, Eunice Helena Sguizzardi. Cidade e arquitetura contemporânea: uma relação necessária. In: *Arquitextos*, n. 38, novembro 2005. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp338.asp>. Acessado em 14/11/2006.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Ed. 70, 1995.

BARROS, Regina Duarte Benevides et al. A desinstitucionalização da loucura, os estabelecimentos de cuidado e as práticas grupais. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; GREZZO, Antônio Carlos (Org). *Clio-Psyché Hoje: fazeres e dizeres psi na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. RELume Dumará, 2001.

BERGSON, Henri. *A evolução criadora*. Rio de Janeiro : Delta, 1964.

BEZERRA JR., Benilton. Considerações sobre terapêuticas ambulatoriais em saúde mental. In: *Cidadania e loucura: Políticas de saúde mental no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1997.

BORGES, Jorge Luis. *El Aleph*. Barcelona: Ed. AGEA s.a., 2000.

BRISSAC, Nelson. Espaços Estruturados e Informes: São Paulo diante da globalização. *São Paulo Perspec*, vol.14, no.4, p.99-104, 2000.

BURROUGHS, William S. *Almoço nu*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

CABRAL, Bárbara et al. Estação Comunidade. In: _____. *Saúde e loucura: saúde mental e saúde da família*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 137-153.

CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CARVALHO, Haroldo Loguercio. A modernização em Porto Alegre e o Majestic hotel. In: Porto Alegre.Prefeitura Municipal . *Porto Alegre : dissertacoes e teses*. Porto Alegre : Unidade Editorial, 1996. p. 65-72

CHESNAUX, Jean. *Modernidade Mundo*. Rio de Janeiro, Vozes, 1995.

COIMBRA, Celso Galli. Qual a verdade na execução da Reforma psiquiátrica no Rio Grande do Sul?. Disponível em: <http://www.mail-archive.com/constitucional@grupos.com.br/msg00000.html>. Acessado em outubro de 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (BR). Uma luta histórica: pela transformação de uma assistência psiquiátrica perversa e desumana. Disponível em: <http://www.social.org.br/relatorio016.htm>.

COSTA, Nilson Rosário; TUNDIS, Silvério Almeida. Cidadania, classes populares e doença mental. In: *Cidadania e loucura: Políticas de saúde mental no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1997.

Curso da UERGS vai para o São Pedro. Disponível em: http://www.universia.com.br/html/noticia/noticia_clipping_cghhe.html. Acessado em 12 de setembro de 2006.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 1997.

DELEUZE, Gilles. *Lógica do Sentido*. São Paulo: Ed. Perspectiva S.A., 1975.

_____. *Conversações, 1972-1970*. São Paulo: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Felix. *O Anti-edipo: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976.

_____. *O que é a filosofia?* São Paulo: Ed. 34, 1997.

_____. *Mil Platôs, vol. 3*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.

_____. *Mil Platôs, vol. 5*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997b.

DELGADO, Pedro Gabriel Godinho. Perspectivas da psiquiatria pós-asilar no Brasil. In: *Cidadania e loucura: Políticas de saúde mental no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1997.

DESCARTES, Rene. Meditações. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1999a.

DESCARTES, Rene. Discurso ao Método. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1999b.

DIAS, Fabiano. O desafio do espaço público nas cidades do século XXI. In: *Arquitextos*, n 312, julho de 2005. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp312.asp>.

DOSTOIEVSKI, Fiodor. *Memórias do subsolo*. São Paulo: Ed. 34, 2000a.

_____. *O Crocodilo e Notas de inverno sobre impressões de verão*. São Paulo: Ed. 34, 2000b.

DUNKER, Christian Ingo Lenz; NETO, Fuad Kyrillos. Sobre a retórica da exclusão: a incidência do Discurso ideológico em serviços substitutivos de cuidado a psicóticos. In: *Psicologia Ciência e Profissão*, n 24 (1), p. 116-125, 2004.

ECO, Umberto. *Viagem na irrealidade cotidiana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

EIRADO, André do. O Hábito do ponto de vista Ontológico. In: *Revista Fractal*. Departamento de Psicologia – UFF. Niterói, v.10, n.1, p.4-8, 1998.

ETCHICHURY, Carlos; TREZZI, Humberto. Acorrentados à droga. Disponível em <http://www.simers.org.br/acorrentados.php>. Acessado em Abril de 2006.

FACARQ UFRGS. *Urbanização de Porto Alegre*. 1980.

FACCENDA, Marcelo Borges. Entre Davis e Golias. As ações (boas e más) dos museus na dinâmica urbana. In: *Arquitextos*, n 34, março 2003. Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arg034/arg034_03.asp.

FAGUNDES, S. Saúde mental nas políticas públicas municipais. In: VENANCIO, A. T. & CAVALCANTE, M. T. *Saúde mental – campo, saberes e discursos*. Rio de Janeiro: Editora IPUB – CUCA, 2001, p. 265-276.

FENSTERSEIFFER, Gilda Pulchério. A reforma psiquiátrica e a lei 9716. *Revista de Psiquiatria do RS*. Porto Alegre, nº2, p.156-157, maio/agosto, 1997.

FIGUEIREDO, Luis Claudio Mendonca. *Matrizes do pensamento psicológico*. Petrópolis: Vozes, 1998.

FILHO, João Ferreira da Silva. A medicina, a psiquiatria e a doença mental. In: *Cidadania e loucura: Políticas de saúde mental no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes, 1987.

_____. O que é o Iluminismo. In: *Dossier Foucault*. Carlos Henrique Escobar (org.). Rio de Janeiro: Taurus, 1989. p. 103-112.

_____. *O que é a Crítica*. Qu'est-ce que la critique? Critique et Aufklärung. Bulletin de la Société française de philosophie, Vol. 82, nº 2, pp. 35 - 63, avr/juin 1990. Tradução de Gabriela Lafeté Borges e revisão de Wanderson Flor do Nascimento. Disponível no sitio <http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/critique.html>

_____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

_____. *História da loucura: na idade clássica*. São Paulo: editora Perspectiva, 2000.

_____. Outros espaços. *Ditos & escritos vol.III*. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2001a.

_____. A governamentalidade. *Ditos & escritos vol.V*. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2001b.

_____. O pensamento do exterior. *Ditos & escritos vol.III*. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2001c.

_____. *A Hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GASTAL, Fabio Leite et al. A evolução histórica em um hospital psiquiátrico: da assistência médica tradicional ao gerenciamento pela qualidade total. In: Revista de Psiquiatria do RS, n 24 (3), p. 287-295, set. 2002.

GASTAL, Susana de Araújo. Imagens e identidade visual : a pintura em Porto Alegre : 1891-1930. In: Porto Alegre.Prefeitura Municipal . *Porto Alegre : dissertações e teses*. Porto Alegre : Unidade Editorial, 1996. p.91-102

GILSON, Etienne. *A filosofia na idade media*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

GODOY, Jacintho. *Psiquiatria no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: sem editora, 1955

GRUPO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA. *Plano de Desenvolvimento Metropolitano : serviços de saúde*. Porto Alegre: Cmm/Germ, 1973.

GUATTARI, Felix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

_____. A Paixão das Máquinas. Em: *Cadernos de Subjetividade: o reencantamento do concreto*. São Paulo: Editora HUCITEC EDUC, 2003.

HARDT, Michael & NEGRI, Atonio. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2004.

_____. *Multidão*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2005.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Ed Loyola, 1992.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela Memória*. Rio de Janeiro: Aeoplas, 2000.

JANEIRA, Ana Luisa. A Ciência e a Virtude no Noviciado da Cotovia (1603-1579), organização do espaço, produção do discurso e sistema epistêmico. In: *Revista Portuguesa de Filosofia*, Braga, TOMO LII 1-4, p.441-447, 1996.

JARDIM, Camila; WACHS, Felipe; GOMES, Rita de Cássia M. *A história de uma travessia*. 2000. Disponível em <<http://www.topia.com.ar/articulos/405-madres-6.htm>>. Acessado em 12 de Junho de 2006.

JUREGUI, Jorge Mario. Megacidades, exclusão e mundialização. Do ponto de vista da América Latina. In: *Arquitextos*, n 23, Abril 2002. Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq023/arq023_02.asp.

KAFKA, Franz. *O Processo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *O Castelo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KEIL, Ivete Manetzeder. *Paradoxo dos direitos humanos no capitalismo contemporâneo*. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/textos_dh/ivete.htm#_ftnref1>. Acessado em Agosto de 2005.

KIEFER, Flávio. Plano diretor e identidade cultural em Porto Alegre. In: *Arquitextos*, n. 37, junho 2003. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq037/arq037_00.asp>. Acessado em agosto de 2004.

LANCETTI, Antonio. Saúde mental nas entranhas da metrópole. In: _____. *Saúde e loucura: saúde mental e saúde da família*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 11-52

LARA, Fernando. Admirável Urbanismo Novo. In: *Arquitextos*, n 56, fev. 2001. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp056.asp>>.

LEVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência : o futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

LIMENA, Maria Margarida Cavalcanti. *Cidades Complexas no Século XXI: ciência, técnica e arte*. São Paulo Perspec., jul./set 2001, vol.15, no.3, p.37-44. ISSN 0102-8839.

LIPOVETSKY, Pilles. *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Ed. Barcarolla, 2004.

LISPECTOR, Clarice. *A paixão segundo G.H.* Rio de Janeiro : Rocco, 1998.

LUCCAS, Luís Henrique Haas. *Arquitetura moderna brasileira em Porto Alegre: sob o mito do “gênio artístico nacional”*. Porto Alegre: PROPAR/ UFRGS (Tese de Doutorado em Arquitetura), 2004.

LUZ, Luis Fernando da; OLIVEIRA, Ana Rosa de. Espaços de lazer e cidadania: o Parque Farroupilha, Porto Alegre. In: *Arquitextos*, n 262, Outubro 2004. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp262.asp>

LYOTARD, Jean-Francois. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1986.

MAIA, Rousiley C. M.; FERNANDES, Adélia B. O movimento antimanicomial como agente discursivo na esfera pública política. In: *Revista brasileira de Ciências Sociais*, v.17, n.48, São Paulo, fev. 2002. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-69092002000100010&lng=pt&nrm=iso.

MARAZZI, Christian. A crise na new economy e o trabalho das multidões. In: COCCO, Giuseppe; HPSTEIN, Graciela (Org). *As multidões e o Império: entre globalização da guerra e universalização dos direitos*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2002.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. (p.131 a p.214) In: *História da vida privada no Brasil*. vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARONEZE, Luiz Antonio Gloger. Espaços de sociabilidade e memória : a vida publica porto-alegrense : 1890-1930. In: Porto Alegre.Prefeitura Municipal . *Porto Alegre : dissertações e teses*. Porto Alegre : Unidade Editorial, 1996. p. 73-80

MAUAD, Ana Maria. Imagem e auto imagem no segundo reinado. In: *História da Vida Privada do Brasil* vol.2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MAUCH, Claudia. Saneamento moral em Porto Alegre na década de 1890. IN: *Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.

MEYER, Izamara Terezinha. *Projeto comunicação comunitária*. Disponível em: http://www.portal-rp.com.br/pop/comunidade/1991_92_07.htm. Acessado em 23 de setembro de 2006.

MONTAIGNE, Michel de. *Ensaaios*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1961.

MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre: urbanização e modernidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

NIETZSCHE, Friedrich. 1999a. Obras incompletas. Em: *Os Pensadores*. Nova Cultural: São Paulo.

_____. 1999b. *Genealogia da Moral: uma polêmica*. Companhia das Letras: São Paulo.

NOVA ALA DO SÃO PEDRO ESTÁ LOTADA. *Zero Hora*, Saúde, Porto Alegre, 24 de agosto de 2006.

NOVICK, Alicia. Espaços públicos e projetos urbanos. Oposições, hegemonias e questões. In: *Arquitextos*, n 54, Novembro 2004. Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq054/arq054_01.asp.

NUNES, Rosine Martins; MACHADO, Graziela Scheffer; BELLINI, Maria Isabel de Barros. *A qualificação e a contribuição do processo de trabalho dos Assistentes Sociais no campo da saúde mental*. Disponível em: www.pucrs.br/textos/anteriores/ano2/qualificacao.pdf+%22HOSPITAL+PSIQUI%3%81+TRICO+S%3%83O+PEDRO%22&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=133. Acessado em maio de 2006.

OLINTO, Plínio. *Introdução à Psiquiatria*. Rio de Janeiro, F. Briguiet & Cia. Editores, 1930.

ORLANDI, Luiz B.L. O indivíduo e sua implexa pre-individualidade. Em: *Cadernos de Subjetividade: o reencantamento do concreto*. São Paulo: Eitora HUCITEC EDUC, 2003.

PALOMBINI, Ana Alice de Lima. O louco e a rua: a clínica em movimento mais além das fronteiras institucionais. In: *Educação, subjetividade e poder*, n. 6, v.6, p.25-31. Porto Alegre, Agosto 1999.

PANIZZI, Wrana Maria. A consolidação de uma proposta. In: *Revista Brasileira de estudos urbanos e regionais*, n 1, Maio 1999.

PASSOS, Eduardo; PITOMBO, Luciana. *Alguns Aspectos da Relação entre a História e a Clínica no Movimento da Reforma Psiquiátrica*. 2000. Disponível em: http://www.slab.uff.br/exibetexto2.php?link=.%2Ftextos%2Ftexto13.htm&codtexto=13&cod=13&nome_autor=&tp=t.

PAULIN, Luiz Fernando; TURATO, Egberto Ribeiro. Antecedentes da Reforma psiquiátrica no Brasil: as contradições dos anos 1970. IN: *História, ciências, saúde*. Manguinhos, vol.11, no.2, Rio de Janeiro, Maio/Agosto 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702004000200002&script=sci_arttext.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. (coord), *Memória Porto Alegre: espaços e vivências*, Porto Alegre, Ed. Da Universidade/UFRGS; Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1991.

_____. *Os pobres da cidade : vida e trabalho 1880-1920*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994.

PICCININI, Walmor J.. Breve historia da psiquiatria do Rio Grande do Sul `a luz das suas publicações. IN: *R. Psiquiatria RS*, 21 (2): 95-103, maio/ago. 1999.

_____. Breve história da psiquiatria do Rio Grande do Sul à luz de suas publicações. In: *Psychiatry on line Brazil*, n 5, Nov 2000. Disponível em: <http://www.polbr.med.br/wal1100.htm>.

_____. Momentos da história da psiquiatria. In: *Psychiatry on line Brazil*, n 11, fev 2006. Disponível em: <http://www.polbr.med.br/wal0206.htm>.

Prefeitura promove roteiro turístico no Hospital Psiquiátrico São Pedro. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/acessibilidade_smart/default.php?projeto_sec=144&p_secao=3&pg=2011&p_reg=50728. Acessado em Janeiro de 2005.

RIO, Vicente Del. Em busca do tempo perdido: o renascimento dos centros urbanos. In: *Arquitextos*, n 28, Novembro 2000. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp028.asp>.

RIO, Vicente Del; GALLO, Haroldo. O legado do urbanismo moderno no Brasil: paradigma realizado ou prometido inacabado?. In: *Arquitextos*, n 23, novembro 2000. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp023.asp>.

ROLNIK, Suely. À sombra da cidadania: alteridade, homem da ética e reinvenção da democracia. Em: MAGALHAES, Maria Cristina Rios (org.). *Na sombra da cidade*. Sao Paulo: Ed. Escuta, 1995.

ROTELLI, Franco. Superando o manicômio: o circuito psiquiátrico de Trieste. In: AMARANTE, Paulo (Org). *Psiquiatria social e Reforma psiquiátrica*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002.

SCHIAVONI, Alexandre Giovanni da Costa. *A institucionalização da loucura no Rio Grande do Sul : o hospício São Pedro e a faculdade de medicina..* 1997 Dissertação (Mestrado em Historia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SCHREEN, Hans Ingomar et al. A reforma psiquiátrica no Rio Grande do Sul: história da assistência em saúde mental e situação atual. In: *Revista de Psiquiatria do RS*, Porto Alegre, n 19, p.8-15, Janeiro de 1997.

SECRETARIA DE SAÚDE (RS). Política de atenção integral em saúde mental Hospital Psiquiátrico São Pedro. *Projeto Morada São Pedro: implantação serviços residenciais terapêuticos*.

SEGRE, Roberto. Espaço público e democracia: experiências recentes nas cidades de América Hispânica. In *Arquitextos*, n 303, Maio 2005. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp303.asp>.

SENNETT, Richard. *Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil*. Vol. 3. República : da belle époque à era do rádio. (da p.513 a 619). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Débora Bernardo da. *O planejamento urbano e a Administração Popular de Porto Alegre: discursos e práticas*. 2004. Dissertação de Mestrado do Programa de pós-graduação em planejamento urbano (PROPUR), UFRGS. Porto Alegre, 2004.

SILVA, Kleber Pinto. A idéia de função para a arquitetura: o hospital e o século XVIII. In: *Arquitextos*, n. 52-111, Fev/Dez 2001. Disponível em: www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq.000/especial052.asp.

SILVA, Mozart Linhares da. *Do império da lei as grades da cidade*. Porto Alegre: Edipucrs, 1997.

SIMERS. *Abertura de leitos do São Pedro vai beneficiar pacientes gaúchos*. Disponível em <http://www.simers.org.br/benepa.php>. Acessado em Agosto de 2006.

SIMERS. *SIMERS propõe diagnóstico sobre saúde mental pós-reforma no RS*. Disponível em http://www.simers.org.br/simers_propoe_diagnostico.php. Acessado em Maio de 2006.

SIMONDON, Gilbert. A gênese do indivíduo. Em: *Cadernos de Subjetividade: o reencantamento do concreto*. São Paulo: Eitora HUCITEC EDUC, 2003.

SYMANSKI, Luis Claudio Pereira. *Espaco privado e vida material em Porto Alegre no seculo xix*. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.

SZASZ, Thomas S. *A fabricação da loucura*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.

TENÓRIO, F. A reforma psiquiátrica brasileira, da década de 1980 aos dias atuais: história e conceito. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 9(1):25-59, jan.-abr. 2002.

TORAYA, Juan de las Cuevas. *Un siglo de Cemento en Latinoamérica*. Ciudad de Mexico: Instituto Mexicano del Cemento y el Concreto – IMCYC, 1999.

URDANIBIA, Inaki. Lo Narrativo en la posmodernidad. Em: *En torno a la posmodernidad*. Barcelona: Ed. Anthropos, 1994.

VARGAS, Júlio Celso. Densidade, paisagem urbana e vida da cidade: jogando um pouco de luz sobre o debate porto-alegrense. In: *Arquitextos*, n 195, agosto 2003. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arc000/esp195.asp>.

VELOSO, Rita de Cássia Lucena. Na vida das ruas. Escrevendo muito depois de Heidegger. In: *Arquitextos*, n 274, Janeiro 2005. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arc000/esp274.asp>.

VIRILIO, Paul. O último veículo In: *Revista 34 Letras* n 5/6, setembro/1994, RJ

VIRILIO, Paul. *Espaço crítico*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

WADI, Yonissa Marmitt. Um “palácio para guardar doidos”: a construção do Hospício São Pedro e o surgimento da psiquiatria no Rio Grande do Sul. IN: *Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.

_____. Aos loucos, os médicos: a luta pela medicalização do hospício e construção da psiquiatria no Rio Grande do Sul. *Hist. cienc. saude*. [online]. nov. 1999/fev. 2000, vol.6, no.3, p.659-679. Disponível na World Wide Web: http://www.scielo.br/scielo.Php?Script=sci_arttext&pid=S0104-59702000000100008&lng=pt&nrm=iso.

_____. *Palácio para guardar doidos: uma história das lutas pela construção do hospital de alienados e da psiquiatria no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

WADI, Yonissa Marmitt; WEBER, Nádia Maria. O Doutor Jacintho Godoy e a história da psiquiatria no Rio Grande do Sul /Brasil. In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Número 6 - 2006, mis en ligne le 31 janvier 2006, référence du 12 septembre 2006. Disponible em: <http://nuevomundo.revues.org/document1556.html>.

WEBER, Beatriz Teixeira. Positivismo e saúde: Comte e a Medicina. IN: *Revisitando o Positivismo*. Canoas: La Salle, 1998.

WITTGENSTEIN, Ludwig J. J. *Investigações filosóficas*. São Paulo: Editora Nova Cultural s.a., 1999.

ZANETTI, Valeria. Calabouço urbano : escravos libertos em Porto Alegre : 1840-1860. In: Porto Alegre.Prefeitura Municipal . *Porto Alegre : dissertações e teses*. Porto Alegre : Unidade Editorial, 1996. p.103-109

ZIMMERMANN, Jacques José. Do hospício ao divã: a história da psicanálise no Rio Grande do Sul de 1928 a 1963. In: *Revista de Psiquiatria do RS*, n 24 (3), p. 296-304, set. 2002.